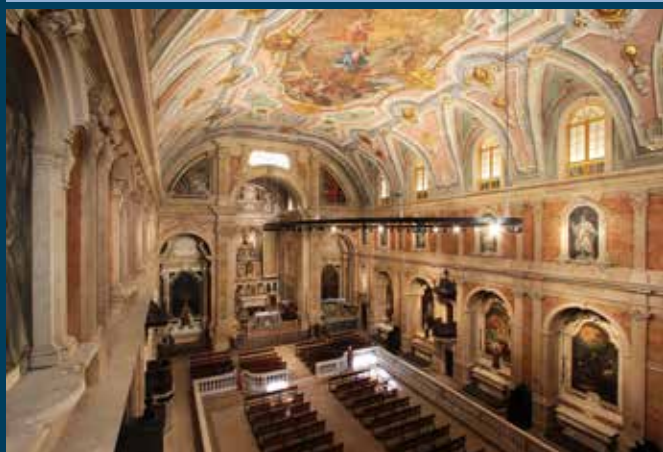




**RELATÓRIO
E CONTAS**

2017



REABILITAÇÃO DA IGREJA DA NOSSA SENHORA DO LORETO
Lisboa - Portugal

RELATÓRIO E CONTAS **2017**

 **TEIXEIRA DUARTE**



Construindo um mundo melhor.

Tendo iniciado a sua atividade em **1921**, a Teixeira Duarte é hoje líder de um grande Grupo Económico com mais de **10.200 colaboradores**, que trabalham em **18 países**, em **6 setores de atividade**, alcançando um volume de negócios anual de mais de **1.000 milhões de euros**.

Assente nos seus **Valores** estruturantes: o Engenho, a Verdade e o Compromisso, a Teixeira Duarte tem cumprido a sua **Missão: Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor**.

A referência fundacional de Casa de Engenharia caracteriza a atuação da Teixeira Duarte em **todas as Áreas da Construção** desde a Geotecnia e Reabilitação, às Edificações, às Infraestruturas, à Metalomecânica, às Obras Subterrâneas, às Obras Ferroviárias e às Obras Marítimas.

O crescimento sustentado ao longo de décadas na Construção, permitiu que o Grupo fosse desenvolvendo **outros Setores de Atividade** fruto de oportunidades de negócio que foi encontrando e sabendo dinamizar desde os anos setenta, tais como as Concessões e Serviços (desde 1984), da Imobiliária (desde 1973), da Hotelaria (desde 1992), da Distribuição (desde 1996) e do Automóvel (desde 1991). Embora em 2016 ainda tenha atuado no setor da Energia - onde operava desde 1996 - a Teixeira Duarte alienou, já no primeiro trimestre de 2017, a participação que detinha na entidade através da qual mantinha atividade neste setor.

Com um consolidado processo de internacionalização, há muito que a Teixeira Duarte atua noutros mercados que ainda hoje são importantes nas suas operações, tais como a Venezuela (desde 1978), Angola (desde 1979), Moçambique (desde 1982), Espanha (desde 2003), Argélia (desde 2005) e Brasil (desde 2006), aos quais hoje se juntam também a França, a Bélgica, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, a Colômbia, o Peru, Marrocos, a África do Sul, a China, o Qatar e o Dubai.

A "**Teixeira Duarte, S.A.**" é uma sociedade aberta, com sede no "Lagoas Park", Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, em Oeiras, com o capital integralmente subscrito e realizado de 210.000.000,00€, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 509.234.526 e é a **sociedade de topo** que lidera um Grupo económico que está **cotado na Euronext Lisbon** desde 1998 e com base acionista maioritária da família Teixeira Duarte.

Índice

008	Órgãos Sociais
010	Organograma Teixeira Duarte
012	Grupo Teixeira Duarte 2017
015	Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2017
016	Síntese de Indicadores
017	I. Introdução
018	II. Mercados de Atuação - Enquadramento Económico
020	III. Apreciação Global
037	IV. Análise Setorial
038	IV.1. Construção
090	IV.2. Concessões e Serviços
102	IV.3. Imobiliária
108	IV.4. Hotelaria
112	IV.5. Distribuição
118	IV.6. Automóvel
122	V. Informação Não Financeira
146	VI. Factos ocorridos após a conclusão do exercício
148	VII. Perspetivas de evolução futura
149	VIII. Distribuição de resultados a membros do Órgão de Administração e a Colaboradores
150	IX. Proposta de aplicação de resultados
151	Anexos ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração
155	Relatório sobre Governo da Sociedade 2017
209	Demonstrações Financeiras Individuais 2017
241	Demonstrações Financeiras Consolidadas 2017
325	Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2017

Teixeira Duarte, S.A.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente:	- Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente:	- Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário:	- Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Conselho de Administração:

Presidente:	- Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores:	- Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	- Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	- Eng.º Carlos Gomes Baptista
	- Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Conselho Fiscal:

Presidente:	- Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo
Vogais:	- Dr. Mateus Moreira
	- Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente:	- Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida

Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A.",
representada por Dr. António Gonçalves Monteiro.

Secretário da Sociedade:

Efetivo:	- Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente:	- Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

Representante para as Relações com o Mercado:

- Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente:	- Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário:	- Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo

Conselho de Administração:

Presidente:	- Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores:	- Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	- Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	- Eng.º Pedro Miguel Pinho Plácido
	- Eng.º Rogério Esteves da Fonseca
	- Eng.º Fernando Frias Correia

Fiscal Único:

Efetivo:	- Moore Stephens & Associados, SROC, S.A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
	- Dr. António Gonçalves Monteiro – ROC
Suplente:	- Dr.ª Ana Patrícia Correia Monteiro - ROC

Secretário da Sociedade:

Efetivo:	- Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente:	- Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

Conselho de Administração

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino

MERCADOS

Portugal
África do Sul
Algéria
Angola
Bélgica
Brasil
China
Colômbia
Emirados Árabes Unidos
Espanha
Estados Unidos da América
França
Marrocos
Moçambique
Perú
Qatar
Reino Unido
Venezuela

CENTRO CORPORATIVO

Direções Centrais

Jurídicos
Dr.ª Maria António Ambrósio
Recursos Humanos
Dr.ª Isabel Amador
Informática
Dr. José Gaspar
Finanças e Contabilidade
Dr. Martins Rovisco
Dr. Sérgio Castro

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa
Dr. José Pedro Cobra Ferreira
Consolidação de Contas
Dr. Alexandre de Jesus
Auditoria Interna
Dr. Mário Ferreira Faria

SETORES DE ATIVIDADE

Construção

Áreas de Atuação

Geotecnia e Reabilitação

Eng.º Magalhães Gonçalves

I Centros de Exploração

Eng.º Hélder Matos
Eng.º João Pedro Lopes
Eng.º Duarte Nobre
Eng.º António Diniz

I Direção de Projetos

Eng.º Baldomiro Xavier

Edificações

Eng.º Pedro Costa

I Centros de Exploração

Eng.º Fernando Martins
Eng.º Luís Santos
Eng.º Carlos Timoteo
Eng.º Luís Mendonça
Eng.º Carlos Guedes
Eng.º Luís Carreira

I Direção de Estudos

Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Pedro Nunes

Infraestruturas

I Centros de Exploração

Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Rosa Saraiva
Eng.º Correia Leal
Eng.º Júlio Filho
Eng.º Amílcar Teresinho

I Direção de Estudos

Eng.º Ricardo Acabado
Eng.º João Torrado

Metalomecânica

Eng.º Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Eng.º Dias de Carvalho
Eng.º Carlos Russo

Obras Ferroviárias

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Serradas

Obras Marítimas

Eng.º Magalhães Gonçalves

Estruturas Centrais de Apoio

Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Direção Central de Equipamento

Eng.º Rodrigo Ouro

Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia

Eng.º Ivo Rosa

Direção Central de Aproveitamentos

Eng.ª Rosa Almeida

Serviço de Propostas

Eng.º Viana de Lemos

Concessões e Serviços

I Facilities Management

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º Rodolfo Valentim
Eng.ª Mariana Coimbra

I Ambiente

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º António Carlos Teixeira Duarte

Imobiliária

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Alfredo Silva
Eng.º Guilherme Silva

Hotelaria

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte
Eng.º Luís Vicente

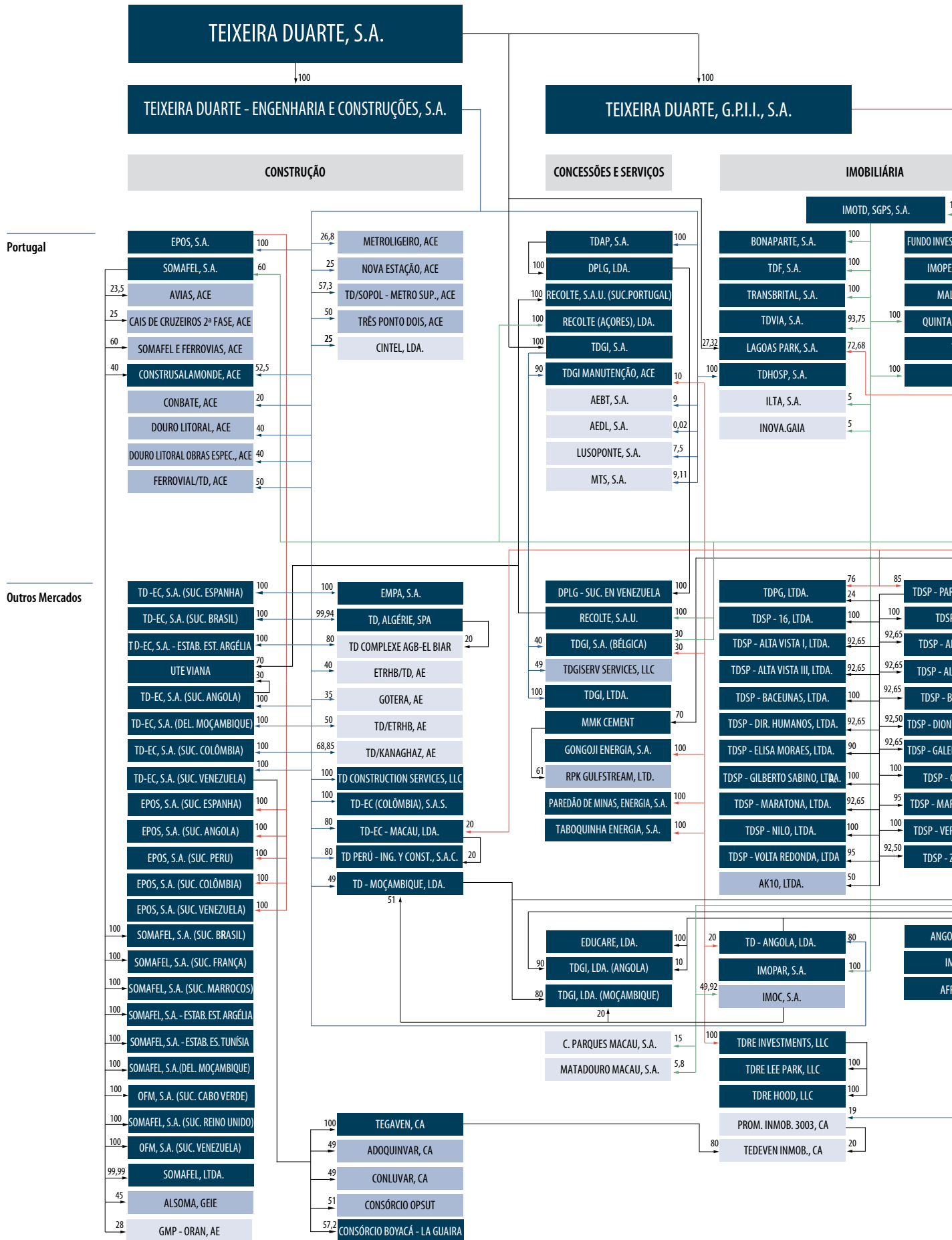
Distribuição

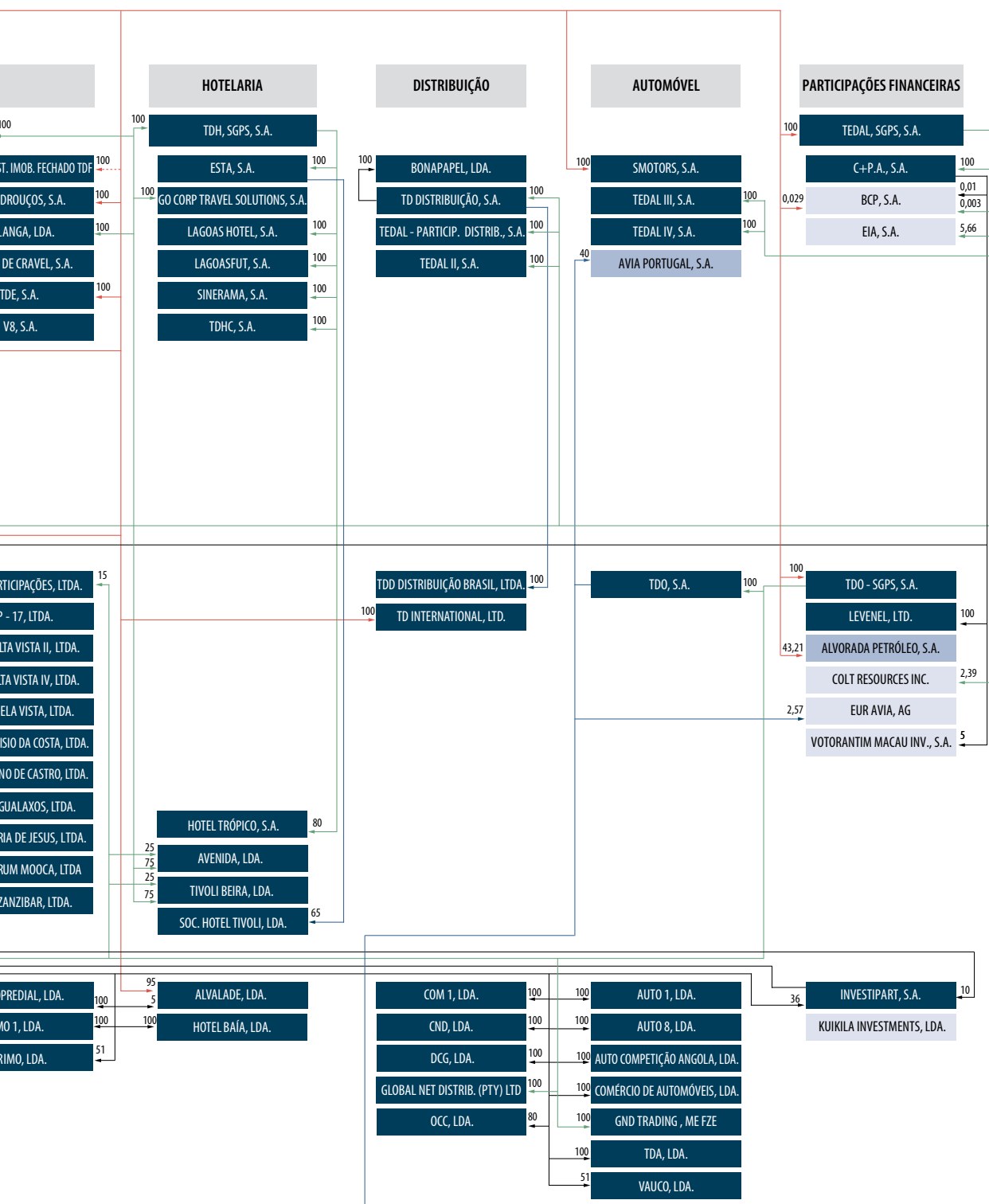
Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Hugo Santos

Automóvel

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Pedro Medo

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2017





Legenda: EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO
 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
 EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO
 xx → Valores em % de Capital



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2017

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2017

Síntese de Indicadores

	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016 %
Nº médio de trabalhadores	12.011	13.261	13.359	11.271	10.560	(6,3%)
Volume de Negócios	1.581	1.680	1.412	1.115	1.036	(7,1%)
Proveitos Operacionais	1.630	1.716	1.492	1.230	1.100	(10,6%)
EBITDA	214	240	214	266	181	(31,8%)
Margem EBITDA / V.Negócios	13,5%	14,3%	15,1%	23,8%	17,5%	-6,3 p.p.
EBIT	114	197	125	191	134	(29,9%)
Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital	64	70	34	20	(5)	-
Endividamento Líquido	1.176	1.293	1.147	1.133	854	(24,6%)
Total do Capital Próprio Atribuível a Detentores de Capital	325	458	468	396	368	(7,1%)
Total do Capital Próprio	361	485	518	445	409	(8,1%)
Total do Ativo Líquido	2.779	2.954	2.862	2.540	2.294	(9,7%)

(Valores em milhares de euros)

Notas:

Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros.

Os valores da coluna "Variação 2017/2016 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.

O Total do Capital Próprio inclui os interesses não controlados.

I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017.

O presente Relatório analisará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte - 2017" constante nas folhas preliminares, e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico dos principais mercados em que a Teixeira Duarte opera, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2017, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção, bem como um capítulo autónomo para, em cumprimento da legislação aplicável, prestar, também neste âmbito do Relatório de Gestão, reporte de "Informação Não Financeira" (Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho).

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o ano de 2018 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de

aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. MERCADOS DE ATUAÇÃO - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Grupo Teixeira Duarte atuou em 2017 em 18 países distribuídos por 4 continentes, identificados no organograma do Grupo integrado no início deste relatório.

A este propósito, entende-se oportuno registar a disponibilidade e capacidade de adaptação dos colaboradores da Teixeira Duarte em relação aos múltiplos mercados em que o Grupo opera, bem como deixar expressa uma palavra de reconhecimento pela diplomacia portuguesa nas diversas frentes em que a Teixeira Duarte desenvolve a sua atividade, com especial ênfase para o caso da Venezuela.

De seguida, apresentam-se algumas notas breves sobre o enquadramento económico verificado em 2017 nos principais mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte.

PORTUGAL

A Teixeira Duarte atuou, em 2017, em Portugal, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Durante o exercício em análise, ocorreu uma aceleração do crescimento da economia portuguesa, nomeadamente pelo aumento de 2,7% em volume no Produto Interno Bruto (PIB), tendo atingido cerca de 193 mil milhões de euros em termos nominais.

A taxa média anual de desemprego baixou dos 11,1% registados em 2016, para 8,9% em 2017, mantendo a tendência decrescente deste indicador, que já havia iniciado em 2014.

ANGOLA

A Teixeira Duarte atuou, em 2017, em Angola, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

O ano de 2017 continuou marcado por um quadro macroeconómico difícil decorrente da prolongada baixa do preço do barril de petróleo, embora se tenha começado a assistir, a partir do 2º semestre do ano, a alguns sinais positivos de recuperação do preço do crude.

A taxa de crescimento do PIB registou em 2016 um valor abaixo de 1%, com as projeções do FMI para o ano de 2017 a estimar o valor de 1,3%. Já a inflação anual cifrar-se-á em 2017 num valor abaixo dos 20%.

Perspetiva-se que em 2018 Angola continue o seu movimento de ajustamento da economia, promovendo de forma continuada a redução da dependência ao setor petrolífero, com uma aposta

estratégica na diversificação económica, com destaque para a indústria e agricultura.

ARGÉLIA

A Teixeira Duarte atuou, em 2017, na Argélia, no setor da Construção.

Apesar da recuperação do petróleo, o ano 2017 foi marcado pela introdução de reformas estruturais na economia argelina, com impacto importante no seu crescimento económico.

Segundo o Banco Mundial, o crescimento da economia argelina em 2017 deverá situar-se em 2,2%, registando uma desaceleração face ao crescimento alcançado no ano de 2016.

A taxa de inflação em 2017 situar-se-á em aproximadamente 6%, fruto da desvalorização da moeda local e com o consequente aumento dos preços dos produtos importados, sendo que para o ano em curso se prevê uma taxa de inflação de 5,5%.

As projeções do Banco Mundial para 2018 apontam para uma taxa de crescimento de cerca de 3,6%, suportada essencialmente pelas medidas recentemente adotadas, com vista ao aumento do investimento público, influenciando positivamente o crescimento no curto prazo.

BRASIL

Em 2017, a Teixeira Duarte atuou no Brasil nos setores de Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação da atividade económica, tendo o PIB tido um crescimento de 1%, enquanto a inflação se cifrou nos 2,95% (a menor desde 1998), a taxa de referência Selic em 7% (a menor desde 1986). O índice de desemprego tem vindo a diminuir de forma consistente e tem-se registado uma estabilidade cambial face ao USD.

O setor da construção, que continua estruturalmente afetado pelos múltiplos processos sob investigação desde 2014, esteve em contraciclo, registando uma contração de 6%, enquanto que o setor imobiliário inverteu o ciclo negativo dos últimos dois anos, com o aumento das vendas e redução do stock de imóveis em 12,3%.

Para 2018 a expectativa é de continuação da melhoria moderada da atividade económica, com um crescimento esperado do PIB de 2,5% motivado, principalmente, pelo aumento do consumo das famílias e ampliação dos investimentos, reflexo também da expansão do crédito e do aumento dos índices de confiança dos investidores. Apesar de algum risco inerente às definições

políticas que possam vir a ocorrer a partir de outubro de 2018, não são expectáveis alterações significativas às tendências verificadas em 2017 nos setores em que o Grupo opera.

ESPAÑA

Em 2017 o Grupo Teixeira Duarte atuou em Espanha nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O PIB a preços correntes registou o volume de 1.164 mil milhões de euros, que representa um crescimento de 3,1% em relação a 2016, confirmando-se assim que 2017 foi mais um ano de recuperação económica neste país, tendo a taxa de desemprego reduzido 2,09% em relação ao ano de 2016.

As perspetivas para 2018 são que a economia espanhola continue a registar uma recuperação, ainda que de menor intensidade que em anos anteriores.

MOÇAMBIQUE

Em 2017, a Teixeira Duarte atuou em Moçambique, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

Num contexto de aumento da dívida pública registou-se um abrandamento dos fluxos de capitais, designadamente pelas reações do grupo de apoio direto ao orçamento e do Fundo Monetário Internacional, que interromperam os seus programas de apoio e cooperação. Estes aspetos, associados a um declínio dos preços dos produtos de exportação, fizeram descer os principais indicadores macroeconómicos e afetaram a conjuntura de negócios e investimentos.

A taxa de crescimento da economia, que havia reduzido para 6% em 2015 e para 3% em 2016, estima-se que permaneça em números semelhantes em 2017, ainda que com uma perspetiva de aumento para 5% em 2018.

Depois de um período de aceleração, que se seguiu ao anúncio de interrupção dos programas de ajuda externa, a inflação registou, em 2017, uma rápida descida, saindo dos 25,25% de inflação acumulada em dezembro de 2016 para 5,7% em dezembro de 2017, segundo os últimos dados publicados pelo Banco de Moçambique.

Com a descoberta de recursos minerais, o *stock* total de riqueza do país aumentou, colocando-o no mapa das economias de referência com potencial de produção de recursos minerais, particularmente de gás e carvão, o que se espera que possa vir a melhorar o enquadramento global da economia, atraindo investimentos, reduzindo a dívida pública e retomando apoios internacionais a um país que tem desafios estruturantes pela frente.

VENEZUELA

Durante 2017 a Teixeira Duarte manteve atividade residual no setor da Construção, iniciando em abril de 2017 no setor das Concessões e Serviços, no âmbito da Aliança Estratégica para Administração, Operação e Gestão portuária do Terminal Especializado de Contentores.

Com a diminuição da produção e as sanções impostas pelos EUA (afetando inclusivamente algumas operações financeiras), o PIB mantém a tendência de contração registada nos últimos anos. Para 2018, prevê-se a continuação desta tendência de queda, ainda que menos acentuada.

Acrescem ao acima exposto, as evoluções penalizadoras do ambiente económico-financeiro nacional, tanto da taxa de inflação, como da variação cambial.

Ainda assim, embora o ambiente económico e financeiro não tenha sido o mais favorável, deu-se continuidade à política de incrementos dos salários e outros mecanismos de apoio social, velando pela retenção de quadros no país.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

APRECIÇÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

	2017	2016	Var (%)
Proveitos operacionais	1.099.999	1.230.189	(10,6%)
Custos operacionais	(918.645)	(964.291)	4,7%
EBITDA	181.354	265.898	(31,8%)
Amortizações e depreciações	(56.223)	(69.458)	19,1%
Provisões e perdas por imparidade	8.614	(5.616)	-
EBIT	133.745	190.824	(29,9%)
Resultados financeiros	(102.443)	(126.899)	19,3%
Resultados antes de impostos	31.302	63.925	(51,0%)
Imposto sobre o rendimento	(34.534)	(30.411)	(13,6%)
Resultado líquido	(3.232)	33.514	-
Atribuível a:			
Detentores de capital	(4.650)	20.147	-
Interesses não controlados	1.418	13.367	(89,4%)

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital** foram negativos em 4.650 milhares de euros, que comparam com 20.147 milhares de euros positivos em 2016, tendo para tal contribuído alguns fatores distintos que cremos importantes referir.

Com efeito, para além do desempenho das empresas do Grupo face ao período homólogo, este indicador foi influenciado por uma variação positiva das diferenças de câmbio desfavoráveis de 25.849 milhares de euros, passando de 41.212 milhares de euros em 2016 para 15.363 milhares de euros em 2017.

O impacto negativo, líquido de impostos diferidos, da perda de 4.191 milhares de euros por imparidade na participação no "Banco Comercial Português, S.A." em 2017 compara com uma perda de 15.634 milhares de euros na mesma participada em 2016.

Os resultados de 2017 ainda foram influenciados pelo impacto da perda por imparidade, de 715 milhares de euros, da participada "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.", bem como pelo

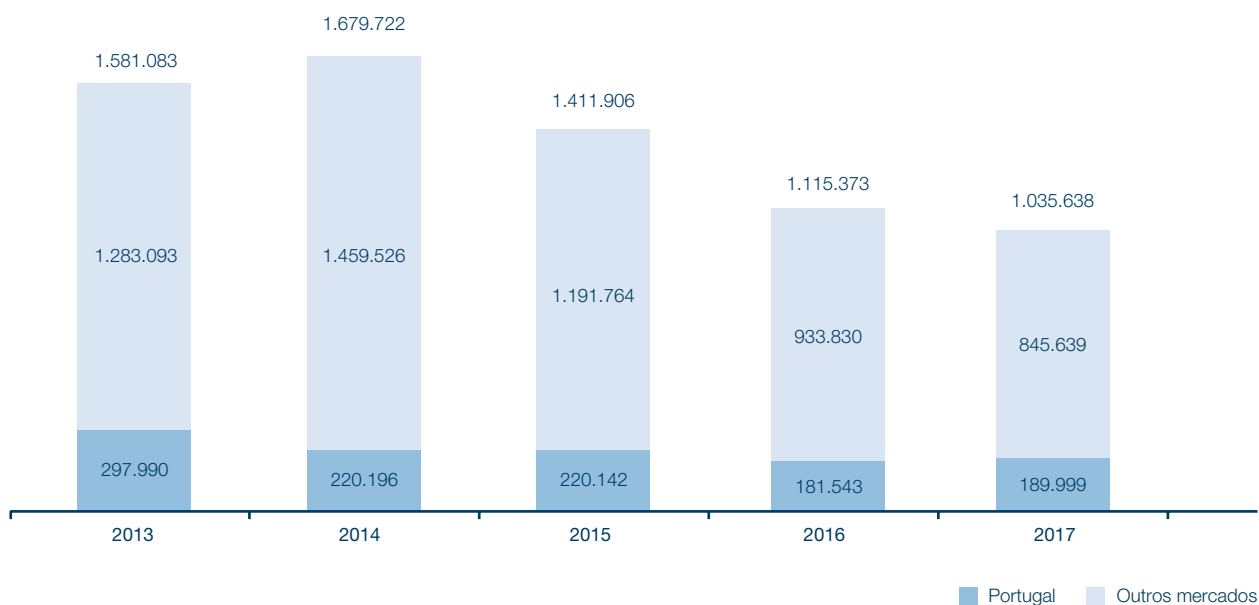
impacto positivo, da alienação de direitos de subscrição de aumento de capital do "Banco Comercial Português, S.A.", no montante de 6.005 milhares de euros.

O **Volume de Negócios** atingiu 1.035.638 milhares de euros, o que reflete uma diminuição de 7,1% face ao exercício de 2016, ou seja, uma descida de 79.735 milhares de euros.

Em Portugal, registou-se um aumento de 8.456 milhares de euros face a 2016, o que se considera muito positivo, tendo em conta que:

- Em março de 2017, o Grupo alienou uma participação que detinha em entidades no setor da Energia, a qual estava integrada no perímetro de consolidação e havia contribuído com 16.837 milhares para o Volume de Negócios apurado do ano passado;
- Em julho de 2017, o Grupo alienou a participação na RECOLTE, S.A., incluindo a sua participada a 100% RECOLTE (Porto), S.A., as quais integraram o perímetro de consolidação até junho de 2017 e haviam contribuído com 6.774 milhares de euros para o Volume de Negócios para o segundo semestre de 2016.

Os outros mercados, que já representavam 83,7% deste indicador no ano passado, desceram globalmente 9,4%, passando a representar 81,7% do total do Volume de Negócios do Grupo Teixeira Duarte.



Evolução do Volume de Negócios por Mercados
(Valores em milhares de euros)

Nos mapas infra constam o Volume de Negócios detalhado por países e por setores de atividade, sendo perceptível a exposição do Grupo a diferentes contextos económicos.

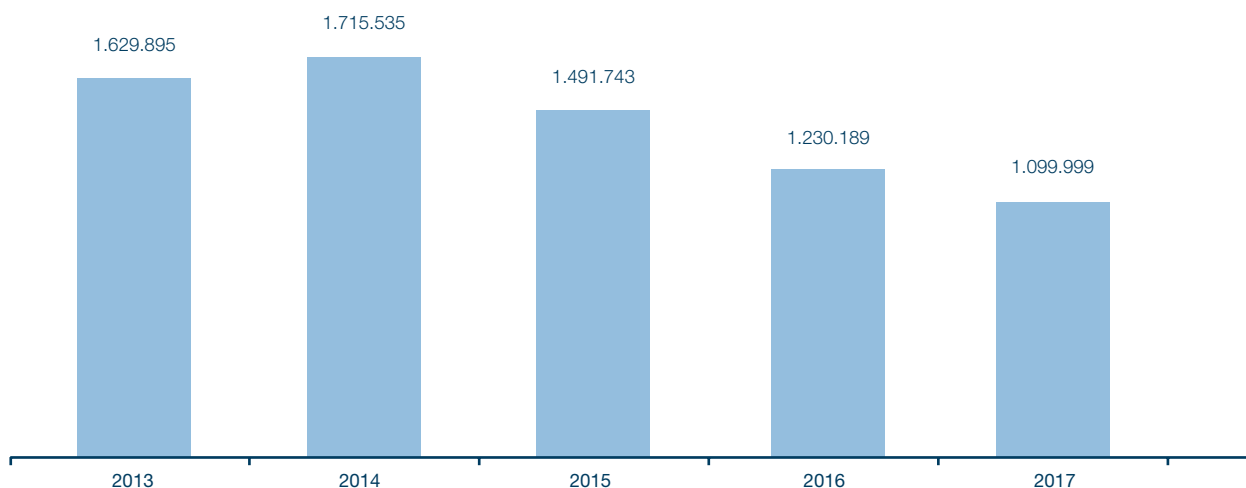
Países	2017		2016		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Portugal	189.999	18,3%	181.543	16,3%	4,7%
Angola	398.589	38,5%	452.518	40,6%	(11,9%)
Argélia	91.463	8,8%	100.110	9,0%	(8,6%)
Brasil	235.902	22,8%	152.856	13,7%	54,3%
Espanha	30.297	2,9%	31.953	2,9%	(5,2%)
Moçambique	61.035	5,9%	128.952	11,6%	(52,7%)
Venezuela	15.984	1,5%	52.080	4,7%	(69,3%)
Outros	12.369	1,2%	15.361	1,4%	(19,5%)
	1.035.638	100,0%	1.115.373	100,0%	(7,1%)

Volume de Negócios por Países
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	2017		2016		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Construção	522.551	50,5%	506.017	45,4%	3,3%
Concessões e Serviços (*)	96.298	9,3%	110.390	9,9%	(12,8%)
Imobiliária (*)	96.593	9,3%	101.514	9,1%	(4,8%)
Hotelaria	48.246	4,7%	51.084	4,6%	(5,6%)
Distribuição	205.014	19,8%	243.065	21,8%	(15,7%)
Energia	-	-	16.837	1,5%	-
Automóvel	66.936	6,5%	86.466	7,8%	(22,6%)
	1.035.638	100,0%	1.115.373	100,0%	(7,1%)

Volume de Negócios por Setores de Atividade
(Valores em milhares de euros)
(*) - Valores de 2016 reexpressados

Os **proveitos operacionais** tiveram um decréscimo de 10,6% face ao período homólogo, atingindo o montante de 1.099.999 milhares de euros.



Evolução dos Proveitos Operacionais
(Valores em milhares de euros)

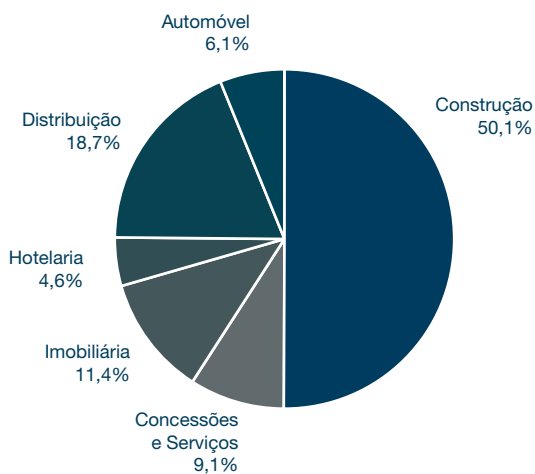
No quadro em baixo, consegue-se verificar a boa prestação no setor da Construção, devido ao bom desempenho conseguido no mercado privado em Portugal.

Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2017	2016	Var(%)	2017	2016	Var(%)	2017	2016	Var(%)
Construção	125.948	88.796	41,8%	424.631	447.250	(5,1%)	550.579	536.046	2,7%
Concessões e Serviços (*)	33.586	38.318	(12,3%)	66.139	74.524	(11,3%)	99.725	112.842	(11,6%)
Imobiliária (*)	64.003	81.993	(21,9%)	61.573	93.488	(34,1%)	125.576	175.481	(28,4%)
Hotelaria	10.897	9.502	14,7%	39.894	42.218	(5,5%)	50.791	51.720	(1,8%)
Distribuição	945	963	(1,9%)	204.704	243.916	(16,1%)	205.649	244.879	(16,0%)
Energia	-	19.004	-	-	122	-	-	19.126	-
Automóvel	2.826	641	340,9%	64.853	89.454	(27,5%)	67.679	90.095	(24,9%)
Total	238.205	239.217	(0,4%)	861.794	990.972	(13,0%)	1.099.999	1.230.189	(10,6%)

Proveitos Operacionais por atividade e mercados geográficos
(Valores em milhares de euros)

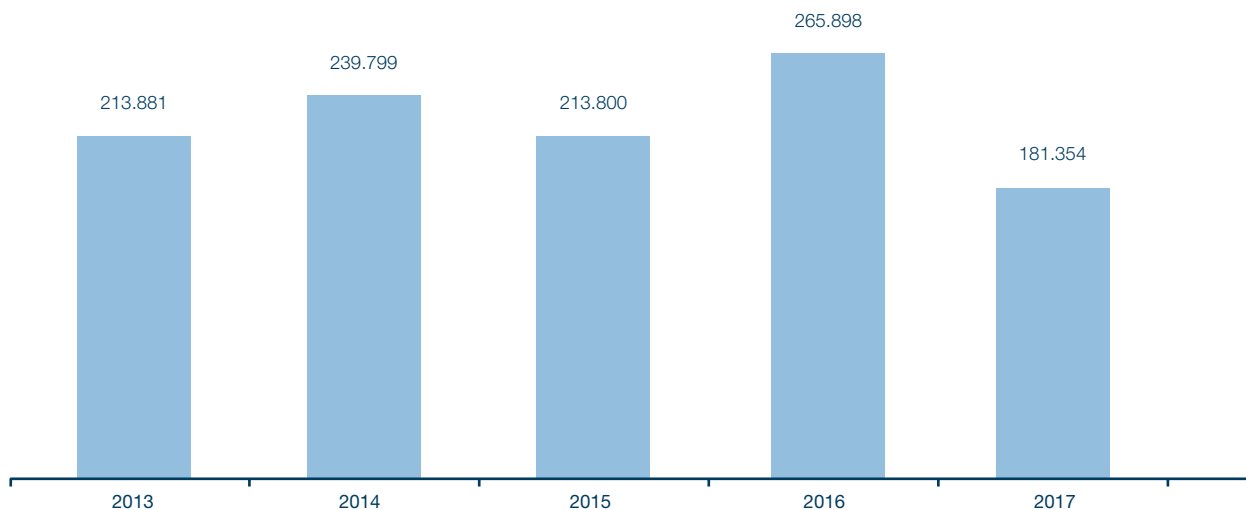
(*) - Valores de 2016 reexpressados

Face às evoluções assinaladas acima, os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais alcançados em 2017 foram os seguintes:



Contributo de cada um dos Setores de Atividade

O **EBITDA** registou uma diminuição de 31,8% face a 2016, menos 84.544 milhares de euros, fixando-se em 181.354 milhares de euros.



Evolução do EBITDA
(Valores em milhares de euros)

A diminuição do EBITDA de 84.544 milhares de euros face ao período homólogo, é justificada essencialmente pelas seguintes variações:

- Impacto do justo valor das propriedades de investimento de 16.039 milhares de euros em 2017, enquanto que, em 2016 o impacto foi de 61.211 milhares de euros;
- Em 2016 foram registados proveitos, no montante de 40.270 milhares de euros, resultantes de aceitação por parte do cliente de trabalhos anteriormente realizados na Venezuela.

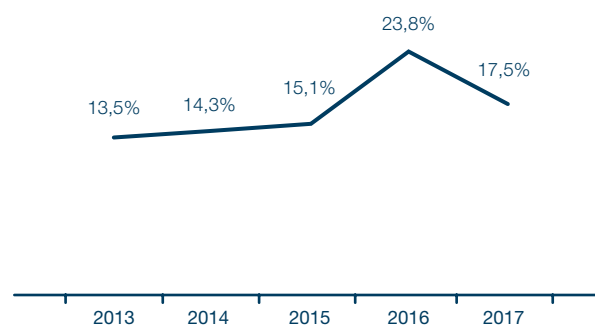
A valorização do justo valor das propriedades de investimento em 2017 resulta essencialmente da reclassificação do edifício 1 do Lagoas Park de “Ativo Fixo Tangível” (valorizado ao custo amortizado) para “Propriedade de Investimento” (valorizado ao justo valor de mercado). Esta reclassificação resultou da colocação do edifício 1 no mercado, em consequência da concentração das empresas do Grupo no edifício 2 do mesmo empreendimento.

Analisando este indicador por setores, verifica-se, no mapa que se segue, comportamentos muito díspares das diferentes áreas de negócio em função das características próprias de cada atividade e dos respetivos mercados de atuação.

Setor de Atividade	2017	2016	Var (%)
Construção	52.928	61.099	(13,4%)
Concessões e Serviços (*)	7.935	17.749	(55,3%)
Imobiliária (*)	62.823	107.104	(41,3%)
Hotelaria	11.297	9.191	22,9%
Distribuição	25.161	43.234	(41,8%)
Energia	-	4.025	-
Automóvel	26.518	32.672	(18,8%)
Não afetos a segmentos	(5.309)	(8.956)	40,7%
Eliminações	1	(220)	-
	181.354	265.898	(31,8%)

EBITDA por Setores de Atividade
(Valores em milhares de euros)
(*) - Valores de 2016 reexpressados

A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** registou uma diminuição face ao ano passado, passando de 23,8% para 17,5% em 2017.



Evolução da Margem EBITDA / Volume de Negócios

Os **Resultados Financeiros** foram negativos em 102.443 milhares de euros em 2017, enquanto que em 2016 os resultados financeiros haviam sido negativos em 126.899 milhares de euros.

	2017	2016	Var (%)
Custos e perdas financeiros:	(170.416)	(295.643)	42,4%
Juros suportados	(65.886)	(83.488)	21,1%
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(68.554)	(200.695)	65,8%
Outros custos e perdas financeiros	(35.976)	(11.460)	(213,9%)
Proveitos e ganhos financeiros:	65.765	179.020	(63,3%)
Juros obtidos	10.087	16.881	(40,2%)
Diferenças de câmbio favoráveis	53.191	159.483	(66,6%)
Descontos de pronto pagamento obtidos	5	50	(90,0%)
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.482	2.606	(4,8%)
Resultados relativos a atividades de investimento:	2.208	(10.276)	-
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	2.217	8.570	(74,1%)
Dividendos	2.728	1.652	65,1%
Outros investimentos	(2.529)	1.048	-
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	(208)	(21.546)	99,0%
Resultados financeiros	(102.443)	(126.899)	19,3%

Resultados Financeiros
(Valores em milhares de euros)

Este indicador registou uma variação positiva de 24.456 milhares de euros face ao período homólogo, destacando-se o contributo das seguintes variações:

- Variação positiva de 25.849 milhares de euros, resultante da redução do saldo das diferenças de câmbio;
- Variação positiva de 21.338 milhares de euros, resultante do impacto das perdas por imparidade e alienação de direitos na participada “Banco Comercial Português, S.A.”;
- Variação positiva de 17.602 milhares de euros, resultante da redução dos juros suportados;
- Variação negativa de 24.516 milhares de euros, resultante do aumento dos outros custos financeiros;
- Variação negativa de 6.353 milhares de euros dos resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos;
- Variação negativa de 3.577 milhares de euros da rubrica “outros investimentos”.

O Imposto sobre o Rendimento atingiu em 2017 o montante de 34.534 milhares de euros, enquanto que no período homólogo se havia fixado em 30.411 milhares de euros.

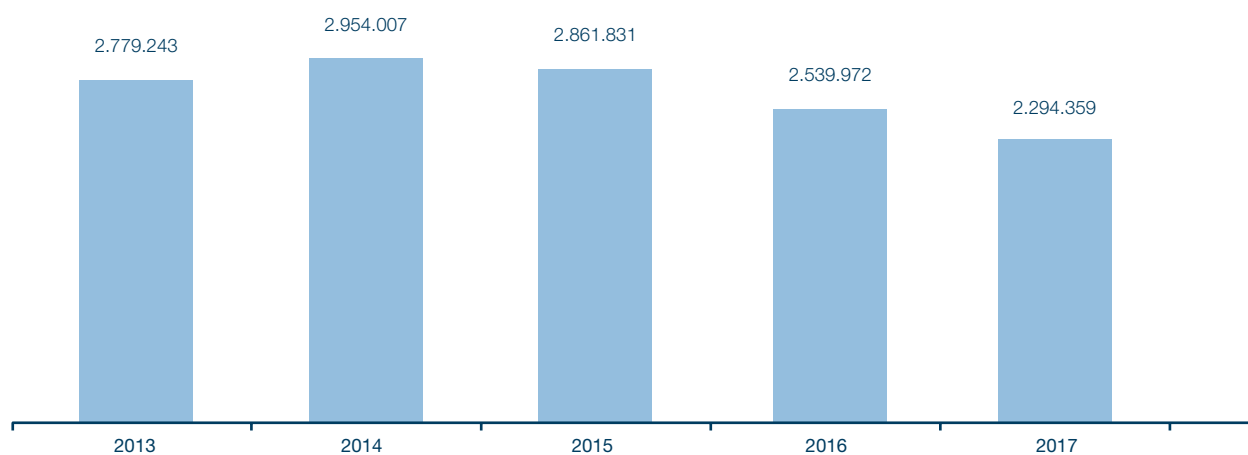
	2017	2016	Var (%)
Imposto corrente	(54.652)	(40.339)	(35,5%)
Imposto diferido	20.118	9.928	102,6%
	(34.534)	(30.411)	(13,6%)

Imposto sobre o Rendimento
(Valores em milhares de euros)

	2017	2016	Var (%)
Ativo			
Ativos não Correntes	975.026	1.418.027	(31,2%)
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	154.265	180.908	(14,7%)
Outros Ativos Correntes	710.088	902.260	(21,3%)
Detidos para venda	454.980	38.777	1073,3%
Total do Ativo	2.294.359	2.539.972	(9,7%)
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	367.566	395.769	(7,1%)
Interesses não Controlados	41.277	49.041	(15,8%)
Total Capital Próprio	408.843	444.810	(8,1%)
Passivo			
Empréstimos	1.008.278	1.314.007	(23,3%)
Provisões	35.797	43.500	(17,7%)
Outros Passivos	491.565	713.293	(31,1%)
Detidos para venda	349.876	24.362	1336,2%
Total Passivo	1.885.516	2.095.162	(10,0%)
Total Passivo e Capital Próprio	2.294.359	2.539.972	(9,7%)

Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Valores em milhares de euros)

O **Total do Ativo Líquido** diminuiu 9,7% em relação a 31 de dezembro de 2016, tendo-se fixado em 2.294.359 milhares de euros.

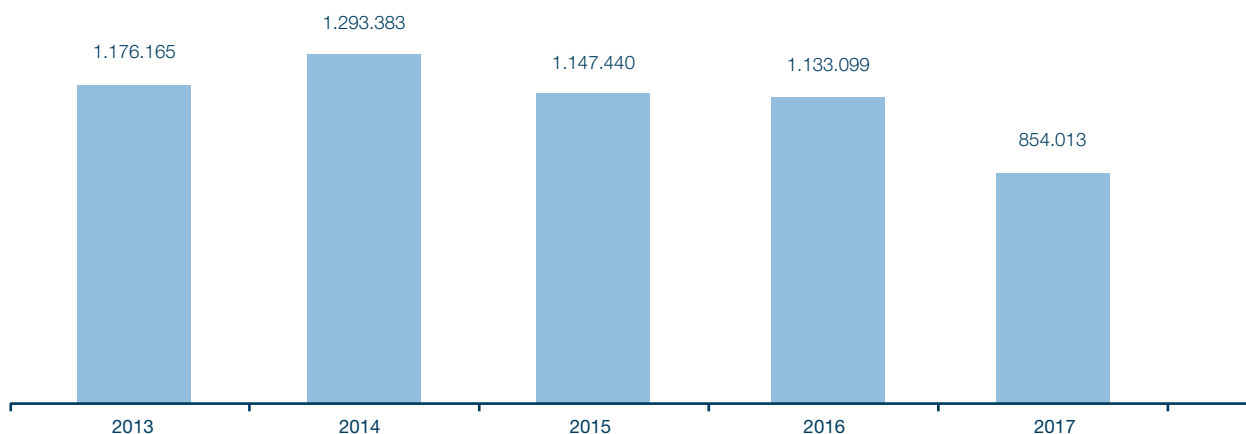


Evolução do Ativo Líquido
(Valores em milhares de euros)

O **Endividamento líquido** registou um decréscimo de 279.086 milhares de euros em relação ao final do ano passado, tendo-se fixado, a 31 de dezembro de 2017, em 854.013 milhares de euros.

De referir a este propósito, que, a diminuição do endividamento líquido de 279.086 milhares de euros é decomposta da seguinte forma:

- Redução efetiva de 126.696 milhares de euros;
- Reclassificação para “Passivos Detidos para Venda” de 152.390 milhares de euros.



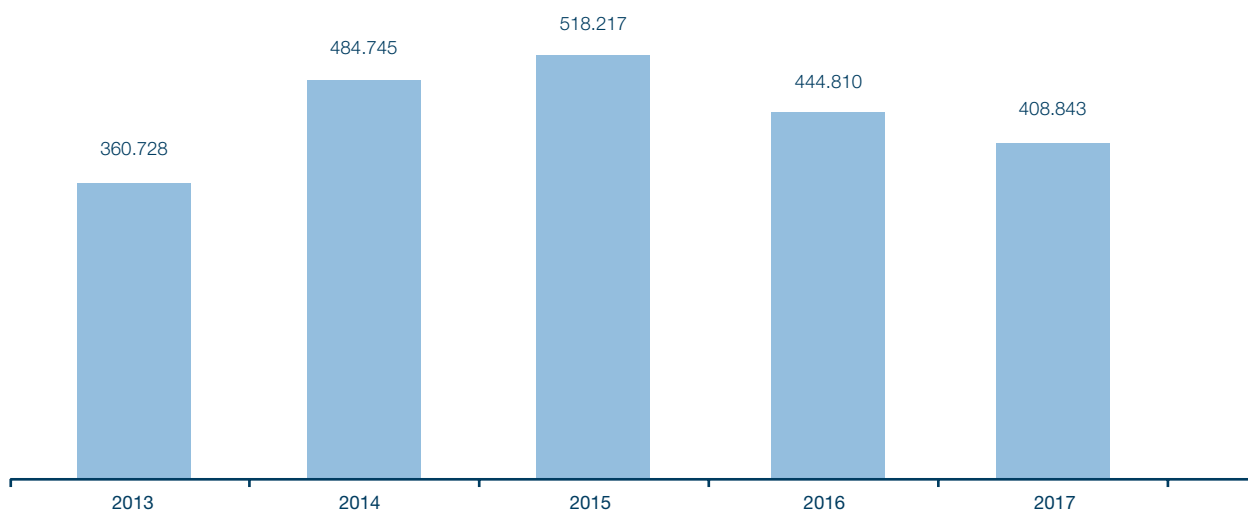
Evolução do Endividamento Líquido
(Valores em milhares de euros)

O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** diminuiu 28.203 milhares de euros, passando de 395.769 milhares de euros para 367.566 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de 7,1% em relação a 31 de dezembro de 2016.

O **Total do Capital Próprio** registou uma quebra de 8,1%, tendo-se fixado em 408.843 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

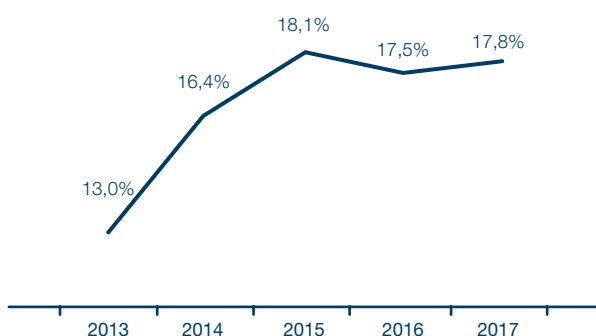
- Resultado líquido negativo de 3.232 milhares de euros;
- Impacto negativo de 35.140 milhares de euros, resultante da conversão cambial registada em função da desvalorização das divisas em que o Grupo opera face ao Euro;

- Impacto negativo resultante da alienação da participação que o Grupo detinha no “Setor da Energia”, relativamente à qual estavam registados interesses não controlados no montante de 7.207 milhares de euros;



Evolução do Capital Próprio
(Valores em milhares de euros)

A **Autonomia Financeira** passou de 17,5% em 31 de dezembro de 2016 para 17,8% em 31 de dezembro de 2017.



Evolução da Autonomia Financeira

APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores de atividade e mercados, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma apresentado no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, reportado à situação da sociedade e do Grupo em 31 de dezembro de 2017, refere-se que hoje as Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

Fruto de um longo trabalho realizado em 2017 – que incluiu a implementação de um sistema de gestão de *compliance* no

Grupo Teixeira Duarte –, já em fevereiro de 2018 foi aprovado pela "Teixeira Duarte, S.A.", como extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, o designado "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", que consagra numa versão revista e atualizada às novas realidades legislativas e conjunturais, desenvolvimentos e adaptações daquele que era o Código existente desde 2015, sendo este novo documento, à semelhança do anterior, de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores de tais entidades.

A "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC), como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve atualmente a sua atividade em diferentes Áreas de Atuação, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas Centrais de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e de Propostas.

Ainda no âmbito das estruturas da TD-EC existem outras duas Direções Centrais que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo: A Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia e a Direção Central de Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, existe um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas equipas - que se encontram também identificadas no Organograma reportado a esta data e apresentado no início deste Relatório - destacar-se-ão de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2017, começando-se pelas duas referidas estruturas integradas na TD-EC e só depois então pelas incorporadas no mencionado Centro Corporativo.

A **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento e renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do Grupo e do Processo de Controlo Interno de Produção de Estruturas Metálicas da TD-EC. Destaca-se a extensão das certificações dos sistemas

de gestão da Segurança (OHSAS 18001), da Qualidade (ISO 9001) e do Ambiente (ISO 14001) para o mercado brasileiro na TD-EC, e a realização conjunta das auditorias de terceira parte das empresas detentoras dos principais referenciais de sistemas de gestão e sediadas em Portugal, incluindo a transição das certificações ISO 9001 e ISO 14001 para as versões normativas de 2015.

Foi dada continuidade ao processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do Grupo, à realização das auditorias internas na modalidade interempresas e ao apoio às diversas áreas comerciais, de produção e à gestão das instalações fixas, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, nomeadamente para Angola, Argélia, Brasil e Moçambique.

Atenta à crescente importância das redes de conhecimento no desenvolvimento das atividades de IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) nomeadamente no domínio da indústria da construção, manteve-se o apoio dado às estruturas produtivas da Teixeira Duarte, na sua integração e participação nas comissões e grupos de trabalho das sociedades científicas e plataformas tecnológicas, em estreita colaboração com as universidades e laboratórios nacionais e alargando estas parcerias a consórcios estrangeiros. De realçar neste domínio:

- A participação no *TWG eCO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator* da *EFFC, European Federation of Foundation Contractors*, com o objetivo de contribuir para uma nova política de dentro desta organização e alargada aos seus membros, em matéria de sustentabilidade da atividade de geotecnia e fundações;

- A continuidade no envolvimento no projeto *COST ACTION TU1404 "Towards the next generation of standards for service life of cement-based materials and structures"*, com o fabrico de betões e vários ensaios das propriedades do betão em diferentes idades na fase experimental, intitulada "*Main phase*". No âmbito das atividades de normalização, a TD-EC participa na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil e preside a subcomissão SC10, órgão técnico que visa a emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais e integra ainda o grupo de trabalho WG3 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração da versão DIS da norma ISO 22477-5 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 5: Testing of grouted anchors*, com publicação prevista para meados de 2018.

Destaque ainda para a implementação do Sistema de Gestão de *Compliance*, estruturando um conjunto de práticas empresariais associadas à integridade e à conformidade com a lei e com as regras internas da organização e que culminou com a já supra referida publicação do novo Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte.

O **Laboratório de Materiais**, integrado na Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia diretamente ligado ao Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, está acreditado desde 1996 pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) e encontra-se instalado no "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

No decorrer do ano em análise, realizou-se um grande número de ensaios de resistência mecânica (flexão/compressão) a prismas de caldas de injeção, no âmbito da fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0 do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa.

Deu-se continuidade ao apoio técnico aos laboratórios de Angola, Moçambique e Argélia. Foram realizadas avaliações de resistência característica do betão à compressão "in situ", para o laboratório de Angola.

O Laboratório de Materiais colaborou com o departamento técnico comercial na elaboração de orçamentos na área dos agregados e betões para a participação em concursos, nomeadamente, para a Modernização do troço Covilhã-Guarda, para a Modernização da linha do Leste troço Elvas-Fronteira e para a Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines, tendo ainda realizado uma campanha de ensaios de caracterização de agregados e vários estudos de composição de betões com agregados provenientes da pedra APS e ASIC – Agregado Siderúrgico Inerte para a Construção proveniente da Siderurgia Nacional do Seixal.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** desenvolveu a sua estratégia de atuação fundamentalmente para a TD-EC, mas apoiando também algumas outras empresas do Grupo, estendendo a sua atuação às várias geografias onde o Grupo atua, nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo como principais objetivos o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Gestão logística e de transportes de mercadorias por via aérea, marítima e terrestre, nas vertentes de importação e de exportação, incluindo operações triangulares.

Em **Portugal**, a atividade de *procurement* assumiu particular relevância nos processos cujas mercadorias se destinavam aos diversos projetos em curso no mercado angolano, decorrente da conjuntura económico-financeira do país. De modo a dar cumprimento ao contratualmente estabelecido em Angola, nomeadamente nas obras do Lubango, foram desenvolvidas parcerias estratégicas com novos fornecedores, cuja vontade de crescer e desenvolver a sua relação com o Grupo foi evidente.

Relativamente ao mercado nacional, foi utilizado o modelo de *procurement* que está definido para a empresa, o qual comporta uma configuração mista (híbrida) conjugando centralização com descentralização de compras. Neste formato, assumiram-se maioritariamente aquisições de mercadorias com importância estratégica para a organização (ex: aço e betão), regra geral de grandes volumes, quer em quantidade quer em valor, de modo a potenciar a criação de sinergias e o aumento do poder negocial junto dos fornecedores, obtendo-se assim uma economia de escala.

Na área da Logística, a constante necessidade de rentabilização das taxas de ocupação dos equipamentos geridos pela Direção de Equipamento, implicou uma análise e definição estratégica de soluções de transporte marítimo, que permitissem a sua movimentação entre países, no melhor prazo e nas condições económicas mais favoráveis.

Verificou-se também nesta área, um aumento significativo nas solicitações de novos estudos de mercado, os quais comportam a análise dos custos de toda a cadeia logística, nomeadamente custos de exportação no país de origem, custos de transporte terrestre, aéreo e/ou marítimo e custos de importação no país de destino.

O desenvolvimento contínuo de ferramentas informáticas que permitam simplificar e agilizar os processos operacionais, tem-se revelado de extrema importância para o aumento da eficácia das áreas de Compras e Logística.

Foi dada continuidade ao processo de reestruturação e redimensionamento da estrutura de recursos humanos desta Direção, no sentido de melhor adequar a Equipa às necessidades e exigências dos clientes internos da Organização e de permitir uma rotação adequada das pessoas pelos mercados.

Na **Argélia**, a estratégia nas áreas das Compras e Logística, assentou na promoção da contínua mobilização internacional de colaboradores de modo a maximizar o potencial das equipas e adequar eficazmente a resposta às necessidades dos projetos em curso, nomeadamente da obra do AGB, devido ao elevado

número de processos de importação. Em simultâneo, foi dado seguimento ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na captação e desenvolvimento de quadros locais.

Na **Colômbia**, a área da Logística desenvolveu os processos de importação em articulação com os Parceiros e Entidades locais, num contínuo processo de maturação, suportado por deslocações pontuais ao mercado de colaboradores da equipa de Portugal.

De um modo geral, foi ainda potenciado o envolvimento das diferentes áreas do negócio, na otimização dos processos e disponibilização de soluções que proporcionem níveis acrescidos de eficácia e que possam contribuir para o aumento do nível de satisfação do cliente final. Procurou-se, igualmente, sistematizar a replicação nos mercados, de procedimentos utilizados pela estrutura central em Portugal, tendo em consideração a realidade do país e as suas características particulares, com o propósito de proporcionar uma uniformização de procedimentos de trabalho que potenciem maior eficiência e integração.

No âmbito de atuação da **Direção Central de Recursos Humanos**, refira-se que a Teixeira Duarte prossegue uma atuação de adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

O número médio de trabalhadores registou uma diminuição de 6,3% face a 2016.

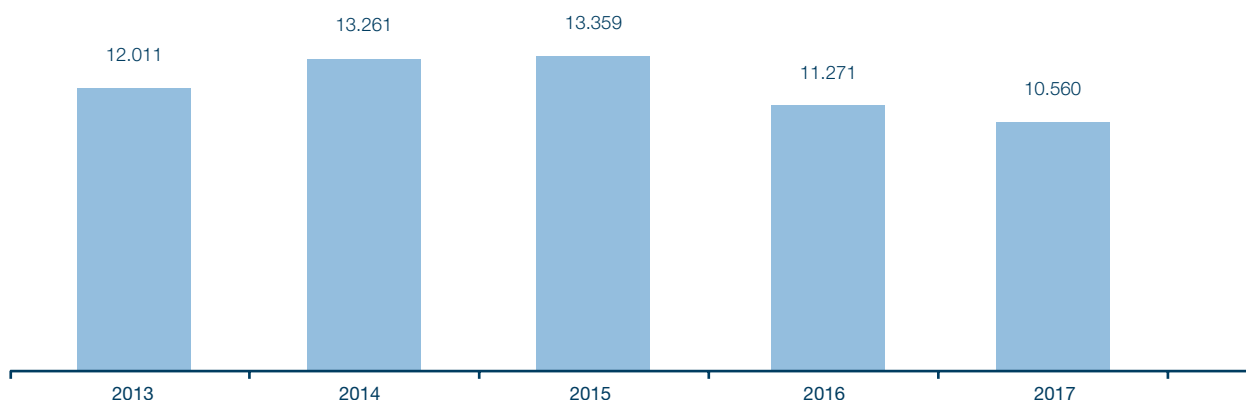
O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2017 era de 10.245 e em igual data de 2016 era de 10.485, ou seja, decresceu 240 trabalhadores, o que corresponde a uma variação negativa de 2,3%.

A este propósito, devemos referir que as alienações das participadas “RECOLTE, S.A.” e da “TDARCOL, S.A.” (e suas participadas) que operavam, respetivamente, nos setores das Concessões e Serviços e Energia, tiveram um impacto na redução de 601 colaboradores.

Ainda no âmbito dos setores, registou-se uma redução de colaboradores na Distribuição e no Automóvel e um aumento no setor da Construção.

Por mercados, o Grupo teve uma variação negativa em Angola, Argélia e Moçambique e positiva no Brasil, essencialmente em consequência do aumento de atividade no setor da Construção nesse país.

Tem sido seguida uma política de Qualificação Profissional nos diversos mercados em que o Grupo opera, tendo as atividades qualificantes internas assumido um papel relevante, não só porque mais adequadas e específicas, mas também porque menos onerosas.



Evolução do Número
Médio de Trabalhadores

Globalmente, em 2017, na Teixeira Duarte realizaram-se atividades qualificantes que abrangeram 41.472 formandos e que totalizaram 167.999 horas de volume de formação registado, o que, face a 2016, representou um aumento de 23% e de 14%, respetivamente.

Em Portugal foram desenvolvidas atividades qualificantes que abrangeram 8.038 formandos, totalizando 72.304 horas de volume de formação, sendo que 62.412 horas resultaram de formação nas seguintes áreas: acolhimento e *on job*, segurança, higiene e saúde do trabalho, línguas, bem como em diversos domínios da engenharia civil.

Sobre os dados referentes às atividades qualificantes desenvolvidas no mercado português, em comparação com os restantes mercados, note-se que aquelas abrangeram 19% dos formandos e representaram 43% das horas do volume de formação registado.

Para além da importância das atividades que importam para a integração e desenvolvimento da carreira profissional dos colaboradores, em particular daqueles que a iniciam na Teixeira Duarte, outras há que importam para a qualificação dos colaboradores e, paralelamente, para a satisfação de requisitos e exigências várias, tanto de proveniência nacional, como internacional.

Neste sentido e no seguimento de atividades levadas a cabo anteriormente no âmbito do *Building Information Modeling (BIM)*, o ano de 2017 foi marcado pela evolução e incremento de atividades formativas internas neste âmbito, prevendo-se a sua continuidade em anos posteriores.

Sobre as referidas atividades, releve-se que abrangeram 164 formandos a laborarem em quatro mercados – Angola, Brasil, Moçambique e Portugal –, perfazendo um total de 1.192 horas de volume de formação.

Ainda no âmbito destas atividades, realce-se que a TD-EC foi distinguida com o primeiro lugar da categoria de “Construção e Coordenação” do “Prémio de Excelência BIM” deste ano, numa cerimónia realizada durante o Fórum da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC).

O prémio foi atribuído ao projeto BIM desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, liderada pelo Departamento de Projeto da Teixeira Duarte para o “Hospital da Luz – Clínica de Oeiras”, que o promoveu em colaboração ativa com a obra e se focou especialmente na deteção de erros e omissões e antecipação de incompatibilidades.

Cabe, também, referir que a implementação do BIM no setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte se iniciou em 2016 e conta com uma equipa central especializada de apoio a outras áreas de atuação ou empresas do Grupo, onde se incluem atividades formativas aos colaboradores do mesmo.

Em **Angola**, as atividades formativas do Grupo abrangeram, ao longo do ano de 2017, 26.497 formandos do Grupo TD e totalizaram um volume de formação de 64.850 horas, destacando-se naquelas a execução de atividades qualificantes internas, quer em sala, quer *on job*, não só em áreas técnicas dos diferentes negócios, dando continuidade ao trabalho anteriormente realizado, mas também em novas áreas introduzidas no segundo semestre, no âmbito do novo modelo de formação, designado por “VBE”, que incorpora três áreas chave de desenvolvimento – Valores (V), Base (B) e Específica (E) –, o qual apresenta diferentes temáticas, em cada uma das áreas chave.

Com a implementação deste novo modelo, que se estende ao Grupo em Angola, visa-se permitir o acesso à qualificação profissional de todos os colaboradores do mesmo, independentemente do sector em que trabalha e do grupo profissional a que pertence.

Para a execução do referido modelo, desenharam-se conteúdos apropriados, tendo-se em conta o seguinte:

- O alinhamento estratégico com a Administração, a cultura e os valores críticos da Empresa, que deverão ser conhecidos e praticados transversalmente por todos os quadros do Grupo.
 - As necessidades qualificantes identificadas pelos diferentes setores e áreas de atuação do Grupo em Angola.
 - O perfil dos formandos e o respetivo contexto de atuação, designadamente funções e grau de responsabilidade.
- Tal como referido anteriormente, grande parte da atividade qualificante desenvolvida pelas Academias, ao longo do ano de 2017, integrou-se no modelo VBE.

Para a dinamização destas atividades, o Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) desempenhou, uma vez mais, um papel chave, congregando atividades e esforços do Grupo, permitindo, assim, qualificar colaboradores em condições muito favoráveis à aprendizagem, quer pela abrangência quer pela qualidade com que são promovidas.

Paralelamente, e pelo quinto ano consecutivo, realizou-se o Projeto Fazer Pescar, no contexto do qual se proporcionaram atividades que qualificaram 66 participantes, tanto na vertente social como profissional, abrangendo um total de cinco turmas

distribuídas pelos dois semestres. Quando completadas as 360 horas de atividades formativas, 35 formandos foram integrados no setor de atividades da Distribuição (Maxi, Dakaza e Nilo), 12 no Colégio São Francisco de Assis, 12 no Setor Automóvel (TDA e VAUCO) e 7 na Imobiliária.

Relativamente à equipa de formadores, refira-se que todas as atividades são ministradas por formadores internos, contando-se com a participação de formadores de todos os setores envolvidos.

Este foi também o ano para se criarem condições para a introdução de novas metodologias de aprendizagem, nomeadamente através da plataforma de *e-learning* Moodle, que servirá para apoio à aprendizagem em contexto de *e-learning* e *b-learning*.

Para além das referidas atividades, foram ainda realizadas no CDP várias iniciativas de *assessment* centre promovidas pelos diferentes negócios do Grupo, com o objetivo de avaliar conhecimentos, competências e perfis de candidatos a recrutar, de forma a permitir uma seleção mais rigorosa dos futuros quadros da Teixeira Duarte, ajustada aos objetivos de cada negócio.

Na **Argélia**, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 1.191 formandos, que totalizaram 1.652 horas de volume de formação, inserindo-se aquelas, em particular, no domínio da segurança e higiene e saúde no trabalho, o que traduziu a preocupação no investimento de medidas cujo foco se centrou na salvaguarda da vida dos trabalhadores, a par do cumprimento de obrigações de natureza diversa.

No **Brasil**, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 2.978 formandos, totalizando 9.966 horas de volume de formação, centrando-se estas nas áreas da segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como no acolhimento e formação *on job*.

Para o crescimento observado, concorreu a implementação e desenvolvimento do SAP - RH neste mercado, a qual foi apoiada pela estrutura da Qualificação Profissional, da Direção Central de Recursos Humanos, cuja principal preocupação foi formar os utilizadores, replicar modelo de registo descentralizado, monitorização de desempenhos e assegurar a fiabilidade dos processos e respetivos dados, evidências e, por conseguinte, informação histórica.

Em **Espanha**, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 828 formandos, que totalizaram 5.926 horas de volume

de formação, sendo que 4.809 se inseriram no domínio da segurança, higiene e saúde do trabalho, ambiente e equipamentos.

Em **Moçambique**, foram ministradas atividades que abrangeram 1.940 formandos, totalizando 13.302 horas de volume de formação.

É de realçar que 11.339 horas deste volume corresponderam a atividades que se inseriram no domínio da profissionalização (*on job*), nas áreas específicas da hotelaria, bem como na área da segurança, higiene e saúde do trabalho.

Para além da formação, em 2017 destaca-se a intensa atividade de recrutamento e seleção, sobressaindo, neste contexto, a pesquisa e ampliação das respetivas fontes, cuja cooperação com as mesmas - centros de formação e estabelecimentos de ensino profissional, secundário e superior -, se traduziu na celebração de protocolos e concessão de estágios, bem como na motivação de candidaturas dos formandos, alunos e profissionais diplomados por aquelas, que se integraram em processos de seleção, dos quais resultaram contratações de colaboradores para na Teixeira Duarte desenvolverem carreira profissional e, paralelamente, prosseguirmos no sentido de renovarmos gerações de colaboradores.

Para a ampliação do alcance da atividade de recrutamento levada a cabo, foi, igualmente, importante a introdução de melhorias no site - *recruit* da Teixeira Duarte, através do qual foram rececionadas diariamente múltiplas candidaturas.

Em 2017 foram rececionadas mais de 5.000 candidaturas, as quais constam em base de dados e têm servido para os diferentes processos de seleção, o que permite conduzir os mesmos com autonomia e com custos mais reduzidos.

O **Serviço de Medicina do Trabalho** manteve a prestação da sua atividade a dezassete empresas do Grupo em Portugal, bem como o apoio aos serviços de saúde de Angola, Moçambique e Argélia.

O desenvolvimento da atividade foi orientado em dois eixos de ação:

- Vigilância da saúde dos trabalhadores, concretizada através da realização de 2.137 exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença;
- Promoção da saúde, concretizada através da realização de rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos. Estas ações foram desenvolvidas em diversas instalações do Grupo, em território nacional.

- Foi criado um novo espaço de divulgação periódica, de informação de saúde da responsabilidade do serviço na *Homepage* do Portal Corporativo.

No âmbito e em execução da sua política de **Responsabilidade Social**, destaca-se a continuidade do programa "Todos Damos", aprovado pelo Conselho de Administração da TD,SA e extensível a todas as entidades e colaboradores do Grupo.

Fiel aos seus Valores a Teixeira Duarte sempre assumiu um papel atuante no que se refere ao bem-estar dos seus trabalhadores e das respetivas famílias, tendo vindo a entender dever focalizar as opções ao apoio a projetos sociais através de uma posição institucionalizada dirigida a organizações de solidariedade social e que envolva ela também os próprios colaboradores numa ação direta.

O programa Todos Damos é, assim, um corolário de outras iniciativas anteriores, consistindo no apoio a pessoas através do cofinanciamento por parte de Empresas do Grupo Teixeira Duarte a projetos ou instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores também queiram apoiar diretamente.

Com efeito, os colaboradores indicam uma instituição com intervenção social para a qual pretendem contribuir e a Teixeira Duarte disponibiliza uma comparticipação para as instituições decididas apoiar no valor de duas vezes a quantia que os colaboradores pretendam contribuir para com elas.

De acordo com o regulamento do programa, a TD,SA anuncia o orçamento disponibilizado para este efeito em cada ano, sendo que para 2017 este teve a quantia global afeta de 100.000€. Entre donativos de 18 colaboradores e donativos da Teixeira Duarte, foram reunidos 17.805€ e 413.502,00Kwz (quatrocentos e treze mil, quinhentos e dois kwanzas), distribuídos por diversas instituições em Portugal e Angola.

No seguimento do redimensionamento da estrutura realizado pela **Direção Central de Informática** durante o ano anterior, em 2017 prosseguiu-se a implementação de uma nova articulação de funções, migrando, das periferias, tarefas adequadas à execução remota, nomeadamente as relacionadas com segurança e gestão de sistemas. Com a centralização dos processos passou a realizar-se um acompanhamento integrado, garantindo uniformidade de procedimentos e maior eficiência dos meios.

Durante 2017 ocorreram em todas as geografias múltiplas alterações legislativas que obrigaram à adaptação de aplicações e ou parametrização, sendo as mais relevantes em Portugal,

Espanha e Brasil.

Foram desenvolvidas novas aplicações para (i) a Secretaria Corporativa – para registo e gestão da informação societária, articulação com o arquivo informático de documentos e avisos para monitorização de cumprimento de obrigações e prazos; (ii) para a Direção de Equipamento, com novas transações e funcionalidades para apoio à gestão; e (iii) para a Direção de Recursos Humanos, foram desenvolvidas e implementadas as aplicações de gestão de benefícios aplicável no Brasil, suporte ao processo de admissão descentralizado e pedido de serviços aos Recursos Humanos área Internacional.

Foi lançada em produtivo uma plataforma de *cloud* privada, integrando um conjunto de ferramentas colaborativas, o que permitiu a desativação de vários servidores de partilha de ficheiros e a melhoria significativa da qualidade de acesso aos dados. Foi continuada a centralização de e-mail com redução do número de servidores e sua dispersão, tornando o serviço mais seguro e resiliente.

No âmbito de um alargado processo de mudança das sedes de todas as empresas do Grupo em Angola, construiu-se um novo *Datacenter*, num processo acompanhado pela estrutura central desta Direção, que executou, inclusivamente, todas as tarefas de migração técnica e física, com reformulação das comunicações e centralização de acesso à internet para todas as empresas nas suas novas instalações.

Reforçou-se a monitorização dos ambientes remotos e implementaram-se novas plataformas de firewall, com capacidade de filtragem de conteúdos, tendo como objetivo manter um nível adequado de segurança e disponibilidade dos sistemas.

A Teixeira Duarte prosseguiu em 2017 com a otimização da sua **Direção Central de Finanças e Contabilidade** tendo concretizado o reforço das plataformas informáticas com o objetivo de otimizar e uniformizar processos em todas as geografias onde o grupo opera em ordem a aumentar a eficácia do controlo centralizado dos principais processos e registo de operações.

APRECIAÇÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, realça-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2017, com especial

destaque para o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2016, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral

Na sequência da reunião da Assembleia Geral de 27 de maio de 2017, foram aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente a de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, a proposta de manutenção da situação existente de domínio total sobre a sociedade “LAGOAS PARK, S.A.” e a proposta de aquisição e alienação de ações próprias, também apresentada pelo Conselho de Administração.

Dividendos

A Assembleia Geral aprovou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propôs que os resultados líquidos

individuais da TD,SA apurados no exercício de 2016, no montante de 7.092.173,40 (sete milhões noventa e dois mil cento e setenta e três euros e quarenta centimos), tivessem a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal:	5.500.000,00 €
Para reforço das reservas livres:	752.173,40 €
Para dividendos aos acionistas:	840.000,00 €

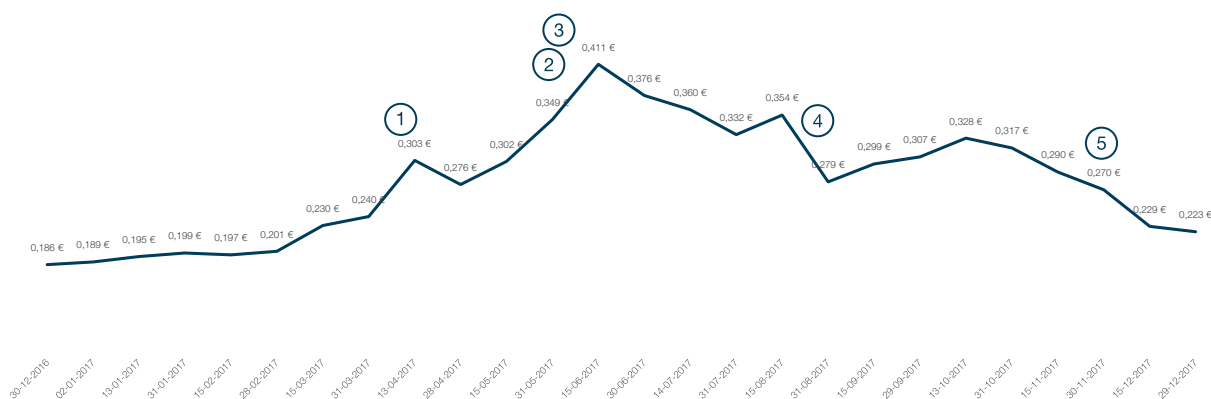
Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.

Durante o ano de 2017, as ações sofreram uma valorização de 20% subindo de 0,186€ em 31 de dezembro de 2016, para 0,223€ em 30 de dezembro de 2017.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 54.228.820 ações, com um volume de negócios no montante de 16.738.648,59€.

Em 31 de dezembro de 2017, a cotação era de 0,223€ e, na data de 24 de abril de 2018, era de 0,275€.

No gráfico infra verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2017:



Cotação Teixeira Duarte, S.A.

Notas:

- 1 - Divulgação dos Resultados referentes ao Exercício de 2016 - 07/04/2017
- 2 - Aprovação do Relatório e Contas referente ao Exercício de 2016 - 27/05/2017
- 3 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Trimestre de 2016 - 30/05/2017
- 4 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 1º Semestre de 2016 - 29/08/2017
- 5 - Apresentação de Contas consolidadas referentes ao 3º Trimestre de 2016 - 30/11/2017

IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando, o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2017, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.



IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas, das Obras Ferroviárias e das Obras Marítimas, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço, de uma Direção Central de Equipamentos, de um Serviço de Propostas, bem como de um "Pólo Operacional Teixeira Duarte", instalado num terreno com uma área superior a 130.000m² e que constitui uma enorme valia adicional para a empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC) - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos, em particular na área das Infraestruturas.

Em 2017 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Marrocos, Moçambique, Peru, Reino Unido e Venezuela.





IMOHEALTH - HOSPITAL CUF TEJO
Lisboa - Portugal

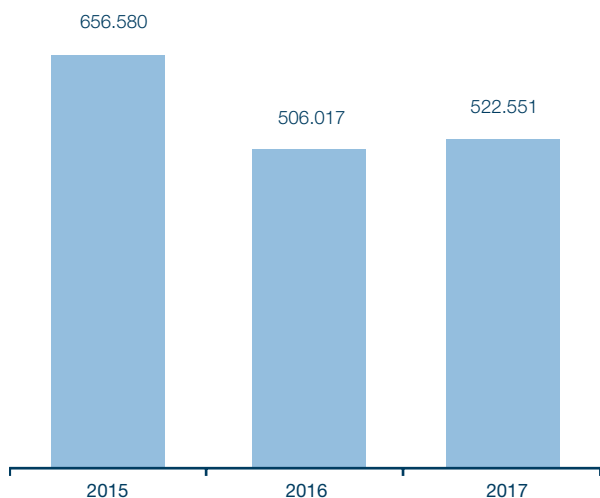
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios da Construção aumentou 3,3% face ao período homólogo de 2016, devido, essencialmente ao crescimento conseguido no mercado nacional.

Com efeito, Portugal registou um aumento de 44,9% face ao ano passado, essencialmente devido ao bom desempenho conseguido no mercado privado da Construção.

Os mercados externos, por seu lado, diminuíram, globalmente, 3,8% em relação a 2016, pois as subidas verificadas em Angola e Brasil de 10,5% e 74,9%, respetivamente, não compensaram as descidas registadas na Argélia, em Moçambique e na Venezuela.

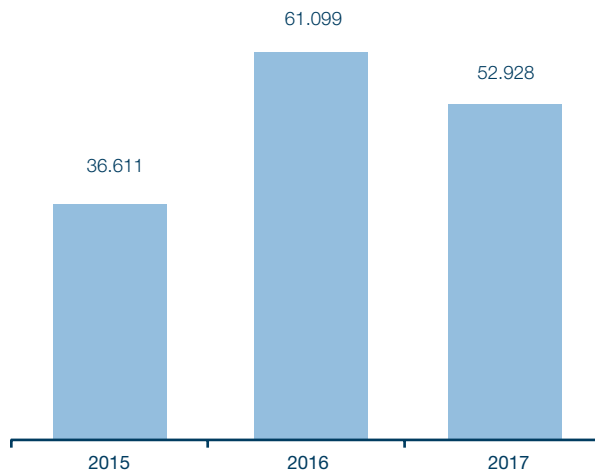
Em 2017 o mercado externo representa 79,6% do volume de negócios da Construção.



Evolução do Volume de Negócios da Construção
(Valores em milhares de Euros)

O EBITDA na Construção registou um decréscimo de 13,4% em relação ao ano de 2016.

Apesar da diminuição verificada, importa realçar o bom desempenho da Construção em 2017 face ao período homólogo, tendo presente que o EBITDA de 2016 teve um impacto de 40.270 milhares de euros resultante da aceitação por parte do cliente de trabalhos anteriormente realizados na Venezuela.



Evolução do EBITDA da Construção
(Valores em milhares de Euros)

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 608.817 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma descida de 6,6% em relação a 2016.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é a área de atuação da TD-EC que abrange a Geotecnia e Fundações e a Reabilitação, bem como a Direção de Projetos que, para além de concentrar um núcleo de engenharia e investigação de referência na empresa e no mercado, coordena a implementação do sistema BIM (Building Information Modeling) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte.

A atuação da Teixeira Duarte nesta Área é caracterizada por intervenções em projetos de elevada complexidade técnica e dimensão, tanto em empreitadas públicas como privadas, contando com recursos humanos altamente especializados e tecnicamente preparados, apoiados por equipamentos próprios de vanguarda tecnológica.

Na vertente da Geotecnia e Fundações concebem-

se e executam-se Soluções Técnicas de Engenharia de Fundações, Estudos Geológicos, Prospeção Mineira, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injeções, Jet-Grouting, Betão Projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na vertente da Reabilitação realizam-se trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitetónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Na vertente da Direção de Projetos desenvolvem-se e executam-se Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta Direção a coordenação e implementação do BIM (Building Information Modeling) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos nesta tecnologia e criação de procedimentos internos.

Contrariando a tendência dos anteriores exercícios, a atividade desenvolvida na Área da Geotecnia e Reabilitação registou

em 2017 um aumento significativo dos proveitos totais, tendo-se alcançado o valor de cerca de 78,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 57,4% relativamente ao exercício de 2016.

Em **Portugal**, apesar de se notar uma retoma no setor da construção, esta deveu-se quase em exclusivo ao mercado da reabilitação em edifícios, mantendo-se o setor, na sua vertente pública, deficitário devido à falta de concursos para infraestruturas públicas.

Neste contexto, regista-se um aumento significativo (mais 77%) das propostas apresentadas relativamente ao ano anterior, devido nomeadamente aos concursos para clientes privados, que totalizaram ao longo do ano o valor global de 103 milhões de euros.

Relativamente aos proveitos obtidos em 2017, os mesmos atingiram os 28,6 milhões de euros, contribuindo em 36,4% para os proveitos totais alcançados nesta área de atuação.



BRISA CONSOLIDAÇÃO DE ATERRO KM 25+700 DA A9 - CREL - INJEÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO
São Julião Do Tojal - Portugal

Destaca-se a execução das seguintes empreitadas:

- Continuação da reparação dos pilares/estaca do viaduto sul da Ponte Vasco da Gama, para a "LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.";
- "Escavação, contenção periférica e estrutura até ao piso zero" do hospital CUF Tejo, para a empresa do Grupo Mello, "IMO HEALTH - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.";
- "Estabilização do Miradouro de S. Pedro de Alcântara com minimização de terraplenagens", para a CML – Câmara Municipal de Lisboa;
- "Construção do Contrato 1 – Terraplenagem, Estacas e Infraestruturas", em consórcio, para a nova fábrica da Navigator, em Cacia;
- "Reabilitação/reforço estrutural da Igreja da Graça, em Lisboa", para a "Fábrica da Paróquia de Stº André e Stª Marinha Graça, Lisboa";
- "Reabilitação do Altar-Mor, Nave, Coro-Alto, incluindo automatização da iluminação do Interior da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, em Lisboa", para a "Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto".

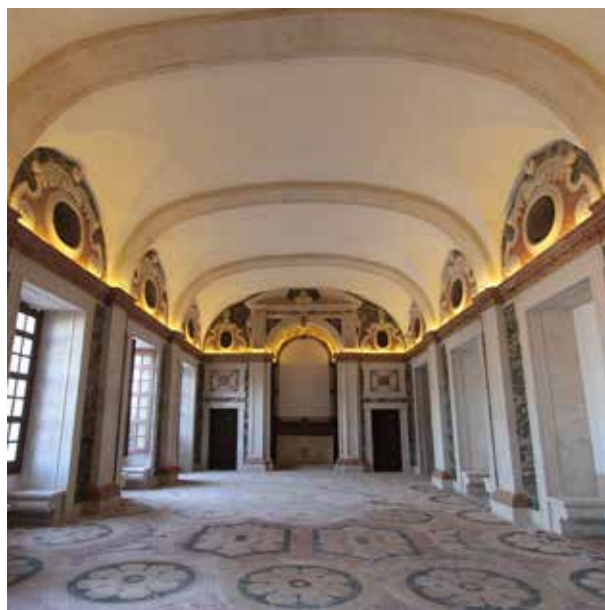
No segundo semestre de 2017 foram iniciadas algumas empreitadas com prazo de execução plurianual que terão impacto significativo no ano de 2018, nomeadamente:

- "Demolição, Contenção de Fachada, Escavação e Contenção Periférica do Quarteirão D. João I no Porto", para a "Interfundos – Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", na qualidade de entidade gestora e representante do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imopromoção – Portuguese Real Estate Development Fund e do Fundo Aberto de Investimento Imobiliário – AF Portfólio Imobiliário;
- "Expansão da Área de Filtros, nas Instalações da Tabaqueira", em Albarraque, para a "Tabaqueira – Empresa Industrial de Tabacos, S.A.";
- "Demolição do Edifício Existente na Calçada Marquês de Abrantes, 11 a 25 em Lisboa, Escavação Geral e Contenção Periférica para 4 caves, incluindo fundações indiretas", para a "QUANOBLE, Lda."

Apesar de se verificar um maior desenvolvimento e acompanhamento da gestão comercial junto dos potenciais clientes, com adjudicações de obras já confirmadas num valor de cerca de 7 milhões de euros, é expectável para 2018 uma redução de proveitos em Portugal.



CML - ESTABILIZAÇÃO DO MIRADOURO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Lisboa - Portugal



REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DA IGREJA DA GRAÇA
Lisboa - Portugal



INTERFUNDOS - QUARTEIRÃO D. JOÃO I - DEMOLIÇÃO, CONTENÇÃO DE FACHADA, ESCAVAÇÃO E CONTENÇÃO PERIFÉRICA
Porto - Portugal



IMO HEALTH - ESCAVAÇÃO, CONTENÇÃO PERIFÉRICA E ESTRUTURA PISO 0 - HOSPITAL CUF TEJO
Lisboa - Portugal



REABILITAÇÃO DA IGREJA DA NOSSA SENHORA DO LORETO
Lisboa - Portugal

Em **Angola**, a atividade, embora ainda condicionada pela crise financeira e económica que afeta o país nos últimos anos, registou em 2017 um crescimento significativo em relação aos valores obtidos em 2016, devido à execução de importantes obras, tendo os proveitos atingido o montante de cerca de 10 milhões de euros.

Destaca-se a conclusão das empreitadas:

- Fundações indiretas e respetivos maciços dos silos de malte e milho da Fábrica de Cerveja da STI, para a "S. Tulumba-Investimentos e Participações, Limitada", no Lubango;
- Fundações e contenção periférica para o edifício de escritórios "Avenida Portugal", sito na Avenida de Portugal, em Luanda, para a "SOMAGUE ANGOLA - Construções e Obras Públicas, S.A.";
- Contenção periférica provisória na ETAR da Sodimo, para a "SOMAGUE ANGOLA - Construções e Obras Públicas, S.A.";
- Consolidação de apoios e reparação de vigas de betão armado

do edifício sede da "IMOGESTIN, S.A.", em Luanda;

- Fundações indiretas e respetivos maciços para os Silos da Fazenda Filomena, para a "COGIMBO Imobiliária, Lda.", em Luanda;
- Fundações indiretas da Fábrica de Vidro da "Embalvidros", para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", em Luanda;
- Cortina de estacas na ligação da Estrada da Sonils, para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", em Luanda,
- Furação e injeção para impermeabilização e furação para drenagem do "Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca", para a "Construtora Norberto Odebrecht".

E o início de outras importantes empreitadas, nomeadamente:

- Contenção periférica e escavação e para execução do High Tech Tower, para a "Afrique Imo Corporation, SA", em Luanda;
- Fundações indiretas para as "Linhas de Transmissão de Laúca", para a "OMATAPALO - Engenharia & Construção, S.A.", troço Catete-Laúca;
- Reforço de proteção contra explosão para os Edifícios de Armazém e Manutenção - "Blast Protection Retrofit Work

Phase 2 for the Warehouse and Maintenance Buildings", para a "Angola LNG Limited – Sucursal de Angola".

Apesar da difícil conjuntura económica e financeira de Angola, o valor de propostas apresentadas, manteve o nível do ano anterior, num montante global de cerca de 30 milhões de euros.

Para o exercício de 2018 e face aos projetos atualmente em curso e perspectivas comerciais conhecidas, prevê-se que os proveitos operacionais mantenham os valores obtidos no ano anterior.

Na **Argélia**, 2017 foi um ano de manutenção da atividade nesta área de atuação, tendo os proveitos atingido um valor idêntico ao ano anterior. A crise energética continua a afetar este importante mercado, condicionando abertura de concursos públicos para novas infraestruturas.

Realça-se a execução e conclusão das empreitadas:

- Complexo Siderurgique de Bellara-El Milia- Pieux 0510mm, para a "Elecnor S. A. Butec S. A. L. Ute Elecnor Butec",



AFRIQUE IMO CORPORATION - ESCAVAÇÃO E CONTENÇÃO PERIFÉRICA
Luanda - Angola

sendo o cliente final a "Algerian Qatar Steel, SPA";

- Base Navale de Jijel – Zone A – 6 Blocs d'hébergement des officiers – Fondations spéciales –Pieux, para a ETB/TCE Ouali Kamel e para a HTMT, sendo o Dono de Obra o Ministère de la Défense Nationale.

No segundo semestre de 2017 foram iniciadas importantes empreitadas, com prazo de execução plurianual, que terão impacto significativo no exercício de 2018, nomeadamente:

- Étude et Execution d'Excavation et de Soutènement Periphérique d'un Immeuble à usage de Bureaux dans le Quartier d'affaires de Bab Ezzouar, para o "Groupe ETRHB Haddad SPA" ;
- Étude, la réalisation des aires de travail e de transfert, les infrastructures maritimes et génie-civil, les fournitures et l'installation d'un complexe élévateur à bateaux d'une capacité de levage égale ou supérieure à 9000 tonnes et la formation de techniciens, para o "ECRN - Établissement de Construction et de Réparation Navales", a integrar na área das Obras Marítimas.

Em 2018, está prevista a retoma de algumas empreitadas na área das fundações, integradas em grandes projetos de infraestruturas rodoviárias, que devido à conjuntura económica do país se mantiveram suspensas para reavaliação.

Prevemos uma taxa de ocupação de equipamento para 2018 próxima dos 100%, perspetivando-se um crescimento significativo dos proveitos operacionais neste mercado face ao exercício de 2017.



CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT - EMPREITADA A.H. LAUCA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INJEÇÃO PARA IMPERMEABILIZAÇÃO E FURAÇÃO PARA DRENAGEM
Angola

No **Brasil**, apesar da conjuntura económica ter dado mostras de alguma retoma ao longo do ano de 2017, o investimento público foi ainda muito reduzido e grande parte do investimento privado que se perspetiva, nomeadamente nos projetos de infraestruturas, não se efetivou.

Ainda assim, esta área de negócios registou o maior valor de proveitos desde que se encontra neste mercado, equivalentes a 30,5 milhões de euros, a que corresponde um crescimento de 40,2% face ao exercício anterior.

A continuação dos trabalhos relativos ao contrato para a "Execução das Obras de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz", em Florianópolis, para o DEINFRA – Departamento de Infraestruturas de Santa Catarina, contribui significativamente para o valor alcançado no exercício.

No período em análise, destacam-se, na área de Geotecnia e Fundações, as seguintes obras:

- Execução de Contenção em Estacas Prancha do Dique C do Canal Piaçaguera, nas Instalações do Terminal Portuário da Usiminas, Cubatão, São Paulo, para a VLI;

- Execução de Fundações da Ponte do Rio Flecheiras, Estrada de Ferro de Carajás, Marabá, Estado do Pará, para o Consórcio EMPA-SOMAFEL.

Foi assinado um contrato com a "Construtora Queiroz Galvão, S.A.", para a Execução de Fundações em Estacas Escavadas, para Implantação de Obras de Arte Especiais, no Contorno de São Sebastião (Lote 4), em São Paulo, cuja consignação se prevê ser formalizada, durante o segundo trimestre de 2018.

Na área da Reabilitação, assinalam-se os seguintes contratos, alguns ainda em curso:

- Execução das Obras de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, para o "DEINFRA – Departamento de Infraestruturas de Santa Catarina";
- Manutenção das Pontes de Concreto Armado da Estrada de Ferro Vitória-Minas, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para a "Vale, S.A. ";
- Recuperação da Ponte de Jacundá, na Estrada de Ferro de Carajás, em São Bento de Tocantins, Estado do Pará, para a "Vale, S.A. ";



VLI - CONTENÇÃO EM ESTACAS PRANCHA - CANAL PIAÇAQUERA
Cubatão - Brasil

- Obras Civas de Reforço Estrutural, no Prédio do Moinho na Unidade de Salvador, Estado da Bahia, para a "J. Macêdo".

Durante o exercício em análise apresentaram-se 135 propostas num valor de 681 milhões de euros, registando-se um aumento significativo face ao ano anterior, superior em 45%, quer em número de propostas, quer em valor.

Para 2018, com a recuperação do preço internacional do minério de ferro, perspectiva-se que alguns dos projetos estudados ao longo de 2017 para empresas do setor mineiro, venham a ser concretizados pelo que se estima um incremento dos proveitos operacionais face ao exercício anterior.

Na **Colômbia**, com a intensificação do posicionamento da Teixeira Duarte e o desenvolvimento comercial, conseguiu-se a concretização de novos contratos, dando continuidade a atividade iniciada no ano anterior, tendo havido necessidade de mobilização de mais equipamentos desta atividade, que se encontra em plena ocupação.

Concluíram-se os trabalhos de Execução de Fundações Especiais, através de Estacas escavadas e Parede Moldada, no empreendimento Provenza Club, em Bucaramanga, Departamento de Santander, para a Prabyc Ingenieros.

Iniciou-se um importante trabalho de Execução de cerca de 25.000 m² de Parede Moldada com espessura de 1.000 mm, no Projeto do Parque del Rio Medellin, para a Subsuelos, trabalho este que se prolonga ainda durante 2018.

De referir adjudicação de novos contratos pelas empresas concessionárias das diversas concessões rodoviárias em construção na Colômbia, cujos trabalhos se iniciaram ainda em 2017 e que prosseguem atualmente ainda em execução:

- Execução de Contenção para os Portais do Túnel do Ocidente, para o Consórcio La Mar 1, em Medellin;
- Execução de Fundações por Estacas para as Unidades Funcionais UF5 e UF7, para o Consórcio Ferropol – Ruto del Cacao, Bucaramanga.



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICO - REFORÇO ESTRUTURAL E RECUPERAÇÃO DE ANOMALIAS DA PONTE D. PEDRO II
Cachoeira - Brasil



CONSÓRCIO EL MAR 1 - TÚNEL DEL OCCIDENTE
Medellin - Colômbia



PRABYC INGENIEROS CLUB EL CONDOMINIO
Bucaramanga - Colômbia

Para ambos os casos, assumem-se fortes perspectivas de que venham a ser adjudicados maiores volumes de trabalho, tendo em atenção o desenvolvimento dos projetos das várias frentes de obra.

Durante o exercício de 2017, estudaram-se e apresentaram-se 20 propostas num valor total de 119 milhões de euros.

Perspetiva-se para o exercício de 2018, um aumento de atividade tendo em atenção a evolução da realização das empreitadas executadas no âmbito das mencionadas concessões rodoviárias, bem como o surgimento de novas obras marítimas que, estando atualmente em fase de projeto tem fortes hipóteses de evoluir favoravelmente durante o exercício agora em curso.

Nos **Estados Unidos da América**, durante o exercício em análise, foi dada continuidade ao contrato de Assistência Técnica com a empresa de construção norte-americana "EIC Associates, Inc", iniciado no ano de 2016.

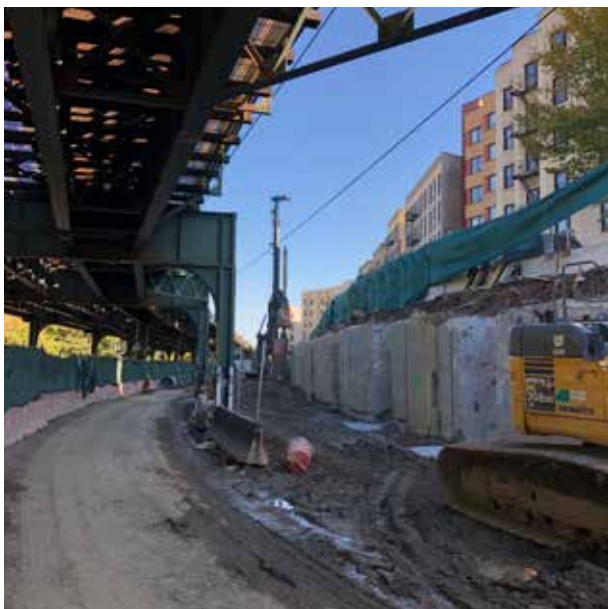
Por forma a dar suporte local à atividade, foi criada uma nova entidade de direito norte-americano, 100% integrada no Grupo e designada de "Teixeira Duarte Construction Services, LLC", a qual passou a ser a titular desse contrato de assistência técnica.

Em **Nova Iorque** e na cidade de Newark realizaram-se, com participação da referida participada de direito local, as seguintes empreitadas, algumas ainda em curso:

- Reconstruction of Jerome Ave. Retaining Wall - Borough of the Bronx, para o NYC-DDC - Department of Design and Construction;
- Morton Street Bulkhead Restoration – West Manhattan, para o HRPT - Hudson River Parks Trust, NY;
- Citywide Ferry Service Program - Phase A - Steel Pipe Piles Installation over East Hudson River – Furação em rocha com recurso à BG-20H sobre barça, em uma de várias localizações;
- 58 Elm Street, Newark – Execução de 132 estacas de trado contínuo diâmetro 600mm – para a Bratek Builders, LLC.

Durante o exercício de 2017 estudaram-se e apresentaram-se propostas num valor aproximado de 350 milhões de USD, idêntico ao exercício anterior.

Em análise e com forte possibilidade de concretização, estão os trabalhos de cerca de 30.000 ml de estacas, pelo método de trado contínuo, em obra já contratada pela "EIC Associates, Inc", na cidade de Nova Iorque.



NYC DDC - RECONSTRUCTION OF JEROME AVE. RETAINING WALL SOLDIER PILES INSTALLATION THROUGH BORED PILES AND TEMPORARY CASINGS-
Nova York - EUA



NYC EDC & SKANSKA USA BUILDING INC - INSTALAÇÃO DE CAIS FLUTUANTES PARA FERRY BOATS - EXECUÇÃO DE ESTACAS METÁLICAS - RIO HUDSON
Nova York - EUA

Dado o grande e crescente volume de obras atualmente em execução nesta região, alicerçado pelos programas públicos de investimento em curso, nomeadamente nas áreas de reabilitação de obras de arte - em estrutura metálica ou de betão armado - e em trabalhos de fundações especiais, perspectiva-se que o ano de 2018 seja de crescimento da atividade, neste novo mercado.

Em **Marrocos**, desenvolveram-se as relações comerciais com várias empresas e organismos públicos, tendo sido apresentadas diversas propostas para importantes empreitadas o que permite alimentar boas perspectivas de êxito num futuro próximo.

Em **Moçambique**, a continuação da crise macro económico-política contribuiu para a continuidade da retração da atividade da construção, tendo esta área de negócios registado uma descida de cerca de 22,5% dos proveitos.

No exercício em análise concluíram-se as empreitadas de:

- Execução de fundações por estacas para a Nova Embaixada dos EUA, para a "PERNIX Construction", na Cidade de Maputo;
- Reabilitação de Passadiço de Betão Armado, para o "TCM - Terminal de Carvão da Matola".

No mesmo período iniciaram-se os trabalhos de:

- "Reabilitação da Ponte de Manhica", para os "CFM - Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P.";
- "Reabilitação da Ponte Metálica do Ferry-boat Maputo-Catembe", para os "CFM - Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P".

No aludido enquadramento da conjuntura em Moçambique, o valor global das propostas apresentadas diminuiu em cerca de 57% relativamente ao exercício anterior, tendo totalizado um montante global de cerca de 32 milhões de euros.

Para 2018 e face ao envolvimento que se tem mantido ao longo dos últimos anos no acompanhamento de importantes concursos, encara-se o próximo exercício com elevado otimismo, tendo em atenção a perspectiva de celebração de novos contratos.

Como referido anteriormente, está organicamente integrada nesta Área a Direção de Projetos: estrutura de elevado cariz técnico e que desenvolve e executa Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia e tem assumido a coordenação da implementação do BIM no Grupo Teixeira Duarte.

Além dos estudos e projetos técnicos executados para obras da própria empresa, a Direção de Projetos tem assento nos principais Fóruns e Conferências Técnicas de Engenharia, com apresentação de artigos e comunicações de casos práticos realizados em obras projetadas e realizadas pela empresa ou em estudos de investigação.

Com efeito, a Direção de Projetos integra a Comissão Técnica do Eurocódigo 7, CT115/SC7, que procede atualmente à sua revisão com o horizonte 2020 e, no âmbito da participação como Membro Especialista no WG3 da CT156 da ISO/TC182/SC1 “Testing of Geotechnical Structures” para desenvolvimento da EN ISO 22477-5 “Geotechnical investigation and Testing – Testing of Geotechnical Structures – Part 5: Testing of Anchorages”, esta equipa participou, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), nas reuniões de trabalho que se realizaram em Lisboa e Berlim, para a edição da norma, que se prevê que seja editada durante o ano de 2018.

Relativamente à implementação do BIM (Building Information Modeling) no Setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte, recorda-se que este tem sido um trajeto iniciado no segundo semestre de 2016, tendo-se em 2017 consolidado as atividades de formação, divulgação interna e externa, desenvolvimento de projetos nesta tecnologia e criação de procedimentos internos.

A 19 de outubro de 2017 a TD-EC foi distinguida com o 1º lugar no Prémio de Excelência BIM 2017 para a categoria de “Construção e Coordenação”, com o projeto BIM Hospital da Luz, Clínica de Oeiras, promovido pela Comissão Técnica BIM Portuguesa (CT 197 – BIM), entidade qualificada pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), responsável pela normalização do BIM e sua implementação em Portugal. Este prémio constou da outorga de um troféu, correspondente certificado e selo digital e promoveu uma interessante divulgação na comunicação social acerca da atividade da empresa na área do BIM.

É de destacar também a participação da equipa coordenadora do BIM na Teixeira Duarte no “Lisbon Lab Consulting Project”, desenvolvido em parceria com o The Lisbon MBA (Universidades Católica/Nova) entre os meses de setembro e novembro, no âmbito do qual se analisaram a adoção do BIM ao nível global e nacional, a transição da empresa para o sistema BIM e as boas práticas para sua implementação.



CFM - REPARAÇÃO DE PONTE CAIS
Maputo - Moçambique



CFM - REABILITAÇÃO DA PONTE DA MANHIÇA
Moçambique

Na área das **EDIFICAÇÕES**, a TD-EC mantém uma atuação importante, abrangendo a construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações.

A retoma que no ano em análise se fez sentir no mercado nacional, permitiu o aumento significativo do volume de trabalho realizado em Portugal mas, ainda assim, perto de 80% do total dos trabalhos foram realizados nos mercados externos, onde se registaram reduções em Angola e Moçambique e aumentos na Argélia e no Brasil.

No global, o volume de faturação alcançado foi semelhante ao de 2016, mas a assinatura no início de 2018 de alguns contratos de valor significativo e o facto de outros se encontrarem em fase adiantada de negociação, permite encarar 2018 com otimismo, estimando-se que a faturação desta área de atuação venha a ser superior à conseguida em 2017.

Refira-se ainda a importância que os grandes ajustes nos meios de produção em cada país têm tido, para manter estruturas com dimensão e características adequadas às grandes oscilações que os vários mercados sofreram, no decurso dos últimos anos. Só assim tem sido possível conseguir uma boa ocupação e consequentemente a melhor rentabilidade dos meios de que a empresa dispõe. Para isto, em muito tem contribuído a elevada disponibilidade, sentido de responsabilidade e envolvimento com os compromissos da Empresa manifestado pelos colaboradores.

Em **Portugal** destacam-se os seguintes trabalhos mais relevantes:

No setor dos serviços:

Foi concluída a empreitada de Construção do Edifício Pingo Doce, no Lote 34 do empreendimento “Quinta de Cravel”, em Vila Nova de Gaia, para empresa do Grupo Teixeira Duarte;

Foi também concluída a empreitada de construção civil, acabamentos, estrutura e águas e esgotos, do Centro Comercial Cascais Shopping para a “CASCAISHOPPING - Centro Comercial, S.A.”, em Cascais;

No centro de Lisboa, foram iniciadas as remodelações de três edifícios de escritórios, para cliente privado, sócio histórico do Grupo em Macau:

- o Edifício da Praça Marquês de Pombal nº 14, com 11 Pisos (2 caves + 9 pisos acima do solo) e uma área bruta de construção

de 7.879 m²;

- o Edifício da Rua Camilo Castelo Branco nº 44, com 15 Pisos (6 caves + 9 pisos acima do solo) e uma área bruta de construção de 7.881 m²;

- o Edifício da Rua Barata Salgueiro nº 37, com 4 Pisos e zonas comuns (9 pisos) e uma área bruta de construção de 1.347 m².

No setor da saúde:

Para a “SURGICARE - Unidade de Saúde, S.A.” foi realizada a empreitada de alterações e ampliação da Clínica de Oeiras - Lote D e concluída a empreitada de alterações e ampliação da Clínica de Oeiras - Lote C.

Prosseguiram os trabalhos da empreitada de escavação, contenção e estruturas até ao piso zero, do “Hospital Cuf Tejo” Fase II, para “IMOHEALTH - Investimentos Imobiliários. Unipessoal, Lda.”, em Alcântara, Lisboa.

Já no início de 2018, foi assinado o contrato para a execução da empreitada de construção da obra de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do mesmo Hospital CUF Tejo, obra com um prazo previsto de 16 meses e com o valor total estimado de 52,3 milhões de euros.

O contrato de empreitada assinado no passado dia 13 de fevereiro de 2018, envolve a execução da estrutura, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do novo Hospital CUF Tejo, que contará com seis pisos acima do solo e quatro pisos enterrados. Uma área bruta de construção de cerca de 73.000 m² que compreenderá áreas destinadas a estacionamento nos pisos -4 a -2 e centros de especialidade e serviços nos restantes pisos.

Recorde-se que a participação da TD-EC neste projeto de grande dimensão começou em 2016 com a fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0. O valor global de ambas as empreitadas totalizará 65,4 milhões de euros.



HALCYON - RECUPERAÇÃO E ALTERAÇÕES DE EDIFÍCIO NA LAPA
Lisboa - Portugal



HOSTELING YOU - EDIFÍCIO MY STORY HOTEL AUGUSTA
Lisboa - Portugal

Na área da hotelaria:

Em Vila Lara, Armação de Pêra, prosseguiram os trabalhos da empreitada geral de alterações/ampliação da Vila 2 para célula 7, para “GOLDTUR - Hotéis e Turismo, S.A.”.

Foi iniciada a empreitada de fundações e estruturas de betão armado do “Cegonha Hotel, Apartamentos e SPA”, para a “Palco dos Desejos Unipessoal, Lda.”, no Carvalhal, concelho de Grândola. Neste mesmo complexo hoteleiro, foi iniciada a Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais da segunda fase da Construção do “Cegonha Hotel Apartamentos e SPA”.

Foi terminada a empreitada de conclusão de reabilitação do Edifício sito na Calçada do Ferragial nº 9 a 13, em Lisboa, para a “PARIMOB- Investimentos Imobiliários Lda.”.

Proseguiu a empreitada de estrutura e acabamentos do edifício designado “Rua Augusta 109”, para a “HOSTELING YOU, Lda.”, em Lisboa, que dará lugar ao “My Story Hotel Rua Augusta”.

Na área da habitação:

Foi concluída a empreitada de construção de edifício de habitação e comércio/serviços – “Villa Torrinha” para a sociedade do grupo, “IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.”, em Algés, Oeiras.

Para a “Liberdade 40 - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.” concluiu-se a empreitada de demolição e execução de reforços estruturais do edifício “Liberdade 40”, no centro de Lisboa, no qual se iniciou ainda a empreitada de acabamentos e instalações especiais.

Deu-se início à empreitada de recuperação e alteração do edifício de habitação sito na Rua Buenos Aires nº 11 e 11A, para a “HALCYON - Investimentos Imobiliários, S.A.”, na zona da Lapa, em Lisboa.

Também em Lisboa, iniciou-se a empreitada de remodelação de edifício de habitação sito na Avenida D. Carlos I, nº42-42B, para a “Dom Carlos I do Tojo, Lda.”.

No Estoril, junto à marginal, iniciou-se a empreitada de um empreendimento de apartamentos de gama elevada designado “Monte Estoril Ocean Residence”, para a “MONESTORIL Investimentos, Lda.”.



SURGICARE - HOSPITAL DA LUZ
Oeiras - Portugal



IMOHEALTH - HOSPITAL CUF TEJO
Lisboa - Portugal



EDIFÍCIO LIBERDADE 40
Lisboa Portugal



PARIMOB - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO TV FERRAGIAL
Lisboa - Portugal



NARCIPROMOV - REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIOS
Lisboa - Portugal



NARCIPROMOV - REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIOS NA RUA
CAMILO CASTELO BRANCO
Lisboa - Portugal ISBOA_



MONESTORIL - OCEAN RESIDENCE
Monte Estoril - Portugal



NARCIPROMOV - REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIOS NO MARQUÊS POMBAL
Lisboa - Portugal



PALCO DOS DESEJOS - HOTEL CEGONHA
Comporta - Portugal

Em **Angola** manteve-se a redução dos proveitos, pois toda a atuação foi fortemente condicionada pela dificuldade na obtenção das divisas necessárias à importação de materiais e equipamentos necessários à concretização das empreitadas.

Ainda assim, destaca-se a realização das seguintes empreitadas:

Na área dos serviços:

Para a “S. Tulumba - Investimentos e Participações, Lda.” foi realizada a empreitada de Acabamento do Armazém nº3, no Parque Logístico da STI, no Lubango e iniciada, também na mesma cidade, a empreitada de Construção do Edifício Sede da STI.

Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte “CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.”, foi executada a Peixaria na loja da Maxi Maianga, em Luanda e iniciada a empreitada da Maxi Via Expresso, em Viana.

Para o Grupo Teixeira Duarte realizou-se a empreitada de construção do Centro de Processamento de Dados, nas renovadas instalações sede das empresas do Grupo, no Morro Bento.

Iniciou-se a empreitada de Construção do Edifício sito na Avenida 1º Congresso do MPLA, em Luanda, para instalação de loja da marca do Grupo “Dakaza”.

Na área industrial:

Foi concluída a Construção do Centro Logístico e de Distribuição de Luanda (CLOD), para o consórcio “MERCASA - INCATEMA CONSULTING, S.L.”, em Viana.

Para a “S. TULUMBA - Investimentos e Participações, Lda”, foram iniciadas as seguintes empreitadas no Lubango:

- Fundações de Fábrica de Cerveja;
- Construção Fábrica Cerveja - Estrutura Metálica e Acabamentos;
- Fundações e Estrutura da Fábrica de Refrigerantes e Águas.

Foi ainda executada a padaria industrial para a loja da Maxi sita no Morro Bento, para a sociedade do Grupo Teixeira Duarte “CND - Companhia Nacional de Distribuição”.



S. TALUMBA - FABRICA DE CERVEJA NO COMPLEXO STI
Lubango - Angola



COOPERATIVA ESSANDJÚ - EDIFÍCIO KUAQUIÉ
Luanda - Angola



CONSÓRCIO MERCASA - INCATEMA CLOD
Luanda - Angola

Na área da saúde:

Prosseguiram os trabalhos da empreitada de conceção e construção dos acabamentos do edifício 1, estrutura das caves dos edifícios 2 e 3, arranjos exteriores e central técnica, para a “CSE Talatona, Lda.”, em Talatona, Luanda Sul;

Igualmente para este cliente, foi concluída a empreitada de conceção construção da estrutura em elevação dos Edifícios 2 e 3, do Centro Médico de Talatona, também em Luanda Sul; e

Continuou-se, também para a mesma entidade, a execução da empreitada de remodelação do Serviço de RX da Clínica Sagrada Esperança, na Ilha de Luanda.

Na área da habitação:

Para a “Cooperativa Essandjú, SCRL”, foi concluída a empreitada geral de construção do Edifício Kuaquie, na Ilha do Cabo, em Luanda. Para este mesmo cliente e na mesma urbanização, foram concluídos os trabalhos do Edifício Kamba Diame - empreitada de construção da estrutura de betão armado do Edifício - Lote 32 e iniciada a empreitada de construção de arquitetura e instalações especiais do mesmo edifício.

Ainda na mesma urbanização, prosseguiu a Empreitada de Construção do Edifício do Lote 39, Parcela 3, para cliente privado.

Para empresa do Grupo Teixeira Duarte, foi concluída a Empreitada de Construção de 40 Moradias T1 e respetivas infraestruturas no Condomínio “Villa Sul”, em Luanda Sul.

Foram ainda iniciados trabalhos no “Edifício Sky Residence”, em Luanda, para dois clientes privados: a remodelação do Piso 23 e o acabamento do Apartamento do Piso 24/24 G.



COOPERATIVA ESSANDJÚ - EDIFÍCIO DYEJI
Luanda - Angola

Na **Argélia** regista-se um fraco grau de investimento público e privado, com a quase inexistência de concursos públicos e o atraso no início de algumas obras já contratadas.

Com efeito, destacam-se os seguintes factos evidenciadores da retração verificada neste país:

Devido a dificuldades várias relativas à empreitada de construção do parque de estacionamento de Sidi Yahia, em Argel (Direction des Déplacements, des Transports e de la Circulation de la Wilaya d'Argel), não foi possível reunir condições para prosseguir com os trabalhos, pelo que o contrato foi rescindido por mútuo acordo;

Foi rescindido o contrato para a Reabilitação e Renovação da Residência El Mithak, em Regime de Conceção/Construção para Direction General de La Residence El Mithak, em Argel, obra que não chegou a ser iniciada;

Está suspensa a empreitada de modernização do Hotel Albert 1er, para a “Entreprise de Gestion Touristique du Centre EPE/SPA”, em Argel, aguardando alterações profundas ao projeto por parte do dono da obra.

Ainda assim, realizaram-se ainda trabalhos nesta área das edificações, dos quais se destaca, no setor dos serviços, os trabalhos na empreitada de construção da nova sede do AGB, para o “Gulf Bank Algeria -A.G.B.”, em El Biar, Argel. Trata-se de uma obra marcante na cidade de Argel. Com 24 pisos elevados e uma arquitetura arrojada, será certamente, sob o ponto de vista dos materiais e das soluções técnicas utilizadas, um dos edifícios mais modernos e sofisticados da capital Argelina.

No **Brasil** concretizou-se o já esperado aumento da faturação, que quase triplicou a do ano anterior, apesar do país continuar numa situação difícil sob o ponto de vista político, social e económico. A atuação do setor neste mercado tem estado orientada para nichos de mercado menos afetados pelas referidas condicionantes e para clientes que valorizam a forma de atuar da Teixeira Duarte.

De destacar que, fruto de um já longo trabalho de posicionamento no mercado e em concreto do intenso trabalho de estudo e preparação de propostas realizado em 2017, no dia 1 de março de 2018 o consórcio liderado pela Teixeira Duarte (com 32,9%), recebeu da “Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A.” – empresa do Grupo Vinci Airports –, o contrato e a respetiva ordem de serviço para a execução do “Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do aeroporto de Salvador, em regime de empreitada integral, na

modalidade EPC (Engineering, *Procurement* and Construction) turn-key por preço global”, com vista à execução e reforma e expansão do aeroporto de Salvador, que inclui a execução de projeto executivo, a construção de um novo terminal e respetivas pontes de embarque, construção de edifício de ligação do novo terminal ao terminal existente e remodelação do terminal existente e a melhoria ao nível das pistas de pouso e descolagem e taxiways. O prazo previsto para execução da obra é de 20 meses e o valor total da empreitada ascende a cerca de R\$ 600 milhões de reais, correspondentes a 149,6 milhões de euros.

Para além desta referência especial, assinalam-se as principais obras realizadas em 2017:

Na área dos edifícios escolares:

Foi concluída a Execução da 2ª Etapa da Obra do Projeto Integração Básico - Clínica: Mais Pesquisa para a Saúde - CCS/ UFRJ, para a “Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB”, no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



HCHN - EDIFÍCIO HOSPITALAR UNIDADE IV
Niterói - Brasil



IURD - CENÁCULO DE CURITIBA
Curitiba - Brasil

Foi realizada a reforma e execução das novas Escolas Bíblicas Integradas, para a IURD, em São Paulo.

Na área dos serviços:

Concluiu-se a empreitada de Execução de Serviços de Terraplenagens, Fundação Profunda, Fundação Direta, Parede Diafragma, Estrutura de Concreto e Metálica, Instalações, Acabamentos e Arranjos Exteriores, para a IURD, em Curitiba - Paraná. Trata-se duma obra de grande dimensão e reconhecida qualidade, tendo sido executada num prazo substancialmente menor que o contratado.

Para o mesmo dono de obra, a Teixeira Duarte participou em outras empreitadas, nomeadamente:

- Realização da Reparação das Cornijas do Templo de Salomão, no Braz - São Paulo;
- Execução da Igreja de Planaltina, nesta cidade do estado de Goiás;
- Início da Construção do Cenáculo de Aracaju, nesta cidade capital do estado de Sergipe;
- Realização da Reforma e Execução do Novo Prédio Administrativo do Brás - Escritório Sede da Engiurd, na zona do Brás, cidade de São Paulo.

Para a Record TV, foi realizada a Reforma da Sala VIP, em São Paulo.

Foi ainda iniciada a empreitada de Reforma do Edifício Barão de Mauá, com fornecimento de materiais, para a “Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia”, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se dum imóvel que foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e no qual funcionou, até há poucos anos, a sede da Companhia Vale do Rio Doce.

Na área da saúde:

Foi concluída a execução de serviços de construção civil e instalações técnicas no Centro Cirúrgico no 3º Pavimento e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), no 4º Pavimento a serem Construídas no Hospital São Lucas, para a “IMPAR - Serviços Hospitalares, S.A.”, em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Foi também concluída a empreitada de “Obras Cíveis para Execução de Acabamentos Interiores e Instalações Especiais do Prédio Imprensa”, para a “PATRYS - Investimentos Imobiliários, LTDA.”, em Niterói, no Rio de Janeiro.

Prosseguiu a construção da nova torre do Hospital Pasteur, incluindo contenção periférica, fundações indiretas e superestrutura. Serão ainda executados os acabamentos e instalações especiais, rede elétrica e de dados, águas e esgotos,

ar condicionado e gases medicinais, para a “ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A. (“Grupo Amil”)), no Méier, no Rio de Janeiro.

Para o mesmo cliente, mas em São Paulo, foi iniciada a empreitada de execução de obras civis, acabamentos e Instalações no Hospital Samaritano.

Realizou-se ao longo do ano a empreitada de Execução do Departamento de Suprimentos e Farmácia Central do Hospital Santa Paula, em São Paulo, para a “Hospital Santa Paula S.A.”.

Também em São Paulo, foi ainda iniciada a Execução da 3ª Fase do Novo Laboratório do Dengue, para a Fundação Butantan.

Em **Moçambique**, manteve-se a redução da atividade, que já tinha marcado o ano anterior, com a conclusão das grandes obras que a Teixeira Duarte vinha concretizando em Maputo e a subsequente deslocação de meios para Portugal e para outros países em que a atuação desta área, nesta fase, está em crescimento.

Apesar dessa retração e adaptação de equipas e meios afetos, prosseguiram os trabalhos em 2017, dos quais se realçam os seguintes:

Área de serviços:

Foi concluída, com sucesso e público reconhecimento pelo cliente, a empreitada de construção de dois edifícios para o Banco de Moçambique, na zona central da cidade de Maputo. Esta obra, inaugurada por sua Excelência o Senhor Presidente da República de Moçambique, no dia 3 de julho de 2017, marca a cidade e o país, pela sua dimensão, estética e tecnologia instalada.

Concluiu-se a construção do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, em Maputo, para a “SOCIGEST - Sociedade de Gestão de Participações, S.A.”.



IMOINVEST - EDIFÍCIO JN02
Maputo - Moçambique

Para a “Kudumba Investments, Lda.” concluiu-se a empreitada de infraestrutura para a instalação de inspeção não intrusiva em linha férrea Namialo-Nampula, na província de Nampula; realizaram-se trabalhos de menor dimensão nas suas instalações dos portos da Beira e de Nacala e foram ainda concluídos os trabalhos da empreitada “Centro de Formação Ghassan Ahmad”, construção de um piso de escritórios no “Edifício Interfranca”, em Maputo.

No porto de Maputo, foi realizada a empreitada de reforço do pavimento e construção de muros de suporte do antigo armazém de açúcar, para a concessionária daquela infraestrutura, a “Maputo Port Development Company”.

Na área da habitação:

Foi concluída a reabilitação e requalificação da Moradia Jonasse, na Matola, para a “IMOINVEST, Construções, Lda.”.

Na área da hotelaria:

Em Maputo, foi iniciada a empreitada de remodelação de acabamentos, instalações especiais e decoração do “Hotel Avenida” unidade hoteleira do Grupo Teixeira Duarte que é das mais importantes da capital.



IMOC - JN 130
Maputo - Moçambique



CLN - OFICINAS DE MANUTENÇÃO DE LOCOMOTIVAS
Nacala - Moçambique



BANCO DE MOÇAMBIQUE - COMPLEXO DE 3 EDIFÍCIOS
Maputo - Moçambique

A Teixeira Duarte reúne no seu portfólio de realizações todo o tipo de obras de **INFRAESTRUTURAS**, tendo executado nomeadamente Estradas e Autoestradas, Pontes e Viadutos, Barragens, Túneis, Ferrovias, Gares Ferroviárias e Interfaces, Obras Portuárias, Construção Ambiental e ainda Infraestruturas de Água e Gás Natural.

A atividade desenvolvida nesta área tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que o Grupo opera. Em 2017 registou-se um nível de atividade semelhante ao de 2016, ainda que se verifique uma redução global de cerca de 33% dos proveitos alcançados nesse ano, devido ao reconhecimento, no exercício de 2016, de trabalhos anteriormente realizados na Venezuela.

A atividade comercial continuou centrada num esforço de crescimento que, tendo sido significativamente intensificada, ainda não logrou resultados significativos compagináveis com os objetivos traçados para o exercício em análise.

Em **Portugal** não se concretizaram as expectativas de crescimento da atividade nem da carteira de obras, sendo que, com o conhecimento atual do calendário para lançamento de novos investimentos no setor, em particular no domínio das infraestruturas de transportes, prevê-se que tal apenas possa suceder a partir do início de 2019. Em 2017, a atividade da área de atuação das Infraestruturas aumentou cerca de 8% face ao ano transato.

As obras e/ou prestações mais relevantes desenvolvidas ao longo do exercício, foram:

- A "Empreitada de Construção Civil para a Instalação Inicial da Subestação de Alcochete 400/60 KV - Obra 52.00", em Alcochete, para a "REN - Rede Elétrica Nacional, S.A.", tendo o contrato sido assinado em 11 de abril de 2016 e a consignação efetuada a 1 de agosto desse ano. Este contrato compreendeu a realização de trabalhos de terraplenagens, fundações diretas, edifícios, infraestruturas diversas, arruamentos e paisagismo, numa área de implantação de cerca de 42.000 m². Tratou-se da primeira empreitada realizada para a "REN - Rede Elétrica Nacional, S.A." para um prazo de execução de 11 meses. A respetiva receção provisória foi concretizada em 23 de junho de 2017, uma semana antes do prazo contratual;
- Em 10 de janeiro de 2018, foi assinado entre a TD-EC e a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.", o contrato para a realização da "Empreitada Geral de Modernização da Linha do Leste no Troço Elvas (inclusive) - Fronteira", com um prazo de execução de 12 meses, tendo a primeira consignação parcial sido efetuada a 5 de março de 2018.

Este contrato, que corresponde à modernização da linha do leste, integrada no corredor internacional sul, entre a estação de Elvas (PK 264+050) e a fronteira com Espanha (PK 275+611), envolve a renovação integral de via e tratamento da plataforma ferroviária numa extensão de 11 Km entre Elvas e a Fronteira, a ampliação e reformulação do atual layout da estação de Elvas, de modo a acolher comboios de mercadorias até 750 metros de comprimento e melhorar a operação de carga/descarga de contentores na plataforma logística de Elvas, a construção de 4 desnivelamentos rodoviários e restabelecimentos para supressão das passagens de nível existentes e a substituição dos tabuleiros e reforço dos pilares, das pontes ferroviárias do Caiola e do Caia.

Globalmente, a carteira em Portugal ascende a cerca de 18 milhões de euros, valor que poderá ser significativamente aumentado com o lançamento, a curto e médio prazo, de múltiplos projetos e concursos de empreitadas públicas, nos diversos domínios.



EDP - REFORÇO DE POTÊNCIA DE SALAMONDE
Vieira do Minho - Portugal



INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL - MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO LESTE TROÇO ELVAS-FRONTEIRA
Elvas - Portugal



SOMINCOR - ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A ZONA INDUSTRIAL - BARRAGEM DO CERRO DO LOBO
Castro Verde - Portugal

Em **Angola**, em 2017, o nível de atividade desta área de atuação da TD-EC cresceu ligeiramente, face ao verificado no exercício anterior, em razão, sobretudo, de novos trabalhos no âmbito da empreitada no âmbito da "Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda", para melhoria dos troços da via já em utilização e para execução dos trabalhos não concluídos até ao final de 2016, data do termo do anterior contrato.

"Execução de Terraplenagens para a Fábrica de Laticínios - Lubango / 2.ª Fase", no Lubango, para a "S. Tulumba - Investimentos e Participações, Limitada" (STI). Esta empreitada, a desenvolver em consórcio com a "Imosul, Limitada", empresa de construção do Grupo STI, com liderança da TD-EC, consta da execução da 2.ª fase das terraplenagens do complexo industrial STIPARK, cujo valor dos trabalhos, na parte relativa à TD-EC (80%), ascende a cerca de 5,5 milhões de euros.

Num quadro de continuidade da estagnação económica e de retração do investimento público, atualmente, a carteira desta área de atuação neste mercado ascende a cerca de 32 milhões de euros.



S. TALUMBA - TERRAPLANAGEM PARA A FABRICA DE LATICINIOS
Lubango - Angola



INEA - REABILITAÇÃO DA REDE VIÁRIA DE LUANDA AVENIDA HOJI YA HENDA
Luanda - Angola

Na **Argélia**, o nível de atividade decresceu cerca de 6%, face ao verificado no exercício precedente, em razão quer do impacto desfavorável no volume de negócios provocado pela significativa desvalorização do dinar argelino face ao euro, quer pela conjuntura macroeconómica e financeira menos favorável, quer ainda por ajustes, ao nível do projeto de execução, verificados em algumas das obras mais representativas, sendo que, em função do acima exposto, a atividade neste importante mercado foi consideravelmente reduzida no 2º semestre de 2017.

As principais empreitadas em curso são:

- "Études d'Exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thenia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14 km)", para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires". Esta obra está a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC, a quem cabe, nesse âmbito, a execução de quatro viadutos (30 metros em estrutura metálica, 132 metros em betão, 660 metros em estrutura mista empurrada e 765 metros constituído por quatro arcos metálicos de 140 metros cada e seis arcos em betão), nove gares, sendo sete novas e duas objeto de

remodelação, via-férrea e respetiva eletrificação, por um valor global previsto de 224 milhões de euros. A empreitada tem data de conclusão programada para janeiro de 2019, de modo a acomodar alguns trabalhos rodoviários de inserção nas vias existentes, a execução da segunda subestação de alimentação elétrica à catenária e alguns trabalhos a mais entretanto solicitados pelo cliente. Não obstante, a linha foi aberta ao público em 15 de abril de 2017, encontrando-se a decorrer as vistorias para efeitos da receção provisória das partes de obra já entregues à exploração;

- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 - Lot 1: Extension A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)". Esta empreitada, a cargo de um agrupamento integrado pela TD-EC, constou da execução de duas estações enterradas (Ali Boumandjeli e Place des Martyrs) e de um túnel com 1,8 km de extensão, cujo valor de trabalhos, na parte relativa à TD-EC (40%), ascendeu a cerca de 64 milhões de euros. A execução desta exigente empreitada, cuja receção provisória se encontra efetuada desde outubro de 2016, aguarda agora a efetivação da correspondente receção definitiva global;



ANESRIF - MODERNIZAÇÃO DA LINHA FERREA THENIA/TIZI-OUZOU
Draâ Ben Khedda - Argélia

- "Réalisation des Installations et Équipements d'Exploitation de l'Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest", no noroeste da Argélia, para a "Algérienne des Autoroutes" (ADA). Os trabalhos estão a cargo de um agrupamento liderado pela TD-EC e contemplam a realização, numa extensão de 330 km, de terraplenagens, redes diversas, edifícios e estruturas diversas, trabalhos de construção civil, instalações e equipamentos especiais, pavimentações, arranjos exteriores e paisagismo de quinze áreas de portagem, de nove centros de manutenção, de vinte e duas áreas de repouso e de treze áreas de serviço, que irão servir o lote oeste da autoestrada este/oeste. Foi adjudicada, na parte relativa à TD-EC, pelo montante de cerca de 215 milhões de euros, por um prazo de 43 meses. A execução desta empreitada tem sido muito condicionada por circunstâncias várias, entre as quais múltiplas e sucessivas otimizações desenvolvidas a pedido do cliente e pelas indispensáveis compatibilizações com os outros 2 lotes em curso;

- "Réalisation et Exploitation de la Station d'Épuration de la nouvelle ville Ali Mendjeli (Constantine)", para o "Ministère des Ressources en Eau - Office National de l'Assainissement (O.N.A.)", cuja conceção, da TD-EC, como variante ao concurso, inclui um reator em carrossel com 45.000 m³ e sistema de

tratamento biológico com lamas ativas, servindo no futuro uma população de 160.000 habitantes. A obra foi adjudicada pelo montante de cerca de 15 milhões de euros, com um prazo global de 57,5 meses - 33,5 para a construção e 24 para a exploração. Esta empreitada, atualmente com prazo até ao final de junho de 2018 na parte que concerne à construção civil, terá 2 meses de ensaios e verificações e deverá entrar ao serviço até final de agosto de 2018, data a partir da qual irá ocorrer o período de exploração contratado;

- "Réalisation de la Liaison Autoroutière Reliant le Port de Ténés à l'Autoroute Est-Ouest sur 54 km (première tranche sur 22 km)", em Chlef, para a ADA, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 22 km de extensão, vinte e cinco obras de arte e quatro nós de ligação, por um valor global de cerca de 204 milhões de euros, cabendo à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 47,5%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 31 de março de 2015, com 24 meses de prazo. Face a constrangimentos de ordem financeira, os projetos foram redefinidos de 2x3 vias para 2x2 vias, justificando uma primeira prorrogação de prazo contratual de 12 meses, até ao final do 1º trimestre de 2018, agora acrescida de outros 12 meses, até



ONA - CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ETAR DE ALI MENDJELI
Constantine - Argélia

ao final do 1º trimestre de 2019, tendo os respetivos projetos de execução sido parcialmente refeitos e alterados. A partir do início de janeiro de 2018, na sequência da aprovação dalguns projetos parcelares, foram gradualmente remobilizados alguns recursos, conducentes à retoma dos diversos trabalhos;

- "Réalisation de la Pénétrante Autoroutière Reliant le Port de Skikda à l'Autoroute Est-Ouest sur 31 km", em Skikda, para a ADA, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 31 km de extensão, com trinta e sete obras de arte e cinco nós de ligação, por um valor global de cerca de 300 milhões de euros, cabendo também à TD-EC a liderança do agrupamento e uma quota de participação de 70%. A respetiva ordem de serviço foi atribuída em 2 de julho de 2015, com 24 meses de prazo. Também nesta obra, por imperativos de ordem financeira, os projetos foram redefinidos de 2x3 vias para 2x2 vias, justificando uma primeira prorrogação de prazo contratual de 12 meses, até ao final do 1º semestre de 2018, agora acrescida de outros 12 meses, até ao final do 1º semestre de 2019. Também nesta penetrante, os projetos de execução foram parcialmente refeitos e alterados, sendo que, a partir do início de janeiro de 2018 e na sequência

da aprovação dalguns projetos parcelares, foram gradualmente remobilizados alguns recursos, conducentes à retoma dalguns trabalhos.

Este nível de atividade reflete a continuada e consequente aposta da Teixeira Duarte neste país há mais de uma década e consolida a importância da Argélia no setor da construção do Grupo, nomeadamente na área das Infraestruturas, sendo que, atualmente, a carteira desta área de atuação neste mercado ascende a cerca de 425 milhões de euros.

Dando seguimento à estratégia de crescimento, consolidação e ampliação da atividade da Teixeira Duarte delineada para o **Brasil**, em 2017 procedeu-se a uma forte aposta na procura, identificação e criação de novas oportunidades no mercado das Infraestruturas, num ambiente de mercado muito competitivo e a sofrer os efeitos de dois anos de forte recessão, com a consequente redução do investimento público e privado na área das Infraestruturas.



AGA - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE EXPLORAÇÃO
DA AUTO-ESTRADA ESTE-OESTE - LOTE OESTE
Argélia



ADA - AUTOESTRADA DE LIGAÇÃO AO PORTO DE TENÉS
Chlef - Argélia

Os poucos projetos de obras públicas relevantes lançados pelos organismos públicos foram, na sua maioria, barrados administrativamente pelos concorrentes preteridos através da utilização abusiva de subterfúgios da lei de contratação pública que, cada vez mais, se revela inadequada para fazer face a um mercado mais aberto e equilibrado que se pretende implementar. Na área do investimento privado, abrimos espaço junto dos clientes privados de referência em todas as áreas que serão objeto de investimento a curto/médio prazo, nomeadamente, energia, saneamento, mobilidade urbana, transportes ferroviário e rodoviário, portuária, indústria de mineração e agronegócio. Este trabalho permitiu a preparação e apresentação, ao longo de 2017, de 43 propostas cujo valor foi superior a 3 mil milhões de euros. Mantivemo-nos, igualmente, atentos à evolução do mercado relativamente às oportunidades em concessões e parcerias público-privadas (PPP), por onde se prevê que passará grande parte do investimento futuro em infraestruturas no Brasil, estando a ser desenvolvida, em parceria com mais duas empresas, uma PMI para um projeto inovador na área do abastecimento de água e saneamento no Nordeste, que será lançado em regime de PPP no segundo semestre de 2018.

Além da sucursal da TD-EC, o Grupo continua a atuar na área das infraestruturas no Brasil através da "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia", em especial nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará.

No decorrer do exercício de 2017, foram concluídos os seguintes contratos:

- "Estabilização de Taludes do Setor Cava Oeste da Mina Águas Claras", na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, para a MBR - Mineração Brasileira Reunidas, S.A., participada do Grupo Vale;
- "Obras Cíveis no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira" em São Luís, Estado do Maranhão, para a "VALE, S.A.".

Ao longo do exercício em análise foram desenvolvidos os projetos base e de execução para os seguintes contratos celebrados com o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes":

- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Adequação na Rodovia BR-440/MG", em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais;
- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA - Lote 02", em Jeremoabo, no estado da Bahia.

Para além das obras anteriormente mencionadas, foi pela

"EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" dada continuidade à execução das seguintes empreitadas:

- "Construção da Rodovia BR 235/BA", na cidade de Coronel João Sá, estado da Bahia, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes";
- "Expansão da Estrada de Ferro Carajás" em Santa Inês, Estado do Maranhão, empreitada ferroviária, executada em consórcio com a empresa "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.", tendo como cliente a "VALE, S.A.";
- Iniciada a "Execução das Obras de Duplicação na Rodovia BR-101/BA" e dada continuidade ao desenvolvimento dos respetivos projetos de execução, em Esplanada, no estado da Bahia, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes";
- "Expansão da Estrada de Ferro Carajás, Bloco G" em Marabá, Estado do Pará, para a "Vale, S.A.", em consórcio com a empresa "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.".

No 3º trimestre de 2017 foi contratada a seguinte empreitada junto do "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes":

- "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA - Lote 01", em Chorrochó, no estado da Bahia, em consórcio externo, sendo que a participação da "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" representa um volume de trabalho que ascende a 15 milhões de euros.

Em 13 de março de 2018, foi adjudicado pelo "DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes", a um consórcio liderado pela "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia", a empreitada de "Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução de Obras de Duplicação, Implantação de Vias Laterais, Adequação de Capacidade, Restauração com Melhoramentos e Obras de Arte Especiais, na Rodovia BR-116/BA, Lote 06", numa extensão de 40,34 km. O prazo previsto para a execução desta obra é de 1.350 dias e o valor global da empreitada ascende a 297 milhões R\$, dos quais a "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" tem uma participação de 45%, ou seja, o equivalente a 33,3 milhões de euros.

No dia 23 de março de 2018, a "Alupar", empresa de referência no mercado brasileiro nas áreas da produção e transmissão de energia, informou a TD-EC, sucursal do Brasil, da contratação da subestação do Rio Novo do Sul, localizada no Estado do Espírito Santo, no valor de 14,5 milhões R\$ e prazo de execução de 9 meses. Por se tratar do primeiro contrato na área das Infraestruturas da sucursal do Brasil, esta contratação reveste-se de simbolismo especial, pois representa o resultado da

política e estratégia de diversificação adotada neste mercado.

Mais recentemente, em 26 de março de 2018, foi recebido pela "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" o contrato de "Empreitada Total para a Execução de Obras Cíveis para Alçamento do Maciço da Barragem Itabiruçu até Elevação 850 metros, no Município de Itabira/MG, com Fornecimento de Materiais", para a "VALE, S.A.". O valor da empreitada é de cerca de 109 milhões R\$, correspondentes a 26,6 milhões de euros, com um prazo de execução de 514 dias, dividido em 2 ordens de serviço.

Atualmente, a carteira de obras da área de atuação das Infraestruturas no Brasil ascende a cerca de 208 milhões de euros, sendo que, para 2018, com as perspectivas de continuidade na retoma da economia, se prevê um crescimento moderado da atividade já verificado em 2017.



DNIT - CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR235-BA
Estado da Bahia - Brasil



DNIT - DUPLICAÇÃO E RENOVAÇÃO DA RODOVIA BR101-BA
Estado da Bahia - Brasil

Na **Venezuela**, o abrandamento ou o adiamento do investimento em infraestruturas, na linha do que se tinha verificado em 2016, teve impacto no desenvolvimento de diversos memorandos de entendimento referentes a vários projetos infraestruturantes, entre os quais se realça o referente à "Nueva Autopista Alterna Caracas - La Guaira".

Ainda assim, durante 2017, destaca-se a evolução das seguintes empreitadas:

- "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira", no estado de Vargas, para a "Bolivariana de Puertos, S.A.", cujo fecho administrativo culminou com a assinatura, já em março de 2017, da correspondente receção definitiva;
- "Construcción del Tunel Baralt, Distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua", em Caracas, para o "Ministerio del Poder Popular para el Transporte Terrestre", que a TD-EC executa através do "Consórcio Boyacá - La Guaira", no qual detém uma participação de 57,2%. Nesta obra, continuaram as atividades de revisão dos respetivos projetos solicitadas pelo cliente, com um forte impacto nos componentes distribuidor Macayapa e túnel Baralt, em resultado, essencialmente, da necessidade de adaptar a obra em curso à futura "Nueva Autopista Alterna Caracas - La Guaira", resultando em incrementos muito significativos da obra a executar. Em termos operativos, no decorrer do exercício de 2017, agravaram-se os fortes condicionamentos para a realização dos trabalhos em todas as componentes da obra;
- "Planta Física de Nodos de la Red del Octavo Proyecto de Servicio Universal de Telecomunicaciones - Opsut", para a "Compañía Nacional de Teléfonos de Venezuela (CANTV)". Após a execução e entrega à CANTV de 125 dos 213 nós, distribuídos pelos diversos estados da Venezuela, numa área superior a 800.000 km², o cliente reformulou o seu plano de distribuição da rede de fibra ótica e propôs a conclusão antecipada deste contrato, sendo que a rede atual já cobre cerca de 85% da área do país. Salienta-se que a generalidade dos objetivos traçados para a empreitada foram plenamente alcançados, pese embora a redução do respetivo objeto e a logística extremamente complexa que foi indispensável assegurar para a materialização desta obra, sendo de prever que o fecho administrativo e a respetiva receção definitiva possam ocorrer ainda no 1º semestre de 2018;
- "Planta Física del Centro de Operaciones de la RED (COR) y Centro de Datos" para a CANTV. Obra concluída e rececionada definitivamente, estando em curso o correspondente encerramento administrativo;
- "Trabajos de Construcción para el Galpon destinado a Industrias Canaima" para a "Telecom Venezuela, C.A.". Obra

concluída, tendo sido iniciado os correspondentes processos de receção definitiva e de fecho administrativo.

Ao nível de empresas locais, geridas e participadas pela TD-EC, destacam-se:

- A empresa denominada de "Consórcio Mineiro Luso Vargas, C.A." (CONLUVAR) é uma sociedade mista formada entre a Governação do Estado de Vargas e a TD-EC com o objetivo principal de explorar uma pedreira na localidade de Naiguatá, para fornecimento de material a terceiros e às obras de "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira" e "Construcción del Tunel Baralt, Distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua", ambas com execução pela TD-EC. Cumprido o principal objetivo, em particular no que concerne à obra de construção do porto de La Guaira onde assumiu um papel determinante para o sucesso do projeto, no exercício de 2017 a atividade incidiu essencialmente sobre fornecimentos a clientes externos. Contando com um total de 47 trabalhadores, 46 dos quais locais, desde a data da sua criação em 2012, em 5 anos de operação, conseguiu extrair, processar e distribuir cerca de 1.800.000 m³ de inertes, entre os quais materiais para pedraplenos, areias e britas, sendo neste momento uma empresa de referência no Estado de Vargas;
- "Adoquines Vargas, C.A." (ADOQUINVAR) é uma sociedade mista criada em 2016 entre a Governação de Vargas e a TD-EC com o propósito de recolocar em produção a fábrica de pavê (adoquines) montada em 2013 no âmbito da obra de construção do porto de La Guaira. Desde que iniciou a produção, em setembro de 2016, empregando cerca de 10 trabalhadores, todos locais, sob a gestão conjunta da Governação e da TD-EC, já produziu cerca de 30.500 m², com uma média de produção diária de 210 m² e com a totalidade da produção vendida.

Nestes últimos anos, a Teixeira Duarte tem materializado múltiplas obras estruturantes para o desenvolvimento sustentado da Venezuela, assumindo a responsabilidade e a execução com sucesso de empreitadas de grande dimensão e complexidade, com acentuada vertente de engenharia em vários domínios de atuação, refletindo não só a sua capacidade, mas também a presença de mais de 40 anos consecutivos neste país, sendo que a carteira de obras contratadas neste mercado ascende a cerca de 362 milhões de euros.

No **Médio Oriente**, a área de atuação das Infraestruturas tem desenvolvido atividade técnica e comercial e procedido à entrega dalgumas propostas, sobretudo em Omã e no Kuwait.

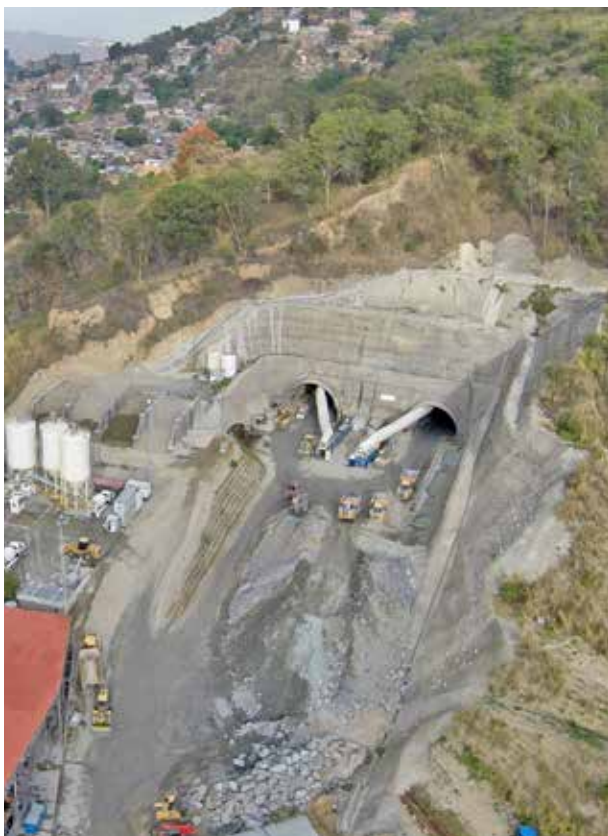
Em 2017 manteve-se o enquadramento geopolítico, com conflitos armados a sul e norte da península arábica, mas

inverteu-se a tendência de baixa do preço do petróleo OPEC com a estabilização do preço médio do barril acima dos 50 USD, fator que aumentou a confiança dos investidores e reativou os programas de investimento em infraestruturas que se encontravam estagnados em 2016.

No enquadramento anterior a atividade comercial, embora similar ao ano transato, resultou como referido na apresentação de propostas em Omã e, sobretudo, no Kuwait para clientes governamentais e privados, algumas das quais ainda ativas de onde se salienta a proposta para o grande projeto ambiental de uma estação de tratamento de esgotos no Kuwait Umm Al Hayman WasteWater Treatment Plant (UAH WWTP) Civil Construcion Works, bem como na obtenção de relevante préqualificação da TD-EC no Ministry of Public Works Kuwait como International Contractors for Major Roads And Bridges Construction.

A nível de **Outros Mercados** tem sido também desenvolvida alguma atividade técnico comercial em diversos países da América Latina, de África e da Europa, que permite antever a atribuição de alguns contratos nalgumas destas geografias, num horizonte próximo.

Para o exercício de 2018, perspetiva-se algum reforço da atividade nalguns mercados importantes e o consequente aumento do nível de proveitos desta área de atuação, que detém em carteira cerca de 1.045 milhões de euros, distribuídos pelas geografias acima especificadas.



MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA EL TRANSPORTE TERRESTRE
CONSTRUÇÃO DO TÚNEL BARALT
Caracas - Venezuela



CANTV - PLANTA FÍSICA DE NODOS DE LA RED DEL OPSUT
Venezuela



CONLUVAR
Naiguatá - Venezuela



ADOQUINVAR - FABRICA DE PAVÉS
Venezuela

A **METALOMECÂNICA**, enquanto área de atuação com elevada especialização na construção metálica, é a valência da Teixeira Duarte que está vocacionada para os trabalhos desta especialidade na construção e reabilitação de pontes metálicas e mistas, em viadutos metálicos e mistos, edifícios e estruturas metálicas diversas e equipamentos hidromecânicos. Atuando diretamente para clientes finais ou de forma integrada com os demais setores, conciliando a sua vertente de construção metálica com o elevado know-how no domínio da mecânica e da óleo-hidráulica, desenvolve soluções e efetua trabalhos de complexidade elevada, nomeadamente na movimentação e montagem de estruturas de grande porte com elevado rigor.

Durante o ano de 2017, prosseguiu-se uma atividade em diversas geografias onde a Teixeira Duarte atua, tendo-se registado, em termos globais, um valor de proveitos idêntico ao do ano anterior.

Em **Portugal**, a Metalomecânica manteve um ritmo de atividade semelhante ao do ano anterior, sendo porém este o mercado onde se tem verificado a maior tendência para a realização de obras diretamente para clientes finais.

Nas instalações oficiais do Pólo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, onde se concentra o fabrico de estruturas metálicas destinadas a diversas obras, seja para Portugal ou para outros mercados, a produção mais relevante realizada neste ano teve como destino obras na Argélia.

Na especialidade de Mecânica, vertente dedicada à manutenção e reparação de equipamentos, manteve-se a habitual colaboração com a Direção de Equipamentos, bem como com outras empresas do Grupo, ou para clientes externos, sendo o mais significativo a “SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”.

Para a “EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.”, foram concluídos os trabalhos da empreitada de “Adequação da comporta de montante da descarga de fundo da Barragem da Bouça ao regulamento de segurança de barragens”.

Com a “ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.” foi celebrado contrato para realização da empreitada “Aeroporto João Paulo II - Cobertura da Aerogare Lado Ar”. Trata-se de uma empreitada de remodelação da cobertura do lado ar no aeroporto de Ponta Delgada, com uma área total de 5.600 m². Obra a desenrolar-se durante o ano de 2018.

Para a “SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”, manteve-se o contrato de assistência técnica na área

de reparação de equipamento mineiro, contrato que perdura há vários anos e ao abrigo do qual se assegura a manutenção de grande parte do equipamento móvel de exploração mineira nas minas de Neves Corvo. Estando este cliente a desenvolver novos investimentos na mina de Neves Corvo, aguardamos, com expectativa, a oportunidade de colaborarmos noutros trabalhos.

Para a Câmara Municipal de Lisboa, realizaram-se trabalhos de “Intervenção de urgência nos viadutos metálicos de Alcântara”. Esta infraestrutura foi prontamente intervencionada e estabilizada de forma eficaz.

Para a “BRISA – Concessão Rodoviária, S.A.”, executou-se a empreitada “Reformulação da Pala de Portagem do Nó de Coina, no Sublargo Foguetreiro-Coina, da A2 autoestrada do Sul”. Foi uma empreitada semelhante a outra realizada no ano anterior, e, onde uma vez mais, se cumpriu escrupulosamente os elevados requisitos logísticos e de planeamento, por forma a minimizar o impacto no tráfego rodoviário, pois este é um fator crítico para o cliente.

Também com “BRISA – Concessão Rodoviária, S.A.”, foi celebrado contrato para “Empreitada para a Substituição, Reforço e Reparação de Semi-Pórticos, na A2 – Autoestrada do Sul”, cujos trabalhos se deverão iniciar em 2018.

Para o ano de 2018, em resultado de se ter mantido uma atenta ação comercial junto dos clientes, há uma expectativa elevada

relativamente à decisão favorável de alguns processos bastante interessantes na área específica da metalomecânica.

Em **Angola** verificou-se uma forte redução da atividade, em linha com os demais setores de atividade, em resultado das contingências económicas que se vêm sentindo neste país.

Manteve-se ainda atividade no Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, através da colaboração com a “Construtora Norberto Odebrecht” na realização de trabalhos de acabamentos na casa de Força.

A unidade de produção instalada no Polo Operacional de Viana, manteve-se operacional para dar resposta a algumas necessidades verificadas no apoio às outras áreas de atuação da Teixeira Duarte, bem como no apoio à Direção de Equipamento.

Na **Argélia** concluiu-se a montagem da estrutura metálica dos edifícios do projeto “AGB - Nouveaux Siege social Gulf Bank Algerie”, que pela sua dimensão constitui um marco para esta área de atuação do Grupo neste tipo de edifícios em altura.

Para o projeto “AGA - Controle et suivi des travaux de réalisations des installations et équipements d’exploitation de l’autoroute Est-Ouest-Lot Ouest”, foram realizadas estruturas metálicas para mais alguns edifícios de apoio, tendo também se iniciado o fabrico das estruturas “auvents” destinadas às coberturas das portagens e restantes edifícios de apoio. Estas coberturas com uma solução construtiva tubular tridimensional,



CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT - CENTRAL HIDROELECTRICA DE LAÚCA - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS DA CASA DA FORÇA
Laúca - Angola

de execução bastante complexa, são fabricadas em Portugal, no Pólo Operacional da Teixeira Duarte, no Montijo.

Alguns trabalhos de estrutura metálica foram ainda realizados na empreitada de modernização da linha entre Thenia e Tizi Ouzou, que está a ser executada para a "A.N.E.S.R.I.F. - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires", destacando-se a passagem superior sobre a linha férrea em Tadmait.

No contrato estabelecido com "L'Établissement de Construction et de Réparation Navales (E.C.R.N.)" para a execução da empreitada "Structures Génie Civil et Maritime pour Installation d'un Complexe Élévateur a Bateaux" em Mers-el-Kebir, prevê-se uma intervenção muito significativa desta área da Metalomecânica, essencialmente no que concerne aos equipamentos, afigurando-se como sendo um dos projetos mais exigentes abraçados por esta área, quer pela sua dimensão quer pela sua complexidade técnica.



MODERNIZAÇÃO DA LINHA FERREA - TROÇO THENIA TIZI OUZOU - ESTAÇÃO DE TDEMAT - PASSAGEM SUPERIOR METALICA
Argélia

No **Brasil**, em colaboração com a área da Geotecnia e Reabilitação, deu-se continuidade à empreitada "Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz" em Florianópolis – Santa Catarina para o "DEINFRA-SC". Trata-se de uma obra de elevada complexidade técnica, numa estrutura com características invulgares, visto ser a mais longa ponte pênsil com barras de olhais do mundo, tendo no seu total 819,5 m de extensão, onde se incluem os viadutos continental e insular, com 221m e 259m respetivamente. Salienta-se a operação de transferência de carga de toda a estrutura, utilizando um sofisticado sistema hidráulico sincronizado. Os trabalhos têm decorrido sempre dentro dos exigentes requisitos técnicos e de segurança, revelando também esta empreitada que a Teixeira Duarte reúne as valências para levar a cabo empreitadas onde se requerem as mais variadas e exigentes competências técnicas.

Em colaboração com o consórcio E.F.C. – EMPA-SOMAFEL (ambas também entidades do Grupo Teixeira Duarte), realizou-se a montagem dos tramos metálicos da Ponte Rio Flecheiras, integrante da empreitada Bloco G para a "VALE, S.A.".

Na sequência do contrato assinado com o Grupo VLI, terão início em 2018 os trabalhos para a realização da empreitada "Reforço da Ponte D. Pedro II" no estado da Bahia, nos quais também participará a área da Geotecnia e Reabilitação da Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua na área das **OBRAS SUBTERRÂNEAS** através de uma empresa especialista sua participada a 100%, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, com mais de 30 anos de experiência na área, está equipada com os recursos necessários para a execução de obras desta natureza, intervindo nas áreas da engenharia civil e da área mineira.

Para além de Portugal, a EPOS opera ainda em cinco mercados externos: Espanha, Angola, Venezuela, Colômbia e Peru, através das suas sucursais aí constituídas.

A atividade industrial desenvolvida em Portugal representou cerca de 85% do total da faturação, tendo a parcela restante sido obtida no conjunto daqueles outros mercados. Não obstante em termos percentuais a receita obtida no mercado externo ter tido um decréscimo, em termos absolutos registou-se um ligeiro aumento comparativamente com o ano de 2016. Tal facto resulta da atividade desenvolvida no Peru, com a execução da obra do metro de Lima, que compensou positivamente o decréscimo das vendas especialmente as obtidas em Espanha.

Em **Portugal**, a EPOS manteve a forte componente da sua

produção em trabalhos para a indústria mineira, aumentando inclusive o valor da sua faturação em cerca de 48% neste setor. A par do resultado na indústria mineira verificou-se também um incremento, relativamente ao ano transato, nos proveitos em obras de engenharia civil em consequência da participação, em regime de subempreitada, na obra de Aproveitamento Hidroelétrico de Gouvães e ainda da construção de uma adega subterrânea na Quinta do Tedo, no Douro.

Em síntese, interessa aqui referir as seguintes atividades de produção desenvolvidas em 2017:

Na Mina de Neves Corvo deu-se continuidade aos trabalhos no âmbito do contrato celebrado em 1 de abril de 2016 com a "SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." e que visa o desenvolvimento da infraestrutura mineira, o transporte e a aplicação de betão projetado na Mina de Neves Corvo e cujo termo está previsto para 30 de dezembro de 2018.

Durante o ano de 2017, no âmbito deste contrato e do referido aditamento, foram escavados cerca de 7 km de túneis e galerias para desenvolvimento de infraestrutura mineira, aplicados 26 mil m³ de betão projetado e executadas 59 mil unidades de pregagens de aço. Em termos de desmonte de minério registaram-se cerca de 76 mil toneladas extraídas.

A empreitada geral de Construção do Reforço de Potência de Salomonde – Salomonde II, contratada com a "EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.", em que a EPOS desenvolve a sua atividade no âmbito do agrupamento "CONSTRUSALAMONDE, A.C.E.", não obstante ter sido concluída em 30 de novembro de 2015, implicou em 2017, tal como já havia acontecido em 2016, a realização de alguns trabalhos pendentes ao Auto de Receção Provisória, bem como outros trabalhos não previstos contratualmente e entretanto solicitados pelo cliente EDP. Neste contexto de trabalhos a mais, destaca-se a intervenção na Escombreira, na sequência da derrocada ocorrida no início de fevereiro de 2017.

A empreitada de construção do IP4 (A4) Túnel do Marão (em regime de conceção/construção), realizada em consórcio com "TD-EC." para a "Infraestruturas de Portugal, S.A.", tinha ficado concluída no início do mês de maio de 2016. Sem comprometer a Receção Provisória desta empreitada e por consequência o funcionamento do empreendimento, permaneceu ainda em execução, até junho de 2017, a retirada do escombros do vazadouro provisório de obra (V5A) para vazadouro definitivo, sendo de salientar o facto de ter sido também nesta data que foi rececionada definitivamente esta parte da obra.

A participação nos trabalhos na mina de Aljustrel, para a "ALMINA – Minas do Alentejo S.A.", foi reforçada com a contratualização, em março de 2017, dos trabalhos para o Desenvolvimento da Mina do Moinho. O contrato tem como prazo de execução aproximadamente 10 meses, prolongando-se ainda pelo ano de 2018. No ano em análise foram escavados nesta mina cerca de 3.2 km de galerias, aplicadas 15 mil unidades de pregagens de varão de aço em sustimento e projetados 1500 m³ de betão. Para além do supracitado, refere-se ainda a continuidade durante todo o ano, da prestação de serviços de furação longa para desmonte de minério em bancadas.

A subempreitada integrada na Construção da Central de Aspiração e Forçada abaixo da cota 800 - CV04 do "Aproveitamento Hidroelétrico de Gouvães", já contratada em final de novembro de 2016 com o "FERROVIAL / MSF - Barragens, ACE", consistiu na escavação e sustimento de diversos componentes do Circuito Hidráulico. Neste âmbito foram escavados mais de 88 mil m³ de rocha, aplicados cerca de 2,7 mil m³ de betão projetado, 18 km de pregagens em varão de aço e do tipo *swellex*, foram ainda colocados 620 metros lineares de enfilagem metálica e aplicados cerca



EMPA - SOMAFEL - ESTRADA DE FERRO DE CARAJÁS MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS DA PONTE SOBRE RIO FLECHEIRAS Marabá Pará - Brasil



DEINFRA - RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PONTE HERCÍLIO LUZ
Florianópolis - Brasil

de 20 toneladas de aço em cambotas para sustimento. Destaca-se aqui o aluguer de equipamento com operador, para execução de revestimento de uma chaminé com 270 m de extensão, com base na tecnologia “Shaftliner” desenvolvidos pela EPOS.

Em **Angola**, na obra do circuito hidráulico do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, para “Construtora Norberto Odebrecht, S.A., (Sucursal Angola)” deu-se continuidade à execução do contrato de prestação de serviços de aluguer e operação de robô de projeção de betão celebrado ainda em 2016.

Na **Colômbia**, ainda que sem atividade industrial, a Sucursal da EPOS manteve permanentes contactos técnico-comerciais com vista à angariação de obras, apresentando diversas propostas durante o ano de 2017.

Em **Espanha**, a atividade manteve-se concentrada apenas no setor mineiro, registando-se uma diminuição do volume de faturação comparativamente com 2016.

Ao longo de todo o ano de 2017 destacam-se:

Para a “Orovalle Minerals, S.L.”, proprietária da Mina de Boinás, o seguimento dos diversos contratos celebrados, ainda no ano transato, de prestação de diversos serviços de reparação mecânica e de operação de dumpers, de pás carregadoras, de robô de projeção e de equipamento de furação e saneamento

chaminés com recurso à técnica de “raise boring”, ao abrigo do qual se executaram três chaminés, num total de 67 metros de comprimento com diâmetro final de 1,8m.

Para a “Mina de Aguas Teñidas, S.A.U.” foram celebrados dois contratos para prestação de serviços de manutenção, um para equipamentos mineiros e outro para manutenção de camiões, com duração prevista de 24 meses.

No **Peru**, foi executado o contrato, celebrado ainda em dezembro 2016, com o Consórcio Construtor M2 Lima, que consistiu na realização, no metro de Lima, da escavação, revestimento provisório e revestimento definitivo com betão armado, de duas galerias numa extensão total de 246 m. Os trabalhos do âmbito desta subempreitada tiveram o seu início em fevereiro e terminaram em julho. Escavaram-se cerca de 9,2 mil m³ em túnel, projetaram-se 1,8 mil m³ de betão para revestimento primário e aplicaram-se 1,5 mil m³ de betão em revestimento definitivo.

Neste mercado, foram ainda levadas a cabo várias atividades no âmbito técnico-comercial, destacando-se a participação e apresentação comercial da Empresa no Congresso de Túneis de Lima.

Na **Venezuela**, os trabalhos de construção do Túnel de Baralt, que integra um complexo e extenso troço de rodovia na saída de

Caracas em direção ao aeroporto, no qual a EPOS intervém na qualidade de subempreiteiro do "Consorcio Boyacá - La Guaira", para a componente do túnel, não tiveram desenvolvimentos, tendo estado a atividade produtiva desta empreitada suspensa durante todo o ano de 2017.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (SOMAFEL, S.A.) é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária).

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Brasil, França, Marrocos, Moçambique e Reino Unido, tendo estado a desenvolver um processo de otimização da atividade nesses países, onde trabalha em quatro bitolas distintas.

Em 2017, a SOMAFEL teve um aumento dos proveitos na ordem dos 12%, tendo alcançado proveitos operacionais de cerca de 38 milhões de euros. Sendo que para este aumento contribuiu substancialmente a atividade no Brasil, que representou cerca de 38% do total de proveitos, através da sua participada "SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.", assim como a atividade em Portugal que teve também um incremento, representando cerca de 32% do total de proveitos. Em sentido contrário, verificou-se uma redução significativa da atividade em Marrocos, na Argélia e em Moçambique.

Em termos de resultado operacional, 2017 correspondeu ao melhor dos últimos anos da SOMAFEL, destacando-se largamente a atividade no Brasil, que contribui para cerca de 52% do EBITDA de cerca de 3,8 milhões de euros.

Em **Portugal**, a atividade esteve maioritariamente centrada em projetos de manutenção e reabilitação de infraestruturas ferroviárias, realizados para o principal cliente, a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.", destacando-se neste âmbito, as seguintes empreitadas:

Na vertente da Manutenção:

- Continuação do contrato de manutenção das infraestruturas de via e catenária, afetas aos Centros de Manutenção de Coimbra, Entroncamento e Caldas da Rainha, designado por "Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária - Lote 5", celebrado com o IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Continuação do contrato de "Prestação de Serviços de Manutenção de Aparelhos de Via da Rede Ferroviária Nacional - Lote V", celebrado com a "IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.". Este contrato abrange a manutenção dos Aparelhos de Mudança de Via da Rede Ferroviária Nacional de Via Larga, na área geográfica correspondente aos Centros de Manutenção de Coimbra, Entroncamento e Caldas da Rainha.



IP - ELECTRIFICAÇÃO DA LINHA DO MINHO TROÇO NINE/VIANA DO CASTELO
Portugal

Na vertente da Reabilitação:

- Substituição de travessas de Betão Bibloco por Betão Monobloco entre os Kms 158,250/167,490, na Linha da Beira Alta, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Migração de Travessas de Madeira por Travessas de Betão Bibloco nos PK 3,530/6,200, na Linha da Beira Baixa, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Renovação de Via entre os Kms 181,393 e 181,970, na Estação de Vila Franca das Naves, na Linha da Beira Alta, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Estação da Pampilhosa Transformação e BC/BLS e TM/TBB entre os kms 230,670/230,893 da VD Substituição do MVS 6I, na Linha do Norte, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Desguarnecimento mecânico Pesado entre os Kms 163,500 e 163,610, na Linha da Beira Alta, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Desguarnecimento mecânico Pesado entre os Kms 126,850 e 127,050, na Linha da Beira Alta, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;
- Linha do Leste – PK 194,500 /198,100 Corrimento de Carris – 2017, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”;

- Migração de Travessas de Madeira por Betão Bibloco nas linhas I e II da Estação de Barca da Amieira, na Linha da Beira Baixa, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”.

Na vertente de projetos de Investimento/Construção:

A atividade da SOMAFEL, S.A. esteve concentrada no projeto de “Eletrificação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, incluindo Estações Técnicas”, para a “Infraestruturas de Portugal, S.A.”. Este importante projeto, integrado no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 no âmbito da eletrificação da linha do Minho, foi consignado em janeiro de 2017, correspondendo atualmente ao maior contrato da SOMAFEL em Portugal.

O ano de 2017 foi também marcado por uma retoma significativa na atividade comercial, com o lançamento a concurso de alguns projetos ferroviários delineados no “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas”. Em consequência desta atividade, foi adjudicada à “TD-EC”, a “Empreitada geral de modernização da Linha do Leste no troço Elvas-Fronteira”, pela “Infraestruturas de Portugal, S.A.”, proposta na qual



VALE DUPLICAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE CARAJÁS PARA MARANHÃO
Brasil

a SOMAFEL colaborou ativamente, e na qual irá participar, executando os trabalhos ferroviários correspondentes.

Neste enquadramento, é previsível que em 2018 se volte a verificar um incremento na atividade comercial na área da construção ferroviária em Portugal, embora também se anteveja uma grande dificuldade em angariar novos contratos, face aos valores extremamente baixos apresentados pelos empreiteiros nos últimos concursos em que a SOMAFEL tem participado.

A **Argélia** continua a ser um mercado com alguma expressão nesta área de construção do Grupo Teixeira Duarte, sendo que ao nível da atividade produtiva, apenas se desenvolveram dois projetos ao longo de 2017:

- A modernização da linha entre Thenia e Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi, com uma extensão global de 75km, para a "Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires". Durante o primeiro semestre de 2017 registou-se um forte incremento no desenvolvimento dos trabalhos ferroviários desta empreitada, tendo-se colocado a linha Thenia-Tizi Ouzou-Oued Aissi em funcionamento no mês de abril;

- A empreitada de instalação e colocação ao serviço da catenária de 3.000 V de corrente contínua da Linha Mineira, na zona Este de Annaba, também para a "Agence Nationale d'Études et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires". Nesta empreitada, fruto de alterações da responsabilidade cliente, houve uma elevada redução da produção durante 2017, o que obrigou à celebração de adicionais que prorrogarão a conclusão da empreitada para o final de 2018.

Na área comercial, face à forte retração no investimento público, com a consequente suspensão de todos os concursos internacionais, merece destaque a continuação da participação em consórcio com a "TD-EC" para a execução dos Trabalhos Ferroviários incluídos na empreitada de Construção de um Elevador de Barcos com capacidade igual ou superior a 9.000 toneladas, na Base Naval de Mers El Kibir, para entidade integrada no Ministério da Defesa Nacional da Argélia, processo que já vinha a ser acompanhado pelo Grupo Teixeira Duarte há bastante tempo e cuja Ordem de Serviço foi recebida em outubro de 2017.



ONCF - ESTAÇÃO TERMINAL DE KENITRA
Marrocos

Nesta empreitada, a SOMAFEL, S.A. será responsável pela execução de todos os trabalhos ferroviários do consórcio, que correspondem aos diversos caminhos de rolamentos entre a zona do elevador, e os hangares de reparação Naval, que se prevê terem o seu início durante o quarto trimestre de 2018.

No **Brasil**, apesar da conjuntura global e do setor em particular não ser a mais favorável, a sua participada local "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas Ltda.", conseguiu um volume de negócios superiores em cerca de 10% face ao exercício anterior, tendo atingido o seu melhor resultado de sempre.

Essa melhoria de resultados foi uma consequência da mudança das estratégias nas áreas comercial e produção, pois a SOMAFEL optou por deixar de apresentar propostas para empreiteiros gerais, assumindo-se como mais seletiva com a escolha dos potenciais clientes neste mercado, elegendo um cliente estratégico – a "VALE, S.A." – cuja exigência e compromisso são posturas com que o Grupo Teixeira Duarte e a SOMAFEL se dão bem.

Na área da produção, a SOMAFEL conseguiu colocar os seus equipamentos ferroviários com taxas de ocupação próximas da plenitude, e optou-se por uma aposta na contratação e formação de profissionais brasileiros, para toda a cadeia produtiva.

Durante o ano de 2017 foi concluída a empreitada de superestrutura ferroviária, referente às Duplicações dos Segmentos 08-09; 09-10 C; 10-11; 11-12 C; 12-13; 14-15 C; 15-16 C; 16-17 da Expansão da Estrada de Ferro Carajás, para a "VALE, S.A.". A este contrato, foi entretanto adicionada a adjudicação de mais um segmento 51/52 que deverá ser concluído durante o primeiro trimestre de 2018.

Igualmente para o cliente "VALE, S.A.", foi iniciada a execução da Empreitada de Duplicação dos Segmentos 44-45, 45-46 Semi, 45-46 Complemento, Renovação do Pátio 46, 46-47 Semi e 46-47 Complemento, da Expansão da Estrada de Ferro Carajás, que está a ser realizada em consórcio com a EMPA, S.A..

Importa referir que a falta de licenças ambientais numa reserva indígena, teve como consequência a retirada deste Contrato da duplicação, na aludida região, o que provocou uma enorme



CROSSRAIL SOUTH EAST SECTION PROJECT
Felixstowe Road Abbey Wood - Reino Unido

redução do valor inicial do contrato, que deverá ser concluído em março de 2018.

Com estes 2 contratos, a SOMAFEL irá concluir, até final do primeiro trimestre de 2018 treze segmentos na Duplicação da Estrada de Ferro do Carajás, totalizando aproximadamente 127 km de extensão, tornando-se, num espaço temporal de pouco mais de dois anos, na segunda empresa que mais segmentos de superestrutura entregou na “VALE, S.A.” numa das linhas que mais carga transporta em todo o mundo.

Em **França**, a atividade da SOMAFEL, S.A. tem-se mantido constante, sendo essencialmente caracterizada pela realização de trabalhos de catenária para empresas congêneres francesas, na rede da “Société Nationale des Chemins de Fer Français”.

Em **Marrocos**, a atividade produtiva neste ano foi marcada pela continuidade dos trabalhos da empreitada de “Liaison à Grande Vitesse entre Tanger et Kenitra – Installations Terminales de Kenitra Lot n.º 1 et Lot n.º 2”, para a Office National des

Chemins de Fer (ONCF), ficando para o início de 2018 a execução das respetivas inspeções e ensaios com vista à receção desta empreitada.

A atuação comercial foi marcada pela quase inexistência de lançamentos de novos concursos internacionais no decurso de 2017. Esta situação terá resultado da necessidade de conclusão do programa quinquenal de ação e Plano de Investimentos 2012-2016, cuja derrapagem para 2017, inviabilizou o lançamento de novos procedimentos. Neste contexto, a atividade comercial em 2017 cingiu-se à participação em concursos, no âmbito de protocolos estabelecidos com empresas Marroquinas.

Em **Moçambique**, no ano de 2017 não houve qualquer atividade produtiva na área da construção ferroviária do grupo, mas tratando-se de um mercado tradicional para a SOMAFEL e com um potencial ferroviário elevado, o Grupo mantém-se atento para possíveis lançamentos de concursos nesta área.



DGRNSS - REABILITAÇÃO DO MOLHE NASCENTE DA BARRA DA TAVIRA
Portugal

Em 2017, a SOMAFEL iniciou a sua atividade no **Reino Unido** com a execução de dois contratos através da “Joint-venture” estabelecida com a empresa inglesa “Hedson Rail Limited”:

- Para a Balfour Beatty, foram executados os trabalhos da construção de catenária no corredor ferroviário de confluência de duas administrações ferroviárias, Network Rail e Crossrail (TfL - Transport for London) na SouthEast section, envolvendo a zona da Abbey Wood Station;
- Para a “Network Rail Infrastructure, Ltd.”, foi iniciada em dezembro a empreitada de eletrificação de dois lanços de catenária na Gospel Oak to Barking line, que faz parte do London Railway upgrade plan, e que foi concluída durante o primeiro trimestre de 2018.

Na vertente de consultadoria, concluiu-se, no âmbito de um dos principais projetos de eletrificação a decorrer no Reino Unido, o contrato com a “Network Rail Infrastructure, Ltd.” para a revisão de projeto de catenária, no corredor ferroviário GWEP – Great Western Electrification Project e iniciou-se outro contrato de consultoria semelhante ao primeiro, mas para a “WS Atkins Limited”.

Dentro das perspetivas comerciais neste mercado, continua-se a acompanhar o desenvolvimento do primeiro grande projeto de alta velocidade do Reino Unido, denominado High Speed 2 (HS2), cuja primeira fase corresponde ao troço compreendido entre as cidades de Londres e Birmingham, e os planos de investimento ferroviário na linha convencional, denominados Control Periods (CP), com duração de 5 anos, estando previstos grandes investimentos, designadamente de eletrificação nos períodos temporais, Control Period 5 (CP 5) 2014/2019 e Control Period 6 (CP 6) 2020/2025.

Para consolidação da SOMAFEL neste mercado do Reino Unido, foram efetuadas diversas formações e certificações de vários colaboradores, ao longo do ano de 2017, de modo a estarem habilitados a trabalhar neste mercado.

A SOMAFEL prossegue a análise de outros mercados com potencialidade, sendo que, neste âmbito de prospeção apresentou uma proposta, em conjunto com uma empresa brasileira, para a renovação de via na linha ROCA, de Buenos Aires, entre Constitution e La Plata, na Argentina.



ECRN - CONSTRUÇÃO DE ELEVADOR DE NAVIOS - BASE NAVAL DE MERS EL KEBIR
Argélia

Na área das **OBRAS MARÍTIMAS** o Grupo Teixeira Duarte tem, através das estruturas e equipas da sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", a capacidade para executar diversos tipos de obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico; de construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Em **Portugal**, fruto do diminuto investimento público e privado nos últimos anos, a atividade que em 2017 limitou-se à execução da empreitada de "Reabilitação do Molhe Nascente da Barra de Tavira", para "DGRM - Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos".

Tendo em atenção as notícias divulgadas pelos Governos Central e Regionais dos Açores e Madeira, para o desenvolvimento dos portos nacionais e regionais, prevê-se que em 2018 sejam abertos um conjunto de concursos, com algum significado, cuja execução só irá, provavelmente, ter expressão no final do ano ou mesmo no exercício seguinte.

Com o novo paradigma de acompanhamento comercial levado a efeito no exercício em análise, que se traduz num posicionamento e aprofundamento das relações comerciais junto dos principais players da área marítima, aumentou-se significativamente o número de propostas apresentadas, salientando as diversas solicitações recebidas para participar em consórcios de importantes empreitadas, o que permite alimentar excelentes perspetivas num futuro próximo. Durante o exercício em análise estudaram-se propostas num valor de cerca de 100 milhões de euros destacando-se o concurso lançado pela Administração do Porto de Sines, para a realização da 3ª Fase da Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines.

No global dos vários mercados onde o Grupo atua estudaram-se propostas num valor de cerca de 254 milhões de euros.

Em **Angola**, a atividade continua muito condicionada pela crise económico-financeira que o país atravessa, não se tendo apresentado, no exercício em análise, qualquer proposta de orçamento desta área.



EPB - REABILITAÇÃO DOS POSTOS 1-2-3 DO PORTO PETROLEIRO
Bejaia - Argélia

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida em 2017 consistiu na abertura de duas importantes empreitadas:

- "Réalisation des travaux de réhabilitation des postes 1, 2 et 3 du Port Pétrolier" em Bejaia, para a "Entreprise Portuaire de Bejaia", cuja conclusão deverá ocorrer em 2018;
- "Étude et Réalisation d'un Complexe Élévateur à Bateaux d'une capacité de levage utile égal ou supérieur à 9000 tonnes, à la Base navale de Mers-El-Kebir", para o "ECRN-Établissement de construction et de Réparation Navales", integrado no Ministério da Defesa Nacional da Argélia e que inclui a elaboração do projeto, bem como a realização das áreas de trabalho e de transferência, das infraestruturas, das obras de construção civil e ainda o fornecimento e instalação de um elevador de barcos com uma capacidade de elevação superior a 9.000 toneladas e a respetiva formação de técnicos.

O prazo previsto para a execução da obra é de 29 meses e o valor total da empreitada ascende ao somatório de 96 milhões de euros e 4.513 milhões de dinares argelinos, que representam, um total de cerca de 137 milhões de euros equivalentes.

No **Brasil** apesar da conjuntura económica não ser favorável, assiste-se nesta área dos Trabalhos Marítimos, ao desenvolvimento através de diversos grupos económicos privados, de projetos de terminais para vários fins, nomeadamente para a exportação das commodities.

Estudaram-se e apresentaram-se diversas propostas num valor de cerca de 100 milhões de euros, o que traduz um

aumento significativo face ao ano anterior, perspetivando-se a adjudicação de um desses estudos, com início dos trabalhos ainda durante 2018.

Na **Colômbia**, fruto de associação com empresa local da área marítima, apresentaram-se propostas para a reabilitação e prolongamento de um cais comercial e estudos de navegabilidade, num valor de cerca de 20 milhões de euros, havendo a expectativa de adjudicação de uma dessas propostas pela empresa florestal "Forest First Colombia S.A.S.". Face ao posicionamento e envolvimento comercial junto dos principais clientes da área portuária, encaramos com otimismo o ano de 2018.

Em **Moçambique**, concluíram-se, durante o ano de 2017, as seguintes empreitadas realizadas nesta área:

- "Rehabilitation and Extension of Service Vessel Quay in the Beira Port", para os "CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique" com financiamento da Comunidade Europeia, através do BEI - Banco Europeu de Investimentos;
- "Reposição das Defensas e Cabeços de Amarração no Porto de Pemba", para os "CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique".

Neste mercado apresentaram-se propostas num valor de cerca de 21 milhões de euros, sendo que se assume 2018 com elevado otimismo.



AGB - SEDE DO GULF BANK
Argélia



IMOHEALTH - HOSPITAL CUF TEJO
Lisboa - Portugal

Além dos mercados *supra* referidos, analisaram-se outros, nomeadamente o de **Marrocos** para o qual se apresentou uma proposta para a “Tanger Med” relativa à empreitada “Étude et Travaux du Rempiement du Quai -16 MZH a -18 MZH entre QC300 et QC750”.

O CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO é o Centro de Exploração responsável pela gestão e desenvolvimento da área de cofragens, cimbres e pré-esforço da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A..

Em **Portugal**, destaca-se a colaboração na execução das caves, pelo método de “Top Down”, para o Hospital da CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa, bem como na execução da estrutura do “Hotel Cegonha”, na Comporta.

Em **Angola**, foram executadas as cofragens de uma Fábrica de Cerveja da STI, no âmbito de uma empreitada para a “S. Tulumba- Investimentos e Participações, Limitada”, no Lubango.

Na **Argélia**, foi dada a continuidade aos trabalhos de aplicação de cofragens nas estruturas de betão armado das estações da autoestrada Este-Oeste, integradas no âmbito da empreitada “AGA - Controle et suivi des travaux de réalisations des installations et équipements d’exploitation de l’autoroute Est-Ouest-Lot Ouest”, bem como na ETAR de Ali Mendjeli, em Constantine.

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO**, deu continuidade às suas atividades de gestão económica, administrativa e técnica do equipamento nas diferentes geografias, garantindo a adequada disponibilidade de equipamentos e alocação de técnicos, nomeadamente manobreadores, mecânicos e eletricistas.



DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO - POLO OPERACIONAL TEIXEIRA DUARTE
Montijo - Portugal



DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO - POLO OPERACIONAL TEIXEIRA DUARTE
Montijo - Portugal

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

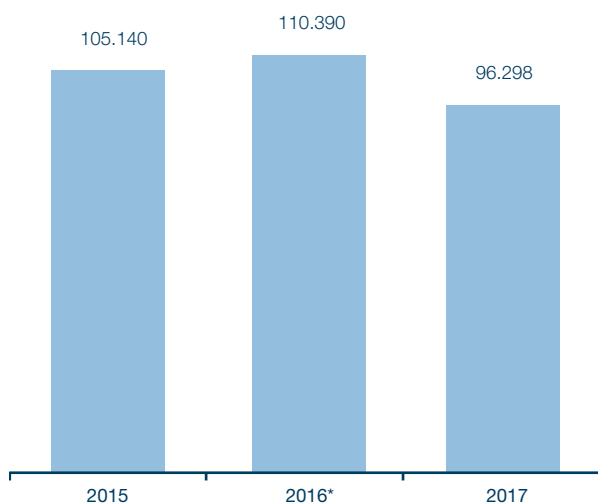
O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Bélgica, Espanha, Moçambique, Qatar e Venezuela.

No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, tais como o *Facilities Management* e *Facilities Services*, o Meio Ambiente, a Gestão de Edifício Hospitalar em Portugal, as Atividades Educativas em Angola, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Brasil, e a Operação e Gestão de um Porto na Venezuela.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

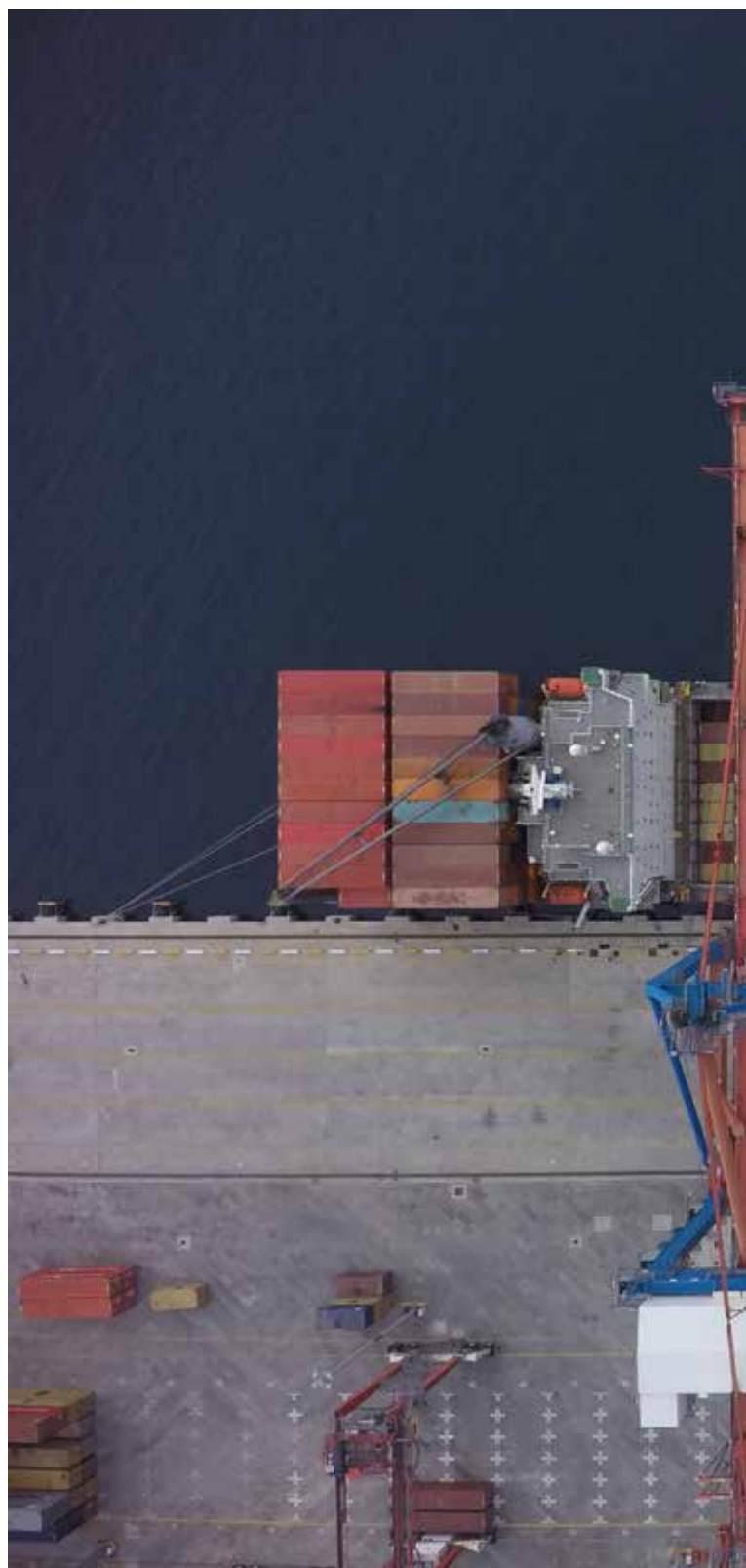
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios diminuiu 12,8% face ao exercício de 2016, efeito agravado por perdas em créditos sobre clientes.



Evolução do Volume de Negócios
das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de Euros)

(*) - Valores de 2016 reexpressados





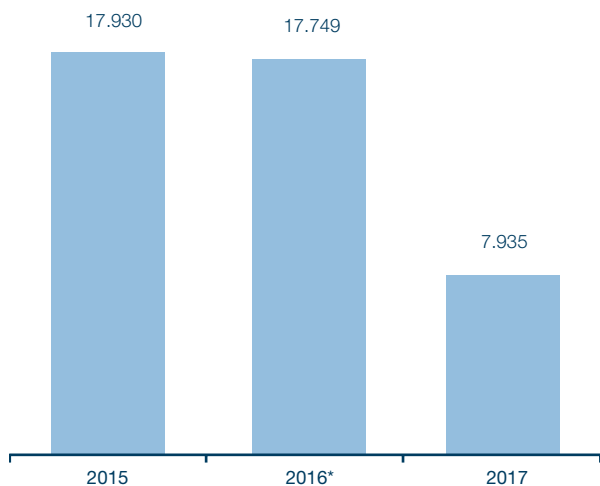
PORTO LA GUAIRA
Venezuela

Portugal registou uma diminuição de 14,2% face ao período homólogo, devido ao facto de no segundo semestre deste ano o Grupo já não ter contado com o contributo das suas participadas da área do ambiente em Portugal (Recolte, S.A. e da Recolte (Porto), S.A.), alienadas em julho deste ano.

Com efeito, no segundo semestre de 2016 estas empresas haviam contribuído com 6.774 milhares de euros para este indicador em Portugal, sendo que, em 2017 e já sem contar com o contributo dessas participadas no segundo semestre, neste mercado, neste setor em 2017 teríamos um aumento de 1.395 milhares de euros.

Nos restantes mercados em que o Grupo opera, registaram-se bons desempenhos com exceção do mercado Angolano que registou uma diminuição de 33,2% face a 2016.

O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve uma diminuição significativa de 55,3%.



Evolução do EBITDA
das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de Euros)

(*) - Valores de 2016 reexpressados

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões

e Serviços atingiram o valor global de 104.931 milhares de euros, 61,6% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma diminuição de 24% em relação a 2016. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados proveitos operacionais não consolidados, 58% são da área do *Facilities Management* e 28% da área do Meio Ambiente.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

A Teixeira Duarte atua na área do *Facilities Management / Facilities Services* desde o ano 2000, através da sociedade por si constituída para o efeito em Portugal - e desde o início dominada a 100% - designada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.).

Neste âmbito a TDGI, S.A. mantém como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *Hard e Soft Services*, (ii) a Manutenção Técnica, (iii) a Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) a Gestão de Espaços e Obras.

Sendo uma empresa de *Facilities Management*, responde, em primeira linha, às necessidades dos clientes, tendencialmente através da criação de um conjunto abrangente de soluções diferenciadoras e personalizadas, mantendo, em paralelo, a aposta em negócios específicos complementares que permitam essa abordagem mais alargada das necessidades do cliente, como a Restauração Coletiva com a marca SmartFood, a Gestão de Parques de Estacionamento com a marca AutoPark e a Gestão de Condomínios Empresariais com a marca SpacePartners.

Sendo, em simultâneo, uma empresa de engenharia, cria fatores de diferenciação nomeadamente através do desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas a um objetivo paralelo de otimização de custos e eficiência das operações e melhoria da qualidade. Destacam-se neste âmbito os projetos desenvolvidos internamente ou em parceria como é o caso das marcas Glose EAM, Inergy e Controlo 24.

A nível internacional, esta atividade é desenvolvida por outras sociedades do Grupo Teixeira Duarte que operam nos atuais oito mercados utilizando, com o apoio de meios e recursos da TDGI, S.A., a marca TDGI: uma insígnia forte, com valores

sólidos de engenho, verdade e compromisso e reconhecidos pelo mercado. Com efeito, um dos fatores de alargamento a atuação através da marca TDGI a outros países tem sido esse reconhecimento assumido pelos parceiros e clientes multinacionais que desafiam depois a participação da TDGI em novas frentes onde eles também estão a atuar.

Em **Portugal**, o ano de 2017, seguindo a tendência registada nos anos anteriores, foi de crescimento de volume de negócios, quer através do reforço das relações contratuais já existentes, quer através da angariação de novos contratos.

Nas áreas de Gestão Integrada de Hard e Soft Services e de Manutenção Técnica, que representam o *core business*, o aumento do volume de negócio foi significativo nos diversos segmentos de mercado em que a empresa trabalha. Com efeito:

- Na área dos Edifícios, realça-se o início do Contrato de Manutenção das Instalações e Equipamentos do LEF, pertencente à Associação Nacional de Farmácias, para um cliente e parceiro histórico do Grupo Teixeira Duarte, bem como o arranque do Contrato de Manutenção e Assistência Técnica dos Armazéns do Chiado. São duas entidades de referência cuja contratação se considera um corolário da estratégia de desenvolvimento de negócio;
- Na área do Healthcare destaca-se o início da prestação de serviços de manutenção de equipamentos médicos no Centro Hospitalar da Cova da Beira, bem como a renovação da prestação e serviços para a Santa Casa da Misericórdia do

Porto, através do contrato de manutenção de AVAC do Centro de Reabilitação do Norte e início da prestação de serviços de manutenção de equipamentos médicos desta unidade;

- No que diz respeito à área Industrial, o ano de 2017 iniciou-se com o arranque do Contrato Global de Manutenção das Instalações e Equipamentos do Campus TAP. Trata-se de um dos maiores contratos de manutenção a nível nacional, de grande exigência técnica e que permite prolongar a relação com o cliente TAP que já vinha sendo desenvolvida há vários anos, ainda que em moldes contratuais diferentes;

- Registou-se também um reforço muito significativo na área do Retail, com a celebração de contratos com prestigiadas marcas como a FNAC, Nespresso e H&M. Destaque também para o aumento do volume de manutenção corretiva que a TDGI tem vindo a desenvolver junto dos seus clientes, o que reflete a confiança para a execução de trabalhos para além do âmbito do contrato celebrado, bem como a realização de trabalhos pontuais com grandes marcas como é o caso do IKEA.

A área de Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia, registou também um aumento de volume de negócios, particularmente nas áreas de Certificação Energética e Auditorias. O Setor tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos.



CAMPUS TAP - FM & Manutenção
Lisboa - Portugal



AL SHAQAB EQUESTRIAN CENTRE FM&Manutenção
Doha - Qatar



HOSPITAL PROF. EDMUNDO VASCONCELOS
São Paulo - Brasil

Foram realizadas Auditorias de Certificação e Planos de Racionalização Energética a Edifícios de grande dimensão e ligados a entidades de renome, tais como o Casino Estoril, Casino Lisboa, Residências Assistidas Montepio, Edifício Expo Finanças, Hospitais do Grupo Lusíadas Saúde e Luz Saúde.

No âmbito das Soluções de Energia concretizou-se o primeiro projeto no âmbito do “SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia” realizado totalmente *in house*: a Auditoria Energética e respetivo Plano de Racionalização de Energia à fábrica de moagem, produção de massas e bolachas da “Indústria Insular, S.A.”, na Ilha da Madeira.

A área de Gestão de Espaços e Obras continuou a desenvolver processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores, quer na área dos edifícios, quer em ambiente industrial, tendo atingido volumes de trabalho sensivelmente idênticos ao ano anterior.

Esta área tem tido significativas alterações com os clientes a optarem não só pela otimização dos espaços, mas também pela introdução da vertente de *design* de interiores e a adoção de novas tendências e estilos.

Em **Angola**, apesar da conjuntura adversa, salienta-se a renovação do contrato com a “EMIS, S.A.”, bem como o início

do processo de renegociação do contrato com a CHEVRON, que acabou por se concluir com sucesso já no início de 2018. Angola continua a ser o segundo maior mercado da TDGI a nível global e uma forte aposta.

A atividade da TDGI na **Argélia** durante o ano de 2017 teve o seu maior foco no reforço, desenvolvimento, otimização e estabilização da estrutura incluindo equipas técnicas, métodos e procedimentos de trabalho, tendo-se também alargado a área de atuação de Argel para Oran e Chlef.

Durante o ano de 2017 a TDGI na **Bélgica** consolidou as suas operações em curso, nomeadamente o contrato de manutenção do Conselho Europeu em Bruxelas e deu início a novos contratos importantes, designadamente:

- Contrato de obras de interiores com o Parlamento Europeu, com a duração de 4 anos, que a TDGI concorreu em consórcio com empresas belgas;
- Contrato de *Facilities Management* com a “Thomson Reuters (Markets) S.A.”, empresa que opera na área dos *media*. O contrato foi obtido através da parceria existente há vários anos entre a TDGI e a “CBRE Corporate Outsourcing SPRL”, empresa que detém o contrato mundial de *Facilities Management* com a referida “Thomson Reuters (Markets) S.A.”.

No **Brasil**, manteve-se a linha de crescimento, consolidando contratos, alargando outros e iniciando novos, tais como, a “Brazil Sénior Living, S.A.”; a manutenção do clube de vólei ADC (Associação Desportiva Classista) Bradesco, a manutenção da



CAMPUS TAP FM & Manutenção
Lisboa - Portugal



CAMPUS TAP - FM & Manutenção
Lisboa - Portugal



GRUNDFOS - FM & Manutenção
Madrid - Espanha

“TMKT Serviços de Marketing, Ltda.” na sua filial em Teresina; a renovação do contrato e aumento de 194 para 266 postos de atendimento do contrato de manutenção de ar condicionado das igrejas da IURD no estado de São Paulo; e, também para a IURD, realça-se um novo contrato de manutenção em Curitiba; alargamento do âmbito de atuação nas estruturas da Decathlon, um dos primeiros clientes da TDGI no Brasil.

Em **Espanha**, no ano de 2017, desenvolveram-se campanhas comerciais e de comunicação para consolidação da marca e foram iniciados novos contratos nas áreas de *Hard e Soft Services* e Manutenção Técnica com os clientes “Bombas Grundfos España S.A.” e “CUSCUTE S.L.” (CUBIC), assim como a realização de acordos para a renovação dos serviços prestados nos Edifícios de PFIZER, UNISYS, BOEING e VMWARE, resultado da satisfação dos seus principais clientes “CBRE Corporate Outsourcing S.L.” e “TECUNI S.A.” (Vince Facilities).

Em **Moçambique** a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar valor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e *Facilities Management*, tendo inclusivamente concluído com sucesso o processo de Certificação do seu Sistema de Gestão no âmbito da Qualidade, ao abrigo da

Norma Internacional ISO9001:2015.

De todos os 26 contratos cujo prazo terminou em 2017, 25 foram renovados (um dos clientes encerrou atividade), o que revela a confiança e reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Em paralelo alargou-se a atividade a novos clientes, sobretudo no segundo semestre 2017, com a contratação feita com o “Banco Société Générale Moçambique S.A.” e a “USAID Mozambique”, clientes internacionais que contribuem para reforçar a imagem de marca da TDGI neste mercado.

No que diz respeito ao Qatar, a TDGI atua através da entidade de direito local “TDGISERV”, detida em conjunto com a empresa local “PETROSERV” – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do Oil and Gas – essencialmente com um contrato de grande dimensão e projeção para as instalações da Qatar Foundation.

O ano de 2017 foi ainda um ano de desenvolvimento comercial, tendo-se iniciado a manutenção e gestão de dois complexos habitacionais, Doha Compound e Al Reems Compound.

MEIO AMBIENTE

Em 2017 o Grupo Teixeira Duarte operou na área do MEIO AMBIENTE em três mercados distintos: em Portugal (até julho desse ano) através das suas participadas "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE), "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, (Porto) S.A." (RECOLTE PORTO) e "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, (Açores) Unipessoal, Lda." (RECOLTE AÇORES); em Espanha através da "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE, S.A.U); e em Angola através de outra sociedade do Grupo Teixeira Duarte que opera nesse mercado e que utiliza, com o apoio de meios e recursos, a marca RECOLTE.

Em **Portugal**, não sendo o Meio Ambiente uma área de atuação considerada como estratégica para o desenvolvimento da atuação da Teixeira Duarte neste mercado, foram alienadas, em 19 de julho de 2017, as participações detidas pelo Grupo nas entidades que atuavam nesta área em Portugal: a RECOLTE e da RECOLTE PORTO.

Neste mercado, manteve-se apenas atuação no âmbito da Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares Perigosos - área de atividade não incluída na operação de alienação referida -, através do contrato na Ilha de São Miguel, Açores, para o "Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER", através da sociedade - sediada na região Autónoma dos Açores - a RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, (Açores), Unipessoal Lda. (RECOLTE AÇORES) detida a 100% pela TEDAL e possuidora do adequado Alvará de Licença para a Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares pelas autoridades regionais.

Em **Espanha**, a sociedade local RECOLTE, S.A.U. é detida a 100% pela TEDAL e, além de ser a principal sociedade veículo para outras áreas de negócio do Grupo Teixeira Duarte em Espanha, dedica-se à prestação de diversos serviços relacionados com o Meio Ambiente, nomeadamente no mercado da gestão global de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares, lavagem e desinfecção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras e, ainda, a operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Em 2017 a RECOLTE, S.A.U. registou proveitos de 26,9 milhões de euros, correspondente a cerca de 4,9% mais do que o registado no exercício anterior.

Entre as diversas operações em curso em 2017 na área da Recolha de RSU, Limpeza Viária e Gestão de Ecocentros

merecem destaque as desenvolvidas:

- Na Comunidade de Madrid os contratos para Ayuntamientos de Soto del Real, Mancomunidad de Municipios de Valle Norte del Lozoya, San Lorenzo de El Escorial e Griñón;
- Na Comunidade de Andaluzia os contratos para Ayuntamiento de Benalmadena, Cartaya, La Línea de la Concepción e Mairena;
- Na Comunidade da Galiza os contratos para Ayuntamientos de Marín, Riveira e Padrón e a Mancomunidad dos Concellos do Morrazo, que integra os Ayuntamientos de Cangas, Bueu e Moaña;
- Na Comunidade da Catalunha os contratos para Ayuntamiento de Arenys de Mar e Arenys de Munt).

Na área da Manutenção de Parques e Jardins merecem destaque:

- Na Andaluzia os contratos para Jardines de la Universidad de Sevilla" e para o "Complejo Hotelero Barceló Santi Petri", bem como a continuação do contrato para o Ayuntamiento de Algeciras e de El Puerto de Santa María, onde se inclui também a conservação de Parques e Pinhais de uso público;
- Na Comunidade de Madrid o contrato para o Ayuntamiento de Soto del Real;
- Na Comunidade da Galiza os contratos para os Ayuntamientos de Marín, Riveira e Padrón.

Na área de Manutenção e Limpeza de Praias, foi dada continuidade à execução dos contratos, na Comunidade da Andaluzia, para o Ayuntamiento de El Puerto de Santa María e celebrados outros novos neste âmbito.

No que respeita à atividade técnico-comercial, foram apresentadas mais de 209 propostas a concursos públicos e privados, com um valor global aproximado de 91 milhões de euros, que permite perspetivar a manutenção dos níveis de atividade em 2018.

A "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Após a conclusão em fevereiro de 2010 da construção do Edifício do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

Durante o ano de 2017, para além da atividade normal de manutenção do edifício foram realizadas diversas obras de beneficiação do mesmo, previamente aprovadas pelo parceiro "LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A." e pela Entidade Pública Contratante.

A atividade da TDHOSP é, no âmbito e ao abrigo do Contrato de Gestão, monitorizada e avaliada anualmente pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido no último ano, tal como vem acontecendo desde o início da operação, a classificação de "Muito Bom".

Para 2018 deu-se continuidade à implementação de processos com vista à melhoria operacional e ao incremento da eficácia nas diversas áreas técnicas de atuação, tendo presente que a "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." é certificada em Qualidade pela ISO 9001 – 2008, embora em processo de transição para a ISO 9001 – 2015, com auditoria de certificação prevista para maio deste ano.



LIMPEZA VÁRIA RIVIERA
Galiza - Espanha



RECOLHA LATERAL DE RSU, MARÍN
Galiza - Espanha

Em 9 de abril passado, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." celebrou um contrato com subsidiárias de um fundo de investimento gerido pela sociedade gestora "3i Investments plc" para alienação de 90% do capital social da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." (TDHOSP).

A transmissão tem como condição suspensiva, para além da obtenção do consentimento da própria TDHOSP, a obtenção de autorização por parte do estado português, enquanto entidade concedente, e das entidades financiadoras da concessão, o que se estima que ocorra até 30 de julho de 2018.

O preço global definido para a operação, incluindo a transmissão das ações e dos direitos de crédito existentes sobre a TDHOSP, é de cerca de 19,4 milhões de euros, sendo que a mesma terá um impacto nas contas da "Teixeira Duarte, S.A." de 2018 nos capitais próprios de cerca de 19 milhões de euros, permitindo uma redução do passivo do Grupo em cerca de 75 milhões de euros.

A **"EDUCARE – Actividades Educativas e Culturais, Lda"** é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como

finalidade o desenvolvimento do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (sob a marca CSFA Luanda Sul), sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Português, trata-se de estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até final do Secundário e, ainda, garante a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesas.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, a par da sua função educativa, desenvolve um vasto conjunto de serviços à comunidade em que se integra. O seu Projeto Educativo, sólido e de qualidade, tem levado a que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

Em 2017, ao nível das provas do 11º ano o CSFA Luanda Sul posicionou-se no 155º lugar no *ranking* nacional num total de 632 escolas, e no 3º lugar a nível de escolas portuguesas no estrangeiro (aqui obteve 2ª melhor média a matemática e a melhor média a português). Nas Provas Finais do 9º ano ocupou o 85º lugar a nível nacional, num universo de 1.221 escolas, e o



Colégio São Francisco de Assis
Luanda - Angola

1.º lugar a nível de escolas portuguesas no estrangeiro.

Em setembro 2017, iniciou o ano letivo com 654 alunos disponibilizando no ensino secundário os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS), à exceção do 11º ano com apenas os cursos CT e CS dando continuidade aos alunos do 10º ano.

De realçar a manutenção da aposta no âmbito das Tecnologias de Informação com efetiva entrada em produtivo de ferramenta do *software* de gestão escolar (INOVAR+), do Sistema Integrado de Gestão de Escolas (SIGE) para faturação e pagamentos em diversos pontos do Colégio, bem como da aplicação para dispositivos móveis que permitiu acessos dos Pais/EE à informação integrada INOVAR+ e SIGE dos seus educandos.

Do conjunto das suas atividades, um especial destaque para a continuidade da formação e qualificação dos Recursos Humanos quer em parceria com o Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP), quer desenvolvidas internamente e, ainda, com a presença numa feira de tecnologia na educação de prestigiado mérito internacional (BETT Show – British Educational Training and Technology Show).

Para o ano de 2018, dar-se-á continuidade à gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do CSFA Luanda Sul prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS

"PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.", "GONGOJI Montante Energia, S.A." e "TABOQUINHA Energia, S.A.", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte detentoras de projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica.

No exercício de 2017 encetaram-se diligências tendo em vista a viabilização dos projetos, sendo que os preços de venda de energia e os juros praticados para os financiamentos necessários configuram uma conjuntura desfavorável à implementação desses projetos.

OPERAÇÃO PORTUÁRIA NA VENEZUELA

Através da licença atribuída à "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", o Grupo tem vindo a proceder à comercialização, conservação, operação, administração,

construção e aproveitamento do "terminal especializado de contentores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira".

Com efeito, foi em 30 de março 2017 que esta empresa do Grupo recebeu tal autorização no âmbito da "Alianza Estratégica para la operación y gestión portuaria del terminal especializado de contentores del Puerto de la Guaira" celebrada com a entidade Venezuelana "Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A."

Com esta Aliança pretendeu-se otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transbordo do mar do Caribe e da América Latina, tendo a TD-EC assumido, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade de pátio para movimentar 1.200.000 teus/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a profundidade de 15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG's pórticos de parque, 2 *reach-stackers*, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5ha.

Em 2017, procedeu-se, entre outros, à fase de estruturação organizativa, à capacitação do pessoal, à divulgação da Aliança pelos agentes interessados, à inscrição nalgumas organizações portuárias internacionais e à obtenção de todas as autorizações e licenças obrigatórias para o exercício desta atividade, assim como à elaboração dos procedimentos operacionais. Atualmente, estão a ser desenvolvidos, conjuntamente com as autoridades venezuelanas competentes, os trâmites conducentes à viabilização das operações de transbordo internacional, objetivo fundamental para se alcançar a capacidade instalada, pois as operações em curso de importação e de exportação permitem atingir somente cerca de 20% da mesma.

O volume de proveitos da operação portuária ascendeu, no primeiro ano, entre março de 2017 e março de 2018, a cerca de 10,3 milhões de USD e a cerca de 31,1 mil milhões de bolívares.



TEC – TERMINAL ESPECIALIZADO DE CONTENTORES
La Guaira - Venezuela

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.", que é uma sociedade na qual a TD-EC mantém uma participação no respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

Em 28 de janeiro de 2016, a TD-EC alienou à "BRISA - Auto-Estradas de Portugal, S.A.", ao abrigo de Contratos de Opções celebrados em dezembro de 2010, a quase totalidade das ações que detinha na "AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral,

S.A." - ficando apenas com 1.000 ações, correspondentes a 0,02% do capital social desta entidade em comparação com os 19,67% antes detidos -, tendo também no âmbito da alienação dessa participação cedido a posição contratual nos contratos de financiamento que havia subscrito enquanto acionista da referida "AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.".

No ano de 2017, deu-se continuidade aos procedimentos e a alguns trabalhos, conducentes ao encerramento do contrato de construção.

A "AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.", constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social, celebrou em 24 de janeiro de 2009, alterado pelo instrumento de reforma datado de 28 de abril de 2010 e pelos adicionais assinados em 22 de novembro de 2011 e 7 de setembro de 2012, um contrato de subconcessão com a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. com a duração de 30 anos, para as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, a contar da data de assinatura do referido contrato.

A subconcessão tem por objeto:

- i. Construção, exploração, operação e manutenção de dois lanços de autoestrada, A33/IC32 - Palhais/Coima e A33/IC32 - Casas Velhas/Palhais (que inclui a ligação à Trafaria e a ligação ao Funchalinho), com cobrança de portagem aos utentes, exceto para o tráfego local, no que se refere ao último lanço da A33. Encontra-se também prevista a construção da estrada regional ER377-2 - Costa da Caparica/Fonte da Telha, sem cobrança de portagem, bem como a beneficiação da Avenida do Mar entre a Fonte da Telha e Belverde, que, no entanto, vieram a ser retiradas do objeto da concessão, aguardando-se a sua formalização contratual. A extensão destas vias totaliza cerca de 40km;
- ii. Exploração, operação e manutenção dos lanços à data em serviço, IC32 - Coima/Montijo (IP1), IC3 - Montijo (IP1)/Alcochete, IC20 - Via Rápida da Caparica e IC21 - Via Rápida do Barreiro, perfazendo esta rede cerca de 34 km.

No âmbito da renegociação do novo contrato de subconcessão, em curso, os lanços IC21 - Via Rápida do Barreiro, Ligações à Trafaria e ao Funchalinho não integrarão o objeto da subconcessão.

Deste modo, a rede AEBT, no ano de 2017, integrou a operação

de 60,2 km; todavia, após a conclusão do processo de renegociação, a extensão será de 46,5 km.

No ano de 2017, não se verificou qualquer atividade de construção, uma vez que o último lanço entrou em serviço em finais de 2012, registando-se, no entanto, a execução de alguns trabalhos que se desenvolvem no âmbito do período de garantia.

Trata-se de um ativo que se prevê alienar em 2018, pelo que foi reclassificado em conformidade como Ativo para Venda.

A "MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.", que é uma sociedade na qual a TD-EC detém uma participação de 9,11% do respetivo capital social, desenvolve a sua atividade em regime de concessão, do projeto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, ao abrigo do contrato de concessão assinado em 30 de julho de 2002 com o Estado Português, tendo a concessão tido o seu início em 12 de dezembro de 2002, por um período de 30 anos.

No ano de 2017, deu-se continuidade aos procedimentos conducentes ao encerramento do contrato de construção.

A "LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.", é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

Durante o exercício de 2017, esta participada teve uma performance muito razoável tendo o Resultado Antes de Impostos crescido cerca de 6,1%, ascendendo a 28.695 milhares de euros comparativamente com o valor de 27.044 milhares de euros em 2016.

Verificou-se uma subida das receitas de 5,9% a que se associou um crescimento dos Custos Operacionais de 3,5%. De salientar também a forte variação nas Amortizações e Ajustamentos líquidos, com uma variação de 21,5%, grandemente explicada pelo registo de uma provisão para fazer face às responsabilidades futuras com as repavimentações das duas travessias, mas que, ainda assim, permitiu à sociedade obter um resultado líquido depois de impostos de 21.032 milhares de euros, 6,8% abaixo do seu Orçamento mas 6,71% acima do verificado em 2016, subida essa essencialmente explicada pela subida do tráfego em ambas as travessias e pela redução dos custos financeiros, inerentes ao reembolso da dívida.

Trata-se de um ativo que se prevê alienar em 2018, pelo que foi reclassificado em conformidade como Ativo para Venda.

A "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2017 esta participada prosseguiu, à semelhança de anos anteriores, a sua atuação com sucesso dentro dos parâmetros próprios do mercado, sendo que, por no exercício não ter a exploração do parquímetro da via pública, a sua receita anual registou uma redução de 4,6% em relação ao ano anterior devido.

Uma significativa descida dos custos com a operação, permitiram que a "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A." tenha alcançado resultados positivos de 5.964 milhares de euros.

Para 2018, prevê-se o incremento da atividade com a exploração de novos parques de estacionamento e a continuação da atividade a bom ritmo e a otimização da operação e das estruturas, nomeadamente através da realização de trabalhos de restauro e manutenção dos autossilos públicos explorados pela empresa e pela introdução de alguns sistemas mais avançados no que diz respeito à orientação de estacionamento, reconhecimento de matrícula e pagamento eletrónico.

IV.3. IMOBILIÁRIA

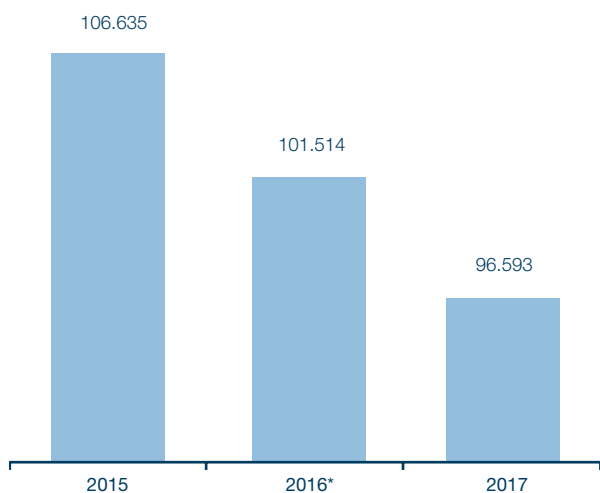
A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios do Setor da Imobiliária do Grupo Teixeira Duarte diminuiu, no global, 4,8% face a 2016.

Em Portugal registou-se uma redução de 13,9% face a 2016, que se atribui à fase de comercialização dos empreendimentos em desenvolvimento.

No Brasil o Grupo teve um aumento de 12,3% face ao mesmo período do ano passado.



Evolução do Volume de Negócios da Imobiliária
(Valores em milhares de Euros)

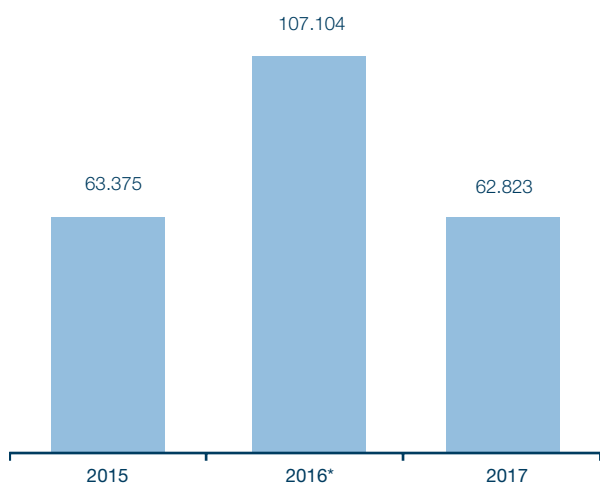
(*) - Valores de 2016 reexpressados





VILLA TORRINHA
Lisboa - Portugal

O EBITDA teve uma diminuição de 41,3% face ao exercício passado, influenciado pela variação dos ganhos de justo valor das propriedades de investimento no montante de 16.039 milhares de euros em 2017, enquanto que, em 2016, os ganhos foram de 61.211 milhares de euros.



Evolução do EBITDA da Imobiliária
(Valores em milhares de Euros)

(*) - Valores de 2016 reexpressados

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 129.304 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 34% face a 2016, tendo os mercados externos passado a representar 53% da atividade e Portugal 47%.

Em **Portugal**, durante o ano de 2017 observou-se um desempenho muito positivo em todos os segmentos do mercado imobiliário. Na atividade de investimento continuaram a realizar-se operações num cenário de *property yields* bastante competitivas, muito por força da perceção de subida de rendas generalizadas em praticamente todos os segmentos de mercado.

Em relação ao mercado residencial, particularmente nas cidades de Lisboa e Porto, continua a assistir-se ao bom desempenho dos projetos lançados no mercado, quase todos vendidos na sua fase inicial de desenvolvimento.

Neste contexto global, o Grupo registou também um elevado nível de atividade, tanto comercial, como no desenvolvimento urbanístico dos processos em carteira.

No segmento de Escritórios, de destacar a conclusão do processo de transmissão do ramo de negócio correspondente à gestão e exploração do empreendimento Lagoas Park, para a "Lagoas Park S.A.", empresa detida a 100% pelo Grupo, especialmente criada para este efeito.

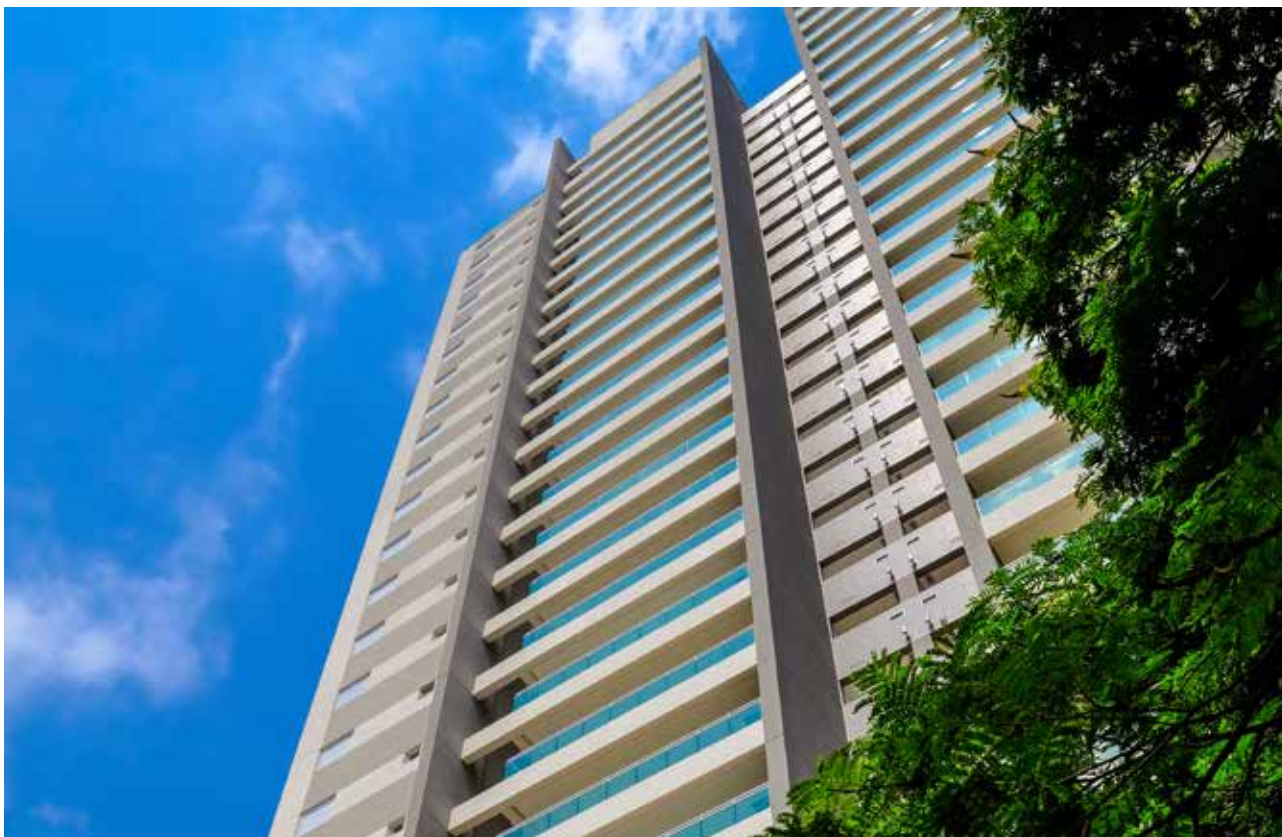
Ainda em relação a este empreendimento, de registar que o exercício foi marcado por um elevado nível de absorção de áreas de escritórios disponíveis, na ordem dos 14.000m², com destaque para a celebração de dois grandes contratos, o primeiro com a "Johnson & Johnson", em fevereiro, e onde foram contratadas a totalidade das áreas do Edifício 9, e em dezembro, com a "Google", onde foram contratados grande parte dos espaços disponíveis no Edifício 1.

No segmento Residencial, e aproveitando o bom momento do mercado, foi possível concluir a comercialização da totalidade das frações disponibilizadas no empreendimento "Villa Torrinha", na Rua de Pedrouços, em Lisboa – tendo sido emitida a respetiva licença de utilização durante o mês de dezembro –, bem como alienar alguns terrenos para construção de projetos residenciais localizados em Oeiras e Lisboa.

No segmento de Comércio, o "Shopping Cidade do Porto" teve uma evolução positiva no volume de vendas dos lojistas, tendo sido possível aumentar os rendimentos deste ativo. De salientar que durante o ano de 2017 foi celebrada a escritura da alteração do título constitutivo da propriedade horizontal do complexo onde o Shopping se insere, tendo igualmente sido aprovada a constituição do condomínio geral do complexo e o respetivo regulamento. A conclusão deste processo irá permitir gerir este espaço comercial de forma mais flexível.

Ainda em relação a este segmento destaca-se a conclusão da obra, início do contrato de arrendamento e consequente alienação de um supermercado feito propositadamente para a insígnia "Pingo Doce", num dos lotes do empreendimento "Quinta de Cravel", em Vila Nova de Gaia.

Relativamente à Carteira de Terrenos, foi dada sequência à tramitação de diversos processos urbanísticos, com destaque para o empreendimento "Vila Rio", localizado na Póvoa de Santa Iria, implantado num terreno com cerca de 17 hectares e que prevê a construção de 600 fogos e 32.200m² de áreas destinadas a comércio e serviços.



QUARTIER CAMPO BELO
São Paulo - Brasil

Ainda durante o ano de 2017 e no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Fundo TDF, foram igualmente feitas diligências com vista à emissão do alvará de loteamento do empreendimento de matriz residencial "Villa Simões", localizado em Benfica, Lisboa, e onde se prevê a construção de cerca de 48.000m² de área acima do solo.

Também relativamente às atividades do Fundo, foi dado durante o ano de 2017 particular foco ao desenvolvimento urbanístico do projeto de matriz residencial que se perspetiva edificar nos terrenos da antiga praça de touros de Cascais. Este projeto, comercialmente designado por "One Living", contará com mais de 80 frações de habitação e uma zona de comércio, perspetivando-se o início da sua construção e comercialização ainda no primeiro semestre de 2018.

Em **Angola**, a conjuntura económica manteve-se desfavorável à recuperação dos níveis de atividade do mercado imobiliário ao longo do ano de 2017, persistindo os reduzidos níveis de

procura em todos os segmentos de mercado e as consequentes dificuldades transversais na absorção do *stock* disponível.

O número de transações e os preços de mercado mantiveram uma tendência de ligeira redução face a 2016, sobretudo no mercado de arrendamento, na medida em que o mercado de compra e venda continua a potenciar, ainda assim, algumas oportunidades para investidores.

A atividade do setor imobiliário do Grupo manteve-se essencialmente marcada pela gestão do património de rendimento, pelo licenciamento de alguns projetos em carteira e pelo apoio às atividades de expansão de outros sectores do Grupo.

No que diz respeito à Gestão do Património de Rendimento, realça-se a manutenção dos bons níveis de ocupação dos edifícios "Maianga", "Soleil" e "Ingombota" em exploração na cidade de Luanda, nomeadamente no atual contexto



VILLAS - VILLA SUL
Luanda - Angola

económico e de mercado, sustentada pela renegociação de diversos contratos e pelo ajustamento dos preços praticados à evolução das condições de mercado.

Destaca-se também a perspetiva de ocupação a curto prazo de 3 pisos do Edifício “Millennium” por uma nova unidade médica pertencente a um parceiro internacional de referência na área da saúde, em linha com o acordo de reserva já celebrado, bem como o desempenho muito positivo dos ativos “avulsos” que o Grupo possui na cidade de Luanda, com a plena ocupação das moradias em exploração na zona de Alvalade.

No segmento Residencial, destaque para a conclusão da construção e início da exploração da 2ª Fase do Condomínio Villas, inserido no Empreendimento “Villa Sul”, localizado em Talatona e constituído por 40 unidades de tipologia T1, 34 de tipologia T2 e 12 de tipologia T3.

Ainda em Angola, registo para a celebração do contrato

promessa para a alienação de um ativo com cerca de 20.000m² de área de terreno, localizado num dos principais eixos de acesso à cidade de Luanda.

No **Brasil**, apesar da difícil conjuntura económica, pouco favorável ao mercado imobiliário, foi possível assistir durante o ano de 2017 a uma ligeira diminuição do *stock* da cidade de São Paulo - principal mercado de atuação - passando de 24.000 para 22.000 unidades, fruto do início de uma ligeira readequação do mercado e da diminuição dos distratos que caracterizaram o ano anterior. Com a redução das taxas de juros para um patamar mínimo histórico, atingido no final de 2017, prevê-se uma gradual retoma do mercado imobiliário para o ano de 2018.

Neste ano de 2017, o Grupo Teixeira Duarte:

- Prosseguiu a construção do empreendimento “Unique Alta Vista”, no município de Jundiaí, em São Paulo, com

aproximadamente 44.000m² de área de construção;

- Concluiu a construção e entrega do empreendimento "Quartier Campo Belo", na região Sul de São Paulo, com cerca de 23.000m² de área de construção;
- Prosseguiu a construção do empreendimento "Retrato Paulista", com aproximadamente 22.000m² de área de construção;
- Iniciou as vendas do empreendimento "Retrato Pinheiros", a norte da prestigiada Avenida Faria Lima, com cerca de 17.000m² de área de construção;
- Iniciou as vendas do empreendimento "Veríssimo", com cerca de 12.000m² de área de construção, bem localizado no tradicional bairro da Mooca, na região Leste de São Paulo.

O mercado imobiliário em **Espanha** regista sinais de recuperação que deverão acentuar-se durante os dois próximos anos com um esperado aumento do crescimento do investimento.

A atividade do setor imobiliário do Grupo neste país está concentrada na região de Madrid e limitada apenas à gestão do "Parking Europa" – parque de estacionamento e respetiva galeria comercial – situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes, onde foi dada continuidade à gestão do contrato de concessão administrativa.

Em **Moçambique**, a atividade do setor imobiliário do Grupo em 2017 incidiu maioritariamente no desenvolvimento dos principais projetos em carteira na cidade de Maputo e na gestão do património de rendimento.

Atendendo à difícil conjuntura económica que continua a fazer-se sentir neste país, o mercado imobiliário registou pouca atividade, tendo-se registado reduzidos níveis de absorção do *stock* disponível e uma contínua compressão dos preços de mercado.

Em 2017, destaque para a emissão da licença de construção para o desenvolvimento de uma nova unidade comercial no terreno da Malanga, localizado num dos principais acessos viários à cidade de Maputo, e para a continuidade dos estudos e da tramitação do licenciamento do projeto do edifício a desenvolver no terreno da Avenida Armando Tivane, na cidade de Maputo.

No segmento de Comércio, foi dada continuidade à reorganização do "Polana Shopping Center", com uma localização privilegiada no coração da cidade de Maputo, com vista a um reposicionamento comercial do mesmo num contexto de proximidade e conveniência.

Foi ainda dada continuidade ao serviço de pós-venda e à comercialização das últimas unidades disponíveis no edifício "Julius Nyerere 130", concluído durante o exercício anterior e localizado numa das mais prestigiadas avenidas da cidade de Maputo.

Nos **Estados Unidos da América**, mais concretamente no estado do Texas, o mercado apresenta em geral bons indicadores económicos com realce para o baixo nível de desemprego. A área metropolitana Dallas-Fort Worth tem atualmente uma população estimada de cerca de 7,5 milhões de habitantes, sendo uma das áreas metropolitanas que mais cresce neste país e com melhor desempenho ao nível da geração de novos empregos.

Neste contexto, em 2017, a Teixeira Duarte desenvolveu os processos de licenciamento das edificações de dois empreendimentos residenciais, "Insignia" e "Infinity", ambos no bairro de Turtle Creek, na cidade de Dallas.

Para 2018, prosseguir-se-ão, nos vários mercados, o desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, prevendo-se o crescimento global de proveitos, maioritariamente em função da maturidade dos empreendimentos em curso no Estado de São Paulo, no Brasil, e das escrituras dos empreendimentos "Villa Torrinha" e "Magnólia" em Portugal.

Em Angola e Moçambique, a atividade neste setor será centrada na manutenção da taxa de ocupação dos empreendimentos do Grupo e na gestão do património edificado, com objetivo de manter a qualidade de gestão e a estabilidade dos níveis de proveitos neste mercado.

Em Portugal, aproveitando o bom momento que o mercado de investimento atravessa, perspetiva-se durante o exercício de 2018 a alienação do empreendimento Lagoas Park. Prosseguir-se-á também a tramitação dos licenciamentos dos projetos "One Living - Cascais", "Villa Simões - Lisboa" e "Villa Rio", e o consequente desenvolvimento imobiliário, com o início da construção dos empreendimentos de Cascais e Lisboa.

No Brasil, e na cidade de São Paulo, perspetiva-se o lançamento de dois novos empreendimentos residenciais, o Quartier Brooklyn, empreendimento com 124 unidades localizado na região Sul da cidade, e um empreendimento com 96 unidades na Rua Nilo, bairro da Aclimação, junto à Avenida Paulista.

Por último, nos Estados Unidos da América, prevê-se o início da construção dos empreendimentos residenciais "Insignia" e "Infinity".

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 90, operando hoje através de oito unidades hoteleiras, duas sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos.

A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de *Fitness* através da exploração do "Lagoas Health Club" e na área da restauração em Angola.

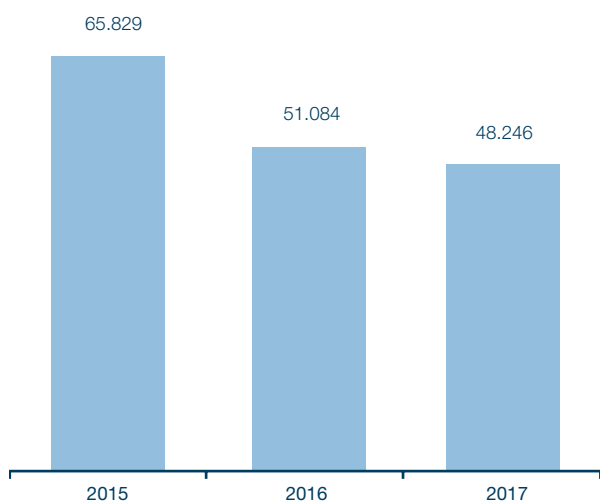
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios da Hotelaria registou um decréscimo, na globalidade, de 5,6% face ao período homólogo de 2016.

Em Portugal, a atividade cresceu 14,4% face a 2016.

Em Angola este indicador teve uma diminuição de 10,2% face a 2016. Refira-se, contudo, que desconsiderando o efeito cambial, a diminuição foi de 7,6%.

Em Moçambique, durante o exercício de 2017, a atividade registou uma diminuição de 9,6% face ao período homólogo. Refira-se, contudo, que desconsiderando o efeito cambial, a diminuição foi de 5%.

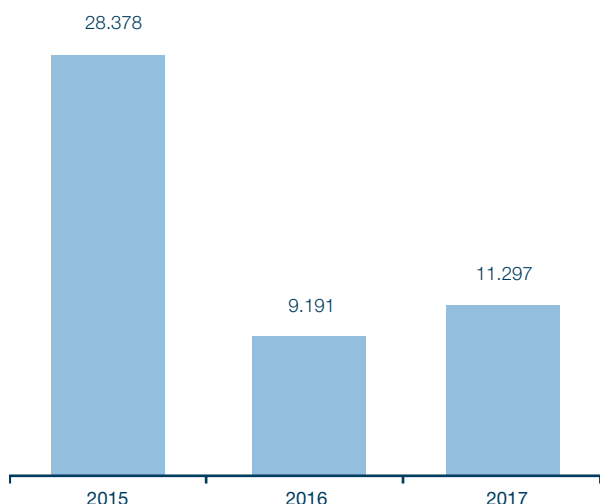


Evolução do Volume de Negócios da Hotelaria
(Valores em milhares de Euros)





O EBITDA registou um aumento de 22,9% face a 2016 e fixou-se em 11.297 milhares de euros.



Evolução do EBITDA da Hotelaria
(Valores em milhares de Euros)

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 85.979 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 39,6% face a 2016, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 75% da atividade e Portugal 25%.

Em **Portugal**, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras
Unidade de quatro estrelas	182 quartos
SINERAMA	Sines
Unidade de três estrelas	105 quartos

No global, verificou-se nestas duas unidades um aumento de 1% na taxa de ocupação, devido essencialmente ao aumento da procura do mercado *corporate* e *online*, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 5% no preço médio. Desta forma, os proveitos operacionais correntes dos hotéis em Portugal registaram um aumento de 5% face a 2016.

Na área de *Fitness*, em 2017 o Grupo continuou a exploração do "Lagoas Health Club", no qual manteve a aposta na qualidade do serviço e na diferenciação, tendo aumentado o nível de preços. A média anual de sócios ativos foi de 2.296.



HOTEL ALVALADE
Luanda - Angola

Em **Angola**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda
Unidade de quatro estrelas	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda
Unidade de quatro estrelas	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda
Unidade de quatro estrelas	138 quartos

Em 2017, manteve-se o abrandamento da atividade económica no mercado Angolano, à semelhança do que sucedera em

2016. Este cenário tem afetado a procura por este destino, o que influenciou negativamente as taxas de ocupação e o preço médio das unidades hoteleiras em Angola, levando a uma quebra dos proveitos operacionais de alojamento. Apesar da quebra no alojamento, as unidades do grupo em Angola apresentam melhores resultados ao nível da Restauração, Eventos e *Health Club*.

Ao longo do exercício iniciou-se um projeto de renovação de algumas áreas do Hotel Alvalade, nomeadamente restaurante, bar e alguns quartos, o qual terá continuidade em 2018.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração dos refeitórios do grupo.

Em **Moçambique**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo
Unidade de cinco estrelas	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo
Unidade de três estrelas	88 quartos

HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira
Unidade de três estrelas	74 quartos

A atividade económica de Moçambique prosseguiu em desaceleração em 2017, o que associado ao aumento da concorrência neste segmento teve um impacto negativo na atuação das unidades hoteleiras do Grupo neste país, forçando uma redução generalizada dos preços médios. Apesar das exigências do setor as taxas de ocupação dos hotéis Tivoli Beira e Tivoli Maputo aumentaram em 2017, resultando no aumento dos proveitos operacionais destas duas unidades.

Por último, uma referência ao facto de em 2017 se ter dado seguimento à aposta que tem vindo a ser feita na formação profissional dos colaboradores nas diversas geografias, nomeadamente com a constituição de departamento próprio para o efeito e com a realização de mais de 500 ações abrangendo 3.500 formandos e totalizando mais de 10.000 horas de formação. Esta política tem permitido a evolução dos quadros, em especial em Angola e Moçambique, a par da excelência operacional.

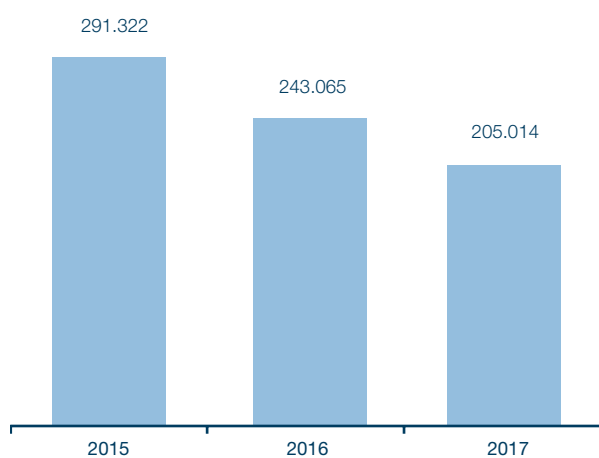


IV.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd." (GND) e no Brasil através da "TDD Brasil, Limitada".

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

A Distribuição diminuiu 15,7% face a 2016, penalizada pelo menor poder de compra de empresas e famílias em função da conjuntura económica em Angola e pela dificuldade na importação de produtos para este país nos primeiros meses do ano.

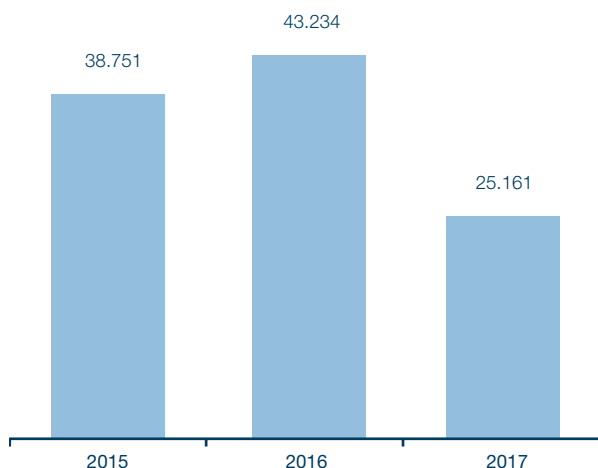


Evolução do Volume de Negócios da Distribuição
(Valores em milhares de Euros)





O EBITDA da Distribuição diminuiu 41,8% face ao ano anterior, fixando-se em 25.161 milhares de euros.



Evolução do EBITDA da Distribuição
(Valores em milhares de Euros)

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 256.637 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 4,4% face a 2016.

Em **Portugal** – onde o Grupo opera através da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A." – em virtude do prolongar da conjuntura desfavorável no mercado angolano, os esforços concentraram-se na procura de soluções a obtenção de divisas para o aprovisionamento dos principais produtos de importação para as operações existentes.

Na área "Cadeia de Abastecimento", deu-se seguimento à implementação de processos e soluções tecnológicas que permitam uma redução do capital circulante e quebras por validade/obsolescência, e foram reforçadas as relações com os parceiros na representação de marcas exclusivas, cujo volume de negócios, apesar das dificuldades sentidas, foi possível reforçar comparativamente ao ano de 2016.

Em **Angola**, o Grupo Teixeira Duarte opera:

- No Retalho Alimentar através da empresa "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda." com a insígnia Maxi;
- No Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia Dakaza, na área de Saúde e Bem-estar através da insígnia Farmácia Popular e na área da Restauração através da insígnia Nilo;
- No mercado da Distribuição de Produtos Exclusivos através da sua participada a 100% "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda";
- Na Comercialização Grossista de Bebidas através da sociedade "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", que opera com a insígnia TEFAC.

A atividade das diversas insígnias ficou em geral marcada pelo difícil contexto económico que Angola continua a atravessar, com consequências na redução do nível de consumo da população em geral.

No Retalho Alimentar, a Maxi conseguiu melhores níveis de aprovisionamento de mercadoria importada a partir do 1.º trimestre, o que aliado a um forte plano de comunicação, permitiu no 2.º semestre uma recuperação de vendas e talões face ao semestre homólogo de 2016. Realça-se também a abertura de um novo ponto de venda em novembro, no formato de proximidade, no bairro da Fubu, em Luanda.

No Retalho Especializado na área de Mobiliário e Decoração, a Dakaza manteve um desempenho positivo, sendo que, no âmbito do plano de expansão para este negócio, foi inaugurado no mês de dezembro um novo ponto de venda com cerca de 1.000 m² de placa de venda na Av. 21 de Janeiro, em Luanda.

No Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar, através da Farmácia Popular, foi dada continuidade à consolidação dos processos de gestão operacional, de inventário e cadeia de abastecimento. Este negócio tem sentido dificuldades na obtenção de divisas para a importação de produtos específicos, nomeadamente de categorias diferenciadoras como Beleza, Alimentação Saudável e outros produtos de grande consumo.

No Retalho Especializado na área da Restauração realça-se a inauguração da nova fábrica Nilo no Centro de Distribuição do Morro Bento, Luanda, que permitiu dotar a operação de melhores condições para a produção de mais e melhores produtos, maior presença na cadeia de valor e potenciação de vendas B-2-B.

Na Distribuição de Exclusivos, a DCG prosseguiu a estratégia

de reforço de notoriedade das marcas representadas, quer na Unidade de Bebidas, quer na Unidade de Impulso, este ano focado no canal da Moderna Distribuição. Este negócio teve um desempenho positivo, acima do ano de 2016, pretendendo-se apostar no aumento da atividade, quer com os atuais parceiros, quer através de novas unidades de negócio.

Na Comercialização de Bebidas por grosso, a TEFAC confirmou o bom desempenho do ponto de venda da Mulemba, que havia substituído em 2016 o ponto de venda do Roque Santeiro. Realça-se também o sucesso do investimento na implementação de procedimentos, formação e infraestruturas, que permitiram elevados ganhos de eficiência na gestão de inventário. O negócio continua dependente em cerca de 75% de tara retornável e cerveja, apenas de produtos produzidos em Angola. O nível de atividade manteve-se dentro das expetativas.

Na **África do Sul**, onde o Grupo atua através da sociedade "GND - Global Net Distributors (PTY) Ltd.", deu-se continuidade à procura de novas oportunidades de negócio.

No **Brasil**, através da sociedade "TDD Brasil, Limitada", foi dada continuidade ao *procurement* na região.

No **Dubai**, foi iniciado o *procurement* de novas oportunidades de negócio na região da Ásia e Médio Oriente, através da sociedade "GND Trading ME, FZE".

No âmbito da Sustentabilidade, realça-se:

- No programa Fazenda Maxi, iniciado em 2013 e que estabelece parcerias com produtores com o objetivo de desenvolver a produção agrícola nacional e de tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população e que conta hoje com 24 produtores em 9 províncias e 3.000 ha de área cultivada, foi celebrado um protocolo de cooperação com o Centro de Agronegócio (CANE), promovido pela Angola School of Management (ASM), instituição de referência na área do ensino de executivos em Angola, que pretende contribuir para o fortalecimento, competitividade, inovação e sustentabilidade do setor da agrícola em Angola. Além do plano anual de atividades, no qual se incluem diversas ações de formação para a classe empresarial e institucional relacionada com o setor, foi realizado em novembro o 1.º Congresso Internacional do Agronegócio, que deverá passar a ser realizado com carácter anual;



- No programa MaxiSaúde, que tem como objetivo promover a Saúde dos angolanos, através de ações de sensibilização, prevenção, rastreio e tratamento nas comunidades envolventes das lojas Maxi, com especial enfoque em escolas, cerca de 7.000 crianças foram beneficiadas, em ações como a malária e higiene oral;
- No programa “Fazer Pescar”, transversal a várias áreas do Grupo e que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas, foram realizadas mais 2 edições no setor da Distribuição;
- Na área da Formação, foram superadas as 40.000 horas de volume de formação, sinal da aposta na seleção e desenvolvimento dos Recursos Humanos, enquanto fator de sucesso das diversas operações.

Para o ano de 2018, dar-se-á continuidade às medidas de otimização das operações e de reforço de competências dos recursos humanos, bem como de diversificação da gama de produtos oferecidos e manter-se-á a aposta no investimento em inovação, com destaque para as áreas de Tecnologias de Informação, *Business Intelligence* e Gestão da Cadeia de Abastecimento.

No que respeita à expansão da atividade, esta será realizada através de uma criteriosa seleção de oportunidades, estando previsto:

- Inauguração no 2.º semestre de um novo ponto de venda em Luanda, que incluirá além da insígnia de retalho alimentar Maxi, uma Farmácia Popular e uma pastelaria Nilo;
- Inauguração de um novo ponto de venda Dakaza no centro de Luanda;
- Construção de um novo ponto de venda da TEFAC em Luanda.

No âmbito do supra referido “Programa Fazenda Maxi”, está previsto que em 2018 seja dado início a uma nova etapa deste programa, com o arranque da construção de uma unidade industrial na província do Kwanza Sul para transformação de milho e feijão.



FROTA MAXI
Angola



DAKAZA MORRO BENTO
Luanda - Angola

IV.6. AUTOMÓVEL

Com mais de vinte e cinco anos de atuação no Setor Automóvel, em Angola, a Teixeira Duarte prossegue hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

Ligeiros: Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu;

Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;

Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera, Derby e Hyosung;

Equipamentos - Energia: Denyo, Pramac, Honda Power Products e Powermate;

Equipamentos - Elevação e Construção Civil: Nissan Forklift e Heli;

Pneus e Lubrificantes: Continental, Infinity e Avia.

Em paralelo, desenvolve atividade no Retalho Especializado através das Lojas Piwi, especializadas na comercialização e assistência técnica de veículos motorizados, assim como na comercialização de geradores e acessórios auto.

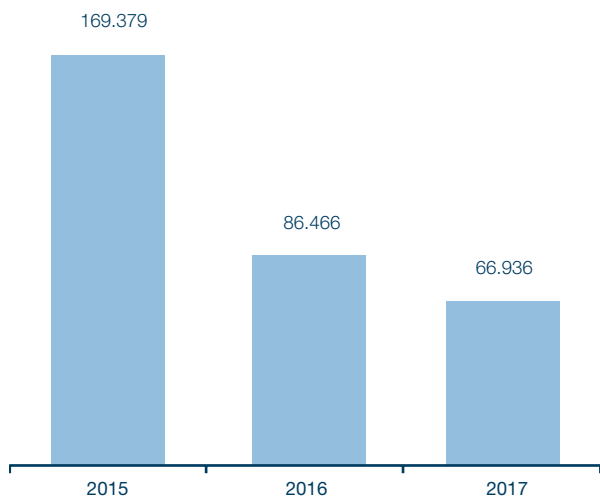
Em **Portugal**, o Grupo detém a representação da marca Suzuki com exclusividade para o distrito de Lisboa, atribuída à sociedade do Grupo "SMOTORS, S.A.", que inaugurou neste exercício as instalações do seu centro de colisão.





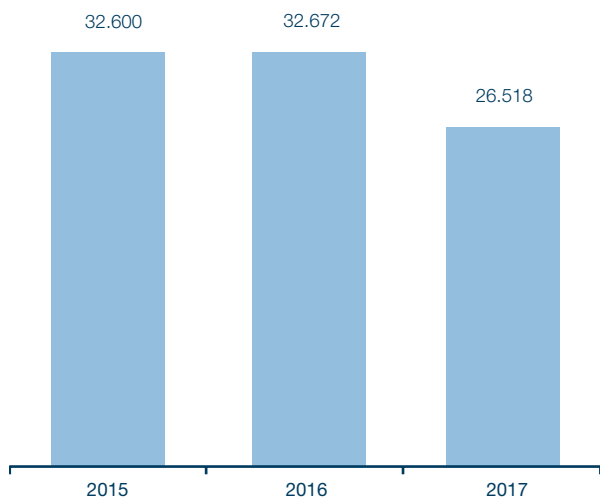
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

No setor Automóvel o Grupo teve uma diminuição do Volume de Negócios em 22,6% relativamente a 2016, essencialmente pelas dificuldades na importação de veículos e peças para Angola e pela menor atividade nas oficinas de assistência técnica.



Evolução do Volume de Negócios do Automóvel
(Valores em milhares de Euros)

O EBITDA registou um decréscimo de 18,8% face ao período homólogo, fixando-se em 26.518 milhares de euros.



Evolução do EBITDA do Automóvel
(Valores em milhares de Euros)

ATIVIDADE DURANTE 2017

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2017, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 94.104 milhares de euros, que corresponde a um decréscimo de 11,1% face a 2016.

Em **Portugal**, o exercício de 2017 foi o primeiro ano completo de operação da sociedade SMOTORS, tendo-se mantido todas as áreas de atuação da empresa, nomeadamente a representação da marca SUZUKI na comercialização de viaturas, assistência técnica pós-venda e comercialização de peças ao balcão. No segundo semestre de 2017 foi introduzida uma nova área de negócio na sociedade, dedicada à reparação de carroçarias, com a abertura de um Centro de Colisão em São João da Talha.

Em **Angola**, o ano caracterizou-se pela continuação da redução generalizada da atividade nos vários segmentos de negócio, Ligeiros, Pesados, Motociclos e Equipamentos, fruto da crise económica que este país continua a atravessar.

O mercado angolano de viaturas, e mais especificamente o segmento de Ligeiros, teve uma redução de 52%, passando de 8.189 unidades vendidas em 2016 para apenas 3.969 viaturas comercializadas em 2017.

Na comercialização de viaturas Ligeiras, manteve-se em 2017 a gestão criteriosa do nível de stock, ajustando o line up das várias marcas em função da redução expectável de vendas. Em paralelo, manteve-se o foco na melhoria dos serviços de Assistência Técnica, prosseguindo com o reforço das competências das várias equipas e o aprofundamento dos processos de organização das oficinas.

Na área de Assistência Técnica de veículos Ligeiros, o Grupo Teixeira Duarte registou um decréscimo de 16% no volume de negócios, resultado da dificuldade na aquisição de peças, na menor atividade das empresas e da quebra no poder de compra dos particulares.

No segmento de Pesados, regista-se a venda de 25 unidades, menos 19 que em 2016.

No segmento de Motociclos, regista-se a venda de 303 unidades, o que representa uma diminuição de 67% no número de unidades vendidas em relação a 2016.

No segmento de Equipamentos, onde se destaca a área de Energia, manteve-se durante 2017 a aposta na formação

e consolidação de competências das várias equipas de Assistência Técnica, tendo o volume de negócios decrescido cerca de 14% relativamente a 2016.

No Retalho Especializado, com a rede de lojas PIWI, revelou-se necessário ajustar a operação à situação económica, o que obrigou ao encerramento de dois pontos de venda, Mulemba e Cacuo. Em paralelo, deu-se continuidade ao ajuste do cardex da operação, de acordo com a realidade de mercado.

Apesar do contexto exigente que o setor automóvel em Angola enfrenta, prosseguiu-se com as atividades de formação dos nossos colaboradores, sendo de destacar em 2017:

- A concretização do Plano de Formação e Qualificação com 12.581 horas de volume de formação, o que representou um crescimento de 8,4% face a 2016, com a formação técnica a representar aproximadamente 70% do plano;
- No último triénio 2015-2017, deu-se especial enfoque na formação específica nas áreas mecânica, eletricidade e diagnóstico;
- A criação e implementação de um novo modelo de formação, alicerçado em 3 pilares formativos: Valores, Base e Específica, segmentados em 3 grupos profissionais: Operacionais, Gestores Intermédios e Gestores de Topo;
- A continuação do projeto "Fazer Pescar", iniciado em 2013 - transversal a várias áreas do Grupo - que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas, e que contou este ano com a realização de mais uma edição. Com esta 7ª Edição, o total de formandos deste programa no setor Automóvel atingiu os 100 nos últimos 5 anos.

Face à conjuntura económica que Angola continua a atravessar, perspetiva-se para 2018 a continuação da retração da atividade neste mercado, pelo que se dará continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço dos processos de organização nas diversas áreas de negócio.



PROGRAMA "FAZER PESCAR" TDA
Luanda - Angola



CENTRO DE COLISÃO SMOTORS
Lisboa - Portugal

V. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Este capítulo pretende dar resposta aos requisitos de prestação de informação de matéria não financeira conforme requerido pela Diretiva 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, transposta para direito nacional pelo Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, apresentando informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo Teixeira Duarte referentes às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, recorrendo a indicadores e a informações consideradas relevantes, monitorizáveis e fiáveis.

A informação aqui apresentada reflete a realidade do Grupo Teixeira Duarte nestes domínios, atendendo aos principais impactos e riscos da atividade desenvolvida, e que proporciona uma visão mais abrangente dessa atividade e desempenho.

Neste sentido, e para aferir o conteúdo do presente capítulo, foi efetuada uma análise dos requisitos de reporte dos referidos diplomas, à luz das orientações do guia que lhes está associado, sendo focados os tópicos considerados mais importantes, atendendo a uma análise que teve em consideração referenciais de sustentabilidade, relatórios de pares e uma reflexão interna de relevância baseada no grau de impacto e realidade do Grupo Teixeira Duarte.

Ao longo do presente capítulo, a expressão “Grupo Teixeira Duarte” abrangerá todas as entidades integradas no perímetro de consolidação e âmbito de gestão da Teixeira Duarte, S.A..

Tendo iniciado a sua atividade em 1921, o Grupo Teixeira Duarte conta com mais de 10.000 colaboradores, que trabalham em 18 países, em 6 setores de atividade, conforme se pode verificar através da consulta do mapa de participações constante da parte inicial do Relatório de Gestão.

A referência fundacional de Casa de Engenharia caracteriza a atuação do Grupo Teixeira Duarte em todas as Áreas da Construção desde a Geotécnica e Reabilitação, às Edificações, às Infraestruturas, à Metalomecânica, às Obras Subterrâneas, às Obras Ferroviárias e às Obras Marítimas.

O crescimento sustentado ao longo de décadas na Construção permitiu que o Grupo fosse desenvolvendo outros Setores de Atividade fruto de oportunidades de negócio que foi encontrando e sabendo dinamizar desde os anos setenta, tais como as Concessões e Serviços (desde 1984), da Imobiliária (desde 1973), da Hotelaria (desde 1992), da Distribuição (desde 1996) e do Automóvel (desde 1991).

Com um consolidado processo de internacionalização, há muito que a Teixeira Duarte atua noutros mercados que ainda hoje são importantes nas suas operações, tais como a Venezuela (desde 1978), Angola (desde 1979), Moçambique (desde 1982), Espanha (desde 2003), Argélia (desde 2005) e Brasil (desde 2006), aos quais hoje se juntam também a França, a Bélgica, o Reino Unido, os Estados Unidos da América, a Colômbia e o Peru, Marrocos e a África do Sul, a China, o Qatar e o Dubai. As linhas genéricas organizacionais do Grupo Teixeira Duarte encontram-se refletidas num organograma incluído no início do Relatório de Gestão da Teixeira Duarte, S.A. e para o qual se remete.

A Teixeira Duarte, S.A. é uma sociedade aberta, com sede no "Lagoas Park", Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, em Oeiras, com o capital integralmente subscrito e realizado de 210.000.000,00€, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 509.234.526 e lidera um Grupo económico, cuja sociedade de topo está cotada na Euronext Lisbon desde 1998, já desde essa altura com base acionista maioritária da família Teixeira Duarte.

Recorda-se que – conforme constante do Relatório sobre o Governo da Sociedade e aí devidamente desenvolvida – desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a Teixeira Duarte, S.A. adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

MISSÃO E VALORES

A missão do Grupo Teixeira Duarte – **Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor** – define o que move os colaboradores, no seu dia-a-dia, constituindo um objetivo partilhado por todos, independentemente da área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

Esta missão é suportada pelos seguintes valores:



Engenho

Valor baseado na origem e desígnio da empresa: “Uma casa de Engenharia”, onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas “da casa”.

Verdade

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades da empresa.

Compromisso

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da “Palavra dada” e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

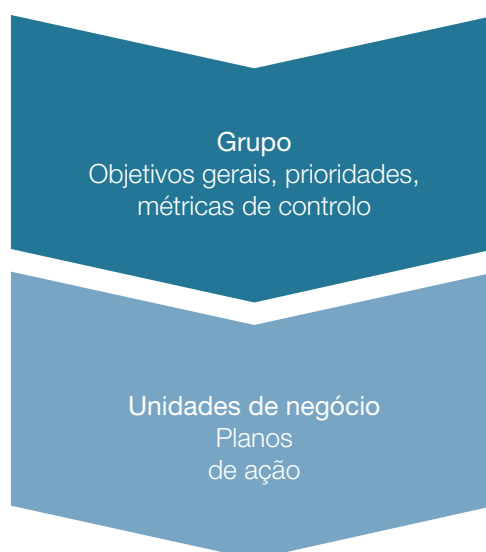
Estes valores têm consagração expressa no Código de Ética e Conduta aplicável à Teixeira Duarte, S.A. e extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão.

VISÃO E MODELO DE SUSTENTABILIDADE

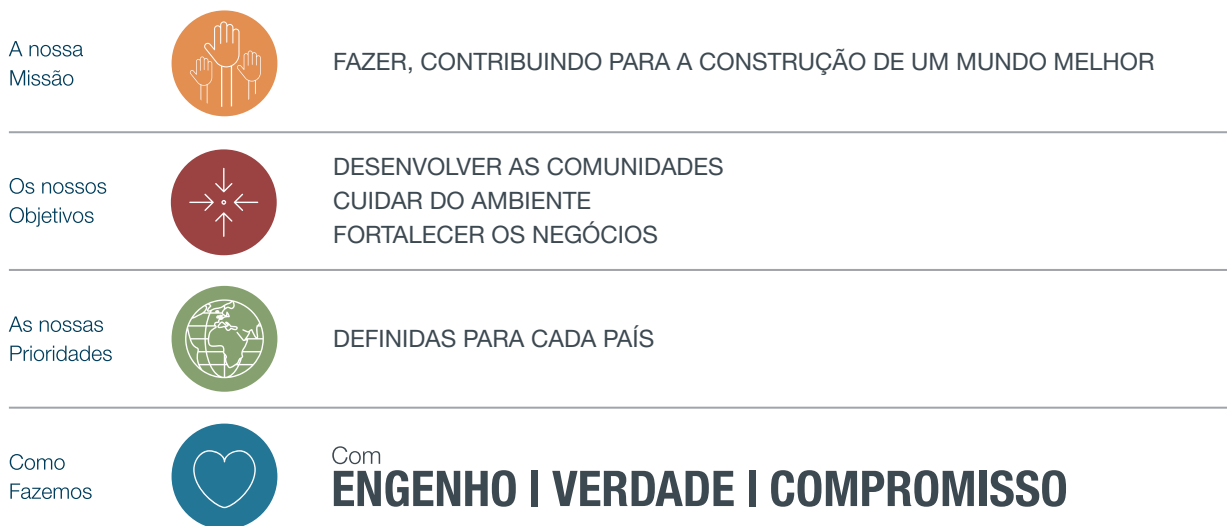
No Grupo Teixeira Duarte, a sustentabilidade é o resultado de um modo de estar e de agir, com sentido de responsabilidade que se espelha no relacionamento com os seus *stakeholders*.

Essa postura está consagrada nos seus Valores que traduzem a forma enraizada de atuar ao longo de várias gerações, e que contribuem para uma sustentabilidade global, na sua perspetiva económica, social e ambiental. Estes valores são prosseguidos por todos os colaboradores que, também desta forma, integram a sustentabilidade no seu dia-a-dia.

Sendo o Grupo Teixeira Duarte uma organização com uma grande diversidade de setores de atuação, implementados em vários países, o seu modelo de sustentabilidade passa por estabelecer uma matriz global com objetivos gerais, prioridades para cada país e métricas de controlo, cabendo às unidades de negócio o desenvolvimento dos respetivos planos de ação.



A seguinte figura ilustra o modelo de sustentabilidade do Grupo e identifica os principais objetivos globais:



Esta abordagem foi recentemente sistematizada e a respetiva implementação nas diversas realidades do Grupo iniciou-se na atividade desenvolvida em Angola onde se definiu como prioridades a formação, a saúde e a produção nacional. Este modelo será progressivamente adotado por outras geografias, para as quais serão definidas as respetivas prioridades específicas.

POLÍTICA INTEGRADA DE GESTÃO

O Grupo Teixeira Duarte tem vindo a apostar na adoção de diversos **referenciais de gestão** internacionais e nacionais **nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho, da Qualidade, do Ambiente, da Responsabilidade Social e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação**, como resposta a exigências do próprio mercado, mas também porque acredita e explora esses referenciais de modo a criar um sistema integrado que resulte num modelo de gestão fortalecido.

Nesse sentido, dispõe de uma política integrada de gestão, que define os princípios e objetivos de atuação nos vários domínios abrangidos pelo **sistema integrado de gestão (SIG)**. Esta política, tal como a visão de sustentabilidade, ancora e espelha a missão e os valores do Grupo definindo objetivos que devem reger a atuação das várias empresas nos domínios que integram o SIG, em particular das empresas certificadas.

Ao longo deste capítulo são identificadas as empresas certificadas nos diversos domínios acima referidos.

Objetivos de atuação definidos na política integrada de gestão:

- Cumprir e fazer cumprir as normas externas e internas aplicáveis;
- Prevenir e formar para alcançar zero acidentes de trabalho;
- Planear e avaliar para fazer bem à primeira;
- Organizar e criar processos para gerir e controlar todas as vertentes da sua atividade;
- Analisar e instruir na gestão dos aspetos e impactos ambientais para zero danos no meio envolvente;
- Partir da investigação e domínio dos princípios da ciência para inovar e desenvolver conhecimentos ao nível de produtos e serviços, processos, e métodos organizacionais.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Em 24 de abril de 2015, passou a existir um Código de Ética e Conduta extensível a todo o Grupo Teixeira Duarte, aprovado, em primeira linha, pelo Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. enquanto sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte e extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão.

Este Código veio consagrar os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e, desse modo, o envolvimento do Grupo com as partes relacionadas, constituindo pois um reforço e desenvolvimento da Missão e dos Valores da Teixeira Duarte.

Já após a conclusão do exercício de 2017 – em 5 de fevereiro de 2018 –, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou um novo Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte que veio substituir a anterior versão em vigor, sendo tal substituição igualmente extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão.

Também o novo Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte consagra a missão e os valores que definem a ética da Teixeira Duarte e estabelece regras que os reforçam, desenvolvem ou complementam, pretendendo que seja aplicado à Teixeira Duarte, S.A. e extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão.

O Código destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores e Outros Representantes da Empresa, cabendo adicionalmente a todos estes colaboradores não só conhecer e interiorizar, implementar institucionalmente e defender externamente o Código, mas também promover a aplicação das respetivas regras por terceiros no âmbito e execução das relações que estes mantenham com quaisquer entidades do Grupo Teixeira Duarte.

Resumidamente, de acordo com este Código, todos os colaboradores do Grupo têm o compromisso de cumprir, defender e fazer cumprir, incluindo junto dos destinatários indiretos, a legislação e a regulamentação em vigor nas geografias onde este opera, incluindo quaisquer acordos globais ou setoriais e regras deontológicas específicas de cada profissional, bem como todos e quaisquer compromissos contratualmente assumidos pelo Grupo.

RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE

O Grupo Teixeira Duarte aposta fortemente na investigação e inovação, dispondo de vários instrumentos e infraestruturas que potenciam essa aposta, como é o caso do Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (CIDT) (1) e a certificação em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI).

CIDT

O CIDT tem uma função de dinamização das atividades de IDI, identificando em conjunto com os responsáveis do setor da construção e das Direções do Centro Corporativo, matérias suscetíveis de serem integradas como projetos IDI e que poderão ter um efeito útil para a respetiva área de atuação.

(1) Atuação estende-se às empresas do grupo, cujas atividades de IDI são complementares às da TD-EC, nomeadamente a SOMAFEL, a TDGI e a EPOS.

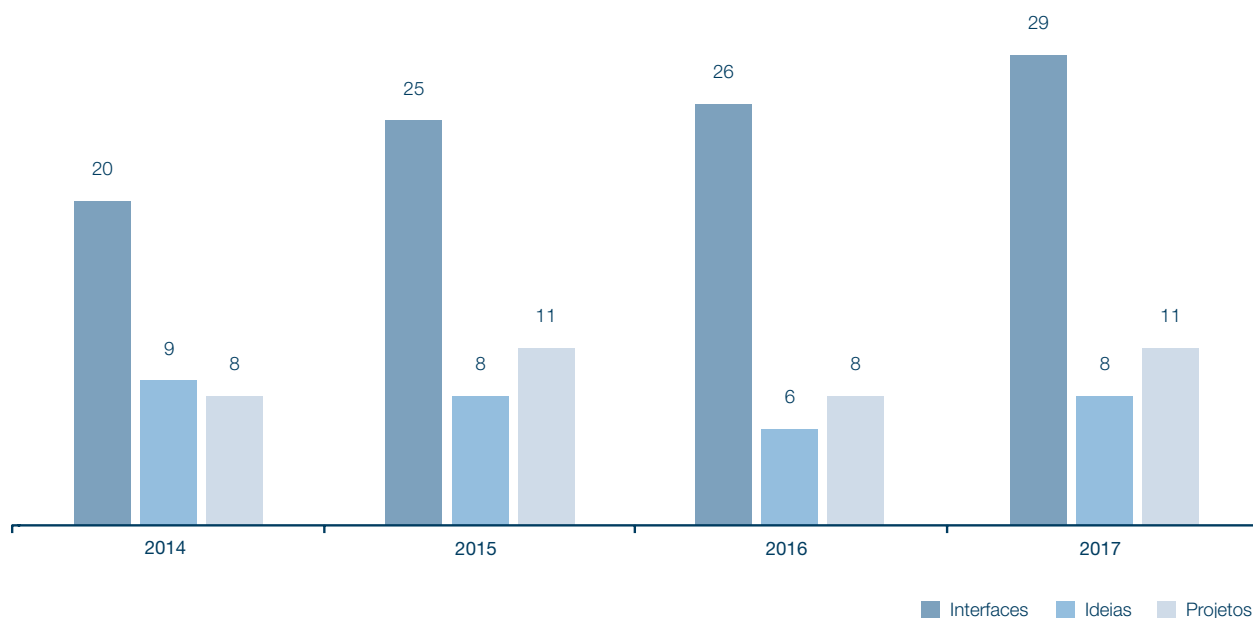
Certificação IDI

Em Portugal, as empresas TD-EC, EPOS, SOMAFEL e TDGI encontram-se certificadas em Investigação, Desenvolvimento e Inovação IDI, pela Norma Portuguesa 4457.

O sistema de gestão de IDI é a forma ideal para estas empresas canalizarem todo o seu conhecimento e criatividade, materializando-os em inovação. Desta forma, a criação de riqueza através da introdução de novidades no mercado encontra-se sistematizada, organizada e disponível para qualquer parte interessada verificar a sua excelência.

Estes meios geram uma elevada dinâmica na área da inovação e desenvolvimento que é internamente registada pelo número de ideias, interfaces e projetos de IDI gerados. Em 2017, verificou-se um ligeiro aumento dos números que espelham a dinâmica de IDI no seio das empresas certificadas neste âmbito.

O registo da evolução de interfaces, ideias e projetos no âmbito da TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. encontra-se simplificado na página seguinte.



Evolução de interfaces, ideias e projetos no âmbito da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.
(Valores em unidades)

De entre os onze projetos IDI submetidos em 2017, cinco dos projetos são de inovação, dois de investigação e quatro de desenvolvimento. Destes, destacam-se abaixo exemplos de projetos da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. submetidos em 2017 que abrangem estas 3 vertentes:

Investigação

"Epi-Building", trata-se de um projeto a desenvolver no âmbito da uma tese de mestrado em Engenharia Civil orientada para a avaliação sísmica de edifícios existentes.

Tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia que suporte um modelo de negócio "Epi-Building" baseado na prestação de serviços de caracterização estrutural de edifícios de suporte ao projeto de reforço sísmico e tem como resultado esperado uma metodologia de inspeção, ensaio e análise numérica a adaptar para as diferentes tipologias de edifícios bem como a Implementação da metodologia num caso de estudo.

Desenvolvimento

"BIM Hospital da Luz - Clínica de Oeiras" desenvolvido na

perspetiva de uma abordagem melhorada ao planeamento, dimensionamento, construção, operação e manutenção, utilizando um modelo digital 3D único e normalizado para cada obra, nova ou antiga, que contém toda a informação criada ou reunida sobre essa obra num formato legível por todos os intervenientes ao longo do seu ciclo de vida.

Inovação

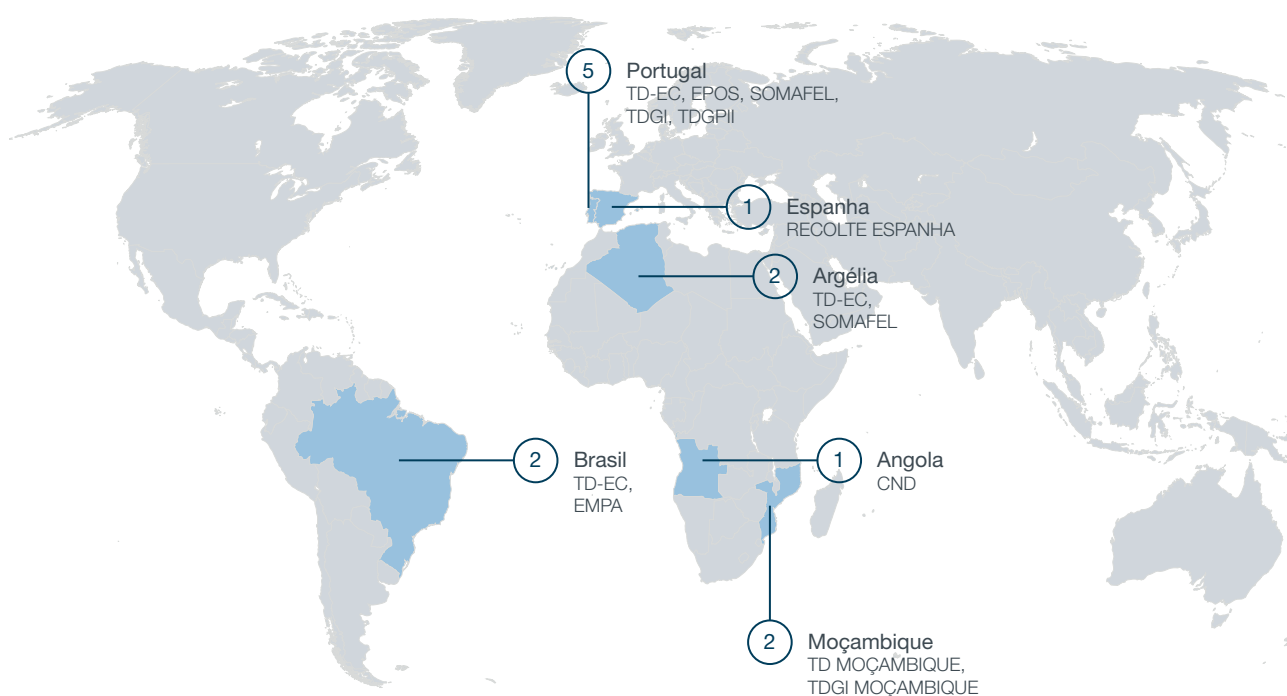
"O Portal como veículo de comunicação e informação no âmbito da saúde aos trabalhadores do Grupo TD" visa a divulgação de informação em saúde a toda a população do Grupo TD e assim promover a proximidade entre o SMT e os trabalhadores e aumentar a sua literacia em saúde.

Estes projetos são desenvolvidos dentro do Grupo Teixeira Duarte e/ou em parceria com universidades e laboratórios de investigação nacionais e internacionais, celebrando para o efeito, protocolos de colaboração ou participando em consórcios orientados para temas específicos.

Certificação de Qualidade e Sistema Integrado de Gestão

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes e aumentar a sua satisfação, têm levado Empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001, enquanto fator de fortalecimento e sustentabilidade do negócio, contribuindo para o pilar económico, o que por sua vez permite ter a capacidade e os meios para outras iniciativas de sustentabilidade.

A figura seguinte ilustra as Empresas do Grupo que atualmente estão certificadas de acordo com este referencial internacionalmente reconhecido.



Certificações ISO 9001

COMBATE À CORRUPÇÃO E SUBORNO, AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DE TERRORISMO

A corrupção e suborno é um risco inerente a qualquer atividade económica. A principal ferramenta que norteia a atuação dos colaboradores neste domínio é o Código de Ética e Conduta.

De acordo com este Código, os colaboradores da Teixeira Duarte devem agir por forma a avaliar e evitar eventuais situações de conflitos de interesse, bem como impedir quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Cabe-lhes a obrigação de reportar informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo. Cabe-lhes também promover que os destinatários indiretos deste Código também o façam.

Os colaboradores devem pautar a sua atuação de forma a combater ativamente eventuais tentativas de branqueamento de capitais, recusando participar em qualquer ato que como tal possa ser considerado, ao abrigo das normas legais e regulamentares em vigor, bem como em qualquer tentativa, cumplicidade, facilitação ou aconselhamento à sua prática.

De igual modo, devem agir de forma a impedir que a atividade de qualquer Empresa do Grupo Teixeira Duarte possa, de alguma forma, fornecer, recolher ou deter fundos ou bens que possam vir a ser usados para o financiamento e apoio de atividades criminosas, nomeadamente terroristas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Missão e valores acima enunciados, particularmente o valor “Compromisso”, espelham a preocupação do Grupo Teixeira Duarte para com a Responsabilidade Social que é reforçada também pelos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética e Conduta aplicáveis sobretudo ao capital humano e pela visão e modelo de sustentabilidade que afirma o designio de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

Esta preocupação tem a sua máxima expressão na Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, através da certificação em responsabilidade social de acordo com o referencial SA 8000.

PESSOAS

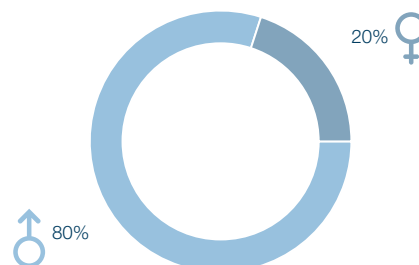
Os colaboradores são o mais importante ativo que o Grupo Teixeira Duarte tem para o desenvolvimento das suas atividades.

Para além da preocupação em assegurar um tratamento digno e o respeito pelos direitos humanos e laborais básicos, bem como em fornecer condições de trabalho adequadas – o que constitui um aspeto relevante sobretudo ao nível dos colaboradores expatriados –, e em assegurar o bem-estar dos colaboradores, o desenvolvimento de competências e a retenção do talento são aspetos que assumem elevada relevância, a par com as

condições de higiene e segurança, pelo que são aspetos aqui desenvolvidos.

COLABORADORES E DADOS LABORAIS

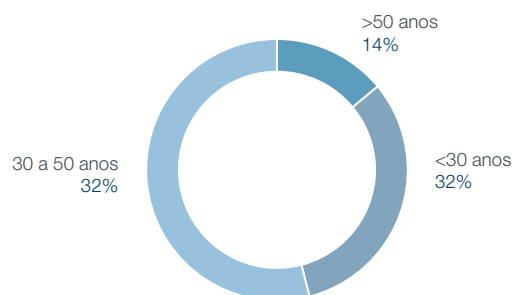
A 31 de dezembro de 2017, o Grupo Teixeira Duarte contava com **10.245 colaboradores**, maioritariamente do sexo masculino, a que não são alheias as áreas de negócio do Grupo onde predomina o setor da construção.



Género dos colaboradores

Sem prejuízo das circunstâncias descritas no parágrafo anterior, a **Diversidade** é um tema que o Grupo reconhece como atual e pertinente e objeto de análise mais aprofundada no Relatório sobre o Governo da Sociedade, para o qual se remete.

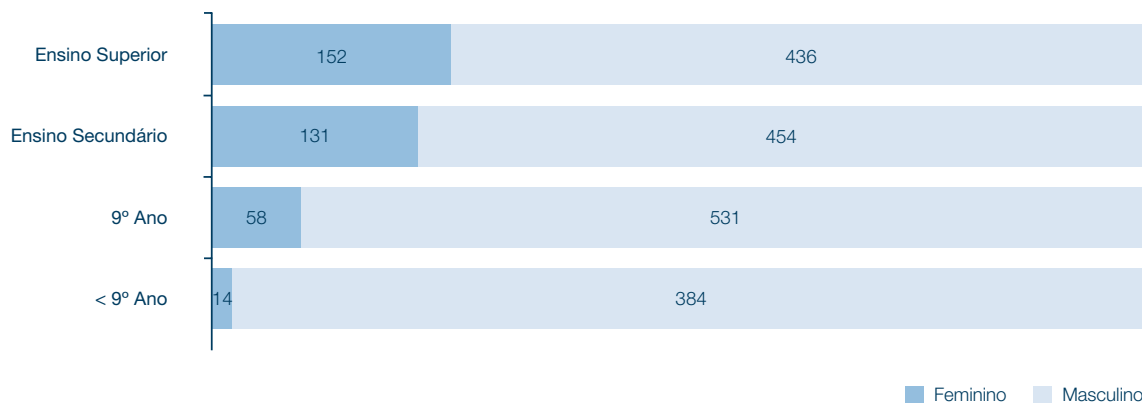
No ano de 2017, relativamente à distribuição por faixa etária, a maior percentagem de colaboradores concentrava-se na faixa dos 30 aos 50 anos.



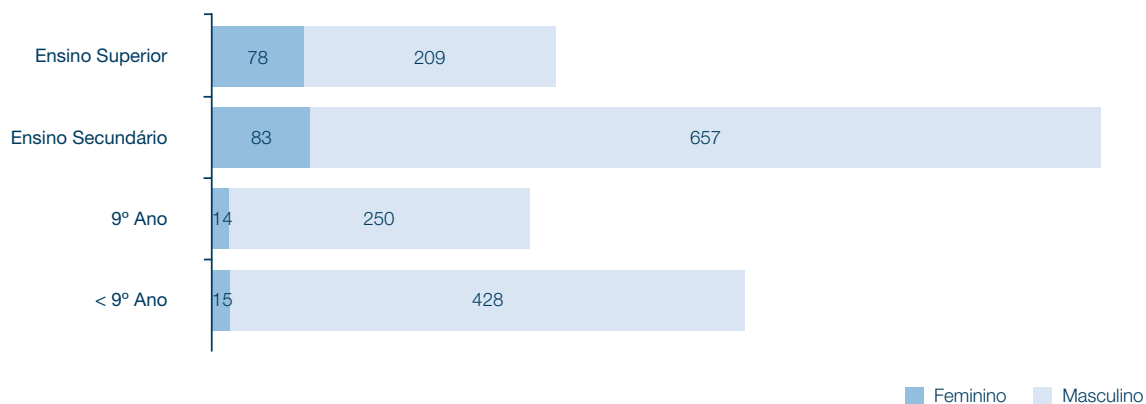
Faixa etária dos colaboradores

A distribuição do número de colaboradores por nível de escolaridade e género é espelhada nas seguintes tabelas, que

abrangem as duas realidades para as quais foi possível agregar esta informação:

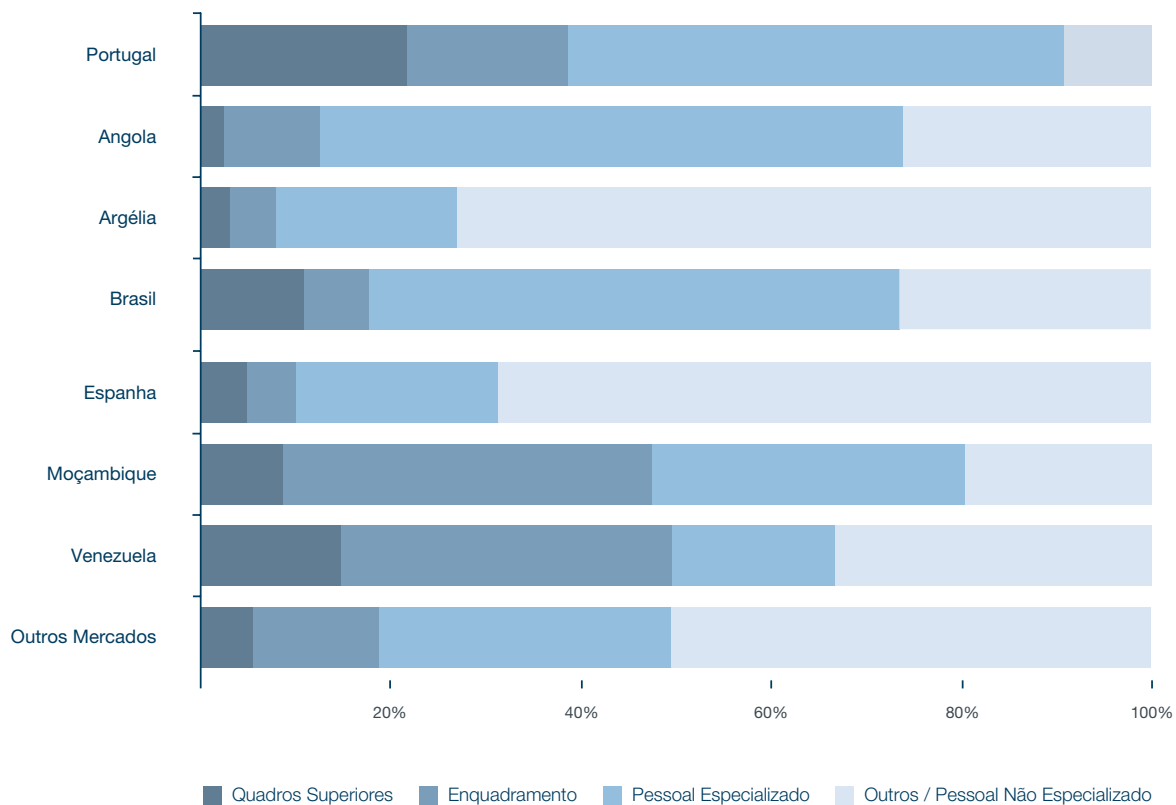


Nível de escolaridade por género em Portugal



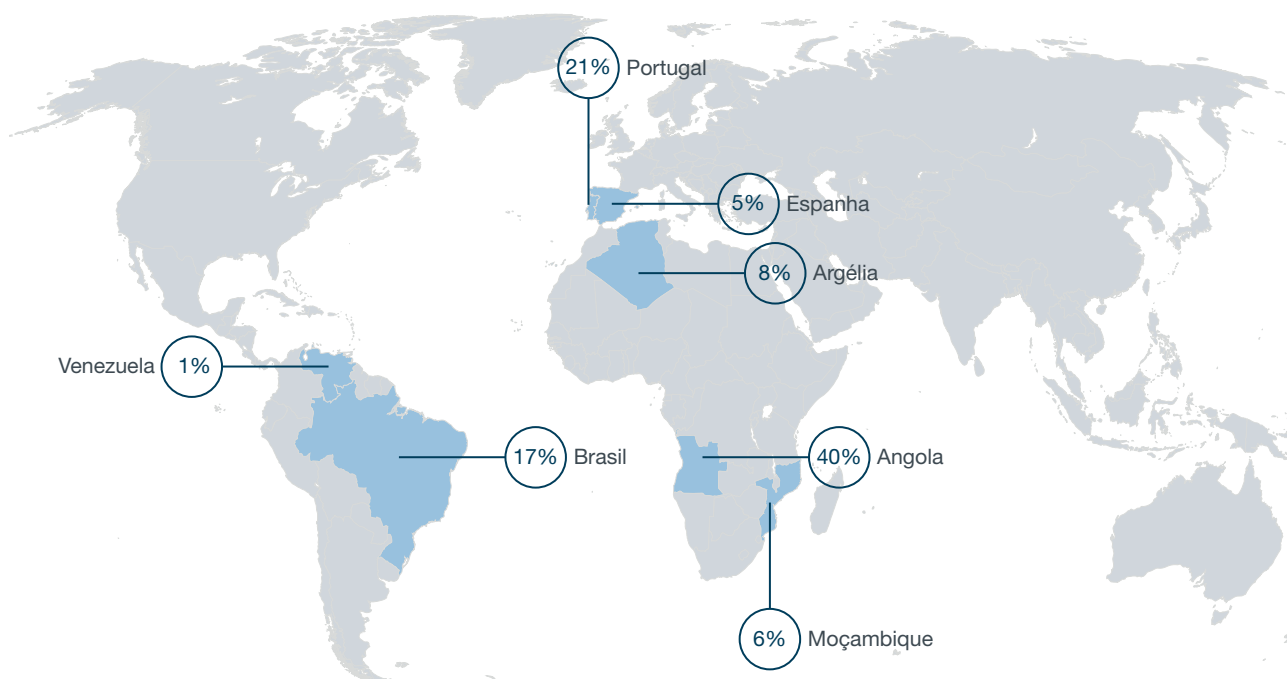
Nível de escolaridade por género no Brasil

O detalhe da distribuição de colaboradores por país e categoria profissional encontra-se espelhado na tabela abaixo:



Distribuição de colaboradores por categoria profissional em cada país

Esta informação é complementada pelo mapa e pela tabela seguintes, que ilustram a **distribuição geográfica dos trabalhadores** nos principais países em que o Grupo opera e através dos quais se pode verificar que a maior concentração se localiza em Angola e Portugal e o detalhe da distribuição por setor e país.

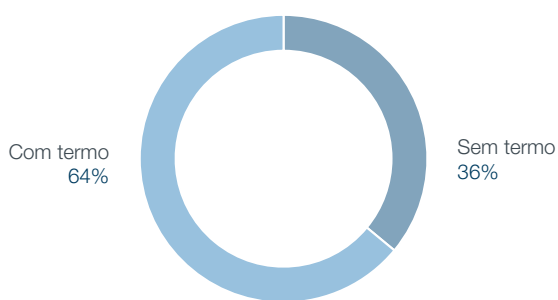


Distribuição geográfica dos colaboradores nos principais países em que o Grupo opera

	Portugal	Angola	Argélia	Brasil	Espanha	Moçambique	Venezuela	Outros Mercados	Total
Construção	1.177	1.008	766	1.425	9	256	110	84	4.835
Concessões e Serviços	503	403	1	197	552	109	-	34	1.799
Imobiliária	35	89	-	27	-	-	-	5	156
Hotelaria	175	678	-	-	-	236	-	-	1.089
Distribuição	46	1.395	-	-	-	-	-	-	1.441
Automóvel	36	448	-	-	-	-	-	-	484
Centro Corporativo	188	91	23	85	-	35	19	-	441
Consolidado	2.160	4.112	790	1.734	561	636	129	123	10.245

Distribuição setorial e geográfica dos colaboradores

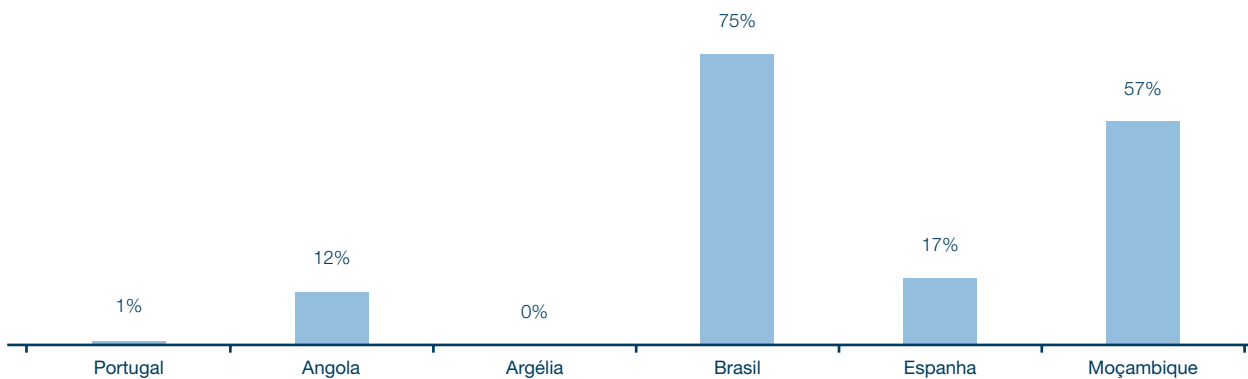
A **situação contratual** é espelhada no gráfico seguinte que revela que os colaboradores com contratos de trabalho sem termo representam 36% do total da contratação, o que se compreende atendendo à natureza da atividade do setor da construção.



Situação contratual dos colaboradores

A **taxa de absentismo** global foi em 2017 de 2,47.

O **direito ao associativismo e negociação coletiva** é um princípio consagrado no Código de Ética e Conduta. A percentagem de colaboradores que, segundo se conseguiu apurar em relação aos principais mercados de atuação do Grupo, estão sindicalizados é de cerca de 1% em Portugal, 12% em Angola, nenhum na Argélia, 75% no Brasil, 17% em Espanha e 57% em Moçambique. Considerando todo o universo do Grupo Teixeira Duarte, a percentagem de colaboradores sindicalizados é de aproximadamente 22%.



Percentagem de colaboradores sindicalizados

DIREITOS HUMANOS E LABORAIS

Seja no âmbito das relações internas, seja nas relações com a comunidade e com os fornecedores, o Grupo Teixeira Duarte reconhece a importância de salvaguardar os direitos humanos e laborais, seja por uma questão de princípio, ou seja porque está presente em algumas geografias onde o contexto legal nem sempre é tão robusto quanto aquele que existe em Portugal e na Europa, o qual permite assegurar o cumprimento das convenções da Organização Internacional do Trabalho e os Direitos Humanos Fundamentais.

O Grupo dispõe de ferramentas que atuam e definem regras para minimizar os riscos inerentes a estas matérias, nomeadamente o Código de Ética e Conduta e a certificação voluntária da SA 8000 no âmbito da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal.

Tendo por base as Declarações de Direitos Humanos da ONU, a OIT - Organização Internacional do Trabalho e outros direitos humanos internacionais, legislação nacional e internacional, normas industriais e códigos de conduta, a certificação voluntária da SA 8000, pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, assegura que se adotam práticas com o intuito de proteger os direitos humanos básicos dos seus colaboradores.

A certificação SA8000 comunga da visão comum do Grupo vertida no Código de Ética e Conduta, segundo o qual, no respeito pela pessoa humana e pela comunidade, os colaboradores deverão assumir uma postura de respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana, incluindo pelas suas diferentes culturas e costumes, bem como promover que o mesmo seja assumido pelos destinatários indiretos do Código.

Em detalhe, de acordo com o referido Código, cabe aos colaboradores do Grupo cumprir e fazer cumprir as regras abaixo mencionadas:

- Não utilizar e repudiar a prestação de trabalho de menores com idade inferior à legalmente permitida e adotar o princípio de, nos trabalhos com riscos especiais, não recorrer à prestação de trabalho por menores de idade;
- Proibir e repudiar o trabalho forçado ou compulsório e quaisquer outras formas de exploração do trabalho e escravidão;
- Proporcionar adequadas condições de higiene, segurança e saúde em todos os aspetos relacionados com o trabalho, aplicando as medidas necessárias tendo em conta princípios gerais de prevenção de acidentes e de danos potenciais à

saúde dos trabalhadores;

- Assegurar o direito à liberdade de associação e à contratação coletiva;
- Zelar pela proteção de dados pessoais, pela reserva da intimidade da vida privada e dos direitos, liberdades e garantias dos colaboradores;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical;
- Respeitar e tratar todos os colaboradores com urbanidade e probidade;
- Não praticar, tolerar ou incentivar a prática de assédio;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, nomeadamente no que se refere ao acesso ao trabalho, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho;
- Fazer cumprir a legislação vigente e a regulamentação aplicável às respetivas áreas de atividade relativas à duração e organização de tempos de trabalho, nomeadamente, períodos de descanso e feriados obrigatórios;
- Promover a realização pessoal e a conciliação entre a vida profissional e familiar dos trabalhadores, bem como o exercício dos direitos de proteção na parentalidade;
- Promover que a retribuição dos trabalhadores seja feita em conformidade com a legislação aplicável e em respeito com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis.

SAÚDE E SEGURANÇA

O Grupo Teixeira Duarte revela uma clara preocupação com o bem-estar dos colaboradores, o que passa, essencialmente, pela promoção:

- Da saúde no trabalho;
- Da segurança e higiene no trabalho;
- De uma postura de Grupo socialmente responsável.

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se que as atividades neste âmbito se têm pautado:

- Pela vigilância da saúde dos colaboradores, o que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença;
- Pela promoção da saúde, concretizada através da realização de rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos;
- Pela criação de um novo espaço de divulgação periódica, referente à informação de saúde, inserido na Homepage do Portal Corporativo.

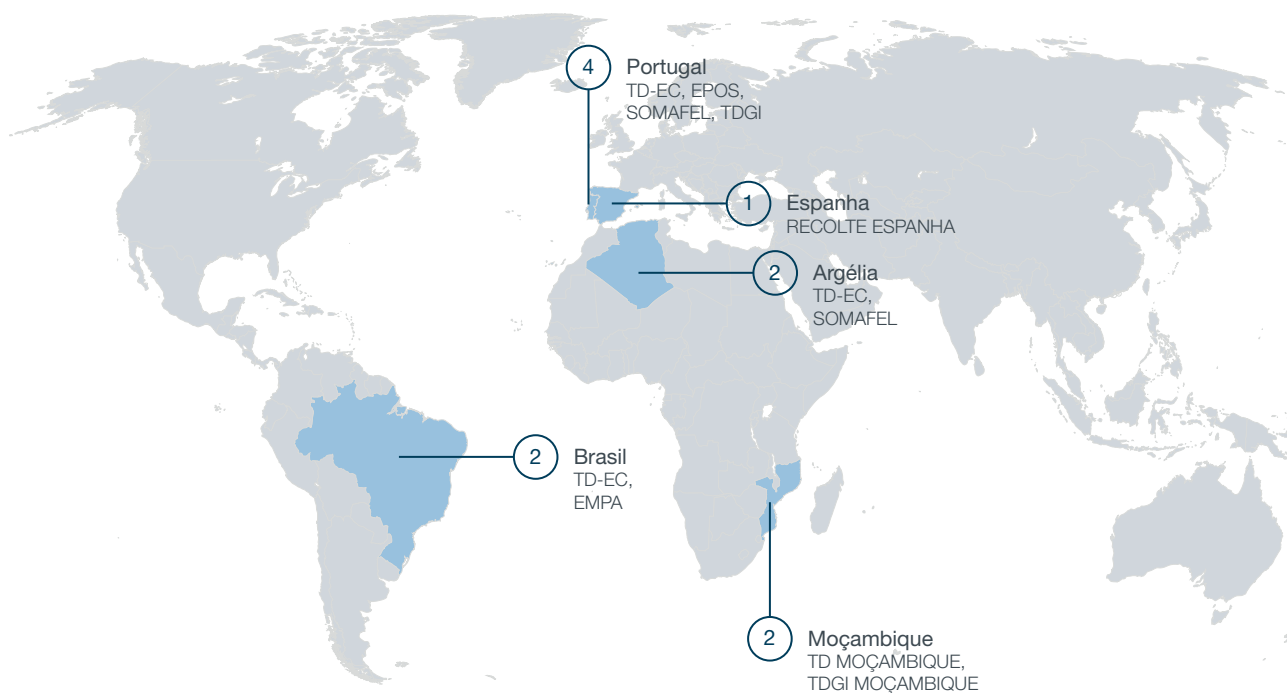
O Grupo Teixeira Duarte continua e continuará empenhado no constante investimento na cultura de segurança e, por conseguinte, no combate à cultura de risco, pelo que a aposta passa por uma política de prevenção, integrada em sistema de gestão, que visa garantir a salvaguarda de vidas humanas, ativo tido como o mais precioso.

O compromisso do Grupo Teixeira Duarte com a saúde e segurança dos colaboradores é assim comprovado pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da norma OHSAS 18001 das empresas onde esses riscos são superiores, sendo também parte da estratégia de gestão de risco, propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e para um melhor desempenho.

As boas práticas de segurança e saúde ocupacional inerentes aos sistemas de gestão certificados são fundamentais para os colaboradores e também, cada vez mais importantes, para os clientes e outras partes interessadas.

Destaque-se que, no âmbito da política de sistema integrado de gestão, são objetivos programáticos do Grupo Teixeira Duarte o alcance de zero acidentes quer para as empresas acima mencionadas, quer para as restantes.

As práticas decorrentes desta política não se esgotam no seio do Grupo Teixeira Duarte, estendendo-se, inclusive, àqueles que com ele trabalham.



Certificações OHSAS 18001

Os principais dados de sinistralidade e de doenças profissionais são apresentados por empresa e foram os seguintes, no que corresponde ao ano de 2017:

Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	
Nº de acidentes de trabalho	93
Nº colaboradores com doenças profissionais declaradas	6
Taxa de frequência dos acidentes	14
Taxa de gravidade dos acidentes	262

Dos acidentes de trabalho acima mencionados, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (incluindo Portugal, Argélia, Angola e Brasil), registou 27 acidentes sem baixa, 9 com baixa inferior a 3 dias e 57 com baixa superior a 3 dias. A doença profissional declarada foi surdez.

EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	
Nº de acidentes de trabalho	4
Nº colaboradores com doenças profissionais declaradas	2
Taxa de frequência dos acidentes	5
Taxa de gravidade dos acidentes	230

As doenças profissionais declaradas na tabela acima foram surdez e doença cutânea.

SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	
Nº de acidentes de trabalho	7
Nº colaboradores com doenças profissionais declaradas	0
Taxa de frequência dos acidentes	24
Taxa de gravidade dos acidentes	940

TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	
Nº de acidentes de trabalho	26
Nº colaboradores com doenças profissionais declaradas	1
Taxa de frequência dos acidentes	33
Taxa de gravidade dos acidentes	1275

Notas:

- A Taxa de frequência dos acidentes representa o nº de acidentes registados (com ou sem baixa) por cada milhão de Homens x Hora Trabalhadas.
- A Taxa de gravidade dos acidentes representa o nº de dias de baixa registados em consequência de acidentes por cada milhão de Homens x Hora Trabalhadas

Registaram-se zero fatalidades no decorrer do ano de 2017.

RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM POTENCIAL TALENTO

O recrutamento é o ponto de partida da cadeia de valor da gestão dos recursos humanos e, como tal, é uma peça fundamental no desenvolvimento do capital humano de uma organização que se pretende inovadora e dinâmica.

Assim, faz parte da visão do Grupo Teixeira Duarte identificar e desenvolver talentos, criando valor para a organização através da atração de candidatos, no desenvolvimento das suas competências e da respetiva fidelização. O Grupo posiciona-se como reconhecido empregador de referência, visando, particularmente, a promoção do emprego jovem, com potencial talento, uma vez que oferece a este estrato etário condições e perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional, que valorizam e cujo contributo se tem afigurado como estratégico para a afirmação do Grupo, não só na ótica da formação de valor, mas também na renovação das gerações profissionais.

Para o cumprimento destes desígnios, o Grupo Teixeira Duarte tem uma estratégia definida que ancora num conjunto de iniciativas levadas a cabo junto das comunidades, fonte de recrutamento:

a. Participação em feiras de emprego/job shops, e outros eventos promovidos por estabelecimentos de ensino de referência, em particular universitários, bem como junto de órgãos que representam os seus estudantes;

b. Da participação em *workshops* e outras atividades que contribuam para o esclarecimento e motivação de candidatos para colaborarem com o Grupo;

c. Da promoção de visitas de estudo aos contextos de trabalho existentes no Grupo para estreitar relações entre o mundo laboral e a comunidade académica, com partilha de conhecimentos e experiências, tanto na vertente científica, como tecnológica;

d. Da colaboração técnico-pedagógica – *Mentoring* - junto de entidades formadoras e estabelecimentos de ensino referenciados, com o intuito de ajustar planos curriculares, formativos e escolares às atividades profissionais exercidas pelo Grupo Teixeira Duarte como forma de fomentar a empregabilidade, concorrendo, assim, para alicerçar perspectivas de melhoria de vida pessoal e de integração profissional aos jovens, parte dos quais poderão ser colaboradores no futuro;

e. Da realização de projetos que se inserem na esfera da responsabilidade social, da escolaridade, da qualificação profissional e da empregabilidade, sendo que, em Angola até 2017 e pelo quinto ano consecutivo se realiza o Projeto Fazer Pescar, através do qual se formaram cerca de 300 jovens capacitados para trabalhar no Grupo, bem como no mercado de trabalho local, pelo que se salienta a colaboração para o desenvolvimento sustentável daquele país, em particular no que respeita à qualificação e empregabilidade de jovens.

Neste contexto, refere-se também o papel do recrutamento interno que, sustentado em desempenho de reconhecido mérito, tem proporcionado oportunidades a diversos colaboradores para desenvolverem carreira profissional, parte dos quais exerce, hoje, atividades de elevada responsabilidade.

QUALIFICAÇÃO PARA A EXPRESSÃO DO TALENTO - DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

Após a seleção e contratação de colaboradores com potencial talento, é necessário implementar processos de aprendizagem que qualifiquem devidamente as pessoas, satisfazendo, assim, exigências de ordem diversa, as quais são provenientes dos diferentes desafios com que o Grupo se confronta, bem como das especificidades dos mercados onde opera.

Ao longo da história do Grupo Teixeira Duarte, tem sido apanágio a promoção de uma cultura de ética, de trabalho e de mérito, assente no contínuo incentivo à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento das necessárias competências, tanto ao nível dos colaboradores, das equipas, como, também, das

respetivas lideranças.

O desempenho com mérito é reconhecido e, portanto, premiado, razão pela qual se procura que tal se traduza na oferta de oportunidades, com perspetivas de mobilidade funcional e/ou geográfica, o que sustenta a construção de uma carreira profissional polifacetada e que se pretende ascendente, tanto no plano das responsabilidades, como no plano das experiências e resultados.

Assim sendo, a larga maioria dos colaboradores, em particular os que constituem a alta direção, são de carreira, tendo sido, por isso, formados no Grupo Teixeira Duarte.

Esta política e prática não se confina a determinados mercados, procurando-se garantir que todas as Empresas do Grupo partilhem a mesma cultura, ética, valores e missão, pelo que a gestão do desenvolvimento do talento se subordina aos mesmos princípios, independentemente do mercado onde aquelas se encontram.

Por assim ser, estas atividades encontram-se alinhadas com os objetivos estratégicos delineados pelo Grupo, sendo, por isso, suportadas pelo mesmo e desenvolvidas de modo a dotar os formandos de conhecimentos e competências adequadas à cultura e modo de operar do Grupo, promovendo e desenhando programas customizados, maioritariamente internos, o que se constitui como um incentivo ao autoestudo, assim como à partilha do capital de conhecimentos e experiências resultantes, em boa medida, do histórico de gerações de profissionais que têm exercido a sua atividade no Grupo e que pela sua riqueza não poderá ser desperdiçado.

No ano de 2017, cada colaborador do grupo teve, em média, 15,8 horas de formação. As horas de formação, em todo o Grupo, foram superiores a 160.000 horas.

Uma peça fundamental deste processo, em Angola, é o Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte (CDP), que se dedica à formação e desenvolvimento profissional em várias áreas, tendo proporcionado ao longo dos últimos anos ações de formação contínua aos colaboradores e programas de certificação específicos, alinhados com as melhores práticas das várias indústrias e com os padrões internacionais.

Destacam-se parcerias com instituições de ensino angolanas e internacionais, regimes de tutoria e programas de formação integral com alcance social, como é o caso do “Fazer Pescar”, que visam formar populações-alvo e preparar os inerentes formandos para a vida e para o trabalho.

A oferta formativa do CDP, em Angola, inclui formação em diversas áreas (academias), tais como:

- Construção;
- Imobiliária;
- *Facilities Management*;
- Educação;
- Distribuição Alimentar;
- Automóvel;
- Energia;
- Hotelaria.

O modelo de formação profissional do Grupo Teixeira Duarte, em Angola, fomenta um percurso formativo evolutivo que ajuda os colaboradores a melhorar capacidades profissionais e desenvolver todo o seu potencial.

Cada academia tem um plano com vários níveis de desenvolvimento. Em função do seu grupo profissional, o formando é integrado num nível, seguindo o respetivo plano de cursos. Cada curso contempla 70h a 80h de formação por ano, num total de 2 anos.

Os formandos são avaliados por módulos obtendo um certificado de aproveitamento por cada ano concluído com avaliação superior a 85% e um diploma de conclusão por curso. Fazer um caminho e crescer tem sido o objetivo do modelo de avaliação adotado pelo Grupo Teixeira Duarte.



INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Dada a dimensão do Grupo Teixeira Duarte e dispersão geográfica e por negócio, a preocupação em assegurar uma comunicação eficaz e garantir informação atualizada sobre as realidades relevantes levou o Grupo Teixeira Duarte a desenvolver uma política de comunicação interna sustentada em diferentes meios e suportes comunicacionais, destacando-se os seguintes:

Manual de acolhimento

O manual de acolhimento das diferentes Empresas do Grupo e nas diversas geografias tem o objetivo primordial de apresentar o Grupo ao trabalhador recém-admitido, possibilitando, dessa forma, uma melhor e mais eficaz integração.

São apresentadas a missão, os valores e a política do Grupo, bem como um conjunto adicional de informações relevantes em matéria de recursos humanos, saúde, segurança e responsabilidade social.

Pretende-se que este seja um documento que informe os trabalhadores dos seus direitos e deveres, cumprindo, dessa forma, as exigências estabelecidas pela legislação laboral em vigor.

Portal Corporativo

O Portal do Grupo Teixeira Duarte é um projeto de grande importância e dimensão, que se pretende extensível a todos os colaboradores e através do qual se otimizam as vertentes de informação e serviços que lhes possam ser úteis. Para além das relações humanas, este é o veículo privilegiado de ligação dos trabalhadores com o Grupo.

Trata-se de um processo dinâmico e evolutivo, onde se desenvolvem conteúdos e onde estão incluídos os múltiplos serviços necessários para otimizar a comunicação interna e agilizar a utilização de plataformas de trabalho.

Reuniões de Quadros

Realizaram-se, em 2017, reuniões de trabalho periódicas e encontros de quadros em diversos setores e empresas, designadamente nos setores da Imobiliária, Distribuição e Automóvel, bem como na “TDGI, S.A.”, que atua na área do *Facilities Management*.

Dia da empresa

No dia 15 de outubro, celebrou-se quer o dia da empresa quer a data de nascimento do seu fundador, Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte.

A Administração e a Alta Direção receberam acionistas para homenagear os colaboradores que completaram 30 anos de serviço no Grupo Teixeira Duarte, através de um jantar convívio e da entrega a esses homenageados de um simbólico capacete de cristal.

Almoço de Natal

O Grupo Teixeira Duarte mantém a tradição de realizar um almoço de Natal, com o intuito de juntar os seus colaboradores, contando com a presença de cerca de 600 pessoas, incluindo colaboradores do Grupo e alguns colegas reformados.

Este é um momento em que se pode privar com os colegas num ambiente cúmplice e de união e receber a informação sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte no exercício em curso e as perspetivas para o ano seguinte.

BENEFÍCIOS

O Grupo Teixeira Duarte procurou, desde sempre, incorporar na sua estratégia de gestão de recursos humanos medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que consigo colaboram, com o intuito de otimizar o binómio trabalho/vida pessoal e de promover a fidelização dos seus colaboradores, independentemente do mercado onde se encontrem a laborar.

A cada vez maior abrangência geográfica da sua atividade tornou imprescindível que fossem criadas as condições apropriadas que permitissem dar resposta às diferentes realidades sociais e às díspares obrigações legais, sempre salvaguardando o bem-estar dos seus colaboradores e a criação das melhores condições de trabalho possíveis.

Nesse sentido, a política do Grupo tem-se pautado pela disponibilização de um conjunto de benefícios que tragam alguma mais-valia ao dia-a-dia dos seus colaboradores e que sejam reconhecidos pelos mesmos como tal.

Proteção na Saúde

- São disponibilizados, nos diversos mercados, mecanismos de apoio no âmbito da medicina curativa, seja de forma direta

(serviços internos), seja de forma indireta (protocolos com clínicas privadas e/ou seguros de saúde).

- A existência de um serviço interno de medicina curativa permite um acompanhamento mais eficaz das situações mais problemáticas em matérias de saúde e, paralelamente, melhora a capacidade de atuação em situações de emergência e de gravidade elevada.

- É disponibilizada, aos colaboradores, a possibilidade de acederem a serviços médicos e medicamentosos que, face à realidade de alguns dos países onde o Grupo se encontra, são fundamentais no acompanhamento clínico e acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais o Grupo Teixeira Duarte desenvolveu parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.

- O Grupo Teixeira Duarte também disponibiliza, para a maioria das empresas do grupo, seguros de saúde aos seus colaboradores do quadro permanente/estratégicos e aos que se encontram a trabalhar fora de Portugal, independentemente do seu vínculo contratual. Esses colaboradores, caso pretendam, podem estender os seguros ao seu agregado familiar.

Seguros de Vida

- Em algumas empresas do Grupo, para além do seguro de saúde, e para o mesmo universo de colaboradores do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte, invalidez.

- O objetivo destes seguros é complementar as proteções obrigatórias aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

Protocolos e Parcerias

- É disponibilizado aos colaboradores um conjunto de protocolos e parcerias entre o Grupo Teixeira Duarte e entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como telecomunicações, banca, estabelecimentos de ensino e concessionários auto.

- O objetivo das parcerias estabelecidas é permitir o acesso dos colaboradores do Grupo a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

INICIATIVAS DE APOIO À COMUNIDADE

Assente nos seus valores estruturantes – o Engenho, a Verdade e o Compromisso –, o Grupo Teixeira Duarte tem cumprido a sua Missão: Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Fiel a esses valores, o Grupo tem assumido um papel ativo, tanto no que se refere ao bem-estar dos seus trabalhadores e das respetivas famílias como na satisfação das necessidades identificadas junto das comunidades locais nos mercados em que desenvolve a sua atividade, desenvolvendo e apoiando diversos projetos sociais.

Exemplos de iniciativas de apoio à comunidade desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte:

Responsabilidade Social: Todos Damos

Programa global promovido pelo Grupo Teixeira Duarte, que visa apoiar pessoas através do cofinanciamento a projetos ou instituições de cariz social.

A empresa doa o dobro da quantia que o colaborador doa diretamente, recebendo a instituição o triplo do valor do seu donativo.



Saúde, alimentação e vida saudável: MaxiSaúde

Programa de Responsabilidade Social desenvolvido pela Maxi, em Angola.

Atua junto das comunidades locais mais desfavorecidas, em parceria com várias instituições sociais e privadas, tendo como pilares a Saúde e Educação. Desenvolvem-se ações preventivas, aconselhamento, rastreio e tratamento de doenças. Também se ensina e promove bons hábitos alimentares e de bem-estar para uma melhoria da qualidade de vida da população.

Este programa foi lançado em 2016 já chegou a mais de 10.000 pessoas.



Formação: Fazer Pescar

Programa desenvolvido em Angola e que procura criar oportunidades, capacitando jovens em situações socioeconómicas vulneráveis, ensinando-os e formando-os para autonomamente serem uma parte fundamental no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos.

Com uma duração de 3,5 meses e 360 horas, os jovens com avaliação positiva integram empresas do Grupo.

Até ao fim de 2017, o programa conta com 20 edições concluídas, tendo impacte em mais de 5.000 candidatos e graduando 300.

Com 7 empresas do Grupo Teixeira Duarte envolvidas, a taxa de retenção ronda os 60%.



Produção Nacional: Fazenda Maxi

Programa promovido pela Maxi, em Angola, estabelece parcerias com produtores, com objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população. Contribui para o desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas, bem estar económico de várias famílias locais, oferta de emprego e uma oferta de produtos nacionais diversificada e de alta qualidade contribuindo assim para o desenvolvimento económico do país.

Nos últimos 5 anos foram compradas mais de 11.000 toneladas, das quais 30% a pequenos e médios produtores, criando em média 4.450 empregos permanentes e sazonais.

Em 2017, fizeram parte do programa 24 produtores distribuídos por 9 províncias.

**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

O Grupo Teixeira Duarte reconhece o papel importante das empresas na salvaguarda ambiental e definiu este como um dos objetivos estratégicos na sua visão e modelo de sustentabilidade – “Cuidar do Ambiente”.

No entanto, no que respeita ao desempenho ambiental em particular, existem vários fatores que condicionam a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo. Esses fatores são essencialmente a grande diversidade de atividades, bem como o facto de a atividade mais representativa – construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo,

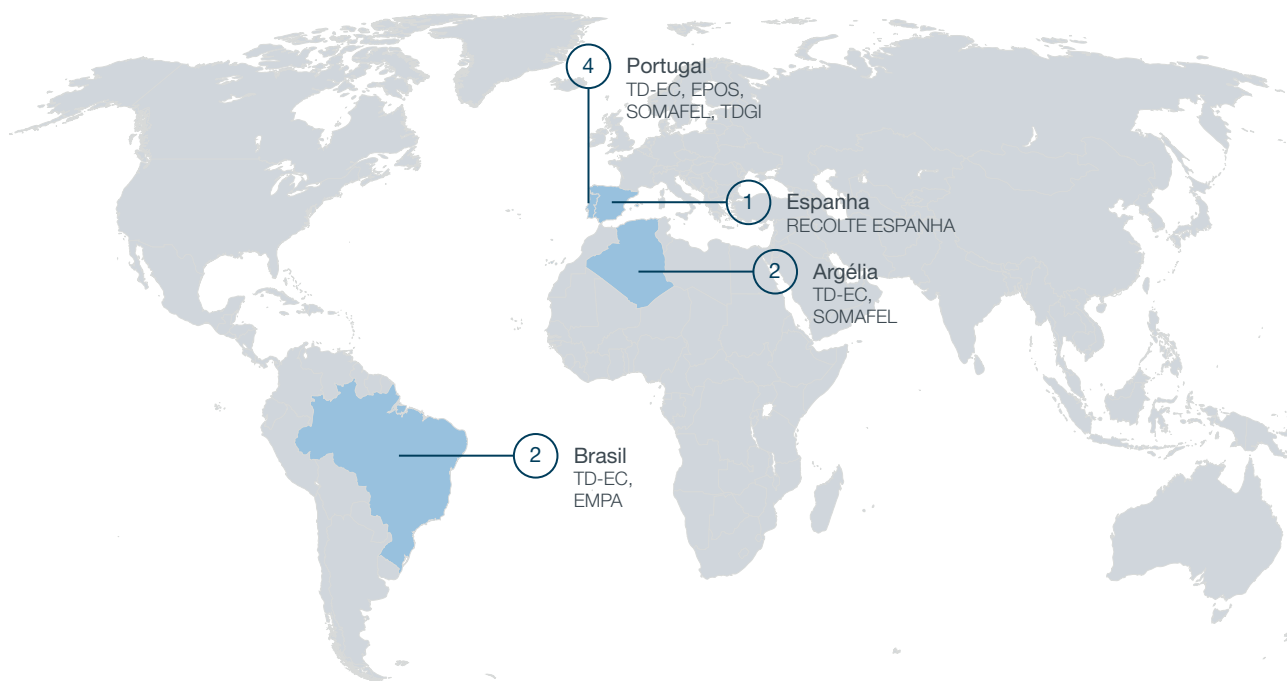
quantidade e fase), o que limita comparabilidade anual de dados e a capacidade de gestão desses.

Assim, a definição de um painel de indicadores que reflita de forma consistente o desempenho ambiental do Grupo carece de uma reflexão concertada e abrangente seguida de uma sistematização de procedimentos de recolha de informação que só se conseguirá reproduzir no próximo exercício. Em consequência, a componente ambiental do presente capítulo foca-se essencialmente na identificação de iniciativas de melhoria de desempenho levadas a cabo e ferramentas de gestão ambiental utilizadas.

O Grupo reconhece que algumas das atividades que desenvolve geram impactos ambientais com alguma expressão, pelo que, no âmbito do Código de Ética e Conduta, refere que a preservação e o respeito pelo ambiente devem constituir princípios essenciais na atuação dos seus colaboradores, que os deverão transmitir também aos destinatários indiretos deste instrumento. Destaca-se, nesse âmbito, a obrigação de cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes da sua atividade nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas.

GESTÃO DOS ASPETOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental e sendo a TD,SA uma empresa de abrangência global, esta certificação constitui uma ferramenta essencial para que se possa alcançar uma confiança acrescida nas práticas das empresas por parte dos clientes, colaboradores, comunidade envolvente e sociedade, através da demonstração do compromisso voluntário com a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.



Certificações ISO 14001

Neste âmbito, estão estabelecidos processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais, incluindo o estabelecimento de objetivos numa lógica de melhoria contínua.

Nas restantes realidades do Grupo, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados são essencialmente os que estão indexados aos aspetos legais, no entanto, para além da gestão indexada ao controlo dos riscos de conformidade legal, do ponto de vista da eficiência operacional são também implementadas medidas/investimentos que se refletem em ganhos, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia, gestão de resíduos, entre outros.

Refira-se ainda que, de forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizam um valor de 113.500,00€. Em Espanha, apenas uma empresa é abrangida por esta legislação, tendo subscrito um seguro de responsabilidade civil cobrindo danos ambientais.

Considera-se assim que o risco da ocorrência de eventuais

danos ambientais originados nas atividades daquelas empresas se encontra devidamente acautelado.

RESÍDUOS

A produção de resíduos constitui, para o Grupo Teixeira Duarte, um desafio, caracterizando-se por ser um dos aspetos ambientais com maior relevância ao nível do setor da construção.

O Grupo Teixeira Duarte tem desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação, com o objetivo de promover a segregação de resíduos e, consequentemente, a sua valorização. Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores do Grupo, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Quando não é possível garantir soluções de reciclagem e/ou valorização os resíduos são encaminhados para locais devidamente autorizados e licenciados no quadro da realidade de cada geografia.

Para 2018, o Grupo assumiu o compromisso de desenvolver e

dar continuidade à campanha de redução do consumo de papel atualmente em curso, diminuindo significativamente a produção de resíduos neste âmbito.

ENERGIA

Nos projetos em desenvolvimento pelo Grupo Teixeira Duarte no âmbito da sua atividade imobiliária, são escolhidas soluções energéticas, no sentido da otimização dos consumos.

De um modo geral, nas diversas atividades do grupo, com foco na eficiência operacional, e particularmente no seio das empresas ambientalmente certificadas, onde a eficiência operacional se agrega a procura específica pela melhoria do desempenho ambiental, o Grupo Teixeira Duarte tem atuado com vista a minimizar os consumos energéticos e, conseqüentemente, a redução da emissão de gases de efeito estufa. Neste sentido tem vindo a implementar um conjunto de medidas das quais se destacam os seguintes casos:

TD-EC

No Edifício do Lagoas Park, têm vindo a ser implementadas medidas de racionalização energética que proporcionaram uma redução do consumo específico por utilizador de 36,2% face a 2016, não obstante se ter verificado um ligeiro aumento em termos absolutos devido a obras e aumento do número médio de utilizadores.

EPOS

Nas instalações da empresa na Mina de Neves Corvo foram aplicadas medidas de melhoria como a substituição de iluminação incandescente por fluorescente de baixo consumo e LED; aquisição eletrodomésticos e de equipamentos de trabalho mais eficientes; gestão de funcionamento de equipamentos fixos de acordo com horários de funcionamento das instalações; privilegiar o funcionamento das instalações nos períodos diurnos; otimização dos planos de manutenção dos equipamentos em linha com as indicações dos fabricantes; sensibilização dos colaboradores para a utilização regrada da energia e boas práticas a ter em conta.

TDGI

No âmbito da sua atividade através dos setores de “Análise e Diagnóstico” e “Soluções de Energia”, a TDGI propôs aos seus clientes durante o ano de 2017 medidas de eficiência energética com vista a uma poupança anual de 3391 MWh, correspondentes a uma redução nas emissões de 767.7 ton CO₂e.

SOMAFEL

Na oficina de manutenção do Parque Oficial de Carregal do Sal foi possível diminuir o consumo de eletricidade através do aumento da área com iluminação natural da cobertura da oficina e da otimização das secções de iluminação da oficina.

Ao assegurar a certificação em Sistemas de Gestão da Energia segundo o referencial ISO 50001 e, por conseguinte, a eficiência energética nas suas atividades, a Recolte Espanha cumpre com a sua responsabilidade com o meio ambiente e garante aos parceiros de negócio os requisitos por eles exigidos.

ÁGUAS

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, o Grupo Teixeira Duarte avalia os impactos ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregado em solo ou meio hídrico.

É prática comum, nas atividades de construção, a reutilização de água para atividades paralelas como rega/aspersão sobre superfícies pulverulentas, lavagem de rodados à saída do estaleiro, na lavagem de betoneiras, entre outras. Esta temática é amplamente divulgada em ações de formação e sensibilização, com o objetivo de eliminar desperdícios e maximizar os recursos disponíveis em obra.

As atividades que por norma decorrem junto a linhas de água são alvo de monitorização dos recursos hídricos superficiais com o objetivo de identificar qualquer alteração a nível quantitativo ou qualitativo. Paralelamente são efetuadas monitorizações das captações e descargas de água em solo ou meio hídrico, sempre que se verifiquem potenciais impactos no meio envolvente.

A implementação de boas práticas e procura de melhoria constante na redução e reutilização de água tem-se traduzido na implementação de algumas boas práticas, como as exemplificadas abaixo.

TD-EC

Desde 2006 até 2017 conseguiu-se uma redução no consumo de água de 0,53 m³/utilizador por mês, o que corresponde a menos 52,4 %.

EPOS

Em 2017 adotaram-se medidas de reutilização de água de condensação dos ares condicionados para águas sanitárias e utilização em equipamentos de trabalho. Foram também implementadas ações de sensibilização dos colaboradores para uma utilização regrada deste recurso.

SOMAFEL

Foram implementadas em 2017 boas práticas em termos de consumo, como rega automática de espaços verdes no estaleiro central em período noturno e lavagem de equipamentos apenas quando prevista a respetiva saída do estaleiro.

Nos projetos em desenvolvimento pelo setor imobiliário do Grupo, está cada vez mais enraizada a preocupação na escolha de equipamentos que permitam a redução do consumo de água (ex. retretes com descargas controladas, areadores nas torneiras).

RUÍDO

Na atividade de construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra. Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados. Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

Na EPOS, durante 2017, fez-se a manutenção de equipamentos, dando cumprimento aos planos de manutenção dos fabricantes, também se adquiriram equipamentos de trabalho menos ruidosos.

No âmbito da atividade imobiliária também está patente a preocupação com o ruído nos projetos em que existam fontes de ruído elevado próximo. Nestes casos os projetos são elaborados no sentido de que haja a menor transmissão de ruído para o interior dos edifícios.

Lagoas Park – Um bom exemplo

O Lagoas Park é um empreendimento promovido, construído e gerido pelo Grupo Teixeira Duarte. Além da promoção e construção do parque, são também empresas do Grupo que asseguram todos os serviços de gestão e manutenção, contando com grande experiência nas áreas de *space planning*, execução de obras de *fit out*, *facilities management*, gestão de parques de estacionamento, ambiente e paisagismo.

As preocupações ambientais estiveram presentes na fase de conceção e estão presentes na fase de exploração e manutenção deste parque, sendo aplicadas medidas e práticas que revelam uma interação positiva com o meio envolvente que vão para além da mera gestão que assegura o cumprimento dos requisitos legais ambientais aplicáveis (ex. encaminhamento de resíduos não perigosos e perigosos para destinos devidamente autorizados e licenciados). Alguns exemplos dessas práticas são:

Biodiversidade



No Lagoas Park, a seleção das espécies vegetais teve em linha de conta as condições edafo-climáticas presentes no local e pertencentes ao leque florístico da vegetação da região.

No que se refere à escolha das espécies vegetais a utilizar, consideraram-se para além do interesse botânico e paisagístico, as condições microclimáticas associadas ao local, designadamente no que concerne aos efeitos do regime de ventos da região e o tipo de solo.

O sucesso de uma estrutura verde encontra-se sempre dependente da adequação das espécies escolhidas às condições ecológicas locais, assim como do grau de manutenção necessário. Desta forma a seleção das espécies

instaladas tem como princípio base a bioecologia e a sustentabilidade. O projeto paisagístico e as consecutivas requalificações efetuadas, privilegiaram sempre a utilização de espécies autóctones ou sub-autóctones perfeitamente adaptadas à localização dos empreendimentos.

Nesta temática, destacam-se a instalação de galeria ripícola do parque urbano, a utilização de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas com características xerófitas (resistentes à secura). Também existe no parque, manchas arbustivas que devido à sua produção de bagas, funcionam como atrativo de fauna auxiliar no controlo de pragas e doenças. O Lagoas Park veio assim transformar a área existente anteriormente – uma área de sequeiro, numa nova área com diversas zonas verdes. Assim foram criados novos *habitats* e consequentemente trazendo espécies novas para a zona.

Por outro lado, a água de rega dos espaços verdes é continuamente monitorizada e as normas de rega adaptadas sazonalmente.

Energia

No Lagoas Park é recorrente a análise dos equipamentos instalados, no sentido de terem a melhor classificação energética possível.

Em 2017 prosseguiu-se com o processo de certificação BREAM a todos os edifícios de escritórios do Lagoas Park iniciado em 2016.

Com esta certificação, reconhecida internacionalmente, pretende-se confirmar que as técnicas de construção e a gestão diária dos edifícios do Lagoas Park asseguram uma convergência no que se refere a sustentabilidade ambiental e social.

Conjuntamente encontram-se em estudo outras soluções para a melhoria no sistema de gestão e monitorização dos consumos, como a colocação de painéis fotovoltaicos nas coberturas dos edifícios.

Em 2017 foi instalado no Lagoas Park Hotel um sistema de testes para gestão da energia designado iView - sistema centralizado de gestão de acessos e controlo do quarto do cliente, que visa a redução dos custos energéticos e uma maior eficiência das equipas de limpeza.

O retorno efetivo está atualmente a ser monitorizado através de testes numa seleção de quartos.

COMPROMISSOS FUTUROS

Sob a égide do sistema de gestão integrada de gestão e com o patrocínio da visão de sustentabilidade do Grupo, é assumido não só o compromisso expresso na continuação da promoção de projetos e iniciativas diversas relacionadas com a melhoria contínua do desempenho e gestão ambiental, bem como o objetivo de obtenção e/ou renovação de certificações no âmbito dos sistemas de gestão do Grupo Teixeira Duarte.

VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. A sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." foi selecionada pela "IMO HEALTH – Investimentos Imobiliários, S.A." – entidade do Grupo José de Mello Saúde – para a execução da empreitada de construção da obra de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa. O prazo previsto para a execução da obra é de 16 meses e o valor total da empreitada é estimado em 52,3 milhões de euros.

O contrato de empreitada assinado no dia 13 de fevereiro de 2018, envolve a execução da estrutura, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do novo Hospital CUF Tejo, que contará com seis pisos acima do solo e quatro pisos enterrados. Uma área bruta de construção de cerca de 73.000m² que compreenderá áreas destinadas a estacionamento nos pisos -4 a -2 e centros de especialidade e serviços nos restantes pisos.

A participação da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." neste projeto de grande dimensão começou em 2016 com a fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0. O valor global de ambas as empreitadas totalizará 65,4 milhões de euros.

2. Um consórcio liderado pela sua participada a 100% "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", recebeu, no dia 1 de março de 2018, da "Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A." – empresa do Grupo Vinci Airports –, o contrato e a respetiva ordem de serviço para a execução do "Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do aeroporto de salvador, em regime de empreitada integral, na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) turn-key por preço global", com vista à execução e reforma e expansão do Aeroporto de Salvador, que inclui a execução de projeto executivo, a construção de um novo terminal e respetivas pontes de embarque, construção de edifício de ligação do novo terminal ao terminal existente e remodelação do terminal existente e a melhoria ao nível das pistas de pouso e descolagem e taxiways.

O prazo previsto para execução da obra é de 20 meses e o valor total da empreitada ascende a cerca de R\$ 600 milhões de reais, correspondentes a 149,6 milhões de euros.

A "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." é líder do

referido consórcio, no qual tem uma participação de 32,99%.

3. Embora pela sua dimensão não tenham sido divulgados ao mercado como "Informação Privilegiada", entendeu-se adequado inserir aqui neste âmbito, até porque também foram referenciados no texto deste relatório em cima, os seguintes factos relevantes no âmbito da atuação na área das Infraestruturas, no Brasil:

a. Um consórcio integrado pela sua participada indireta a 100% "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia", recebeu, no dia 13 de março de 2018, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o contrato para "Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de artes especiais, na rodovia BR-116/BA, Lote 06", a serem desenvolvidos entre o Km 387,41 e o km 427,75, totalizando 40,34 km de extensão.

O prazo previsto para execução da obra é de 1350 dias e o valor da empreitada é de 297 milhões de reais, correspondentes a 74 milhões de euros, dos quais a "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" tem uma participação de 45%, ou seja, o equivalente a 33,3 milhões de euros.

b. A sua participada indireta a 100% "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia" assinou, no dia 26 de março de 2018, com a empresa "VALE S.A.", o contrato de "Empreitada total para a execução de obras civis para alteamento do maciço da Barragem Itabiruçu até elevação de 850 metros, no município de Itabira/MG, com fornecimento de materiais".

O valor da empreitada é de R\$ 109 milhões de reais, correspondentes a 26,6 milhões de euros, dividido em duas Ordens de Serviço, a primeira no valor de 13,5 milhões de reais, correspondentes a 3,3 milhões de euros e prazo de 170 dias, e a segunda, no valor de R\$ 95,5 milhões de reais, correspondentes a 23,3 milhões de euros e prazo de 514 dias.

4. A sua participada a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." celebrou no dia 9 de abril de 2018 um contrato com subsidiárias de um fundo de investimento gerido pela sociedade gestora "3i Investments plc" para alienação de 90% do capital social da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." (TDHOSP).

A transmissão tem como condição suspensiva, para além da obtenção do consentimento da própria TDHOSP, a obtenção de autorização por parte do estado português, enquanto entidade concedente, e das entidades financiadoras da concessão, o que se estima que ocorra até 30 de julho de 2018.

O preço global definido para a operação, incluindo a transmissão

das ações e dos direitos de crédito existentes sobre a TDHOSP, é de cerca de 19,4 milhões de euros, sendo que a mesma terá um impacto nas contas da "Teixeira Duarte, S.A." de 2018 nos capitais próprios de cerca de 19 milhões de euros, permitindo uma redução do passivo do Grupo em cerca de 75 milhões de euros.

5. Nos primeiros três meses de 2018 o kwanza sofreu uma desvalorização de 43% face ao euro, o que, tendo o Grupo ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, corresponde a um impacto significativo nos capitais próprios.

Contudo e embora os ativos de exploração em causa estejam registados contabilisticamente ao custo amortizado em Kwanzas, estes mesmos ativos são "dolarizados" pelo mercado, pelo que se entende que tal desvalorização não reflete uma efetiva redução do valor daqueles ativos.

Realçamos ainda o facto de o Grupo ter em curso em 2018 um plano de alienações de um conjunto de ativos, que foram reclassificados para "ativos e passivos detidos para venda", que, aquando das respetivas alienações terão impacto relevante, nomeadamente na melhoria da autonomia financeira, mitigando também por esta via aquele efeito.

Por último e ainda a propósito da desvalorização do Kwanza, refira-se que se estima um efeito benéfico na convertibilidade do kwanza, pelo que se prevê que tal situação contribua positivamente para as operações do Grupo em Angola.

6. Tendo presente a significativa redução do Endividamento a que se faz referência neste relatório, a Sociedade encetou um processo com o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco em ordem a acordar os termos em que o Grupo Teixeira Duarte vai proceder à redução do seu ativo e do seu passivo.

O Grupo Teixeira Duarte considera ser muito relevante todo este processo, porquanto permite programar, nomeadamente, a velocidade de redução do endividamento bancário, salvaguardando dessa forma níveis adequados de liquidez.

Foi neste enquadramento que a Teixeira Duarte, S. A. e outras entidades do Grupo Teixeira Duarte celebraram em 24 de abril de 2018 um "Acordo Quadro relativo à Dívida do Grupo Teixeira Duarte" com os três referidos Bancos que, no essencial, prevê uma redução significativa do passivo bancário alinhada com um programa de alienação de ativos no valor de cerca de 500.000 milhares de euros, bem como o aumento da maturidade dos financiamentos e a otimização do custo de financiamento.

VII. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Para além do referido no ponto 6 do capítulo anterior, prevê-se que venha a ocorrer em 2018 um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação da Teixeira Duarte no mercado externo.

Para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado adequados níveis de atividade na Construção no mercado externo que permitem que, apesar da Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção ter diminuído 6,2% face ao final de 2016, a mesma tenha atingido, na sua globalidade, 1.884.858 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, dos quais 449.086 milhares de euros são para 2021 e seguintes.

Para uma análise mais detalhada relativamente aos períodos mais próximos, ou seja, para os restantes 1.435.772 milhares de euros já contratados e previstos executar nos anos de 2018, 2019 e 2020, apresenta-se de seguida um mapa com elementos adicionais sobre a sua distribuição por países de atuação:

	2018		2019		2020	
	Valor	Contributo (%)	Valor	Contributo (%)	Valor	Contributo (%)
Portugal	124.061	18,8%	43.648	9,0%	18.529	6,4%
Angola	124.591	18,9%	55.312	11,4%	7.916	2,7%
Argélia	247.331	37,5%	249.965	51,7%	135.500	46,4%
Brasil	130.389	19,8%	86.027	17,8%	14.530	5,0%
Moçambique	9.491	1,4%	401	0,1%	13.518	4,6%
Venezuela	14.346	2,2%	45.095	9,3%	102.020	34,9%
Outros Mercados	9.574	1,4%	3.528	0,7%	-	-
Total	659.783	100,0%	483.976	100,0%	292.013	100,0%

Carteira de Encomendas
(Valores em milhares de euros)

Refira-se que os números acima indicados se reportam à Carteira de Encomendas do Grupo para a Construção apurada com referência a 31 de dezembro de 2017, pelo que as obras contratadas a partir daquela data não estão incluídas na Carteira de Encomendas apresentada.

Neste sentido e conforme referido no capítulo “Factos ocorridos

após a conclusão do exercício”, as obras adjudicadas e não incluídas na carteira de encomendas totalizam o montante de 161,6 milhões de euros.

Para 2018, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de cerca de 1.000 milhões de euros.

VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

No exercício de 2017, a Teixeira Duarte, S.A. não procedeu ao registo de distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração.

Refira-se, contudo, que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2017 aos membros dos seus conselhos de administração e aos seus colaboradores, num total de 3.065.000,00€ (Três milhões e sessenta e cinco mil euros), tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2017, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2017, negativo no montante de 15.359.540,30€ (quinze milhões trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e quarenta euros e trinta cêntimos) seja levado a resultados transitados.

Lagoas Park, 25 de abril de 2018

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2017, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2016:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebião Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017:

Não foram efetuadas quaisquer operações no período em questão.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2017:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino*	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

* - Cessou funções, por renúncia, no dia 7 de novembro de 2017, no âmbito da passagem à situação de reforma

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2017, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

"TEIXEIRA DUARTE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	202.432.500	48,2%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.136.947	2,2%
Total imputável	211.569.447	50,4%
ENG.º MIGUEL CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	373.790	0,1%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	43.439.877	10,3%
Total imputável	43.813.667	10,4%
"BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português" por si detido	39.423.610	9,4%
Total imputável	39.423.610	9,4%



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2017

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2017

I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2017, distribuídas por um total de 4.946 acionistas da seguinte forma:

Acionistas titulares de até 42.000 ações:	4.693
Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações:	207
Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações:	36
Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações:	8
Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações:	2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Em consequência, o disposto na presente norma e na Recomendação n.º I.4 não é aplicável à TD,SA.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda que, para efeitos do disposto na Recomendação n.º I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares

do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2017, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

"TEIXEIRA DUARTE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	202.432.500	48,2%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.136.947	2,2%
Total imputável	211.569.447	50,4%
ENG.º MIGUEL CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	373.790	0,1%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	43.439.877	10,3%
Total imputável	43.813.667	10,4%
"BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português" por si detido	39.423.610	9,4%
Total imputável	39.423.610	9,4%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.
[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2017, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2016:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017:

Não foram efetuadas quaisquer operações no período em questão.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2017:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino*	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	180.000
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

* - Cessou funções, por renúncia, no dia 7 de novembro de 2017, no âmbito da passagem à situação de reforma

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por Lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;
- delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer

bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;

- deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e

- prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avals ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Considerando o acionista com participação qualificada no capital da TD,SA "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", a sua participação tem sido imputada ao "Banco Comercial Português, S.A.".

Sucede que desde 1985 que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 341 milhões de Euros, que correspondem a 29% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias bancárias com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam 39 milhões de euros, representando 6,9% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Finalmente, reporta-se que o Grupo tem também contratos de locação financeira com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, num valor global de 151 milhões de euros, correspondentes a 84,9% do valor total deste tipo de contratos.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das únicas relações serem as supra identificadas e pelo facto do âmbito de as mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão, conforme consta da Recomendação n.º V2.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2015/2018.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou

sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições supra referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que esta categoria de ações não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo à eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais e no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA terem tradicionalmente uma

muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrônicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações dos acionistas sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que "as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas".

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que estes são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou intercaladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o

regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

No início do exercício de 2017, o Conselho de Administração era composto por seis membros, contando com um Presidente e cinco vogais, situação essa que veio a ser alterada em 7 de novembro de 2017, data em que o Senhor Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino cessou funções na sequência da renúncia por si apresentada ao cargo de Administrador que vinha exercendo, no âmbito de um processo pessoal de passagem à situação de reforma.

Em consequência, o Conselho de Administração era composto, a 31 de dezembro de 2017, pelos seguintes membros, todos eles efetivos:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

O Presidente do Conselho de Administração Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e os Administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Joel Vaz Viana de Lemos e Carlos Gomes Baptista foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, novamente reeleitos para exercerem funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015 para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Refira-se ainda que o ex-Administrador Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Em 2011 não foi reeleito, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, até ao final do mandato 2011/2014, foi reeleito para exercer funções durante o mandato 2015/2018 e cessou funções, no âmbito de um processo pessoal de passagem à situação de reforma, através de renúncia apresentada em 7 de novembro de 2017.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser

considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Com efeito, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite

uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta da Recomendação n.º II.1.6, sendo que, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Cumpre realçar também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais, tal como consta da Recomendação n.º II.1.8.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, para efeitos do disposto na recomendação n.º II.1.9, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a ele lhe sendo remetidas cópias das

convocatórias e das atas de todas as reuniões deste órgão.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme indicado naquela recomendação. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º II.1.10, que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, cabia-lhe exercer em 31 de dezembro de 2017, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento deste Conselho, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;
- acompanhar os negócios correntes da Sociedade;

- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." e os membros do Conselho de Administração da participada a 100%, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

- coordenar e acompanhar a atividade desenvolvida pelos Delegados do Grupo nos diversos países.

Sem prejuízo do supra descrito, e na sequência da redistribuição de pelouros ocorrida já após o final do exercício, em 31.01.2018, passou a exercer as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento do Conselho de Administração, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;

- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da TD-EC e os membros do Conselho de Administração da acionista única TD,SA;

- supervisionar, acompanhado pelo Assessor da Administração Senhor Dr. António Manuel Costeira Faustino, a atuação da Direção Central de Jurídicos;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Construção, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração.

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008, cargo que ainda hoje desempenha.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010, cargo esse que hoje exerce cumulativamente à posição homóloga na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Já fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", a qual, sendo detida por membros da família Teixeira Duarte, domina a referida sociedade cotada de topo, TD,SA, em mais de 50%.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, das quais se entende adequado indicar:

- A "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.", da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e agosto de 2009; e

- O "Banco Comercial Português, S.A." onde desempenhou diversas funções nos Corpos Sociais, entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2017 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como de supervisionar a atuação do setor da Hotelaria e acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades.

Não obstante o supra descrito, na sequência da redistribuição de pelouros ocorrida já após o final do exercício, em 31.01.2018, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador passou a estar encarregue de:

- supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Construção, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor das Concessões e Serviços, nomeadamente em relação à atuação das sociedades com participação em projetos de pequenas centrais hidroelétricas no Brasil, à "MMK Cement", à "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Hotelaria;

- acompanhar e reportar as Outras Participações Financeiras.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é também Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", cargo que assumiu pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1991.

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho

de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2017 encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Recursos Humanos e Serviços Administrativos e de Informática, bem como pelas Direções Centrais da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." das áreas dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e de Aprovisionamentos e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

Na distribuição de pelouros do Conselho de Administração da TD,SA está ainda encarregue de presidir à Comissão Executiva de Exploração do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - à qual cabe coordenar a atuação dos seus Centros de Exploração e das suas participadas no setor da Construção -; supervisionar as atividades desenvolvidas pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." relativas às áreas de atuação de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e Obras Marítimas e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e ainda supervisionar as atividades das sociedades participadas "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", "Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal, Lda." e "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal".

Não obstante o supra descrito, na sequência da redistribuição de pelouros ocorrida já após o final do exercício, em 31.01.2018, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador passou a estar encarregue de:

- supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Informática – relativamente à qual será acompanhado pelo Administrador Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo –, pela Direção Central de Recursos Humanos – relativamente à qual será acompanhado pelo mesmo Senhor Eng. Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo na Área da Qualificação Profissional – e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo, em especial as que atuam no sector da Construção, junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Construção, juntamente com os demais membros do Conselho de

Administração;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor das Concessões e Serviços, nomeadamente em relação à atuação na área do Ambiente e ainda da atuação das participadas "MTS – Metro, Transportes do Sul, S.A." e "AEBT – Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A. e "LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.".

Após ter concluído o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 1977/1978, iniciou a sua carreira profissional logo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de Obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de infraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no importante Agrupamento Complementar de Empresas "FERDOURO, ACE", constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as funções de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por "Obra Pública", coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias), hospitais, estradas e de infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da "Obra Pública".

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que o Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda mantém mesmo após assumir o cargo de Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 2005.

Não exerce qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa",

em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2017 encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." na área das Edificações e supervisionar a atividade da participada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

Não obstante o supra descrito, na sequência da redistribuição de pelouros ocorrida já após o final do exercício, em 31.01.2018, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador passou a estar encarregue de:

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Construção, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor das Concessões e Serviços, nomeadamente em relação à atuação na área do *Facilities Management*, incluindo resíduos hospitalares.

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do *Facilities Management*, designada "TDGI - Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.", da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administrador: Diogo Bebianco Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2018.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2017 encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel em todos os mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, sendo, nesse âmbito, Administrador de diversas outras sociedades do Grupo, e de supervisionar a atividade da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." e da "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.".

Não obstante o supra descrito, na sequência da redistribuição de pelouros ocorrida já após o final do exercício, em 31.01.2018, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador passou a estar encarregue de:

- acompanhar o Administrador Joel Vaz Viana de Lemos na supervisão das atividades desenvolvidas pela Direção Central

de Informática e na Área da Qualificação Profissional;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Construção, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor das Concessões e Serviços, nomeadamente em relação à atuação da "TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." e da "EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Imobiliária;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor da Distribuição;

- acompanhar e reportar as atividades do Setor do Automóvel.

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira

Duarte.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, é acionista e Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, é acionista e Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundantes e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Sem prejuízo do que acima se referiu, as linhas genéricas organizacionais definidas pelo Conselho de Administração para o Grupo estavam fixadas em 31 de dezembro de 2017 no sentido de este:

1. Manter um conjunto de Direções Centrais e Serviços Corporativos com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários sectores de atividade do Grupo integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas do Grupo que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios, ainda que algumas estejam integradas no âmbito da TD-EC e outras no da sua acionista única, TD,SA, a saber: Direção Central de Jurídicos; Direção Central de Recursos Humanos; Direção Central de Informática; Direção Central de Finanças e Contabilidade; Serviços de Secretaria Corporativa; Serviços de Consolidação de Contas; Serviços de Auditoria Interna;

2. Manter a organização das estruturas operacionais do Grupo por Sectores de Atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte;

3. Prosseguir o destaque da marca de certas operações integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, deverão manter a respetiva individualidade, em especial nos Sectores da Construção e das Concessões e Serviços;

4. Continuar a reforçar a TD-EC como principal sociedade do Grupo a atuar no sector da Construção, aí concentrando não só entidades participadas que atuem neste Setor, mas também as principais estruturas de recursos humanos a ele afetos;

5. Manter o modelo organizativo do Setor da Construção dividido por Áreas de Atuação e por Estruturas Centrais de Apoio, as quais terão as seguintes denominações e subdivisões:

- Áreas de Atuação: Geotecnia e Reabilitação, na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Projetos; Edificações,

na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Estudos; Infraestruturas, na qual existirão Centros de Exploração e uma Direção de Estudos; Metalomecânica;

- Estruturas Centrais de Apoio: Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço; Direção Central de Equipamento; Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia; Direção Central de Aproveitamentos; Serviços de Propostas.

6. Manter a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da TD-EC;

7. Manter, no âmbito do Conselho de Administração da TD-EC e do ponto de vista operacional, uma Comissão Executiva de Exploração, que continuará a coordenar a atuação dos Centros de Exploração das várias Áreas de Atuação e das Participadas neste setor da Construção;

8. Manter, no âmbito do Conselho de Administração da TD-EC, uma Comissão Executiva Comercial com funções de coordenação, acompanhamento e representação na área comercial das entidades do Grupo que atuam no setor da Construção;

9. Manter uma estreita ligação entre o Conselho de Administração da TD,SA e da TD-EC;

10. Reforçar a firmeza e eficácia dos vínculos de unidade no Grupo Teixeira Duarte através da ligação direta do Conselho de Administração com Delegados do Grupo para os vários países, que aí representam o órgão de gestão, assumindo a representação institucional do Grupo, bem como a ligação com as estruturas dos vários Setores e do Centro Corporativo que operem nesses mercados e a implementação de práticas de otimização do funcionamento das sociedades do Grupo atendendo às particularidades de cada país.

Estas linhas gerais foram também refletidas num organograma do Grupo Teixeira Duarte, o qual estava em vigor em 31 de dezembro de 2017 e que aqui se reproduz:

Conselho de Administração

Assessor da Administração

MERCADOS

Portugal	Espanha
África do Sul	Estados Unidos da América
Argélia	França
Angola	Marrocos
Bélgica	Moçambique
Brasil	Perú
China	Qatar
Colômbia	Reino Unido
Emirados Árabes Unidos	Venezuela

CENTRO CORPORATIVO

Direções Centrais

Jurídicos
Recursos Humanos
Informática
Finanças e Contabilidade

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa
Consolidação de Contas
Auditoria Interna

SETORES DE ATIVIDADE

Construção

Áreas de Atuação	Estruturas Centrais de Apoio
Geotecnia e Reabilitação	Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço
Infraestruturas	Direção Central de Equipamento
I Centros de Exploração	Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia
I Direção de Projetos	Direção Central de Aprovisionamentos
Edificações	Serviço de Propostas
Metalomecânica	
Obras Subterrâneas	
Obras Ferroviárias	
Obras Marítimas	

Concessões e Serviços

I Facilities Management
I Ambiente

Imobiliária

Hotelaria

Distribuição

Automóvel

Já após o encerramento do exercício, em 31.01.2018, o Conselho de Administração da TD,SA deliberou, por unanimidade, proceder a ajustes na organização do Grupo Teixeira Duarte, o qual deverá passar a:

1. Manter integradas no denominado Centro Corporativo um conjunto de Direções Centrais e Serviços Corporativos com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade e mercados de atuação do Grupo, a saber: Direção Central de Jurídicos; Direção Central de Recursos Humanos; Direção Central de Informática; Direção Central de Finanças e Contabilidade; Serviços de Secretaria Corporativa; Serviços de Consolidação de Contas; Serviços de Auditoria Interna;

2. Manter a organização das estruturas operacionais do Grupo por setores de atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem;

3. Prosseguir o propósito de, no próprio modelo organizacional do Grupo, destacar, dentro dos setores de atividade, entidades ou áreas de negócio que deverão manter a respetiva individualidade;

4. Articular com o Conselho de Administração da TD-EC o modelo organizativo do Setor da Construção, a sua divisão por Áreas de Atuação e por Estruturas Centrais de Apoio, bem como as respetivas denominações e subdivisões, bem como a extinção da Comissão Executiva de Exploração e da Comissão Executiva Comercial, atualmente constituídas e em funcionamento no âmbito do Conselho de Administração da TD-EC;

5. Manter a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da TD-EC;

6. Alterar o modelo de ligação do Conselho de Administração da TD,SA com as estruturas do Grupo nos vários países, extinguindo a figura do “Delegado”, definindo que, em primeiro lugar, caberá aos responsáveis dos diferentes setores e áreas de atuação fixar os respetivos termos de ligação com os diferentes países em que cada um opera, sendo a ligação institucional e de representação da TD,SA em si e do Grupo como um todo, executada entre este Conselho de Administração e representantes por ele designados para esse efeito em número e modelo organizativo que se entenda mais adequado para cada mercado.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Não existe qualquer regulamento de funcionamento.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescendo ainda o facto do número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA tomada já após o encerramento do exercício, em 5 de fevereiro de 2018, foi aprovado o novo “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte”, sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento. Contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 36 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, esteve presente em trinta e uma das trinta e seis reuniões deste órgão, tendo sido representado pelo Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira

Duarte nas cinco reuniões em que não esteve presente.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte esteve presente em trinta e cinco reuniões do Conselho de Administração, tendo sido representado pelo Presidente do Conselho de Administração na única reunião em que não esteve presente.

O Administrador Joel Vaz Viana de Lemos esteve presente nas trinta e seis reuniões do Conselho de Administração.

O Administrador Carlos Gomes Baptista esteve presente em trinta e uma reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração em uma das cinco reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo esteve presente em trinta reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração em uma das seis reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as suas faltas sido previamente anunciadas e justificadas por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino esteve presente em vinte e nove reuniões do Conselho de Administração, até ao dia 7 de novembro de 2017, data da sua cessação de funções enquanto Administrador da TD,SA, tendo a sua única falta sido previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à

apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação n.º II.1.4 a) para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global (de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem).

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação II.1.4 b) para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e

diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a política de remunerações dos órgãos sociais reproduzida infra em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos "de casa", com percursos profissionais feitos quase exclusivamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades e a correspondente implementação, no âmbito destas, das orientações definidas para o Grupo Teixeira Duarte.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador auferia remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2017, exercia os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Gerente da "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "PASIM - Sociedade Imobiliária, Lda.";

- Gerente da "PACIM - CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda.";

- Gerente da "Foros dos Olivais, Lda.";

- Gerente da "Mourinha de Cima - Atividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.";

- Gerente da "Terras da Mourinha, Lda.";

- Gerente da "Terras da Mourinha de Baixo, Lda.";

- Gerente da "Terras da Serrinha - Atividades Agrícolas, Lda.";

- Gerente da "Terras do Pico - Atividades Agrícolas, Lda.";

- Gerente da "Terras de Montoito, Lda.";

- Gerente da "Sociedade Agrícola Monte da Casa Alta, Lda.";

- Gerente da "SOPOGAR - Sociedade Portuguesa de Gado de Raça e de Agricultura, Lda."; e

- Gerente da "Terras do Monte da Casa Alta, Lda.".

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2017, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Participações e Distribuição, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Administrador de "AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.";
- Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";
- Administrador da "TDAP - Atividades Portuárias, S.A.";
- Administrador da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada";
- Administrador da "Votorantim Macau Investimentos, S.A."; e
- Gerente da "DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal Lda."

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."; e
- Presidente do Conselho da Administração de "ILTA -

Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.".

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de dezembro de 2017 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, todas do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Groupement Maritime Portugais GMP - ORAN";
- Administrador Suplente do "AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Administrador do "Somafel e Ferrovias, ACE"; e
- Gerente da "Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal Lda.".

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2017 desempenhava o seguinte cargo noutra sociedade do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.".

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2017, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Park, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Quinta de

Cravel Imobiliária, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "Smotors, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.;"

- Presidente do Conselho de Administração da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.;"

- Administrador da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;"

- Administrador da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.;"

- Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.;"

- Gerente da "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.;" e

- Gerente da "Malanga - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.;"

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.;"

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. supra, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com

os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

O Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais: Mateus Moreira

Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 - na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente - e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014, tendo sido eleito como Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Mateus Moreira e Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 30 de maio de 2015, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2015/2018.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, igualmente para o mandato 2015/2018.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme infra descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no

Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

- Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

- É Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

- É Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar do Algarve.

- Foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal (2015-2017).

- Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.

- Integrou a Ernst & Young em janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras" (1972).

- Aposentado em 30 de setembro de 2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central - Adjunto.

- Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia

e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

- Frequência do 2º ano do "Instituto Superior de Agronomia" (1952).
- Foi empresário.
- Atualmente está aposentado.
- Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

- Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1997);
- Frequentou o Curso Avançado em Human Behaviour in Organisations (AESE) (2007);
- Frequentou a Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);
- É Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;
- É Membro do Board of Directors da British-Portuguese Chamber of Commerce;
- É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A..

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA tomada já após o encerramento do exercício, em 5 de fevereiro de 2018, foi aprovado o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira

Duarte", sendo extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento.

Este documento consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores do Grupo Teixeira Duarte e desse modo, do respetivo envolvimento da TD,SA com as partes relacionadas. Através deste Código, reforça-se e desenvolve-se a Missão e os Valores da Teixeira Duarte, mas em parte alguma do mesmo existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2017, o Conselho Fiscal reuniu cinco vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2017, exercia o cargo de Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar do Algarve.

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2017, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2017, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2017, era Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A., Membro do Board of Directors da The British-Portuguese Chamber of Commerce e Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A..

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de três anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Acrescente-se, todavia, que a questão prevista na Recomendação n.º IV.3 - as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos - não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o primeiro mandato no exercício daquelas funções.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que o Conselho de Administração e os serviços dele dependentes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º II.2.2, mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito supra, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Cumpra no entanto referir que tais procedimentos estão acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de

domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade*

Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

Por entidades que integram o Grupo*

Valor dos serviços de revisão de contas	254.130,00	99,51%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	1.250,00	0,49%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Até ao fecho do exercício de 2017, a política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas assentava no incentivo aos colaboradores a informarem, pelos meios que julgassem convenientes - por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica - as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações eram os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se pudesse revelar adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, seriam abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação,

quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor.

Os processos seriam acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tivesse ocorrido, com recurso a pessoas não envolvidas na situação em causa e, caso se viesse a afigurar conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos.

Os processos estariam sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação devesse ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais stakeholders, o Gabinete de Apoio ao Investidor estava disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Encontrava-se em funcionamento desde 2014, um outro veículo de comunicação de irregularidades diretamente para o Conselho Fiscal, através do endereço de e-mail irregularidades@teixeiraduarte.pt, para o qual os colaboradores (em especial, através do portal corporativo) e os acionistas (estando o mesmo disponibilizado para o efeito no site oficial da TD,SA www.teixeiraduarte.pt) poderiam remeter o reporte de eventuais irregularidades.

Já em 2018, a referida política de comunicação de alegadas irregularidades foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de compliance que já vinha a ser desenvolvido ao longo do ano de 2017 e, nessa sequência, da aprovação, em 5 de fevereiro de 2018, do já referido novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" pelo que o procedimento atualmente aplicável se encontra descrito naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, dispõe que "Cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através dos meios e procedimentos próprios, desenvolvidos por cada Empresa para esse efeito e tendencialmente definidos como Canal de Ética.

Sem prejuízo desses meios, assume-se também neste Código que tais eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos deverão ser reportadas através dos seguintes meios:

- Correspondência dirigida ao órgão de gestão ou de fiscalização da Empresa;
- Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte, S.A.";
- Mensagem de correio eletrónico dirigida a um órgão independente constituído no âmbito do Grupo Teixeira Duarte cujo endereço é compliance@teixeiraduarte.pt.

A Empresa garante a confidencialidade das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciantes por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas pela Empresa e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias."

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2017, estes serviços contavam com quatro colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2017, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitere-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração - e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º II.2.5 - que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades, sem prejuízo da realização de reuniões de acompanhamento pelo Conselho Fiscal dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria e acesso do Conselho Fiscal aos documentos emitidos por estes Serviços e ao plano de atividades por eles previstos desenvolver para o ano seguinte.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração - e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º II.2.4 - a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio

nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;

- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;

- alterações nas políticas governamentais;

- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;

- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e

- flutuações dos mercados acionistas e o impacto na cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (50,1% em 2017).

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e caucões por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climáticas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A Hotelaria em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, consequentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Relativamente às participações financeiras, o risco a considerar é o relativo à participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.", risco esse que resulta da atual volatilidade dos mercados financeiros e do possível impacto das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (81,7% em 2017). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também

outros como a Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação,

acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de refinanciamento de tais linhas e negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IFRS 9 (anteriormente da IAS 39), sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por entidades independentes. Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IFRS 9.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas

poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações

de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas, o que, no caso da participação detida em sociedades admitida à negociação em mercado regulamentado (Banco Comercial Português, S.A.), depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações, bem como por alterações da legislação tributária aplicável relacionada com a detenção e ou transação de tais participações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de

riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º II.1.5, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são desajustadas relativamente ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas, e trabalham em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no n.º 7 artigo 248.º-A do Código de Valores Mobiliários e do artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados, por carta entregue pessoalmente, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto

permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada:

Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos stakeholders e do tratamento que lhes foi dado.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. supra, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2017 foi de 3 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos

mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos dirigentes da TD,SA que não integram o seu Conselho de Administração são membros do Conselho de Administração da sociedade sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", sendo que a determinação da remuneração destes dirigentes cabe à Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", a qual é composta exatamente pelos mesmos membros que os da Comissão de Remunerações da TD,SA.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a

independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para desempenho de funções no mandato 2015/2018:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbra quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior holding do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º IV.1.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 27 de maio de 2017, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

"ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 (Recomendações).

ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.", a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

INTRODUÇÃO:

A presente "Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização" foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica e o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos, em particular na sociedade sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da sociedade por si

detida a 100% "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.".

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho a longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos, que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2017 a 2019 superior ao EBITDA registado em 2016;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2017 a 2019 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2016.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da “Teixeira Duarte, S.A.” não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por entidades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da “Teixeira Duarte, S.A.” e da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da “Teixeira Duarte, S.A.” ou de outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da “Teixeira Duarte, S.A.”, compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.”

A TD,SA entende que a declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização acima transcrita é bastante clara e abrangente, possibilitando um correto entendimento sobre a forma como as remunerações dos órgãos de administração e fiscalização são fixadas.

Com efeito, a mencionada declaração contém a generalidade da informação constante da Recomendação n.º II.3.3, não se indicando apenas as informações relativas aos montantes

máximos potenciais referidos na alínea b) dessa recomendação, uma vez que tais máximos não chegaram nunca a ser estabelecidos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, - designada de "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como

dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente como se sugere na Recomendação n.º III.3, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa, em conformidade com o que se indica na Recomendação n.º III.3.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º III.5, informa-se que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga a partir de 2021 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2017 a 2019.

Mais se refere que, os prémios de desempenho atribuídos, a título de distribuição de resultados de 2013, a cada um dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." estavam condicionados à verificação de determinadas condições - que se concretizaram - e previam o diferimento do pagamento de parte desse prémio para este ano de 2017. Contudo, a Comissão de Remunerações deliberou que, "atendendo ao enquadramento conjuntural com que a Empresa e o Grupo económico se deparam nas diferentes geografias em que operam, bem como à redução da atividade e aos resultados alcançados e ainda às medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Conselho de Administração para fazer face a uma situação de maior dificuldade, deliberou esta Comissão,

por unanimidade, que todas as aludidas verbas pendentes de pagamento seriam pagas em data posterior a definir por esta Comissão".

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA são "gente da casa" há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características supra descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos

das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A supra citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

Mais se informa que, ao abrigo dessa competência, a Comissão de Remunerações deliberou, em 15 de setembro de 2017, sobre o benefício de reforma a atribuir em concreto ao Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, a propósito da respetiva cessação de funções enquanto Administrador da TD,SA., tendo em consideração que:

(i) No âmbito do Grupo Teixeira Duarte, está em vigor uma apólice de Seguro "Pró-Reforma (Modalidade 45)" para os seus trabalhadores, nela se incluindo o Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino;

(ii) O Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino é, pois, considerado pessoa segura para efeitos daquela apólice, estando na mesma prevista que, seja calculado o valor da "Renda Vitalícia Imediata" nos termos ali estabelecidos, em particular pela multiplicação de um número (ali fixado na apólice, em 0,5) pelo número de anos de serviço, e o resultado desta multiplicação, por sua vez, multiplicado pelo montante do salário final;

(iii) O mencionado Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino exerceu o cargo de administrador da TD,SA por mais de dez anos – contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." – e tem também um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Empresa;

iv) De acordo com a regra estatutária existente na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." há mais de 30 anos e na TD,SA desde a sua constituição em 2009, quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos requisitos indicados no número (iii) supra,

Foi nesse enquadramento que a Comissão de remunerações deliberou,

1. Que fosse incluído na pensão de reforma do Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino o valor previsto para os demais trabalhadores abrangidos pela Apólice indicada supra;

2. Que fosse ainda, em adicional – e porque se trata de uma regra estatutária prevista há mais de 30 anos e que segue um critério objetivo e idêntico para qualquer trabalhador que cumpra tais requisitos, neste caso, os requisitos referidos acima – atribuído um montante de pensão de reforma a acrescer ao referido no número 1. anterior, montante esse que deverá corresponder a duas vezes o calculado nos termos da alínea (ii) acima, ou seja, por forma a que o valor final da pensão mensal de reforma deste ex-administrador corresponda a três vezes o calculado nesses termos.

Depois de acertado tal montante e procedimento com a seguradora, a Comissão deliberou, por unanimidade, atribuir ao Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino a pensão de reforma com o montante global de €1.159.832,59, a ser pago pela seguradora nos termos e prazos daquela da Apólice acima referida – e do qual resultará um valor de pensão mensal determinável em função do acertado, nos termos da Lei e da Apólice, entre o Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino e a seguradora – com efeitos a partir do mês seguinte à data da comunicação do deferimento da sua reforma por velhice.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2017, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável Atribuída em 2017	Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	70.000,00	5.000,00	75.000,00	-	75.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	5.000,00	142.200,00	21.751,95	163.951,95
Engº Joel Viana de Lemos	137.200,00	5.000,00	142.200,00	2.767,50	144.967,50
Engº Carlos Gomes Baptista	137.200,00	5.000,00	142.200,00	21.993,75	164.193,75
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	5.000,00	142.200,00	30.356,65	172.556,65
Engº Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	135.754,50	-	135.754,50	13.560,30	149.314,80
	754.554,50	25.000,00	779.554,50	90.430,15	869.984,65

Em 2017, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 2,9% do valor total auferido.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2017 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está cima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2021, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2017 a 2019.

	Remuneração Variável Atribuída em 2017		
	Para 2017	Para 2021	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Engº Joel Viana de Lemos	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Engº Carlos Gomes Baptista	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	5.000,00	10.000,00	15.000,00
	25.000,00	50.000,00	75.000,00

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2017, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Sendo que, conforme acima ficou clarificado, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Embora o ex-Administrador Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino tenha cessado funções durante o exercício de 2017, não lhe foi paga nem lhe é devida qualquer indemnização decorrente de tal facto.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2017, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Dr. Óscar Manuel Machado Figueiredo	30.000,00	-	30.000,00
Dr. Mateus Moreira	18.000,00	-	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	18.000,00	-	18.000,00
	66.000,00	-	66.000,00

O valor global dos honorários anuais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	315.130,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	1.250,00
	316.380,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2017, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, simultaneamente, em cumprimento do disposto na Recomendação n.º III.2, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2017, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º III.8, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte - anteriormente a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA - sempre foram "gente da casa", que desenvolveram o seu percurso profissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer

compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")**85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.**

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão e a todos os respetivos Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento. Este Código reforça e desenvolve a Missão e os Valores da Teixeira Duarte e consagra, numa nova expressão, os transversais princípios da atuação dos destinatários desse documento e, desse modo, do envolvimento da TD,SA com as partes relacionadas.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

5.2.2. Critérios de Seleção

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem abusos de poder ou posição.

5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

II. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em 2013.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2013 pode ser consultado em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Os pontos incluídos no n.º 2 são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 41 Recomendações que compõem o referido Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota onze e adota parcialmente seis.

Na tabela infra está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "comply or explain", se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12
I.2	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
I.3	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	12
I.4	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	5
I.5	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	6
II	SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1	SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	21
II.1.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	21
II.1.3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	15

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:		
a)	Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não	24
b)	Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	24
II.1.5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parcial	54
II.1.6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	18
II.1.7	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Não	18
II.1.8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	18
II.1.9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	18

Recomendação		Adoção	Remissão
II.1.10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	18
II.2	FISCALIZAÇÃO		
II.2.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	32 33
II.2.2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45
II.2.3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45
II.2.4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51
II.2.5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Não	51
II.3	FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Parcial	67 e 68
II.3.2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	67

Recomendação		Adoção	Remissão
II.3.3	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:		
	a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;	Parcial	69
	b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;		
	d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.		
II.3.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	85
II.3.5	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não	76
III	REMUNERAÇÕES		
III.1	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	70
III.2	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	18 e 81
III.3	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Parcial	71
III.4	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Sim	72
III.5	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Sim	71
III.6	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	73
III.7	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	74

Recomendação		Adoção	Remissão
III.8	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	83
IV AUDITORIA			
IV.1	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parcial	51 e 67
IV.2	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	37, 41 e 46
IV.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	44
V CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
V.1	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	10
V.2	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	10
VI. INFORMAÇÃO			
VI.1	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	59
VI.2	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	56 e 58

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA PELA SOCIEDADE RELATIVAMENTE AOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (ARTIGO 245.º-A, N.º 1, ALÍNEA R) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS)

1. Enquadramento

Em cumprimento do novo normativo legal consagrado na alínea r) do n.º 1 do Artigo 245.º-A do Código de Valores Mobiliários, apresenta-se neste documento a “descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e fiscalização”.

Tratando-se de um requisito legal que entrou em vigor no decurso do ano de 2017, procede-se aqui à descrição do tema, sem que contudo tenha sido ainda aprovada qualquer Política sobre o mesmo em Assembleia Geral, que é o fórum certo e o órgão competente para o fazer, nomeadamente atendendo ao modelo societário da "Teixeira Duarte, S.A.".

Assim e não tendo existido nenhuma reunião de acionistas desde a data da entrada em vigor do mencionado normativo e a data da produção deste relatório, descreve-se de seguida aquela que tem sido a diversidade efetiva dos membros de tais órgãos sociais, o seu enquadramento e aquilo que este Conselho – subscritor do relatório – entende dever ser tido em linha de conta na aprovação de uma Política de Diversidade a aplicar pela sociedade relativamente a este tema.

A sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte tem mantido desde 1987 um modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), com apenas cinco membros, todos eles executivos e (desde 2008) dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com apenas três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2. Os órgãos de Fiscalização

Em função do modelo societário em vigor na "Teixeira Duarte, S.A." – e excluindo, por definição, deste tema a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – e do facto do Conselho Fiscal ser apenas constituído por três membros, informa-se que neste órgão existe uma relativa diversidade de idades (amplitude de 20 anos), uma diversidade de antecedentes profissionais e de habilitações, mas todos eles do sexo masculino, conforme resulta das informações antes descritas neste mesmo Relatório sobre o Governo da Sociedade.

3. O Órgão de Administração

3.1. Diversidade como consequência

A "Teixeira Duarte, S.A." tem uma efetiva diversidade nos membros do seu Conselho de Administração, ainda que não em resultado de a assumir em si mesma como um objetivo, mas antes do facto da mesma ser uma consequência de outros critérios de Corporate Governance tomados como prioritários ao sucesso simultâneo da sociedade e do cumprimento das obrigações que cabem a cada um desses titulares dos respetivos cargos. Contudo, cumpre mencionar que – embora tal resulte também apenas indiretamente da implementação dos aludidos critérios – os membros dos órgãos de administração são todos do sexo masculino.

3.2. Critério privilegiado

Com efeito, aquilo que tem sido o posicionamento da acionista (Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.) que domina a sociedade cotada de topo do Grupo desde o início da sua cotação em bolsa em 1998 (então ainda com a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e de desde 2010, com a "Teixeira Duarte, S.A.") tem sido o de apostar sempre (apenas com uma exceção e durante um determinado período) (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como “pessoas da casa”; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.

Daí que todos os membros dos órgãos de administração tenham, pelo menos, vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.

3.3. Diversidade

Tal não significa contudo, escolher sempre em pessoas com muitos anos de idade, pois o atual Presidente do Conselho de Administração integrou este órgão pela primeira vez em 1987, com 31 anos de idade e atualmente os cinco membros deste Conselho apresentam uma amplitude de idades de 19 anos.

Este aspeto condiciona também os antecedentes profissionais de cada um dos membros do Conselho de Administração, na medida em que salvo períodos curtos de tempo no início das respetivas carreiras, a maioria dos membros do Conselho de Administração tem o seu trajeto feito no âmbito do Grupo

Teixeira Duarte, ainda que com experiências em diferentes setores, países e áreas corporativas, o que resulta também em parte das suas habilitações de base – também elas diversas – que vão desde a Gestão, ao Direito e à Engenharia Civil e dentro desta em várias áreas diferentes.

Este aspeto da Engenharia Civil é também resultado do aludido primeiro critério mencionado – trajeto feito na Teixeira Duarte – pois tendo sido a Engenharia e a Construção a génese do Grupo e sendo ainda o seu *core business*, é normal que o trajeto de formação tenha sido percorrido nessa área específica da engenharia e construção.

Note-se que foi também este facto que contribuiu para que, não existindo qualquer política ou orientação assumida nesse sentido, o Conselho de Administração seja constituído apenas por homens, pois o acompanhamento de muitas obras tinha condicionantes do ponto de vista da atividade em si e dispersão geográfica, o que diminuía também a procura, por pessoas do sexo feminino, para determinados cargos dentro desta atividade central do Grupo.

3.4. Conclusão

Assim, a "Teixeira Duarte, S.A." não tem uma política escrita para a diversidade em vigor, mas tem aplicada uma efetiva diversidade de idades, de habilitações (três diversas em cinco membros), de antecedentes profissionais dentro do Grupo (que atualmente variam desde o setor da construção, às concessões e serviços, à imobiliária, à hotelaria, à distribuição e ao automóvel; e ainda nas diferentes áreas de apoio corporativo: Recursos Humanos, Finanças e Contabilidade, Sistemas de Gestão e Tecnologia, entre outras), não tendo qualquer diversidade quanto ao sexo.

Tudo isto em resultado dos critérios que têm sido aplicados como prioritários e acima descritos e não de qualquer política assumida especificamente sobre a diversidade, a qual se prevê que seja este ano aprovada em Assembleia Geral de acionistas.

4. Compromissos sobre Diversidade

A Sociedade atualmente já cumpre – inclusivamente no âmbito de todo o Grupo que lidera – um conjunto vário de obrigações sobre matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades que decorrem de Lei e demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo, os quais deverão ser tidos em linha de conta

na definição da "Política de Diversidade a Aplicar aos Órgãos de Administração e Fiscalização", que os Senhores acionistas venham a aprovar em Assembleia Geral.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2017

Demonstrações Financeiras Individuais 2017

I. BALANÇO

Rúbricas	Notas	2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	763	467
Goodwill	8	26.003	29.254
Ativos intangíveis	6	75	66
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.117.703	1.141.436
Outros investimentos financeiros	11.1	6	-
Ativos por impostos diferidos	10	-	5.224
		1.144.550	1.176.447
Ativo corrente:			
Clientes	11.1	11.629	8.933
Estado e outros entes públicos	11.1	79	9.434
Outros créditos a receber	11.1	14.806	37.807
Diferimentos	11.1	37	40
Ativos não correntes detidos para venda	11.1	30.133	-
Caixa e depósitos bancários	4	189	84
		56.872	56.298
Total do Ativo		1.201.422	1.232.745
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	19	210.000	210.000
Reservas legais	19	42.000	36.500
Outras reservas	19	243.660	242.908
Resultados transitados:			
Resultados transitados		7.806	7.806
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(258.250)	(217.685)
Ajustamentos em ativos financeiros:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		258.250	217.685
Outros ajustamentos em ativos financeiros		(23.683)	17.848
		479.783	515.062
Resultado líquido do período		(15.359)	7.093
Total do Capital próprio		464.424	522.155
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11.2	116.677	13.034
Outras dívidas a pagar	11.2	302.006	344.433
		418.683	357.467
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.2	28.416	2.243
Estado e outros entes públicos	11.2	846	354
Financiamentos obtidos	11.2	114.233	213.513
Outras dívidas a pagar	11.2	174.820	137.013
		318.315	353.123
Total do Passivo		736.998	710.590
Total do Capital próprio e Passivo		1.201.422	1.232.745

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	13.232	12.223
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	8	30.182	52.804
Fornecimentos e serviços externos	15	(4.651)	(4.009)
Gastos com o pessoal	14	(9.773)	(11.696)
Outros rendimentos	16	184	107
Outros gastos	17	(378)	(153)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.796	49.276
Gastos de depreciação e de amortização	6, 7 e 8	(3.343)	(3.303)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.453	45.973
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 13	482	680
Juros e gastos similares suportados	13	(30.675)	(35.861)
Resultado antes de impostos		(4.740)	10.792
Imposto sobre o rendimento do período	10	(10.619)	(3.699)
Resultado líquido do período		(15.359)	7.093

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1	210.000	31.500	224.610	(191.427)	259.928	24.978	559.589
Alterações no período:								
Aplicação de resultados	8	-	5.000	18.298	-	-	(23.298)	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	2	-	5.000	18.298	(18.453)	(24.394)	(23.298)	(42.847)
Resultado líquido do período	3						7.093	7.093
Resultado integral do período	4=2+3							(35.754)
Operações com detentores de capital no período:								
Dividendos	4	-	-	-	-	-	(1.680)	(1.680)
	5	-	-	-	-	-	(1.680)	(1.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6=1+2+3+5	210.000	36.500	242.908	(209.880)	235.534	7.093	522.155
Saldo em 1 de janeiro de 2017	7	210.000	36.500	242.908	(209.880)	235.534	7.093	522.155
Alterações no período:								
Aplicação de resultados	19	-	5.500	752	-	-	(6.252)	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8	-	-	-	(40.565)	(967)	-	(41.532)
Redução de capital	8	-	5.500	752	(40.565)	(967)	(6.252)	(41.532)
Resultado líquido do período	9						(15.359)	(15.359)
Resultado integral do período	10=8+9							(56.891)
Operações com detentores de capital no período:								
Dividendos	4 e 19	-	-	-	-	-	(840)	(840)
	11	-	-	-	-	-	(840)	(840)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12=7+8+9+11	210.000	42.000	243.660	(250.445)	234.567	(15.359)	464.424

(Valores em milhares de euros)

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2017	2016
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		8.940	11.755
Pagamentos a fornecedores		(8.203)	(20.436)
Pagamentos ao pessoal		(5.211)	(6.666)
Caixa gerada pelas operações		(4.474)	(15.347)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		430	1.610
Outros recebimentos/pagamentos		(5.483)	(5.791)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(9.527)	(19.528)
Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9)	(86)
Ativos intangíveis		(26)	(7)
Investimentos financeiros	4	(30.000)	(50)
Partes Relacionadas	4	(22.985)	(8.748)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	15.000	-
Juros e rendimentos similares		835	1.301
Dividendos	4 e 8	12.250	4.000
Partes Relacionadas	4	39.417	1.715
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		14.482	(1.875)
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		58.694	100.870
Partes Relacionadas	4	110.768	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(53.970)	(67.999)
Partes Relacionadas	4	(111.130)	-
Juros e gastos similares		(8.372)	(9.838)
Dividendos	4 e 19	(840)	(1.680)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(4.850)	21.353
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		105	(50)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	84	134
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	189	84

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. (“Empresa”), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade

das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidas na rubrica de investimentos em empresas subsidiárias e associadas. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica “Outros rendimentos”.

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
<i>Goodwill</i>	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e subsidiárias por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de “Outros ajustamentos em ativos financeiros”, bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo

de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre a utilização de programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao

desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outros créditos a receber” e “Diferimentos” no ativo e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos” no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

Os réditos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for

realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal e deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

h) Seguro de reforma

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se

afiguem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

i) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A., desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O “Imposto sobre o rendimento do período” registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente, do imposto diferido e acertos da estimativa de imposto.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) acréscimos e diferimentos; ii) análises de imparidade; e iii) vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

A discriminação de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189	84
	189	84

Fluxo das atividades de investimento

O pagamento de investimentos financeiros no montante de 30.000 milhares de euros, no período findo a 31 de dezembro de 2017, é referente ao aumento de capital na Lagoas Park, S.A..

O recebimento proveniente de investimentos financeiros, no período findo a 31 de dezembro de 2017, é referente ao montante recebido a título de sinal pelo contrato de promessa de compra e venda da participação na Lagoas Park, S.A., celebrado em 20 de dezembro de 2017 entre a Empresa e a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue (Nota 8):

	2017	2016
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	10.750	1.000
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	1.500	3.000
	12.250	4.000

Os recebimentos e pagamentos referentes a Partes Relacionadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram reexpressados.

Fluxo das atividades de financiamento

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de maio de 2017 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de 840 milhares de euros que corresponde a 0,004 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2016, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2017 (Nota19).

Os recebimentos e pagamentos referentes a Partes Relacionadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram reexpressados.

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais e da alta direção da Empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

	2017	2016
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	870	1.133
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	997	1.260

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

	2017	2016
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	1.067	1.204

Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas eram como segue:

	Clientes		Fornecedores		Financiamentos obtidos		Outros créditos a receber/ (Outras dívidas a pagar)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.887	615	27.727	1.535	54.760	57.002	(444.345)	(439.258)
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	1.894	1.501	-	-	-	-	61	148
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	103	5	-	-	1.880	-	(22.433)	1.579
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	480	144	28	278	-	-	1.221	3.580
	4.364	2.265	27.755	1.813	56.640	57.002	(465.496)	(433.951)
Outras partes relacionadas:								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	355	361	-	-	-	-	185	91
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	104	91	-	-	-	-	28	18
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	2.180	1.841	-	-	-	-	844	442
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	150	132	-	-	-	-	38	25
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	4	-	-	-	-	-	967	827
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	213	162	-	-	-	-	47	23
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	67	268	-	-	-	-	231	137
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	218	54	-	-	-	-	(1.022)	(416)
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	104	21	-	-	-	-	175	578
GO CORP - Travel Solutions, S.A.	22	1	-	-	-	-	423	578
HOTEL BAÍA, Lda.	338	364	-	-	-	-	235	107
HOTEL TRÓPICO, S.A.	104	231	-	-	-	-	39	48
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	11	-	-	-	-	-	255	1.796
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	5	-	-	-	-	-	45	24
LAGOAS HOTEL, S.A.	75	18	21	39	-	-	2.453	(226)
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	9	-	-	-	-	-	293	(332)
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	69	447	-	-	-	-	126	68
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	21	6	-	-	-	-	64	97
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	293	86	9	-	-	-	280	179
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	159	46	-	-	-	-	666	8.596
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	81	312	-	-	-	-	400	251
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	17	2	-	-	-	-	(1.674)	(1.596)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	7	-	-	-	-	-	29	(378)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis (Angola), Lda.	187	201	-	-	-	-	135	62
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	5	-	-	-	-	-	(116)	23
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	26	10	-	-	-	-	(31)	(804)
TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	6	-	-	-	-	-	(382)	(1.474)
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	16	-	-	-	-	-	187	268
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.251	734	-	-	-	-	546	202
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	135	132	-	-	-	-	96	50
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	10	-	-	-	-	-	(7)	(648)
Outros	918	1.016	466	-	-	-	1.134	672
	7.160	6.536	496	39	-	-	6.689	9.288
	11.524	8.801	28.251	1.852	56.640	57.002	(458.807)	(424.663)

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Prestações de serviços intragrupo		Rendimentos e ganhos financeiros		Compras e serviços obtidos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	2.284	2.388	1.197	1.213	-	1.018	1.671	5.509
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	215	212	178	148	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Brasil)	60	39	7	5	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	113	33	81	81	827	280	1.862	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	617	297	343	425	8	3	360	275
	3.289	2.969	1.806	1.872	835	1.301	3.893	5.784
Outras partes relacionadas:								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	10	79	42	52	-	-	-	-
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	6	4	26	27	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4	4	19	24	-	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	195	533	137	189	-	-	-	-
COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, Lda.	-	1	18	31	-	-	-	-
CONSTRUSALAMONDE, ACE	-	1	15	20	-	-	-	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	19	25	143	121	-	-	-	-
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	1	15	63	75	-	-	-	-
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	142	312	40	95	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	183	76	198	266	-	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	332	162	33	26	-	-	-	-
HOTEL BAÍA, Lda.	16	102	51	43	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	23	29	84	77	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	23	21	76	63	-	-	41	57
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	104	128	26	57	-	-	-	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	9	10	21	36	-	-	-	-
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	242	139	235	231	-	-	45	-
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	12	162	58	104	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	292	106	84	106	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	201	503	95	63	-	-	-	-
TDGI - Manutenção, A.C.E.	28	-	23	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	4	5	14	16	-	-	-	-
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	16	18	24	34	-	-	-	-
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	60	2	64	99	-	-	-	-
Outros	497	679	843	758	-	-	379	-
	2.419	3.116	2.432	2.613	-	-	465	57
	5.708	6.085	4.238	4.485	835	1.301	4.358	5.841

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	94	26	120
Adições	-	39	39
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94	65	159
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2017	54	-	54
Adições	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2017	84	-	84
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	10	65	75

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	88	26	114
Adições	6	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2016	94	26	120
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	24	-	24
Adições	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54	-	54
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	40	26	66

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 1 de janeiro de 2017	-	-	108	400	508
Adições	277	11	69	-	357
Transferências e abates	335	-	66	(400)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	612	11	243	-	866
Depreciações acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2017	-	-	42	-	42
Adições	24	-	37	-	61
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24	-	79	-	103
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	588	11	164	-	763

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	47	-	47
Adições	62	400	462
Saldo em 31 de dezembro de 2016	109	400	509
Depreciações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	19	-	19
Adições	23	-	23
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42	-	42
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	67	400	467

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa apresentava as seguintes participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo - Oeiras	100,00%

A principal informação financeira relativa àquelas empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.610.125	1.620.429	1.097.780	1.053.328	483.054	536.421	16.004	19.715
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	968.659	1.218.178	391.602	669.215	163.474	161.472	52.478	24.255
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	21.644	21.352	17.769	18.051	40.573	39.039	1.749	1.807
	2.600.428	2.859.959	1.507.151	1.740.594	687.101	736.932	70.231	45.777

Esta informação corresponde às contas estatutárias das empresas, tendo as mesmas sido ajustadas para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.135.429	32.504	1.167.933
Aumento	50	-	50
Amortização do Goodwill	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	52.804	-	52.804
- Efeito em capitais próprios	(42.847)	-	(42.847)
- Dividendos recebidos	(4.000)	-	(4.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.141.436	29.254	1.170.690
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.141.436	29.254	1.170.690
Aumento	30.000	-	30.000
Redução	(30.133)	-	(30.133)
Amortização do Goodwill	-	(3.251)	(3.251)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	30.182	-	30.182
- Efeito em capitais próprios	(41.532)	-	(41.532)
- Dividendos recebidos	(12.250)	-	(12.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.117.703	26.003	1.143.706

O aumento ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 30.000 milhares de euros é referente ao aumento de capital na Lagoas Park, S.A..

A redução ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de 30.133 milhares de euros é referente à reclassificação da participação na Lagoas Park, S.A., para ativo não corrente detido para venda (Nota 11.1).

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	Ganhos / perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	(9.142)	28.749	(21.759)	(15.977)	(10.750)	(1.000)
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	37.491	22.238	(20.107)	(26.606)	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	1.749	1.828	324	(264)	(1.500)	(3.000)
LAGOAS PARK, S.A.	84	(11)	10	-	-	-
	30.182	52.804	(41.532)	(42.847)	(12.250)	(4.000)

9. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2017	2016
Prestação de serviços	13.232	12.223
Juros e rendimentos similares	482	680
	13.714	12.903

Naquelas datas, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2017	2016
Angola	2.413	2.531
Argélia	154	(48)
Brasil	507	678
Bélgica	23	-
Espanha	200	159
Moçambique	597	672
Portugal	9.338	8.224
Venezuela	-	7
	13.232	12.223

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Sobre o lucro tributável de IRC, a Empresa está ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros encontra-se sujeita a Derrama Estadual, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

A Empresa está igualmente sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos, despesas e custos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto

quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017.

No processo de apuramento do resultado tributável da Empresa, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 (doze) anos para os gerados no período de tributação de 2016 e de 5 (cinco) anos para os gerados de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados à posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2017	2016
Imposto corrente	11.158	8.100
Imposto diferido	(6.581)	(5.119)
	4.577	2.981

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
Resultado líquido do período	(15.359)	7.093
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	22.105	12.161
- A deduzir	(38.083)	(57.934)
Prejuízo fiscal	(31.337)	(38.680)
Outras componentes do imposto:		
- Outros (a)	11.158	8.100
Imposto corrente	11.158	8.100
Imposto Diferido	(6.581)	(5.119)
Alterações nas estimativas (b)	6.042	718
Gastos de impostos	10.619	3.699

a) O montante de 11.158 milhares de euros corresponde ao gasto líquido de financiamento apurado no âmbito do RETGS (Nota 3.2 i)).

b) O montante de 6.042 milhares de euros corresponde à diferença de estimativa do gasto líquido de financiamento apurado no âmbito do RETGS (Nota 3.2 i)).

As diferenças definitivas incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial (Nota 8).

A taxa de imposto efetivo nos períodos findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, era como segue:

	2017	2016
Imposto Corrente	11.158	8.100
Resultado antes de impostos	(4.740)	10.792
Taxa de imposto efetiva	-	75,06%

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	2017			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.224	6.581	(11.805)	-
	5.224	6.581	(11.805)	-

O ajustamento verificado nos prejuízos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2017 é referente à sua utilização no âmbito do RETGS (Nota 3.2 i)).

	Saldo inicial	Constituição	2016		Saldo final
			Reversão	Ajustamento	
Ativos por impostos diferidos:					
Prejuízos fiscais reportáveis	-	8.123	-	(2.899)	5.224
Gastos líquidos de financiamento	3.004	-	(3.004)	-	-
	3.004	8.123	(3.004)	(2.899)	5.224

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição:

11.1. Ativos financeiros:

Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Clientes tinha a seguinte decomposição:

	2017			2016		
	Não Grupo	Grupo	Total	Não Grupo	Grupo	Total
Conta corrente	121	11.508	11.629	132	8.801	8.933
	121	11.508	11.629	132	8.801	8.933

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

	2017	2016
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC (a)		
- Imposto estimado	(1.489)	6.746
- Retenção na fonte	425	1.282
- Pagamentos por conta	1.143	1.274
	79	9.302
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	132
	79	9.434

a) Estes saldos dizem respeito ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades - RETGS (Nota 3.2 i)). O montante individual da Empresa para a rubrica "Imposto estimado" apurado em 2017 é de 4.577 milhares de euros (Nota 10).

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Outros créditos a receber tinha a seguinte decomposição:

	Corrente	
	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Fornecimentos e prestações de serviços realizados e não faturados	8.076	4.718
Juros a receber	46	398
	8.122	5.116
RETGS	6.311	16.244
Adiantamentos a fornecedores	354	-
Outros devedores	19	16.447
	14.806	37.807

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

	2017	2016
Juros a pagar	37	40
	37	40

Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda tinha a seguinte decomposição (Nota 8):

	2017	2016
LAGOAS PARK, S.A. (Nota 8)	30.133	-
	30.133	-

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Outros investimentos financeiros tinha a seguinte decomposição:

	2017	2016
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	6	-
	6	-

11.2. Passivos financeiros:**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	2017			2016		
	Não grupo	Grupo	Total	Não grupo	Grupo	Total
Conta corrente	165	28.251	28.416	391	1.852	2.243
	165	28.251	28.416	391	1.852	2.243

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto sobre o rendimento - Retenções a terceiros	192	162
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	460	-
Segurança social	194	186
Outros	-	6
	846	354

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos:				
Gastos incorridos e não faturados por fornecedores	455	-	935	-
Encargos com pessoal	1.242	-	1.157	-
Distribuição de resultados	945	260	1.182	187
Juros a liquidar	9.017	-	13.971	-
Seguros a liquidar	4	-	13	-
	11.663	260	17.258	187
RETGS	20.510	-	34.728	-
Outros credores	142.647	301.746	85.027	344.246
	174.820	302.006	137.013	344.433

A rubrica outros credores em 31 de dezembro de 2017 inclui o montante de 429.246 milhares de euros referente à aquisição da participação financeira da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo 127.500 milhares de euros passivo corrente e 301.746 milhares de euros não corrente. Adicionalmente inclui o montante de 15.000 milhares de euros referente ao contrato de promessa compra e venda da participação na Lagoas Park, S.A., celebrado entre a Empresa e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (Nota 4).

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas caucionadas	36.340	67.802	109.117	-
Descobertos bancários contratados	19.837	38.808	43.628	-
Empréstimos bancários	1.166	1.217	3.766	2.334
Papel comercial	250	8.850	-	10.700
Partes relacionadas	56.640	-	57.002	-
	114.233	116.677	213.513	13.034

a) Empréstimos bancários

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, S.A., contratado em 27 de novembro de 2017, no montante atual de 50.000 milhares de euros, utilizado em 10.975 milhares de euros pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em 38.975 milhares de euros pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e em 50 milhares de euros pela Empresa. O reembolso será efetuado em 4 prestações de montantes que variam entre 2.000 milhares de euros e 10.000 milhares de euros, sendo a última prestação de 33.000 milhares de euros em 27 de junho de 2019. (*)

Empréstimo junto do Banco do Brasil, S.A., contratado em 22 de janeiro de 2016 e totalmente utilizado pela Empresa no montante atual de 2.333 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 2 prestações anuais, iguais e sucessivas, com termo em 10 de janeiro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Português de Investimento, contratado em 5 de julho de 2016 pela Empresa, pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., totalmente utilizado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., no montante atual de 15.769 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 47 prestações mensais e sucessivas, com termo em 5 de novembro de 2021.

b) Papel comercial

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Haitong Bank, S.A., e do Novo Banco, S.A., em 16 de dezembro de 2005, no montante atual de 42.500 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a Empresa, estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das emissões. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo acrescida de um *spread* de 1,80%, procedendo-se ao reembolso da totalidade na última emissão a 20 de agosto de 2018.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Haitong Bank, S.A., e do Novo Banco, S.A., em 30 de dezembro de 2013, no montante atual de 191.250 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., tendo

como garantes a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Quinta de Cravel – Imobiliária, S.A., e a V8 – Gestão Imobiliária, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa encontra-se sujeito a uma amortização parcial, a ocorrer em 30 de junho de 2018 no montante de 12.550 milhares de euros, procedendo-se ao reembolso do montante remanescente na última emissão a 29 de dezembro de 2018.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A., em 28 de dezembro de 2011, no montante atual de 53.400 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a Lagoas Park, S.A., pelos montantes de 250 milhares de euros, 250 milhares de euros, 250 milhares de euros e 52.650 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa encontra-se em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando prevista a primeira amortização em 30 de março de 2018 no montante de 13.500 milhares de euros e as restantes, semestralmente, com início em 30 junho de 2018, em montantes que variam entre 3.300 milhares de euros e 8.400 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual à taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 2,90%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Finantia, S.A., em 2 de maio de 2014, no montante máximo de 10.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Empresa e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., no montante atual de 2.050 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2017. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa vigora até 2 de maio de 2020, podendo as emissões ter um prazo de 7 a 365 dias. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção correspondente àquela que resultar da colocação direta, nunca inferior à taxa máxima indicada pela emitente.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco BIC Português, S.A., em 18 de novembro de 2014, no montante atual de 5.000 milhares de euros, no qual

tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. O programa encontra-se em vigor até 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter um prazo de um ou seis meses. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de um *spread* de 3,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Novo Banco, S.A., em 28 de dezembro de 2015, no montante atual de 95.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 8.850 milhares de euros, 8.550 milhares de euros e 77.600 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. Os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior à data de cada subscrição, acrescida de um *spread* de 2,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão. O programa encontra-se sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 2.850 milhares de euros em 6 de maio de 2018 e as restantes, semestralmente, em montantes que variam entre 3.350 milhares de euros e 3.400 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão no montante de 75.250 milhares de euros em 27 de dezembro de 2020. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Novo Banco, S.A., em 14 de janeiro de 2016, no montante atual de 34.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. Os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior à data de cada subscrição, acrescida de um *spread* de 1,80% e determinada em função da data de realização de cada leilão. O programa encontra-se sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 2.400 milhares de euros e as restantes, semestralmente, em montantes que variam entre 2.400 milhares de euros e 2.900 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão no montante de 26.300 milhares de euros em 13 de janeiro de 2020.

(*) O impacto do "Acordo Quadro relativo à dívida do Grupo Teixeira Duarte" celebrado em 24 de abril de 2018, determina que relativamente aos contratos de financiamento a seguir identificados contratados com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 67.803 milhares de euros, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante de 38.858 milhares de euros, e com o Novo Banco, S.A., no montante de 8.850 milhares de euros, o seu plano de reembolsos contempla uma carência de 2 anos, sendo a primeira amortização em dezembro de 2019 nos montantes de 434 milhares de euros, 248 milhares de euros, e 57 milhares de euros, respetivamente, e seguindo um plano de reembolso anual de 5.017 milhares de euros, 2.871 e 655 milhares de euros, respetivamente, à exceção da última prestação de 2.148 milhares de euros, 1.287 milhares de euros e 278 milhares de euros.

Banco	Tipo de Financiamento	Montante
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Conta Cauionada	67.803
Banco Comercial Português, S.A.	Descoberto Bancário	38.808
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo Bancário	50
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	8.850

c) Restantes financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017, os restantes financiamentos obtidos referentes a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado. (*)

Os financiamentos obtidos são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2017	2016
Menos de um ano	114.233	213.513
1 a 2 anos	1.906	1.167
2 a 3 anos	8.543	1.167
3 a 4 anos	8.543	9.700
4 a 5 anos	8.543	1.000
Mais de 5 anos	89.142	-

12. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Processos fiscais

Na sequência de inspeções realizadas aos exercícios de 2007 e 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da Teixeira Duarte - Gestão de

Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela Empresa, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	42.088	29.331
2008	36.573	45.938
2009	46.203	24.807
2010	5.123	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Infra apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

a) Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos exercícios de 2007 a 2011.

Após o fecho do exercício de 2017, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do exercício de 2007, foi notificada de Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo, determinando a anulação da liquidação adicional emitida pela AT.

A correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquidação adicional à Empresa, na qualidade de sociedade dominante, daquele exercício, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

b) Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013,

no montante de 5.000 milhares de euros, relativa à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

c) Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo TDF

Na correção ao prejuízo fiscal de 2008 encontra-se incluído o montante de 611 milhares de euros, que respeita, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante, contestou, nos termos da lei, esta correção.

Para além das correções supra descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se da seguinte correção efetuada pela AT à TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.:

Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a Teixeira Duarte Engenharia e Construções, S.A., contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Garantias

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à subsidiária Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de garantir o pagamento em prestações de uma liquidação adicional de IRC do período de 2013 da Empresa, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 582 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa, e relativo a dívida de IRC do período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e relativo a dívida de IRC do período de

2014, que se encontra a ser liquidada no âmbito de um plano prestacional, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 4.038 milhares de euros. Após 31 de dezembro de 2017, o montante destas garantias foi reduzido em função dos pagamentos efetuados por aquela participada.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., em 28 de dezembro de 2011, no montante atual de 53.400 milhares de euros, no qual tomam parte a Empresa, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a Lagoas Park, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados nos lotes 6, 18 e 19, sítos em Lagoas Park - Porto Salvo, propriedade da Lagoas Park, S.A..

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A., e o Novo Banco, S.A., em 12 de agosto de 2016, no montante atual de 35.213 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 13.205 milhares de euros, 9.402 milhares de euros e 12.606 milhares de euros, respetivamente, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., constituiu uma hipoteca de 14 lotes de terreno sítos no Casal do Deserto em Porto Salvo e de um prédio misto situado no sítio do Zemouto no Seixal, a TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A., constituiu hipoteca sobre um prédio urbano sito na Estrada Municipal, número quinhentos e quatro em Troviscas, concelho de Loures e a TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A., constituiu hipoteca sobre três prédios rústicos e um urbano sítos no concelho de Vila Franca de Xira.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco, S.A., em 28 de dezembro de 2015, no montante atual de 95.000 milhares de euros, as garantias TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A., e a Transbrital - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A., constituíram uma hipoteca de 10 parcelas de terreno, juntamente com 14 parcelas de terreno do empreendimento designado Pedregueiras, respetivamente, no valor global de 59.640 milhares de euros e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., deu em garantia o penhor de 1.045.610 ações da Recolte - Servicios y Medio Ambiente, S.A.U., valorizadas em 30.720 milhares de euros.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A., e o Novo Banco, S.A., em 16 de dezembro de 2005, no montante atual de 42.500 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais,

S.A., deram em penhor 4.333.333 e 426.666 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank, S.A., e o Novo Banco, S.A., em 30 de dezembro de 2013, no montante atual de 191.250 milhares de euros, a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. Adicionalmente, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo, no montante de 13.242 milhares de euros, a Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A., constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para construção, números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sítos na Quinta de Cravel - Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.829 milhares de euros, e a V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para construção, números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sítos no Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 26.698 milhares de euros.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco, S.A., em 14 de janeiro de 2016, no montante atual de 34.000 milhares de euros, a Empresa deu em penhor 1.000.000 de ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para reforço das garantias prestadas no âmbito do contrato de locação financeira celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., em 31 de dezembro de 2008, no montante atual de 139.676 milhares de euros, outorgado pela Lagoas Park, S.A., e que possui como garantias a Empresa, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., deu em penhor 9.000.000 ações da Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., em 29 de março de 2016, no montante atual de 10.000 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., constituiu uma hipoteca sobre o lote 13 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 30 de dezembro de 2008, no montante atual de 23.680 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., constituiu uma hipoteca sobre o lote 3 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 29 de fevereiro de 2016, no montante atual de 7.000 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., constituiu uma segunda hipoteca sobre o lote 3 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Cartas conforto

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa tem emitidas cartas conforto prestadas a favor de empresas do grupo, sob a forma de avales bancários, conforme segue:

Empresa	Valor em divisas	Divisa	Valor em milhares de euros
RECOLTE - Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	9.300.000	EUR	9.300
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	18.000.000	EUR	18.000
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	30.000.000	USD	25.015
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	6.282.050.000	AON	33.884
			86.199

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2017	2016
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	29.044	34.357
Outros custos e perdas financeiros	1.631	1.504
	30.675	35.861
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	482	680
	482	680
Resultados financeiros	(30.193)	(35.181)

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número médio de empregados contratado foi 180 e 184, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal eram decompostos da seguinte forma:

	2017	2016
Salários	5.996	6.182
Encargos com remunerações	1.410	1.756
Encargos com órgãos sociais	893	906
Distribuição de resultados	-	132
Outras remunerações	713	679
Indeminizações	541	1.772
Seguros	167	86
Outros gastos com pessoal	53	183
	9.773	11.696

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fornecimentos e serviços externos tinham a seguinte decomposição:

	2017	2016
Serviços especializados	3.577	3.271
Deslocações, estadas e transportes	684	402
Materiais	185	199
Serviços diversos	167	137
Subcontratos	38	-
	4.651	4.009

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2017	2016
Serviços de informática	102	70
Outras prestações de serviços	82	37
	184	107

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2017	2016
Donativos	21	37
Imposto de selo	59	6
Multas	-	1
Quotizações	-	2
Taxas	6	6
Correções relativas a períodos anteriores	165	-
Outros	127	101
	378	153

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios Gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão / mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do gasto da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros daqueles períodos

teriam diminuído (aumentado) em (8.657) / 8.657 milhares de euros e (6.998) / 6.998 milhares de euros, respetivamente.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2017	2016
Saldos:		
Não vencido	4.449	1.339
Até 180 dias	1.010	3.031
De 180 a 360 dias	757	1.458
Mais de 360 dias	5.413	3.105
	11.629	8.933

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

	2017				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	28.416	-	-	-	28.416
Financiamentos obtidos	114.233	1.906	8.543	106.228	230.910
Estado e outros entes públicos	846	-	-	-	846
Outras contas a pagar	174.820	42.560	42.560	216.886	476.826
	318.315	44.466	51.103	323.114	736.998

	2016				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	2.243	-	-	-	2.243
Financiamentos obtidos	213.513	1.167	1.167	10.700	226.547
Estado e outros entes públicos	354	-	-	-	354
Outras contas a pagar	137.013	42.627	42.560	259.246	481.446
	353.123	43.794	43.727	269.946	710.590

19. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2017 a Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detinha diretamente, 202.432.500 ações representativas do capital da Empresa, correspondente a 48,20% do respetivo capital social.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Outras reservas

As outras reservas são compostas por resultados não distribuídos e redução de capital.

Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de maio de 2017, foram aprovadas as contas do período de 2016 e foi decidido que o Resultado líquido apurado no montante de 7.092.173,40€ (sete milhões, noventa e dois mil, cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos), tivesse a seguinte aplicação:

	Valor em euros
Dividendos	840.000,00
Reservas legais	5.500.000,00
Reservas livres	752.173,40
	7.092.173,40

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. A sua participada a 100% “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” foi selecionada pela “IMO HEALTH – Investimentos Imobiliários, S.A.” – entidade do Grupo José de Mello Saúde – para a execução da empreitada de construção da obra de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa. O prazo previsto para a execução da obra é de 16 meses e o valor total da empreitada é estimado em 52,3 milhões de euros.

O contrato de empreitada assinado no dia 13 de fevereiro de 2018, envolve a execução da estrutura, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do novo Hospital CUF Tejo, que contará com seis pisos acima do solo e quatro pisos enterrados. Uma área bruta de construção de cerca de 73.000m² que compreenderá áreas destinadas a estacionamento nos pisos -4 a -2 e centros de especialidade e serviços nos restantes pisos.

A participação da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” neste projeto de grande dimensão começou em 2016 com a fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0. O valor global de ambas as empreitadas totalizará 65,4 milhões de euros.

2. Um consórcio liderado pela sua participada a 100% “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, recebeu, no dia 1 de março de 2018, da “Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A.” – empresa do Grupo Vinci Airports –, o contrato e a respetiva ordem de serviço para a execução do “Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do Aeroporto de Salvador, em regime de empreitada integral, na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) turn-key por preço global”, com vista à execução e reforma e expansão do Aeroporto de Salvador, que inclui a execução de projeto executivo, a construção de um novo terminal e respetivas pontes de embarque, construção de edifício de ligação do novo terminal ao terminal existente e remodelação do terminal existente e a melhoria ao nível das pistas de pouso e descolagem e taxiways.

O prazo previsto para execução da obra é de 20 meses e o valor total da empreitada ascende a cerca de R\$ 600 milhões de reais, correspondentes a 149,6 milhões de euros.

A “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” é líder do referido consórcio, no qual tem uma participação de 32,99%.

3. Embora pela sua dimensão não tenham sido divulgados ao mercado como “Informação Privilegiada”, entendeu-se adequado inserir aqui neste âmbito, até porque também foram referenciados no texto deste relatório em cima, os seguintes factos relevantes no âmbito da atuação na área das Infraestruturas, no Brasil:

a. Um consórcio integrado pela sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”, recebeu, no dia 13 de março de 2018, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o contrato para “Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de artes especiais, na rodovia BR-116/BA, Lote 06”, a serem desenvolvidos entre o km 387,41 e o km 427,75, totalizando 40,34 km de extensão.

O prazo previsto para execução da obra é de 1350 dias e o valor da empreitada é de 297 milhões de reais, correspondentes a 74 milhões de euros, dos quais a “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” tem uma participação de 45%, ou seja, o equivalente a 33,3 milhões de euros.

b. A sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” assinou, no dia 26 de março de 2018, com a empresa “VALE S.A.”, o contrato de “Empreitada total para a execução de obras civis para alteamento do maciço da Barragem Itabiruçu até elevação 850 metros, no município de Itabira/MG, com fornecimento de materiais”.

O valor da empreitada é de R\$ 109 milhões de reais, correspondentes a 26,6 milhões de euros, dividido em duas Ordens de Serviço, a primeira no valor de 13,5 milhões de reais, correspondentes a 3,3 milhões de euros e prazo de 170 dias, e a segunda, no valor de R\$ 95,5 milhões de reais, correspondentes a 23,3 milhões de euros e prazo de 514 dias.

4. A sua participada a 100% “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” celebrou no dia 9 de abril de 2018 um contrato com subsidiárias de um fundo de investimento gerido pela sociedade gestora “3i Investments plc” para alienação de 90% do capital social da “TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.” (TDHOSP).

A transmissão tem como condição suspensiva, para além da obtenção do consentimento da própria TDHOSP, a obtenção de autorização por parte do estado português, enquanto entidade

concedente, e das entidades financiadoras da concessão, o que se estima que ocorra até 30 de julho de 2018.

O preço global definido para a operação, incluindo a transmissão das ações e dos direitos de crédito existentes sobre a TDHOSP, é de cerca de 19,4 milhões de euros, sendo que a mesma terá um impacto nas contas da “Teixeira Duarte, S.A.” de 2018 nos capitais próprios de cerca de 19 milhões de euros, permitindo uma redução do passivo do Grupo em cerca de 75 milhões de euros.

5. Nos primeiros três meses de 2018 o kwanza sofreu uma desvalorização de 43% face ao euro, o que corresponde a um impacto significativo nos capitais próprios da Empresa a serem reconhecidos através do Método da equivalência patrimonial, pelo efeito que tal desvalorização tem nas demonstrações financeiras de subsidiárias angolanas da Empresa. Contudo e embora os ativos de exploração, nessas subsidiárias, estejam registados contabilisticamente ao custo amortizado em Kwanzas, estes mesmos ativos são “dolarizados” pelo mercado, pelo que se entende que tal desvalorização não reflete uma efetiva redução do valor daqueles ativos.

Realçamos ainda o facto de o Grupo ter em curso em 2018 um plano de alienações de um conjunto de ativos, que foram reclassificados para “ativos e passivos detidos para venda”, que, aquando das respetivas alienações terão impacto relevante, nomeadamente na melhoria da autonomia financeira, mitigando também por esta via aquele efeito.

Por último e ainda a propósito da desvalorização do Kwanza, refira-se que se estima um efeito benéfico na convertibilidade do kwanza, pelo que se prevê que tal situação contribua positivamente para as operações do Grupo em Angola.

6. Conforme referido no Relatório de Gestão, o Grupo Teixeira Duarte concluiu um Acordo Quadro com o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco, que estabelece os termos em que se irá proceder à redução significativa do endividamento do Grupo. O referido acordo não teve qualquer reflexo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas teve efeito na sua apresentação, em consequência do alongamento das maturidades da dívida financeira.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2017

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2017

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

	Notas	2017	2016
Ativos não correntes:			
Goodwill	19	12.316	14.295
Ativos intangíveis	20	77.509	38.954
Ativos fixos tangíveis	21	406.577	495.787
Propriedades de investimento	22	217.647	547.067
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	20.296	17.504
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	1.841	8.318
Outros investimentos	26	27.413	54.125
Ativos por impostos diferidos	27	155.032	198.187
Clientes	28	39.784	43.137
Outros devedores	28	10.985	-
Outros ativos não correntes	31	5.626	653
Total de ativos não correntes		975.026	1.418.027
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	241.057	251.442
Clientes	28	260.407	416.509
Outros devedores	28	42.805	54.652
Caixa e equivalentes a caixa	30	154.265	180.908
Outros ativos correntes	31	165.819	179.657
		864.353	1.083.168
Ativos detidos para venda	24	454.980	38.777
Total de ativos correntes		1.319.333	1.121.945
TOTAL DO ATIVO	7	2.294.359	2.539.972
Capital próprio:			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos		215	849
Ajustamentos de conversão cambial		(67.455)	(34.826)
Reservas e resultados transitados	34	229.456	199.599
Resultado líquido consolidado	17	(4.650)	20.147
Capital próprio atribuível a acionistas		367.566	395.769
Interesses não controlados	35	41.277	49.041
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		408.843	444.810
Passivos não correntes:			
Empréstimos	36	708.718	664.094
Provisões	37	35.797	43.500
Locações financeiras	39	4.768	154.304
Passivos por impostos diferidos	27	35.043	73.340
Outros credores	38	-	68
Outros passivos não correntes	40	32.161	66.530
Total de passivos não correntes		816.487	1.001.836
Passivos correntes:			
Empréstimos	36	299.560	649.913
Fornecedores	38	155.625	121.371
Locações financeiras	39	3.879	20.807
Outros credores	38	28.186	33.096
Outros passivos correntes	40	231.903	243.777
		719.153	1.068.964
Passivos detidos para venda	24	349.876	24.362
Total de passivos correntes		1.069.029	1.093.326
TOTAL DO PASSIVO	7	1.885.516	2.095.162
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.294.359	2.539.972

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

	Notas	2017	2016
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.035.638	1.115.373
Outros proveitos operacionais	8	64.361	114.816
Total de proveitos operacionais	8	1.099.999	1.230.189
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(303.637)	(338.842)
Variação da produção	10	4.373	3.570
Fornecimentos e serviços externos	11	(316.526)	(313.306)
Custos com o pessoal	12	(239.984)	(243.610)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(56.223)	(69.458)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 37	8.614	(5.616)
Outros custos operacionais	14	(62.871)	(72.103)
Total de custos operacionais		(966.254)	(1.039.365)
Resultados operacionais	7	133.745	190.824
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(170.416)	(295.643)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	65.765	179.020
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	2.217	8.570
Outros	7 e 15	(9)	(18.846)
Resultados financeiros		(102.443)	(126.899)
Resultados antes de impostos	7	31.302	63.925
Imposto sobre o rendimento	16	(34.534)	(30.411)
Resultado líquido consolidado do exercício		(3.232)	33.514
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	17	(4.650)	20.147
Interesses não controlados	35	1.418	13.367
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	(0,01)	0,05
Diluído (euros)	17	(0,01)	0,05

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DOS OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

	Notas	2017	2016
Resultado líquido consolidado do exercício		(3.232)	33.514
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Alienação de interesses não controlados	35	(7.207)	-
Outras variações de capital		7.591	1.380
		384	1.380
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	47	(35.140)	(98.857)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(634)	(7.477)
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	41	3.495	(287)
		(32.279)	(106.621)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(31.895)	(105.241)
Rendimento integral do exercício		(35.127)	(71.727)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		(27.363)	(70.478)
Interesses não controlados		(7.764)	(1.249)

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados				Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	33	210.000	8.326	48.126	31.500	176.163	(11.698)	(28.143)	33.653	467.927	50.290	518.217
Rendimento integral do exercício:												
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	20.147	20.147	13.367	33.514
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	-	(82.952)	-	-	-	-	-	(82.952)	(15.905)	(98.857)
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	(287)	-	-	(287)	-	(287)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	(7.477)	-	-	-	-	-	-	(7.477)	-	(7.477)
Outros		-	-	-	-	-	-	91	-	91	1.289	1.380
Operações com detentores de capital no exercício:												
Aplicação do resultado consolidado de 2015:												
Transferência para reserva legal, livres e resultados transitados		-	-	-	5.000	18.298	-	8.675	(31.973)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	(1.680)	(1.680)	-	(1.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		210.000	849	(34.826)	36.500	194.461	(11.985)	(19.377)	20.147	395.769	49.041	444.810
Saldo em 1 de janeiro de 2017	33	210.000	849	(34.826)	36.500	194.461	(11.985)	(19.377)	20.147	395.769	49.041	444.810
Rendimento integral do exercício:												
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(4.650)	(4.650)	1.418	(3.232)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	-	(32.629)	-	-	-	-	-	(32.629)	(2.511)	(35.140)
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	3.495	-	-	3.495	-	3.495
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	(634)	-	-	-	-	-	-	(634)	-	(634)
Alienação de interesses não controlados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.207)	(7.207)
Outros		-	-	-	-	-	-	7.055	-	7.055	536	7.591
Operações com detentores de capital no exercício:												
Aplicação do resultado consolidado de 2016:												
Transferência para reserva legal, livres e resultados transitados		-	-	-	5.500	752	-	13.055	(19.307)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	(840)	(840)	-	(840)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		210.000	215	(67.455)	42.000	195.213	(8.490)	733	(4.650)	367.566	41.277	408.843

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

	Notas	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.036.937	1.017.409
Pagamentos a fornecedores		(575.589)	(612.989)
Pagamentos ao pessoal		(232.972)	(251.941)
Fluxo gerado pelas operações		228.376	152.479
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(35.262)	(39.255)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(11.446)	13.507
Fluxos das atividades operacionais (1)		181.668	126.731
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	28.817	25.771
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		5.451	20.248
Ativos intangíveis		1	24
Juros e proveitos similares		10.608	15.820
Dividendos	30	2.728	1.652
		47.605	63.515
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(440)	(548)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(25.168)	(62.484)
Ativos intangíveis		(2.383)	(3.467)
		(27.991)	(66.499)
Fluxos das atividades de investimento (2)		19.614	(2.984)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.010.598	1.849.651
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.150.776)	(1.919.616)
Juros e custos similares		(65.962)	(81.843)
Dividendos	18	(840)	(1.680)
		(2.217.578)	(2.003.139)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(206.980)	(153.488)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(5.698)	(29.741)
Efeito das diferenças de câmbio		(8.338)	(41.569)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro (Nota 5)		(111)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	180.908	252.693
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	24	(12.496)	(475)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	154.265	180.908

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Destaca-se o facto de dentro do Grupo Teixeira Duarte se ter reposicionado uma das sociedades detidas a 100% (a "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.") do setor das "Concessões e Serviços" para o setor "Imobiliário", sendo que neste documento, as notas 2016 foram – apenas em relação a estes dois setores – reexpressados para permitir o adequado nível de comparabilidade.

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 2.9.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos por perdas não realizadas	01-jan-17	Esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos diferidos resultantes de perdas não realizadas.
Emenda à IAS 7 – Divulgações	01-jan-17	Esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 – Locações	01-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	01-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas em 2017, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Em resultado da aplicação das normas acima referidas não se estima que das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 17 - Contratos de Seguros	01-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transações de pagamentos em ações	01-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	01-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-jan-18 com exceção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou <i>joint ventures</i> detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	01-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contemple apenas pagamentos de capital e juros.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	01-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos	01-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	01-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 – Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto *goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o *goodwill* é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento,

o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3 - Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da

subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 - Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre

esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos

substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o

valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e *goodwill*” do exercício em que a reversão ocorre. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica “Variação no justo valor de propriedades de investimento”, incluída em “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”, consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial” (Nota 47).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial” (Nota 47).

2.10 - Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um

período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que afetam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente

mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica “Outros custos operacionais”. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como se segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado, são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de “Outros investimentos”.

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica “Outros investimentos” e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento - Outros”.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica “Outros passivos / ativos correntes” ou “Outros passivos / ativos não correntes”, consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IFRS 9”), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em “Reserva de operações de cobertura” na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva.

Os valores registados em “Reserva de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na “IFRS 9”.

2.17 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos.

Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira.

Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

2.18 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.19 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações

financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20 - Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes

são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.21 – Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos

originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irre recuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23 – Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 49).

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	67,74%
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Açores), Unipessoal, Lda.	Zona Industrial Chã do Rego d'Água, Lote 39 Cabouco, Ilha de São Miguel - Açores	100,00%
TDAP - Atividades Portuárias, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS PARK, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS – Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL – Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL II – Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
AUTOMÓVEL		
SMOTORS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TEDAL III – Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV – Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
OUTRAS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
Tedal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
DISTRIBUIÇÃO		
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OCC – Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Auto Competição Angola, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Comércio de Automóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%
OUTRAS		
Investipart – Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Roeute Ben Aknoun, Rés de Chanssée El Biar - Alger	99,94%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Paraiba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar conjuntos 602, 604, 606, 608 e 610 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	67,74%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraiba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraiba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Paraiba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI <i>FACILITIES</i> E MANUTENCAO DE INSTALACOES LTDA.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar Conjunto 602, sala 18 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TDSP – Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP – Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP – Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar Conjunto 1401, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – 16 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – 17 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TDD – Distribuição Brasil, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201 Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, 2, Egkomi, 2413 Nicósia	100,00%
ESPANHA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS		
AUTOMÓVEL		
GND Trading ME FZE	Office Number FZLOA1503, Jafza One Jebel Ali Free Zone, Dubai	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road Union, NJ 07083	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 300, Dallas Texas 75244	100,00%
GIBRALTAR		
DISTRIBUIÇÃO		
Teixeira Duarte Internacional, LTD	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
PERÚ		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anonima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773 Lima	100,00%
RÚSSIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company	Tri Rutchia Murmansk	70,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consortio Boyacá – La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira Caracas	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, verificaram-se as seguintes alterações face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2016.

Saídas:

Energia

- ACG – Distribuição e Comércio de Gás, S.A.;
- DIGAL – Distribuição e Comércio, S.A.;
- MULTIGÁS – Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.;
- PPS – Produtos Petrolíferos, S.A.;
- TANQUIGÁS – Distribuição e Comércio de Gás, S.A.;
- TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

Estas empresas do setor da Energia estavam classificadas em “Ativos e passivos detidos para venda” em 31 de dezembro de 2016 e foram alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Concessões e Serviços

- RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.;
- RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A..

As empresas “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.” e “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.” que operam no setor das Concessões e Serviços – área do Ambiente – em Portugal, foram alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tendo gerado os seguintes efeitos:

Ativo	
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	1.337
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	57
Clientes	2.810
Outros devedores	141
Caixa e equivalentes a caixa	111
Outros ativos	939
Total ativos detidos para venda	5.395
Passivo:	
Empréstimos	5
Provisões	243
Locações financeiras	895
Fornecedores	1.531
Outros credores	85
Outros passivos	1.769
Total passivos detidos para venda	4.528
Total líquido	867
Valor de venda (Nota 30)	1.150
Mais valia (Nota 8)	283

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram dissolvidas as seguintes empresas:

- BETANGOLA – Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.;
- MARINERTES, S.A..

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as seguintes entidades foram fusionadas na TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Angola), Lda.:

- ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, S.A.;
- IMOAFRO – Empreendimentos Imobiliários, Lda..

Importa referir as seguintes constituições durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Construção

- TEIXEIRA DUARTE PERU – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anonima Cerrada;
- TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC.

Concessões e Serviços:

- DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal Lda.;
- TDAP - Atividades Portuárias, S.A.;
- TDGI Facilities e Manutenção de Instalações, LTDA (Brasil).

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2017	2016	Var	2017	2016	Var
Dólar Americano	1,1993	1,0541	13,8%	1,1307	1,1021	2,6%
Pataca Macaense	9,6532	8,4204	14,6%	9,0741	8,8096	3,0%
Metical Moçambicano	70,5700	74,5400	(5,3%)	71,7446	68,2439	5,1%
Bolívar Venezuelano	4.011,6585	710,2122	464,9%	2.353,2600	538,3002	337,2%
Kwanza Angolano	185,4000	184,4750	0,5%	184,8361	179,6710	2,9%
Dinar Argelino	137,6194	116,3682	18,3%	125,5197	120,4747	4,2%
Dirham dos Emirados	4,4056	3,8716	13,8%	4,1538	4,0478	2,6%
Dirham Marroquino	11,2168	10,6755	5,1%	10,9528	10,8292	1,1%
Real Brasileiro	3,9729	3,4305	15,8%	3,6271	3,8571	(6,0%)
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	69,3920	64,3000	7,9%	66,0350	73,8756	(10,6%)
Dinar Tunisino	2,9464	2,4265	21,4%	2,7141	2,3674	14,6%
Rand Africa do Sul	14,8054	14,4570	2,4%	15,0168	16,1923	(7,3%)
Novo Sol Peruano	3,8846	3,5350	9,9%	3,6876	3,7244	(1,0%)
Peso Colombiano	3.579,3100	3.164,4100	13,1%	3.358,9723	3.357,0377	0,1%

7 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e Serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2017			2016			2017	2016
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (Nota 32)	522.551	16.844	539.395	506.017	25.070	531.087	30.377	19.601
Concessões e serviços (*)	96.298	12.519	108.817	110.390	25.423	135.813	4.510	13.923
Imobiliária (*)	96.593	9.000	105.593	101.514	11.842	113.356	56.516	101.581
Hotelaria	48.246	13.460	61.706	51.084	15.309	66.393	6.283	1.499
Distribuição	205.014	2.083	207.097	243.065	1.497	244.562	16.820	33.849
Energia	-	-	-	16.837	28	16.865	-	(2.852)
Automóvel	66.936	5.176	72.112	86.466	4.096	90.562	24.642	30.850
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(5.404)	(7.407)
Eliminações	-	(59.082)	(59.082)	-	(83.265)	(83.265)	1	(220)
	1.035.638	-	1.035.638	1.115.373	-	1.115.373	133.745	190.824
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(170.416)	(295.643)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							65.765	179.020
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							2.208	(10.276)
Resultados antes de impostos							31.302	63.925

(*) - Valores de 2016 reexpressados conforme explicação na nota introdutória.

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

As políticas contábilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispendios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Construção	10.109	40.492	31.329	39.091	(8.778)	2.407
Concessões e serviços (*)	40.003	3.475	3.429	3.724	(4)	102
Imobiliária (*)	7.135	11.503	6.307	5.173	-	350
Hotelaria	2.392	1.034	5.032	7.673	(18)	19
Distribuição	4.466	4.547	8.341	9.385	-	-
Energia	-	374	-	2.535	-	4.342
Automóvel	571	1.943	1.690	1.822	186	-
Não afetos a segmentos	398	467	95	55	-	(1.604)
	65.074	63.835	56.223	69.458	(8.614)	5.616

(*) - Valores de 2016 reexpressados conforme explicação na nota introdutória.

O dispêndio de capital fixo das Concessões e Serviços é composto essencialmente pela concessão da “Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto De La Guaira”, por um período de 20 anos, para a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do referido terminal, no montante de 37.757 milhares de euros.

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são como segue:

Segmento	Ativos								Passivos	
	2017				2016				2017	2016
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total		
Construção	2.608	-	2.108.165	2.110.773	1.269	-	2.216.175	2.217.444	1.144.961	1.140.467
Concessões e serviços (*)	3.113	1.198	180.440	184.751	2.656	-	160.479	163.135	76.178	83.016
Imobiliária (*)	603	-	1.649.480	1.650.083	684	5.787	1.727.660	1.734.131	851.358	922.579
Hotelaria	-	-	325.204	325.204	-	-	362.654	362.654	188.406	190.852
Distribuição	-	-	227.792	227.792	-	-	226.598	226.598	158.834	147.919
Energia	-	-	-	-	-	-	38.777	38.777	-	24.362
Automóvel	24	-	167.031	167.055	24	-	148.213	148.237	72.478	58.596
Não afetos a segmentos	13.948	643	901.828	916.419	12.871	2.531	948.363	963.765	759.545	717.024
Eliminações	-	-	(3.287.718)	(3.287.718)	-	-	(3.314.769)	(3.314.769)	(1.366.244)	(1.189.653)
	20.296	1.841	2.272.222	2.294.359	17.504	8.318	2.514.150	2.539.972	1.885.516	2.095.162

(*) - Valores de 2016 reexpressados conforme explicação na nota introdutória.

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2017	2016	2017	2016
Portugal	189.999	181.543	215.002	553.458
Angola	398.589	452.518	416.628	438.796
Argélia	91.463	100.110	22.862	32.995
Brasil	235.902	152.856	21.264	30.297
Espanha	30.297	31.953	16.372	17.855
Moçambique	61.035	128.952	19.840	21.702
Venezuela	15.984	52.080	65	362
Outros	12.369	15.361	2.016	638
	1.035.638	1.115.373	714.049	1.096.103

Os ativos não correntes não monetários, incluem *goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2017	2016
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	575.221	748.564
Prestações de serviços	460.417	366.809
	1.035.638	1.115.373
Outros proveitos operacionais:		
Varição justo valor de propriedades de investimento (Nota 22) a)	23.816	69.529
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	13.193	6.498
Proveitos suplementares	6.841	13.748
Alienação de ativos b)	5.425	9.644
Trabalhos para a própria empresa c)	2.235	2.708
Correções a exercícios anteriores	895	388
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	257	456
Restituição de impostos	204	264
Ganhos em inventários	84	215
Outros proveitos operacionais d)	11.411	11.366
	64.361	114.816
	1.099.999	1.230.189

a) A valorização do justo valor das propriedades de investimento resulta essencialmente da reclassificação do edifício 1 do “Lagoas Park” de “Ativo Fixo Tangível” (valorizado ao custo amortizado) para “Propriedade de Investimento” (valorizado ao justo valor de mercado).

b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis em 3.829 milhares de euros (9.644 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo alienou o setor da Energia por 7.820 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 612 milhares de euros (Nota 24), empresas que faziam parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2016 e que estavam classificadas como “Ativos e passivos detidos para venda”.

De referir ainda, a alienação da “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.” e da “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.” por 1.150 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 283 milhares de euros (Nota 5), empresas que faziam parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2016 e a dissolução da BETANGOLA – Betões

e Pré-Fabricados de Angola, Lda., tendo registado ganhos de 701 milhares de euros.

c) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a custos associados à construção de imóveis.

d) Os “Outros proveitos operacionais” estão influenciados por ajustamento para menos de 3.026 milhares de euros de valor de aquisição de imóvel em resultado de redução da área de construção prevista.

9 – CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.949	129.544	148.493
Ajustamentos de conversão cambial	(2.856)	(9.712)	(12.568)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(7)	(1.992)	(1.999)
Regularizações	(61)	3.227	3.166
Compras	99.105	185.877	284.982
Custo do exercício	(101.400)	(237.442)	(338.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.730	69.502	83.232
Ajustamentos de conversão cambial	(1.256)	(258)	(1.514)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(565)	(565)
Regularizações	(79)	(664)	(743)
Compras	99.764	207.237	307.001
Custo do exercício	(98.706)	(204.931)	(303.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.453	70.321	83.774
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	252	4.216	4.468
Ajustamentos de conversão cambial	(79)	(546)	(625)
Reforços (Nota 14)	428	1.660	2.088
Reduções (Nota 8)	-	(456)	(456)
Regularizações	-	(620)	(620)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	601	3.804	4.405
Ajustamentos de conversão cambial	(8)	(15)	(23)
Reforços (Nota 14)	207	1.297	1.504
Reduções (Nota 8)	-	(254)	(254)
Regularizações	(12)	(25)	(37)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(366)	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	788	4.441	5.229
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	13.129	65.698	78.827
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	12.665	65.880	78.545

10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermediários	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	124.887	5.106	129.993
Ajustamentos de conversão cambial	11.455	-	11.455
Regularizações	27.560	155	27.715
Variação da produção	4.057	(487)	3.570
Saldo em 31 de dezembro de 2016	167.959	4.774	172.733
Ajustamentos de conversão cambial	(11.026)	-	(11.026)
Regularizações	(3.107)	(244)	(3.351)
Variação da produção	(5.017)	9.390	4.373
Saldo em 31 de dezembro de 2017	148.809	13.920	162.729
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	13	-	13
Reforços (Nota 14)	105	-	105
Saldo em 31 de dezembro de 2016	118	-	118
Ajustamentos de conversão cambial	9	-	9
Reforços (Nota 14)	93	-	93
Reduções (Nota 8)	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	217	-	217
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	167.841	4.774	172.615
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	148.592	13.920	162.512

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	12.665	13.129
Mercadorias	65.880	65.698
Produtos e trabalhos em curso	148.592	167.841
Produtos acabados e intermediários	13.920	4.774
	241.057	251.442

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2017	2016
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	39.158	37.896
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	16.336	17.827
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	16.242	16.066
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	11.814	6.055
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	8.295	7.642
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.514	12.739
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.800	7.739
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.389	4.155
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	5.809	6.056
TDRE Hood, LLC	4.383	4.353
TDRE LEE Park, LLC	3.971	4.170
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.577	4.004
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.156	3.183
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.080	4.652
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.027	2.263
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.719	6.636
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.583	1.809
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.440	4.552
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.433	12.155
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	930	1.066
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	85	1.115
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	602
Outros	851	1.106
	148.592	167.841

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sítios na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sítios no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sítio na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 46, 52, 76, 80, 94 e 96; Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia (Nota 42).

A Imopedrouços – Sociedade Imobiliária, S.A. deu em garantia a hipoteca dos imóveis, prédios urbanos, sítios na Rua de Pedrouços, freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 2408, 2285 654, 2369 e 2368 (Nota 42).

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2017	2016
Subcontratos	142.331	144.346
Trabalhos especializados	30.607	31.934
Conservação e reparação	22.583	15.524
Rendas e alugueres	22.062	28.314
Combustíveis	9.357	9.104
Transporte de mercadorias	7.577	7.810
Eleticidade	6.220	5.986
Deslocações e estadas	5.362	4.996
Vigilância e segurança	4.703	4.276
Transporte de pessoal	3.351	3.672
Publicidade	3.322	2.290
Honorários	3.132	3.191
Outros	55.919	51.863
	316.526	313.306

12 – CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2017	2016
Construção	5.125	5.320
Concessões e serviços	2.021	2.216
Imobiliária	176	109
Hotelaria	1.096	1.184
Distribuição	1.417	1.460
Energia	17	107
Automóvel	504	654
Não afetos a segmentos	204	221
	10.560	11.271

A rubrica de “custos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, tem a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações normais	113.792	118.705
Outras remunerações	64.584	64.105
Encargos com remunerações	31.427	31.689
Seguros	3.516	2.344
Benefícios de reforma	8	9
Outros custos com o pessoal	26.657	26.758
	239.984	243.610

13 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram reconhecidos custos de 172 milhares de euros e 246 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentam as seguintes maturidades:

	2017	2016
2017	-	113
2018	83	48
2019	6	4
2020	3	-
2021	1	-
	93	165

14 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como se segue:

	2017	2016
Impostos	20.246	26.226
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	16.014	20.244
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	7.777	8.318
Diferenças de câmbio operacionais	2.204	-
Perdas incorridas na alienação de ativos a)	1.693	1.238
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	1.597	2.193
Dívidas incobráveis	664	109
Perdas em inventários	277	536
Outros custos operacionais	12.399	13.239
	62.871	72.103

a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 1.641 milhares de euros (1.238 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 21).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo procedeu à dissolução da MARINERTES, S.A., tendo registado perdas de 52 milhares de euros.

15 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram os seguintes:

	2017	2016
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(65.886)	(83.488)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(68.554)	(200.695)
Outros custos e perdas financeiros	(35.976)	(11.460)
	(170.416)	(295.643)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	10.087	16.881
Diferenças de câmbio favoráveis	53.191	159.483
Descontos de pronto pagamento obtidos	5	50
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.482	2.606
	65.765	179.020
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos a)	2.217	8.570
Dividendos b)	2.728	1.652
Outros investimentos c)	(2.529)	1.048
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda d)	(208)	(21.546)
	2.208	(10.276)
Resultados financeiros	(102.443)	(126.899)

a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de 2.217 milhares de euros (8.570 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 23).

b) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Outros investimentos".

c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados mais e menos valias na alienação de Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo no montante de (1.814) milhares de euros (1.048 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016).

De referir ainda, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registou uma imparidade na participação "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A." no montante de 715 milhares de euros.

d) Os valores apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

2017					
Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Menos Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 1.000.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.071	264	-	(807)	264
	1.071	264	-	(807)	264

2016					
Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Menos Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 530.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.944	563	-	(1.381)	563
	1.944	563	-	(1.381)	563

Perda por imparidade de “Ativos financeiros disponíveis para venda”:

Descrição	Imparidade do ano 2017		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(5.406)	-	(5.406)
	(5.406)	-	(5.406)

Descrição	Imparidade do ano 2016		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(20.165)	-	(20.165)
	(20.165)	-	(20.165)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo alienou direitos de subscrição do “Banco Comercial Português, S.A.” no montante de 6.005 milhares de euros (Nota 30).

As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 198 milhares de euros (122 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016).

Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 3,9% em 31 de dezembro de 2017 (5,9% em 31 de dezembro de 2016).

16 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A “TD, SA” é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente,

tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A “TD, S.A.” e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas e encargos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2017, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *a posteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2017.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são como se segue:

	2017	2016
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(31.522)	(17.638)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(23.130)	(22.701)
Imposto corrente	(54.652)	(40.339)
Imposto diferido (Nota 27):	20.118	9.928
	(34.534)	(30.411)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (1.009) milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (83 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2017		2016	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		31.302		63.925
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(21,0%)	(6.573)	(21,0%)	(13.424)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(78,1%)	(24.447)	(41,5%)	(26.514)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	1,5%	466	2,9%	1.885
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	6,4%	1.995	2,3%	1.490
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	28,7%	8.984	15,9%	10.176
Custos não aceites fiscalmente	(42,3%)	(13.248)	(11,8%)	(7.560)
Tributação autónoma	(3,4%)	(1.066)	(1,0%)	(668)
Derrama	(2,6%)	(818)	(1,5%)	(988)
Diferenças nas estimativas	(36,7%)	(11.488)	(6,3%)	(4.009)
Outras componentes do imposto	(27,0%)	(8.457)	(1,1%)	(727)
Imposto diferido do ano	64,3%	20.118	15,5%	9.928
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(110,3%)	(34.535)	(47,6%)	(30.411)

17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2017	2016
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(4.650)	20.147
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	(0,01)	0,05

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram liquidados dividendos de 1.680 milhares de euros, referente ao exercício de 2015.

18 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de maio de 2017 foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de 840 milhares de euros que corresponde a 0,002 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2016, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2017.

19 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2017	2016
Ativo bruto:		
Saldo inicial	29.550	37.210
Ajustamentos de conversão cambial	-	(52)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(1.979)	(7.608)
Saldo final	27.571	29.550
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	12.316	14.295

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2017	2016
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	209	209
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Ativo Detido para Venda	-	1.979
		12.316	14.295

Os *goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco

anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

	2017			2016		
	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Participada						
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	6,1%	1,25%	12.107	8,4%	2,00%
Auto Competição Angola, Lda.	209	14,3%	1,50%	209	14,3%	1,50%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	-	-	-	1.979	5,7%	2,00%
	12.316			14.295		

20 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.573	171	2.506	41.250
Ajustamentos de conversão cambial	(5.888)	(31)	643	(5.276)
Adições	3.328	-	139	3.467
Transferências e abates	9.934	-	25	9.959
Alienações	(33)	-	-	(33)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(621)	-	-	(621)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.293	140	3.313	48.746
Alteração de perímetro (Nota 5)	(47)	-	-	(47)
Ajustamentos de conversão cambial	(243)	2	(449)	(690)
Adições	40.068	-	72	40.140
Transferências e abates	3.697	(53)	-	3.644
Alienações	(21)	-	-	(21)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(25)	-	-	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.722	89	2.936	91.747
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.817	171	-	7.988
Ajustamentos de conversão cambial	(409)	(31)	-	(440)
Transferências e abates	909	-	-	909
Reforços	1.783	-	-	1.783
Alienações	(9)	-	-	(9)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(439)	-	-	(439)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.652	140	-	9.792
Alteração de perímetro (Nota 5)	(47)	-	-	(47)
Ajustamentos de conversão cambial	(82)	2	-	(80)
Transferências e abates	1.094	(53)	-	1.041
Reforços	3.577	-	-	3.577
Alienações	(20)	-	-	(20)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(25)	-	-	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.149	89	-	14.238
Valor líquido:				
Em 31 de dezembro de 2016	35.641	-	3.313	38.954
Em 31 de dezembro de 2017	74.573	-	2.936	77.509

Em 31 de dezembro de 2017, as adições devem-se essencialmente à concessão da “Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto De La Guaira”, por um período de 20 anos, para a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do referido terminal, no montante de 37.757 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Propriedade industrial” apresenta o montante de 66.833 milhares de euros, referente a direitos de superfície (34.151 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016).

21 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.448	565.696	416.283	85.066	45.364	42.567	11.724	41.632	168	1.232.948
Ajustamentos de conversão cambial	193	(67.161)	4.568	883	(1.581)	(4.426)	(973)	(8.956)	(92)	(77.545)
Adições	11	10.247	29.605	5.768	3.618	663	1.386	8.104	-	59.402
Transferências e abates	8.980	(4.354)	(21.737)	(1.712)	(5.118)	(1.593)	(286)	(25.719)	-	(51.539)
Alienações	-	(4.083)	(14.594)	(3.771)	(532)	(110)	(11)	-	(76)	(23.177)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(2.304)	(17.028)	(25.375)	(634)	(95)	(875)	(1.046)	-	-	(47.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.328	483.317	388.750	85.600	41.656	36.226	10.794	15.061	-	1.092.732
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	(77)	(7.898)	(2.187)	(265)	(233)	(292)	-	-	(10.952)
Ajustamentos de conversão cambial	(328)	3.752	(9.045)	(1.980)	(624)	(163)	(29)	(51)	-	(8.468)
Adições	-	5.576	7.308	2.022	1.861	894	967	2.921	143	21.692
Transferências e abates	(32)	(16.246)	(5.272)	(1.698)	(135)	(1.634)	(489)	(10.634)	-	(36.140)
Alienações	-	(169)	(9.494)	(3.098)	(500)	(542)	(3)	-	-	(13.806)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(29)	(30.854)	(3.451)	-	(3)	(208)	(11)	-	-	(34.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.939	445.299	360.898	78.659	41.990	34.340	10.937	7.297	143	1.010.502
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	164	155.363	306.534	63.946	35.404	34.066	6.485	-	-	601.962
Efeito de conversão cambial	-	(11.580)	8.654	2.393	(932)	(3.205)	(787)	-	-	(5.457)
Reforços	-	18.330	33.681	8.843	3.006	2.394	1.421	-	-	67.675
Transferências e abates	-	(3.076)	(18.137)	(1.413)	(4.963)	(1.490)	(358)	-	-	(29.437)
Alienações	-	(2.740)	(8.648)	(3.176)	(206)	(69)	(10)	-	-	(14.849)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(4.292)	(16.707)	(584)	(87)	(817)	(462)	-	-	(22.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	164	152.005	305.377	70.009	32.222	30.879	6.289	-	-	596.945
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	(67)	(7.616)	(1.159)	(262)	(223)	(288)	-	-	(9.615)
Efeito de conversão cambial	-	(258)	(5.092)	(1.875)	(370)	(103)	(11)	-	-	(7.709)
Reforços	-	15.993	25.126	5.556	3.122	1.813	1.036	-	-	52.646
Transferências e abates	-	(410)	(5.710)	(1.701)	(257)	(1.541)	(81)	-	-	(9.700)
Alienações	-	(81)	(8.213)	(2.960)	(403)	(489)	(2)	-	-	(12.148)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(3.231)	(3.065)	-	(2)	(196)	-	-	-	(6.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	164	163.951	300.807	67.870	34.050	30.140	6.943	-	-	603.925
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2016	31.164	331.312	83.373	15.591	9.434	5.347	4.505	15.061	-	495.787
Em 31 de dezembro de 2017	30.775	281.348	60.091	10.789	7.940	4.200	3.994	7.297	143	406.577

As adições de ativos fixos tangíveis realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2017 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 3.050 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso.

22 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	547.067	511.683
Ajustamentos de conversão cambial	(393)	(20.686)
Aumentos / (alienações)	2.566	(11.067)
Variação no justo valor (Nota 8 e 14)	16.039	61.211
Transferências para ativos detidos para venda (Nota 24)	(354.874)	-
Transferências de / para ativos fixos tangíveis	7.242	5.926
Saldo final	217.647	547.067

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2017	2016
Portugal	17.062	27.816
Angola	(1.023)	32.881
Moçambique	-	514
	16.039	61.211

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 32.961 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (31.581 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ascenderam a 3.424 milhares de euros (3.138 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield*:
 - Portugal entre 6% e 10%;
 - Angola entre 10% e 12%;
 - Moçambique de 16,5%.
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis.

23 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2017, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem participação efetiva
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaria – Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux - Levallois Peret - França	30,48%
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	15,92%
AVIA Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César – São Paulo	25,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó – Sintra	16,94%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	20,00%
Consorcio Minero Luso Vargas C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal – Caracas – Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, sala F - Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. – Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE – Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Edifício 1 - 4º Piso, Fração B e C - Linda-a-Velha	50,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 - Maputo	49,92%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 – 5º F - Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 – Piso 1, Lagoas Park - Porto Salvo	25,00%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. - 183003, Murmansk	42,70%
Somafel/Ferrovias, ACE	Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	40,64%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha - Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C - Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.874	-	16.874
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	8.570	-	8.570
- Efeito em capital próprio	(7.477)	-	(7.477)
Aumentos	543	-	543
Ajustamentos de conversão cambial	(4.718)	-	(4.718)
Outros	3.712	-	3.712
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.504	-	17.504
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	2.217	-	2.217
- Efeito em capital próprio	(634)	-	(634)
Aumentos (a)	435	-	435
Ajustamentos de conversão cambial	571	-	571
Outros	203	-	203
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.296	-	20.296

(a) Detalhe dos aumentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Associadas	Montante
TDGISERV Services, LLC	435
	435

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como se segue:

	2017			2016		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
Associadas e empreendimentos conjuntos						
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	13.948	-	13.948	12.871	-	12.871
TDGISERV Services, LLC (a)	2.563	-	2.563	2.062	-	2.062
Alvorada Petróleo, S.A.	582	-	582	669	-	669
RPK Gulfstream Ltd.	550	-	550	594	-	594
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	21	-	21	15	-	15
Outros	2.632	-	2.632	1.293	-	1.293
	20.296	-	20.296	17.504	-	17.504

(a) Adiantamento por conta de aumento de capital.

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, teve os seguintes impactos:

	2017		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Associadas			
Alvorada Petróleo, S.A.	(27)	31	4
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.321	(968)	353
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	9	-	9
TDGISERV Services, LLC	(565)	322	(243)
Outros	1.479	(19)	1.460
	2.217	(634)	1.583

	2016		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Associadas			
Alvorada Petróleo, S.A.	(4)	121	117
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	10.626	(7.383)	3.243
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(4)	-	(4)
TDGISERV Services, LLC	(2.243)	(215)	(2.458)
Outros	195	-	195
	8.570	(7.477)	1.093

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Alvorada Petróleo, S.A.	1.905	2.228	558	679	1.347	1.549	582	669
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	34.064	34.681	6.123	8.898	27.941	25.783	13.948	12.871
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	42	32	-	-	42	32	21	15
TDGISERV Services, LLC	4.323	3.472	9.786	8.439	(5.463)	(4.967)	2.563	2.062
Outros	19.492	16.910	11.957	12.544	7.535	4.366	3.182	1.887
	59.826	57.323	28.424	30.560	31.402	26.763	20.296	17.504

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Alvorada Petróleo, S.A.	-	-	(62)	(9)	(27)	(4)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.998	25.813	2.646	21.286	1.321	10.626
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	17	(7)	9	(4)
TDGISERV Services, LLC	8.475	959	(1.152)	(4.578)	(565)	(2.243)
Outros	1.762	1.926	3.279	32	1.479	195
	12.235	28.698	4.728	16.724	2.217	8.570

24 - ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

Ativos detidos para venda:	
Goodwill (Nota 19)	1.979
Ativos intangíveis (Nota 20)	-
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	28.062
Propriedades de investimento (Nota 22)	354.874
Outros investimentos	7.125
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	2.572
Inventários (Nota 9)	199
Cientes corrente (Nota 28)	6.560
Cientes não corrente (Nota 28)	40.250
Outros devedores (Nota 28)	5
Caixa e equivalentes a caixa	12.496
Outros ativos	858
Total ativos detidos para venda	454.980
Passivos detidos para venda:	
Empréstimos	164.886
Passivos por impostos diferidos (Nota 27)	1.701
Locações financeiras	161.808
Fornecedores	448
Outros credores	1.900
Outros passivos	19.133
Total passivos detidos para venda	349.876
Total líquido	105.104

O valor estimado de venda (*equity*) varia entre 140.000 milhares de euros e os 180.000 milhares de euros.

Estão classificados como “Ativos e Passivos Detidos para Venda” as seguintes empresas:

- BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;
- LAGOAS PARK, S.A.;
- TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.;
- LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.;
- AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos classificados como “detidos para venda” (Setor da Energia) têm o seguinte detalhe:

Ativos detidos para venda:	
Goodwill (Nota 19)	7.608
Ativos intangíveis (Nota 20)	182
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	24.408
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	2.318
Inventários (Nota 9)	1.549
Clientes (Nota 28)	1.066
Outros devedores (Nota 28)	889
Caixa e equivalentes a caixa	475
Outros ativos	282
Total ativos detidos para venda	38.777
Passivos detidos para venda:	
Empréstimos	16.160
Provisões (Nota 37)	5.853
Locações financeiras	15
Fornecedores	1.179
Outros credores	46
Outros passivos	1.109
Total passivos detidos para venda	24.362
Total líquido	14.415
Quota parte interesses não controlados	7.207
Quota parte do Grupo	7.208
Valor de Venda (Nota 30)	7.820
Mais Valia (Nota 8)	612

25 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	8.318	30.427
Alienações durante o exercício a)	(1.071)	(1.944)
Diminuição no justo valor b)	(5.406)	(20.165)
Saldo final	1.841	8.318

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo detinha 6.766.394 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,04% do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo detinha 7.766.394 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,82% do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Descrição	2017				
	Valor contábilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Menos Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 1.000.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.071	264	-	(807)	264
	1.071	264	-	(807)	264

Descrição	2016				
	Valor contábilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Menos Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 530.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	1.944	563	-	(1.381)	563
	1.944	563	-	(1.381)	563

b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Descrição	Imparidade do ano 2017		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(5.406)	-	(5.406)
	(5.406)	-	(5.406)

Descrição	Imparidade do ano 2016		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(20.165)	-	(20.165)
	(20.165)	-	(20.165)

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são como seguem:

	2017		2016	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	586.331	1.841	686.652	8.318
	586.331	1.841	686.652	8.318

26 - OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	Não correntes		Correntes	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
Títulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	24.561	39.291	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	5.606	-	-
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	-	5.378	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624	624	-	-
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570	570	-	-
KUIKILA Investments, Lda.	481	-	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	-	784	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	-	715	-	-
Outros	125	219	-	-
	27.139	53.965	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
COLT Resources Inc.	151	160	-	-
Outros	123	-	-	-
	274	160	-	-
	27.413	54.125	-	-

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 2.728 e 1.652 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

27 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

2017								
	Saldo inicial	Alteração de perímetro (Nota 5)	Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	Constituição		Reversão		Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	150	-	-	-	-	-	-	150
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	4.348	-	-	3	-	(1)	-	42
Imparidades de ativos financeiros disponíveis para venda	129.686	-	-	1.215	2	(22.331)	-	108.572
Crédito dupla tributação internacional	10.226	-	-	2.928	-	-	-	10.321
Prejuízos fiscais reportáveis	31.670	-	(107)	18.942	-	(7.249)	-	21.954
Provisão para prejuízos em obras	639	-	-	4	-	(327)	-	308
Outros	21.468	(57)	(2.465)	1.491	-	(10.876)	(1.015)	13.685
	198.187	(57)	(2.572)	24.583	2	(40.784)	(1.015)	155.032
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	1.285	-	-	268	-	(329)	-	974
Propriedades de investimento	59.161	-	(1.701)	2.560	-	(36.771)	-	23.128
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	4.353	-	-	-	-	(168)	(3)	5.059
Outros	8.541	-	-	527	-	(2.406)	(1)	5.882
	73.340	-	(1.701)	3.355	-	(39.674)	(4)	35.043

2016								
	Saldo inicial	Alteração de perímetro (Nota 5)	Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	Constituição		Reversão		Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	217	-	(101)	121	-	(56)	-	150
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	55	-	(1)	2.958	-	(6)	-	4.348
Imparidades de ativos financeiros disponíveis para venda	136.101	-	-	4.630	-	(11.526)	-	129.686
Crédito dupla tributação internacional	9.934	-	-	4.437	-	-	-	10.226
Prejuízos fiscais reportáveis	25.255	-	(923)	35.372	-	(8.230)	-	31.670
Provisão para prejuízos em obras	771	-	-	107	-	(234)	-	639
Outros	22.580	-	(1.293)	6.426	83	(4.811)	-	21.468
	194.913	-	(2.318)	54.051	83	(24.863)	-	198.187
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	1.426	-	-	170	-	(360)	-	1.285
Propriedades de investimento	48.587	-	-	15.279	-	(34)	-	59.161
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.727	-	-	-	-	(410)	-	4.353
Outros	3.279	-	-	4.615	-	-	-	8.541
	59.019	-	-	20.064	-	(804)	-	73.340

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2017			2016		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2012	-	-	-	15.189	3.676	2017
Gerados em 2013	10.211	2.752	2018	14.316	2.544	2018
Gerados em 2014	638	223	2026	1.714	574	2026
Gerados em 2015	6.905	2.344	2027	19.255	6.048	2027
Gerados em 2016	59.820	12.890	2028	87.796	18.828	2028
Gerados em 2017	16.199	3.745	2022	-	-	-
	93.773	21.954		138.270	31.670	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2017			2016		
	Prejuízo fiscal	Crédito de Imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de Imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2013	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2014	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2015	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2016	7.536	2.261	2028	4.965	1.490	2028
Gerados em 2017	6.649	1.995	2022	-	-	-
	14.185	4.256		4.965	1.490	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

28 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
Cientes:				
Clientes conta corrente	268.358	437.888	80.034	43.137
Clientes de cobrança duvidosa	52.506	33.441	-	-
	320.864	471.329	80.034	43.137
Perdas por imparidade	(53.897)	(53.754)	-	-
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(6.560)	(1.066)	(40.250)	-
	260.407	416.509	39.784	43.137
Outros devedores:				
Pessoal	1.670	1.110	-	-
Outros devedores	43.682	55.399	10.985	-
	45.352	56.509	10.985	-
Perdas por imparidade	(2.542)	(968)	-	-
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	(5)	(889)	-	-
	42.805	54.652	10.985	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	62.621
Ajustamentos de conversão cambial	(17.912)
Reforços (Nota 14)	20.244
Reversões (Nota 8)	(6.498)
Regularizações	(3.733)
Transferência para ativos detidos para venda	(654)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54.068
Alteração de perímetro	(101)
Ajustamentos de conversão cambial	(252)
Reforços (Nota 14)	16.014
Reversões (Nota 8)	(13.193)
Regularizações	(97)
Transferência para ativos detidos para venda	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.098

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 43) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a “TD, S.A.” e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser detalhados como se segue:

Entidades	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	9	7	-	-	1.515	5.373	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	15	11	-	-	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	50	46	-	-	4	4	-	-
CONBATE, ACE	15	17	1	-	-	-	-	-
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	17	199	7	-	-	-	-	-
Consórcio OPSUT 2010	7	42	1	-	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	9	15	55	-	-	-	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	2	-	-	-	-	166
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	-	53	-	-	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kibir, ACE	-	7	-	-	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	5.454	2.660	5	14	-	-	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	43	153	-	-	150	150	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	33	11	-	-	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	-	7	-	-	-	-	-	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.023	1.023	88	-	13	7	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	347	-	-	-	-	(43)	(36)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	1.437	1.551	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	3	2	646	-	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	-	-	-	44	220	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	7	58	-	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	35	-	-	-	-	-
	6.696	4.607	898	58	4.079	7.825	(43)	130

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 com entidades relacionadas foram como se segue:

Entidades	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	24	22	-	-	192	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	1	-	-	-	-
CONBATE, ACE	68	86	-	-	-	-
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	2	308	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	77	79	32	40	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	-	43	-	-	-	-
GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kibir, ACE	-	5	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.793	5.538	148	200	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	-	972
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	704	904	-	-	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	-	20	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	-	44	-	-	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	-	-	-	28	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	4	22	525	28	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	-	11	13	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	319	1.512	-	-	-	-
	2.991	8.595	718	296	192	972

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram as seguintes:

	2017	2016
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	870	1.133
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	997	1.260

As remunerações dos membros da alta direção da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram as seguintes:

	2017	2016
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	5.088	5.789
	5.088	5.789

30 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2017	2016
Depósitos à ordem	87.219	118.710
Depósitos a prazo	34.667	40.566
Outras aplicações de tesouraria	29.599	19.012
Numerário	2.780	2.620
	154.265	180.908

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2017	2016
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	12.940	-
TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7.820	-
Banco Comercial Português, S.A. (a)	6.269	563
Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	1.150	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	538	-
Moreira & Cunha, Lda.	100	-
Limited Liability Company Cement	-	22.717
AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	2.491
	28.817	25.771

(a) Os valores recebidos em 2017, referem-se à alienação de direitos de 6.005 milhares de euros e à alienação de 1.000.000 ações de 264 milhares de euros (Alienação de 530.000 ações de 563 milhares de euros em 2016).

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2017	2016
TDGISERV Services, LLC	435	531
Alvorada Petróleo, S.A.	-	12
Outros	5	5
	440	548

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como se segue:

	2017	2016
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.377	1.310
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	1.351	342
	2.728	1.652

31 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2017	2016	2017	2016
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	23.264	11.819	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10.476	12.202	-	-
	33.740	24.021	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	1.727	1.609	-	-
Empresas participadas	461	543	626	627
Outros acionistas	104	83	-	-
	2.292	2.235	626	627
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	629	1.662	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	88.697	80.768	-	-
Outros acréscimos de proveitos	5.509	33.076	-	-
	94.835	115.506	-	-
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.184	2.958	-	-
Juros a pagar	23	22	-	-
Outros custos diferidos	5.629	6.794	-	26
	7.836	9.774	-	26
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	27.110	28.121	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	6	-	5.000	-
	27.116	28.121	5.000	-
	165.819	179.657	5.626	653

32 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2017	2016
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	478.228	501.639
Variação de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	36.394	48.390
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	7.929	(44.012)
	522.551	506.017
Custos líquidos:		
Custos faturados	496.155	492.837
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 37)	(2.556)	(5.829)
- Provisões para perdas futuras (Nota 37)	(1.425)	(592)
	492.174	486.416
Resultados apurados (Nota 7):	30.377	19.601

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 5.094 milhares de euros e 3.981 milhares de euros, respetivamente.

33 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2017, a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 202.432.500 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,20% do respetivo capital social.

Em 31 de dezembro de 2016, a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,46% do respetivo capital social.

34 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

35 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram os seguintes:

	2017	2016
Saldo inicial	49.041	50.290
Ajustamentos de conversão cambial	(2.511)	(16.116)
Dividendos	(347)	(348)
Dissolução de participações financeiras	238	-
Alienação de interesses não controlados	(7.207)	-
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	645	1.848
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	1.418	13.367
Saldo final	41.277	49.041

36 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2017	2016
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	369.191	202.194
Papel comercial b)	324.600	446.600
Empréstimo obrigacionista c)	14.927	15.300
	708.718	664.094
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	188.700	545.306
Papel comercial b)	110.860	104.607
	299.560	649.913
	1.008.278	1.314.007

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 3,30% (4,49% em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 41.153 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 32 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.

Empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 30 de dezembro de 2008 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 23.680 milhares de euros, cujo reembolso será em 69 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.

Empréstimo junto do Banco Santander Totta, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 1.098 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 8 prestações trimestrais e sucessivas, com termo em 13 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral (Angola), contratado em 23 de janeiro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 5.993 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 40 prestações mensais, iguais e sucessivas, com termo em 30 de abril de 2021.

Empréstimo junto do Banco Itaú Unibanco, S.A., contratado em 14 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 8.415 milhares de euros, com termo em 20 de novembro de 2018.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 26 de janeiro de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 21.916 milhares de euros, cujo reembolso será

efetuado em 4 prestações semestrais de montantes que variam entre 1.543 milhares de euros e 1.929 milhares de euros, sendo a última prestação de 16.901 milhares de euros em 30 de dezembro de 2019. (*)

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 20 de maio de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 6.754 milhares de euros, com termo em 30 de dezembro de 2018. (*)

Empréstimo junto do Banco Bradesco, contratado em 26 de junho de 2015 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 13.203 milhares de euros, com termo em 20 de agosto de 2018.

Empréstimo junto do Banco do Brasil, S.A. contratado em 22 de janeiro de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 2.333 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 2 prestações anuais, iguais e sucessivas, com termo em 10 de janeiro de 2019.

Empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 29 de fevereiro de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 7.000 milhares de euros, com termo em 28 de fevereiro de 2018.

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, S.A., contratado em 29 de março de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 10.000 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 11 prestações semestrais, iguais e sucessivas, com termo em 20 de fevereiro de 2023.

Empréstimo junto do Banco Sabadell (Espanha), contratado em 21 de abril de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 387 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 17 prestações mensais e sucessivas, com termo em 20 de maio de 2019.

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, S.A., da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e do Novo Banco, S.A., contratado em 17 de junho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 8.705 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 3.263 milhares de euros, 2.325 milhares de euros e 3.117 milhares de euros, respetivamente, com termo em 31 de março de 2018.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 30 de junho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 3.474 milhares de euros, com termo em 4 de abril de 2018. (*)

Empréstimo junto do Banco Português de Investimento, S.A., contratado em 5 de julho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 15.769 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 47 prestações mensais e sucessivas, com termo em 5 de novembro de 2021.

Empréstimo junto do Banco Bankinter (Espanha), contratado em 22 de julho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 655 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 31 prestações mensais e sucessivas, com termo em 22 de julho de 2020.

Empréstimo junto do Banco Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 29 de julho de 2016, destinado ao fomento à construção imobiliária, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 em 7.500 milhares de euros. O empréstimo tem a duração de cinco anos e será amortizado com o produto das vendas do empreendimento.

Empréstimo junto do Banco Santander Totta, S.A., contratado em 1 de agosto de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 993 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 8 prestações mensais e sucessivas, com termo em 1 de agosto de 2018.

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, da Caixa Geral de Depósitos e do Novo Banco, contratado em 12 de agosto de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 35.213 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 13.205 milhares de euros, 9.402 milhares de euros e 12.606 milhares de euros, respetivamente, com termo em 28 de fevereiro de 2018. (*)

Empréstimo junto do Banco BAI Europa, S.A., contratado em 22 de setembro de 2016, no montante de 2.724 milhares de dólares, totalmente utilizado à data de fecho de dezembro de 2017, o que corresponde a 2.271 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 7 prestações trimestrais e sucessivas, com termo em 30 de setembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BAI Europa, S.A., contratado em 22 de setembro de 2016, no montante de 125 milhares de euros à data de fecho de dezembro de 2017, com termo em 30 de março de 2018.

Empréstimo junto do Banco PAN, contratado em 30 de novembro de 2016 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 374 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 11 prestações mensais e sucessivas, com termo em 30 de novembro de 2018.

Empréstimo junto do Banco Santander Central Hispano, contratado em 16 de junho de 2017 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 1.806 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 43 prestações mensais e sucessivas, com termo em 20 de julho de 2021.

Empréstimo junto do Banco Espanha Duero, contratado em 16 de junho de 2017 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 437 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 12 prestações mensais e sucessivas, com termo em 16 de dezembro de 2018.

Empréstimo junto do Banco Santander Central Hispano, contratado em 16 de outubro de 2017 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 150 milhares de euros, com termo em 11 de janeiro de 2018.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral (Espanha), contratado em 26 de outubro de 2017, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 1.100 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 3 prestações de montantes que variam entre 150 milhares de euros e 200 milhares de euros, sendo a última prestação de 750 milhares de euros em 30 de janeiro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Santander Central Hispano, contratado em 22 de novembro de 2017, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 669 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 59 prestações mensais, iguais e sucessivas, com termo em 22 de novembro de 2022.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 27 de novembro de 2017 no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 17.000 milhares de euros, com termo em 27 de novembro de 2018.

Empréstimo junto do Banco Comercial Português, contratado em 27 de novembro de 2017, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 50.000 milhares de euros. O reembolso será efetuado em 4 prestações de montantes que variam entre 2.000 milhares de euros e 10.000 milhares de euros, sendo a última prestação de 33.000 milhares de euros em 27 de junho de 2019. (*)

Linha de factoring com recurso junto do Novo Banco, S.A., a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 1.033 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto Banco Santander Central Hispano, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 21 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto da Caixa Económica Montepio a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 1.390 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Renner, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 1.966 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Safra, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 4.025 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Caixa Geral (Espanha), a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 3.927 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Santander Central Hispano, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 228 milhares de euros.

Linha de factoring com recurso junto do Banco Bankinter, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 5 milhares de euros.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado junto da Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. em 2 de junho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 809 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 30 prestações mensais e sucessivas, com termo em 7 de junho de 2020.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado junto da Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. em 11 de julho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 371 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 31 prestações mensais e sucessivas, com termo em 7 de julho de 2020.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado junto da Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. em 19 de julho de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 100 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 32 prestações mensais e sucessivas, com termo em 7 de agosto de 2020.

Contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado junto da Caterpillar Financial Corporacion Financiera, S.A. - E.F.C. em 12 de dezembro de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 188 milhares de euros, cujo reembolso será efetuado em 36 prestações mensais e sucessivas, com termo em 22 de dezembro de 2020.

Linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Venezuela) junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 369 milhares de dólares dos Estados Unidos da América, que à data de fecho de dezembro de 2017 correspondem a 308 milhares de euros.

Linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Argélia) junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 35.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de dezembro de 2017 no montante de 16.629 milhares de euros.

Linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Angola) junto da Caixa Geral de Depósitos, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 4.321 milhares de euros.

Linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Angola) junto do Banco Privado Atlântico Europa, no montante máximo de 4.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada em 463 milhares de euros pela TDO – Investimentos e Gestão, S.A. e em 1.492 milhares de euros pela TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A., à data de fecho de dezembro de 2017.

Linha de crédito junto do Banco Occidental de Descuento, C.A. (Venezuela), no montante máximo de 6.802.000 milhares de bolívares venezuelanos, estando a ser utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro de 2017, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2017, correspondem a 1.696 milhares de euros.

Linha de crédito junto do Banco Universal Mercantil (Venezuela), no montante máximo de 8.297.000 milhares de bolívares venezuelanos, estando a ser utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro de 2017, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2017, correspondem a 2.068 milhares de euros.

Linha de crédito junto do Novo Banco (Venezuela), no montante máximo de 12.500 milhares de bolívares venezuelanos, estando a ser utilizada na totalidade à data de fecho de dezembro de 2017, que, ao câmbio de encerramento de dezembro de 2017, correspondem a 3 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 350.679 e 368.586 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado

junto do Haitong Bank, S.A. e do Novo Banco, S.A. em 16 de dezembro de 2005, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 42.500 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das emissões. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo acrescida de um *spread* de 1,8%, procedendo-se ao reembolso da totalidade na última emissão a 20 de agosto de 2018. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos em 7 de julho de 2010, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 40.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das emissões. O programa será objeto de 3 amortizações: em 26 de março de 2018, no montante de 20.000 milhares de euros, em 14 de maio de 2018, no montante de 10.000 milhares de euros e em 14 de maio de 2019, no montante de 10.000 milhares de euros. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 2,75%. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português em 14 de janeiro de 2011, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.675 milhares de euros e 2.075 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das emissões, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescida de um *spread* de 2,90%, procedendo-se ao reembolso da totalidade na última emissão a 30 de janeiro de 2018. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português em 28 de dezembro de 2011, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 53.400 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a Lagoas Park, S.A., pelos montantes de 250 milhares de euros, 250 milhares de euros, 250 milhares de euros e 52.650 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa encontra-se em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando prevista a primeira amortização em 30 de março de 2018 no montante de 13.500 milhares de euros e as restantes, semestralmente, com início em 30 junho de 2018, em montantes que variam entre 3.300 milhares de euros e 8.400 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual à taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 2,90%. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Haitong Bank e do Novo Banco em 30 de dezembro de 2013, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 191.250 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., tendo como garantes a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. e a V8 - Gestão Imobiliária, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa encontra-se sujeito a uma amortização parcial, a ocorrer em 30 de junho de 2018 no montante de 12.550 milhares de euros, procedendo-se ao reembolso do montante remanescente na última emissão a 29 de dezembro de 2018. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Finantia em 2 de maio de 2014, no montante máximo de 10.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 2.050 milhares de euros. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa vigora

até 2 de maio de 2020, podendo as emissões ter um prazo de 7 a 365 dias. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção correspondente àquela que resultar da colocação direta, nunca inferior à taxa máxima indicada pela emitente.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco BIC Português em 18 de novembro de 2014, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 5.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. O programa encontra-se em vigor até 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter um prazo de um ou seis meses. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de um *spread* de 3,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Novo Banco em 28 de dezembro de 2015, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 95.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 8.850 milhares de euros, 8.550 milhares de euros e 77.600 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. Os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior à data de cada subscrição, acrescida de um *spread* de 2,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão. O programa encontra-se sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 2.850 milhares de euros em 6 de maio de 2018 e as restantes, semestralmente, em montantes que variam entre 3.350 milhares de euros e 3.400 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão no montante de 75.250 milhares de euros em 27 de dezembro de 2020. (*)

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Novo Banco em 14 de janeiro de 2016, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 34.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A. e a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., estando totalmente a ser utilizado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. Os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior à data de cada subscrição, acrescida

de um *spread* de 1,80% e determinada em função da data de realização de cada leilão. O programa encontra-se sujeito a amortizações parciais, ocorrendo a primeira no montante de 2.400 milhares de euros e as restantes, semestralmente, em montantes que variam entre 2.400 milhares de euros e 2.900 milhares de euros, sendo a liquidação do valor remanescente na data de reembolso da última emissão no montante de 26.300 milhares de euros em 13 de janeiro de 2020. (*)

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português um "Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações", bem como um "Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações" no montante de 15.300 milhares de euros (1.500 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e 13.800 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada por "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. / Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. - 2014/2021". Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em três prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2019, 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

(*) O impacto do "Acordo Quadro relativo à dívida do Grupo Teixeira Duarte" celebrado em 24 de abril de 2018, determina que relativamente aos contratos de financiamento a seguir identificados contratados com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 87.594 milhares de euros, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante de 157.510 milhares de euros, e com o Novo Banco, S.A., no montante de 254.944 milhares de euros, o seu plano de reembolsos contempla uma carência de 2 anos, sendo a primeira amortização em dezembro de 2019 nos montantes de 561 milhares de euros, 1.008 milhares de euros, e 1.631 milhares de euros, respetivamente, e seguindo um plano de reembolso anual de 6.481 milhares de euros, 11.655 milhares de euros e 18.864 milhares de euros, respetivamente, à exceção da última prestação de 2.776 milhares de euros, 4.922 milhares de euros e 8.080 milhares de euros, respetivamente.

Banco	Tipo Financiamento	Montante
Caixa Geral de Depósitos	Conta-Caucionada	3.000
Caixa Geral de Depósitos	Conta-Caucionada	9.929
Caixa Geral de Depósitos	Conta-Caucionada	2.234
Caixa Geral de Depósitos	Conta-Caucionada	67.803
Caixa Geral de Depósitos	Linha Desconto Faturas	2.528
Caixa Geral de Depósitos	Linha Desconto Faturas	1.793
Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	307
Banco Comercial Português	Papel Comercial	14.175
Banco Comercial Português	Papel Comercial	2.075
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	33.584
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	27.105
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	9.378
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	27.306
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	38.808
Banco Comercial Português	Descoberto Bancário	5.079
Novo Banco	Empréstimo	21.916
Novo Banco	Empréstimo	6.754
Novo Banco	Empréstimo	3.474
Novo Banco	Papel Comercial	42.500
Novo Banco	Papel Comercial	119.300
Novo Banco	Papel Comercial	8.550
Novo Banco	Papel Comercial	43.600
Novo Banco	Papel Comercial	8.850
		500.048

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2017	2016
2018	-	301.405
2019	19.151	112.117
2020	47.529	143.351
2021	42.832	64.145
2022	41.354	7.719
2023 e seguintes	557.852	35.357
	708.718	664.094

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2017		2016	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolívar Venezuelano	15.403.809	3.840	3.390.426	4.774
Dólar Americano	5.935	4.949	9.815	9.311
Kwanza Angolano	1.197.014	6.456	17.515.311	94.947
Peso Colombiano	6.402	2	1.795	1
Real Brasileiro	111.171	27.982	109.775	32.000

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

37 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.331	23.495	1.761	3.039	16.815	52.441
Ajustamentos de conversão cambial	-	(1.885)	(14)	(6)	(612)	(2.517)
Reforços	2.543	774	119	793	17.971	22.200
Reduções	(1.908)	(4.293)	(425)	(1.534)	(5.274)	(13.434)
Utilizações	(3.608)	(425)	-	-	696	(3.337)
Transferências	-	-	(230)	155	(5.925)	(6.000)
Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	-	(1.204)	-	(4.649)	(5.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.358	17.666	7	2.447	19.022	43.500
Ajustamentos de conversão cambial	-	(213)	(6)	(20)	(468)	(707)
Reforços	3.463	1.329	-	715	1.762	7.269
Reduções	-	(2.887)	-	(2.123)	(7.112)	(12.122)
Utilizações	(1.457)	(230)	-	-	(96)	(1.783)
Transferências	-	(555)	-	3	192	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.364	15.110	1	1.022	13.300	35.797

Os reforços no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 das outras provisões para riscos e encargos no montante de 17.971 milhares de euros, inclui uma provisão genérica, de 8.613 milhares de euros, para fazer face a eventuais riscos que se venham a materializar nas geografias de maior risco operacional (Angola, Argélia e Venezuela).

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2017			2016		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	3.185	(11.799)	(8.614)	17.110	(11.494)	5.616
Custos com o pessoal	3.503	-	3.503	2.543	(1.908)	635
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	581	-	581	2.222	(32)	2.190
Outros custos operacionais	-	-	-	110	-	110
Capital próprio	-	(323)	(323)	215	-	215
	7.269	(12.122)	(4.853)	22.200	(13.434)	8.766

38 - FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2017	2016	2017	2016
Outros credores	28.186	33.096	-	68
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	155.570	121.371	-	-
Fornecedores de imobilizado	55	-	-	-
	155.625	121.371	-	-

39 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2017	2016
Terrenos e recursos naturais	-	92
Edifícios e outras construções	-	231.680
Equipamento básico	6.024	9.400
Equipamento de transporte	3.678	5.352
Ferramentas e utensílios	-	198
Equipamento administrativo	176	201
Outros ativos fixos tangíveis	1.582	1.171
	11.460	248.094

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2017	2016
2017	-	20.807
2018	3.879	20.182
2019	2.457	18.420
2020	1.145	17.310
2021	917	15.684
Após 2021	249	82.708
	8.647	175.111

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha contratado uma operação de "sale and leaseback" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontrava essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 22). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo reclassificou esta operação de "sale and leaseback" para "Passivos detidos para venda".

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela propriedade dos bens locados.

40 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2017	2016	2017	2016
Estado e outros entes públicos:				
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	5.199	2.546	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	15.268	16.669	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.544	4.607	-	-
Outros	4.504	3.539	-	-
	29.515	27.361	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	-	166	-	-
Empresas participadas	14	123	-	-
Outros acionistas	109	1	-	-
	123	290	-	-
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	110	158	-	-
Remunerações a liquidar	16.403	14.837	-	-
Juros a liquidar	2.169	2.819	-	-
Outros custos a pagar	59.018	47.602	-	-
	77.700	65.416	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	26.544	62.938	-	-
Outros proveitos diferidos	3.699	10.154	-	-
	30.243	73.092	-	-
Outros:				
Adiantamentos de clientes	93.952	76.197	32.134	51.066
Adiantamentos por conta de vendas	370	370	27	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	-	1.051	-	15.464
	94.322	77.618	32.161	66.530
	231.903	243.777	32.161	66.530

41 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores

relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da “IFRS 9” sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da “IFRS 9”.

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 36.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendia a 12.027 milhares de euros e 16.515 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido nas rubricas de Outros passivos correntes e não correntes (Nota 40) em 2016 e no final do exercício de 2017 foi reclassificado para “Passivos detidos para venda”.

Tendo em consideração as disposições da IFRS 9, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até 31 de dezembro de 2009 diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de 3.495 milhares de euros e (287) milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

42 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos exercícios de 2007 a 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela “TD, SA”, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	42.088	29.331
2008	36.573	45.938
2009	46.203	24.807
2010	5.123	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Infra apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

1. Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos exercícios de 2007 a 2011.

Após o fecho do exercício de 2017, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do exercício de 2007, foi notificada de Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo, determinando a anulação da liquidação adicional emitida pela AT.

A correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquidação adicional à sociedade dominante daquele exercício, a “TD, S.A.”, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

2. Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013 integra o montante de 5.000 milhares de euros, relativo à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela “TD, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante.

3. Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo TDF

Na correção ao prejuízo fiscal de 2008 encontra-se incluído o montante de 611 milhares de euros, que respeita, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante, contestou, nos termos da lei, esta correção.

Para além das correções supra descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se da seguinte correção efetuada pela AT à TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.:

- Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a Empresa contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2017	2016
Garantias bancárias prestadas	325.889	360.847
Seguros de caução	230.177	268.725

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA - Serviços de Engenharia, S.A., e o Consórcio Boyacá - La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de dois processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia

e Construções, S.A., e relativos a dívida de IRC do período de 2008, cujas liquidações foram contestadas, foram emitidas, a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), garantias bancárias no global que ultrapassa os 27.546 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a “TD, S.A.” apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de garantir o pagamento em prestações de uma liquidação adicional de IRC do período de 2013 da “TD, S.A.”, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 582 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, S.A.”, e relativo a dívida de IRC do período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e relativo a dívida de IRC do período de 2014, que se encontra a ser liquidada no âmbito de um plano prestacional, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 4.038 milhares de euros. Após 31 de dezembro de 2017, o montante destas garantias foi reduzido em função dos pagamentos efetuados por aquela participada.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 53.400 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a Lagoas Park, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados nos lotes 6, 18 e 19, sítios em Lagoas Park – Porto Salvo, propriedade da Lagoas Park, S.A..

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Santander Totta, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 1.098 milhares de euros, a V8 - Gestão Imobiliária, S.A. constituiu uma hipoteca sobre as frações de sua propriedade nos prédios urbanos sítios na Rua de Castro Portugal (números 497 e 511), na Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca (números 46, 52, 76, 80, 94 e 96) - Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sítio na Rua Guilherme Duarte Camarinha, número 12 - Lugar do Candal, freguesia de Vila

Nova de Gaia, pelo valor global de 1.611 milhares de euros.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 35.213 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 13.205 milhares de euros, 9.402 milhares de euros e 12.606 milhares de euros, respetivamente, a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca de 14 lotes de terreno sítos no Casal do Deserto em Porto Salvo e de um prédio misto situado no sítio do Zemouto no Seixal, a TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A. constituiu hipoteca sobre um prédio urbano sito na Estrada Municipal, número quinhentos e quatro em Troviscas, concelho de Loures e a TDVIA – Sociedade Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre três prédios rústicos e um urbano sítos no concelho de Vila Franca de Xira.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Económica Montepio Geral, destinado ao fomento à construção imobiliária, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 7.500 milhares de euros, a Imopedrouços – Sociedade Imobiliária, S.A. deu em garantia a hipoteca dos imóveis, prédios urbanos, sítos na Rua de Pedrouços, freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 2408, 2285 654, 2369 e 2368.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Comercial Português, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 10.000 milhares de euros, a Lagoas Park, S.A. constituiu uma hipoteca sobre o lote 13 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 23.680 milhares de euros, a Lagoas Park, S.A. constitui uma hipoteca sobre o lote 3 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 7.000 milhares de euros, a Lagoas Park, S.A. constituiu uma segunda hipoteca sobre o lote 3 do empreendimento Lagoas Park em Porto Salvo.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Caixa Geral (Angola), no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 5.993 milhares de euros, o Hotel Trópico, S.A. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 1826, sua

propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia da emissão de uma garantia bancária com o Banco BIC (Angola), no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 23.000 milhares de euros, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Lda. constituiu uma hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 8.705 milhares de euros, com responsabilidade repartida pelos bancos em 3.263 milhares de euros, 2.325 milhares de euros e 3.117 milhares de euros, respetivamente, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. efetuou a promessa de dação em cumprimento de 375.000 ações, com o valor nominal de 5 euros, representativas de 7,5% do capital social da sociedade anónima Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A..

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank e o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 42.500 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 4.333.333 e 426.666 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 95.000 milhares de euros, as garantias TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A. e a Transbrital - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A. constituíram uma hipoteca de 10+14 parcelas de terreno do empreendimento designado Pedregueiras, respetivamente, no valor global de 59.640 milhares de euros e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em garantia o penhor de 1.045.610 ações da Recolte - Servicios y Medio Ambiente, S.A.U. valorizadas em 30.720 milhares de euros.

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 21.916 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A., deram em penhor 600.000 e 1.936.395 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Haitong Bank e o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 191.250 milhares de euros, a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. Adicionalmente, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo, no montante de 13.242 milhares de euros, a Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para construção, números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sitos na Quinta de Cravel - Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.829 milhares de euros, e a V8 - Gestão Imobiliária, S.A. constituiu uma hipoteca sobre os lotes para construção, números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sitos no Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 26.698 milhares de euros.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 40.000 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Novo Banco, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 34.000 milhares de euros, a Teixeira Duarte, S.A. deu em penhor 1.000.000 de ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para reforço das garantias prestadas no âmbito do contrato de locação financeira celebrado com o Banco Comercial Português, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 139.676 milhares de euros, a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A..

Para garantia do contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Banco de Investimento e a Caixa Geral de Depósitos, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 41.153 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor 1.540.000 ações da TDHOSP - Gestão

de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Para garantia do contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado com a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 809 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em garantia os equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado com a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 371 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em garantia os equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado com a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 100 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em garantia os equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para garantia do contrato de mútuo para a aquisição de equipamentos celebrado com a Caterpillar Financial Corporacion Financiera, no montante à data de fecho de dezembro de 2017 de 188 milhares de euros, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em garantia os equipamentos adquiridos ao abrigo do mesmo.

Para face a obrigações futuras com terceiros, a IMOTD - SGPS, S.A., deu em penhor 14.000 ações da V8, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 372.200 e 430.627 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 6.037 milhares de euros e 10.024 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

43 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Macau, Marrocos, Moçambique, Peru, Rússia e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo financeiro é composto por 94% de taxa de juro variável (93% em 31 de dezembro de 2016) e 6% de taxa de juro fixa (7% em 31 de dezembro de 2016).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (12.540) / 12.540 milhares de euros e (13.543) / 13.543 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Macau, Marrocos, Moçambique, Peru, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2017	2016	2017	2016
Bolivar Venezuelano	1.463	13.874	2.575	6.678
Dinar Argelino	11.985	-	20.758	23.325
Dirham dos EAU	-	-	122	-
Dirham Marroquino	-	-	3.849	4.360
Dinar Tunisino	-	-	110	131
Dólar Americano	464.735	420.169	117.002	73.953
Dólar Australiano	5.017	-	4	58
Iene Japonês	2.827	2.730	13	50
Libra Esterlina	1.699	1.195	-	13
Kwanza Angolano	129.091	23.374	298.342	179.945
Metical Moçambicano	35.102	77.849	17.727	37.811
Pataca Macaense	-	-	341	168
Peso Colombiano	-	-	1.827	1.591
Rand África do Sul	42	619	12	216
Real Brasileiro	2.198	100	14.013	19.823
Rublo Russo	-	-	3.295	3.419
	654.159	539.910	479.990	351.541

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2017		2016	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolívar Venezuelano	(56)	-	360	-
Dinar Argelino	(439)	-	(1.166)	-
Dirham dos EAU	(6)	-	-	-
Dirham Marroquino	(192)	-	(218)	-
Dinar Tunisino	(6)	-	(7)	-
Dólar Americano	17.387	-	17.311	-
Dólar Australiano	251	-	(3)	-
Iene Japonês	141	-	134	-
Libra Esterlina	85	-	59	-
Kwanza Angolano	(8.463)	-	(7.829)	-
Metical Moçambicano	869	-	2.002	-
Pataca Macaense	(17)	-	(8)	-
Peso Colombiano	(91)	-	(80)	-
Rand África do Sul	2	-	20	-
Real Brasileiro	(591)	-	(986)	-
Rublo Russo	(165)	-	(171)	-
	8.709	-	9.418	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2017	2016
Saldos		
Não vencido	109.466	259.448
Até 180 dias	40.889	64.357
De 180 a 360 dias	51.268	38.798
Mais de 360 dias	98.568	97.043
	300.191	459.646

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	2017				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	299.560	19.151	47.529	642.038	1.008.278
Fornecedores	155.625	-	-	-	155.625
Locações financeiras	3.879	2.457	1.145	1.166	8.647
Outros credores	28.186	-	-	-	28.186
Outros passivos	231.903	13.543	15.937	2.681	264.064
	719.153	35.151	64.611	645.885	1.464.800

	2016				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	649.913	301.405	112.117	250.572	1.314.007
Fornecedores	121.371	-	-	-	121.371
Locações financeiras	20.807	20.182	18.420	115.702	175.111
Outros credores	33.096	68	-	-	33.164
Outros passivos	243.777	26.905	17.189	22.436	310.307
	1.068.964	348.560	147.726	388.710	1.953.960

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 201.461 milhares de euros e 260.973 milhares de euros, respetivamente.

44 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2017					Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	154.265	-	-	-	-	154.265
Clientes	300.191	-	-	-	-	300.191
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.841	-	-	-	1.841
Outros investimentos	-	27.413	-	-	-	27.413
Outros devedores	53.790	-	-	-	-	53.790
Outros ativos	129.869	-	-	-	-	129.869
Total de ativos financeiros	638.115	29.254	-	-	-	667.369
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.008.278	-	-	1.008.278
Fornecedores	-	-	155.625	-	-	155.625
Outros credores	-	-	28.186	-	-	28.186
Outros passivos	-	-	204.524	-	-	204.524
Locações financeiras	-	-	8.647	-	-	8.647
Total de passivos financeiros	-	-	1.405.260	-	-	1.405.260

	2016					
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	180.908	-	-	-	-	180.908
Clientes	459.646	-	-	-	-	459.646
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.318	-	-	-	8.318
Outros investimentos	-	54.125	-	-	-	54.125
Outros devedores	54.652	-	-	-	-	54.652
Outros ativos	146.489	-	-	-	-	146.489
Total de ativos financeiros	841.695	62.443	-	-	-	904.138
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.314.007	-	-	1.314.007
Fornecedores	-	-	121.371	-	-	121.371
Outros credores	-	-	33.164	-	-	33.164
Outros passivos	-	-	193.339	-	16.515	209.854
Locações financeiras	-	-	175.111	-	-	175.111
Total de passivos financeiros	-	-	1.836.992	-	16.515	1.853.507

45 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	1.841	-	-
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	217.647	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura	-	12.027	-

No final do exercício de 2017, o derivado de cobertura foi reclassificado para “Passivos detidos para venda”.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

46 – HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens em Portugal, Espanha, Venezuela e Bélgica; Deloitte no Brasil e Angola; Ernst & Young em Portugal e Moçambique e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2017	2016
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	735	585
Outros serviços de garantia e fiabilidade	9	-
Serviços de consultoria fiscal	23	30
Outros serviços	14	47
	781	662

47 – AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2017	2016
Angola	(4.717)	(102.161)
Argélia	3.506	(10.809)
Brasil	(28.253)	46.858
Moçambique	1.957	(22.139)
Venezuela	(5.045)	(13.012)
Outros Mercados	(2.588)	2.406
	(35.140)	(98.857)

48 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de abril de 2018, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 26 de maio de 2018.

49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte está comprometida em proceder às divulgações necessárias para se atingir um elevado nível de divulgações e uma apresentação apropriada, disponibilizando aos utilizadores toda a informação relevante que possa influenciar as suas decisões económicas tomadas na base das demonstrações financeiras. Nesse sentido entende dever salientar os seguintes factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:

1. A sua participada a 100% “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” foi selecionada pela “IMO HEALTH – Investimentos Imobiliários, S.A.” – entidade do Grupo José de Mello Saúde – para a execução da empreitada de construção da obra de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa. O prazo previsto para a execução da obra é de 16 meses e o valor total da empreitada é estimado em 52,3 milhões de euros. O contrato de empreitada assinado no dia 13 de fevereiro de 2018, envolve a execução da estrutura, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do novo Hospital CUF Tejo, que contará com seis pisos acima do solo e quatro pisos enterrados. Uma área bruta de construção de cerca de 73.000m² que compreenderá áreas destinadas a estacionamento nos pisos -4 a -2 e centros de especialidade e serviços nos restantes pisos.

A participação da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” neste projeto de grande dimensão começou em 2016 com a fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0. O valor global de ambas as empreitadas totalizará 65,4 milhões de euros.

2. Um consórcio liderado pela sua participada a 100% “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, recebeu, no dia 1 de março de 2018, da “Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A.” – empresa do Grupo Vinci Airports –, o contrato e a respetiva ordem de serviço para a execução do “Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do aeroporto de Salvador, em regime de empreitada integral, na

modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) turn-key por preço global”, com vista à execução e reforma e expansão do Aeroporto de Salvador, que inclui a execução de projeto executivo, a construção de um novo terminal e respetivas pontes de embarque, construção de edifício de ligação do novo terminal ao terminal existente e remodelação do terminal existente e a melhoria ao nível das pistas de pouso e descolagem e taxiways.

O prazo previsto para execução da obra é de 20 meses e o valor total da empreitada ascende a cerca de R\$ 600 milhões de reais, correspondentes a 149,6 milhões de euros.

A "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." é líder do referido consórcio, no qual tem uma participação de 32,99%.

3. Embora pela sua dimensão não tenham sido divulgados ao mercado como “Informação Privilegiada”, entendeu-se adequado inserir aqui neste âmbito, até porque também foram referenciados no texto deste relatório em cima, os seguintes factos relevantes no âmbito da atuação na área das Infraestruturas, no Brasil:

a. Um consórcio integrado pela sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”, recebeu, no dia 13 de março de 2018, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o contrato para “Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de artes especiais, na rodovia BR-116/BA, Lote 06”, a serem desenvolvidos entre o Km 387,41 e o km 427,75, totalizando 40,34 km de extensão.

O prazo previsto para execução da obra é de 1350 dias e o valor da empreitada é de 297 milhões de reais, correspondentes a 74 milhões de euros, dos quais a “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” tem uma participação de 45%, ou seja, o equivalente a 33,3 milhões de euros.

b. A sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” assinou, no dia 26 de março de 2018, com a empresa “VALE S.A.”, o contrato de “Empreitada total para a execução de obras civis para alteamento do maciço da Barragem Itabiruçu até elevação 850 metros, no município de Itabira/MG, com fornecimento de materiais”.

O valor da empreitada é de R\$ 109 milhões de reais, correspondentes a 26,6 milhões de euros, dividido em duas Ordens de Serviço, a primeira no valor de 13,5 milhões de reais,

correspondentes a 3,3 milhões de euros e prazo de 170 dias, e a segunda, no valor de R\$ 95,5 milhões de reais, correspondentes a 23,3 milhões de euros e prazo de 514 dias.

4. A sua participada a 100% “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” celebrou no dia 9 de abril de 2018 um contrato com subsidiárias de um fundo de investimento gerido pela sociedade gestora “3i Investments plc” para alienação de 90% do capital social da “TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.” (TDHOSP).

A transmissão tem como condição suspensiva, para além da obtenção do consentimento da própria TDHOSP, a obtenção de autorização por parte do estado português, enquanto entidade concedente, e das entidades financiadoras da concessão, o que se estima que ocorra até 30 de julho de 2018.

O preço global definido para a operação, incluindo a transmissão das ações e dos direitos de crédito existentes sobre a TDHOSP, é de cerca de 19,4 milhões de euros, sendo que a mesma terá um impacto nas contas da “Teixeira Duarte, S.A.” de 2018 nos capitais próprios de cerca de 19 milhões de euros, permitindo uma redução do passivo do Grupo em cerca de 75 milhões de euros.

5. Nos primeiros três meses de 2018 o kwanza sofreu uma desvalorização de 43% face ao euro, o que, tendo o Grupo ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, corresponde a um impacto significativo nos capitais próprios.

Contudo e embora os ativos de exploração em causa estejam registados contabilisticamente ao custo amortizado em Kwanzas, estes mesmos ativos são “dolarizados” pelo mercado, pelo que se entende que tal desvalorização não reflete uma efetiva redução do valor daqueles ativos.

Realçamos ainda o facto de o Grupo ter em curso em 2018 um plano de alienações de um conjunto de ativos, que foram reclassificados para “ativos e passivos detidos para venda”, que, aquando das respetivas alienações terão impacto relevante, nomeadamente na melhoria da autonomia financeira, mitigando também por esta via aquele efeito.

Por último e ainda a propósito da desvalorização do Kwanza, refira-se que se estima um efeito benéfico na convertibilidade do kwanza, pelo que se prevê que tal situação contribua positivamente para as operações do Grupo em Angola.

6. Tendo presente a significativa redução do endividamento a que se faz referência no Relatório de Gestão, a Sociedade concluiu um Acordo Quadro com o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco, que estabelece os termos em que o Grupo Teixeira Duarte irá proceder à redução do seu ativo e do seu passivo. O referido acordo não teve qualquer reflexo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, mas teve efeitos na sua apresentação, em consequência do alongamento das maturidades da dívida financeira.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2017

Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, e culminando um trabalho de acompanhamento das versões preliminares dos documentos de prestação de contas que vinham sendo elaborados pelo Conselho de Administração, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2018 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das atribuições e competências cometidas ao Conselho Fiscal acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. O Conselho Fiscal promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que:

- apreciou a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social;
- analisou os documentos de prestação de contas, incluindo as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo e, em particular, dos acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras com destaque para o acordo quadro de reestruturação da dívida e dos mecanismos de geração de liquidez através da alienação de ativos, assinado em 24 de abril de 2018, conforme referido no relatório de gestão e no Anexo às demonstrações financeiras;
- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;
- apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de

Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais mereceram o nosso acordo, e ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões;

- entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas solicitado a este Conselho a aprovação de um serviço de garantia de fiabilidade de valor imaterial relativamente ao total dos serviços de auditoria.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2017;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 27 de abril de 2018

Oscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente

Mateus Moreira - Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.201.422 milhares de euros e um total de capital próprio de 464.424 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15.359 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SINTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

1. Valorização das participações financeiras em subsidiárias e recuperabilidade do Goodwill

Conforme divulgado nas notas 3.2.a) e 8 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, no valor de 1.117,7 milhões de euros, são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na demonstração dos resultados.

O Goodwill, no valor de 26 milhões de euros, está sujeito a amortização anual, conforme divulgado na nota 3.2 a) do anexo, e sujeito a testes de imparidade.

As eventuais imparidades das Participações financeiras e do Goodwill foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente sobre a evolução futura do mercado e a situação económica dos países em que as operações se realizam.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das empresas participadas, e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa de existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Análise da consistência dos pressupostos usados na elaboração do plano de negócios, face a dados históricos e à informação relevante disponível. Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado;
- Avaliação dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão;
- Avaliação da adequada aplicação dos procedimentos de valorização no âmbito do método de equivalência patrimonial, e teste da exatidão dos cálculos realizados;
- Validação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

2. Risco Financeiro

O facto de uma parte significativa dos empréstimos obtidos ter um prazo de maturidade relativamente curto, sem garantias de renovação sistemática ou perspectivas realistas de reembolso, indicia um risco financeiro relevante e exige que seja feita uma avaliação da capacidade da Entidade para obter os financiamentos necessários para o normal desenvolvimento dos seus negócios.

A nossa abordagem a este risco consistiu na adoção dos seguintes procedimentos:

- Apreciação das ações de desinvestimento realizadas em 2017, envolvendo a alienação de diversos ativos, cujo produto da venda foi aplicado, essencialmente, na redução de passivo bancário;
- Acompanhamento das medidas propostas e das diligências efetuadas para atenuar o risco identificado;
- Avaliação dos resultados das ações empreendidas para promover (I) a recuperação de créditos vencidos e/ou reconhecimento das correspondentes imparidades, e (II) a redução dos custos financeiros e operacionais;
- Análise do Acordo Quadro, celebrado em 24 de abril de 2018, com as três instituições financeiras mais relevantes, o qual (I) assegura condições de financiamento mais favoráveis, (II) estabelece um horizonte temporal adequado para a execução de um plano de alienação de ativos financeiros e imobiliários e (III) estabelece a consequente redução dos níveis de financiamento e de autonomia financeira para valores considerados adequados para a Entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no artigo 451.º, n.ºs 4 e 5 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão. Conforme previsto no artigo 451º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 30 de maio de 2015, para um mandato compreendido entre 2015 e 2018;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 77.º, nº 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que os serviços de garantia de fiabilidade, prestados para além da auditoria, foram autorizados pelo Conselho Fiscal e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2018

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.294.359 milhares de euros e um total de capital próprio de 408.843 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos resultados e dos outros rendimentos integrais, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SINTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

1. Exposição Internacional – Risco cambial e Risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 7 às demonstrações financeiras, a atividade do Grupo está distribuída por 7 segmentos de negócio, com operações relevantes em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.

A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 81,6% do volume de negócios. Tal como referido na nota 43 às demonstrações financeiras, vários territórios onde o Grupo opera, nomeadamente Angola, Argélia, Moçambique, Venezuela e Brasil, estão sujeitos a variações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.

A exposição às divisas dos referidos países acarreta riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:

- i) Risco Cambial, decorrente da forte desvalorização das moedas funcionais locais face ao euro; e
- ii) Risco de Liquidez, resultante da dificuldade de repatriamento de divisas desses territórios.

Pelo seu significado e imprevisibilidade, considerámos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.

A nossa abordagem da auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez, nomeadamente ao nível de eventuais imparidades em contas a receber e outros ativos relevantes detidos pelo Grupo;
- Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das referidas geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Revisão da descrição dos tipos de riscos de que o Grupo está exposto, e que constam do Relatório do Governo Societário e validação da adequacidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos, tomando em consideração as IFRS;
- Indagação junto do órgão de gestão, sobre a estratégia e os planos de ação para a redução da exposição internacional do Grupo.

2. Reconhecimento do rédito

Conforme evidenciado na nota 7 às demonstrações financeiras, o rédito do Grupo provém de diversos segmentos de negócio sendo a construção o segmento com maior relevância representando 52,0% do rédito do grupo (45,4% em 2016).

Conforme referido na nota 2.20, os rendimentos e os gastos provenientes do setor da construção são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e julgamento associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes na posição financeira e na demonstração dos resultados;
- Revisão dos contratos que suportam o rédito total dos projetos;
- Obtenção dos custos de medição e dos orçamentos que suportam a percentagem de acabamento e análise dos custos incorridos e das estimativas de custos para concluir a obra;
- Verificação da conformidade com o normativo constante da IAS 11 – Contratos de Construção;
- Revisão da razoabilidade das provisões para garantias e para contratos onerosos;
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

3. Imparidade em contas a receber

Tal como divulgado nas notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, as Perdas por imparidade em Clientes representam 53.897 milhares de euros, cerca de 17% dos saldos de Clientes, tendo no corrente exercício sido reforçadas em cerca de 16.014 milhares de euros

A identificação das contas a receber em imparidade e a determinação do seu valor recuperável é um processo que envolve diversos fatores, incluindo a natureza e a antiguidade da dívida, a condição financeira do devedor, o incumprimento de acordos de pagamento e as perspetivas de cobrança.

Com base na análise dos saldos de clientes em contencioso e/ou com mora significativa são apurados os ajustamentos para as imparidades em contas a receber de clientes.

Considerámos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise das antiguidades de saldos de clientes e revisão dos ajustamentos efetuados para imparidades em clientes, bem como das asserções utilizadas pelo órgão de gestão na quantificação das perdas por imparidade a reconhecer;
- Revisão específica de saldos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco (Angola e Venezuela), tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em contas a receber;
- Revisão das divulgações nas notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, para garantir que as mesmas refletem adequadamente as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

4. Valorização e Classificação de Ativos e Passivos detidos para venda

Tal como divulgado nas notas 24 e 49 às demonstrações financeiras, os Ativos e Passivos detidos para venda representam 454.980 milhares de euros, e 349.876 milhares de euros, respetivamente. Estes montantes representam cerca de 20% do Ativo e 19% do Passivo.

Um ativo deve ser classificado como detido para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através de uma transação de venda, em vez de o ser pelo seu uso continuado.

A identificação das componentes dos Ativos e Passivos detidos para venda, e a determinação do seu valor recuperável é um processo que envolve alguma complexidade, e julgamentos.

Com base na análise dos montantes das propostas de compra existentes, são apurados os eventuais ajustamentos para imparidades a reconhecer nos ativos.

Considerámos este tema como uma matéria relevante de auditoria, tendo em consideração a expressão destes ativos e passivos nas demonstrações financeiras consolidadas e a complexidade do julgamento envolvido.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Verificação do cumprimento dos critérios de reconhecimento como Ativos e Passivos detidos para venda de acordo com a IFRS 5;
- Análise de avaliações efetuadas e das propostas de compra dos respetivos Ativos e Passivos;
- Análise dos eventuais ajustamentos efetuados para imparidades em ativos, bem como das asserções utilizadas pelo órgão de gestão na quantificação das perdas por imparidade a reconhecer;
- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, determinados montantes como Ativos e Passivos detidos para venda;
- Revisão das divulgações nas notas 24 e 49 às demonstrações financeiras, para garantir que as mesmas refletem adequadamente as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

5. Valorização das Propriedades de Investimento

O Grupo apresenta na sua posição financeira de 31 de dezembro de 2017, no total de 217.647 milhares de euros referentes a Propriedades de Investimento (547.067 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016). Tal como enunciado na nota 2.8 às demonstrações financeiras, essas Propriedades de Investimento são mensuradas pelo justo valor, que é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes, conforme referido na nota 22 às demonstrações financeiras.

As Propriedades de Investimento encontram-se, essencialmente, em Portugal e Angola, estando estas últimas sujeitas aos efeitos da variação cambial da moeda local.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido, entendemos que esta área é uma matéria relevante da nossa auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material nesta área, incluiu:

- Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e análise da sua independência;
- Análise da informação sobre os imóveis, constante das avaliações, e validação dessa informação com os documentos e registos do Grupo;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos e sua discussão com os Serviços do Grupo;
- Validação do justo valor registado com os valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial dos justos valores das Propriedades de Investimento situadas no estrangeiro;
- Revisão das divulgações constantes nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com a IAS 40 – Propriedades de Investimento.

6. Risco Financeiro

O facto de uma parte significativa dos empréstimos obtidos ter um prazo de maturidade relativamente curto, sem garantias de renovação sistemática ou perspetivas realistas de reembolso, indicia um risco financeiro relevante e exige que seja feita uma avaliação da capacidade do Grupo para obter os financiamentos necessários para o normal desenvolvimento dos seus negócios.

Uma parte relevante da atividade do Grupo está concentrada em áreas de negócio cuja operação exige habitualmente a verificação de adequados níveis de autonomia financeira.

A nossa abordagem a este risco consistiu na adoção dos seguintes procedimentos:

- Apreciação das ações de desinvestimento realizadas em 2017, envolvendo a alienação de diversos ativos, cujo produto da venda foi aplicado, essencialmente, na redução de passivo bancário;
- Acompanhamento das medidas propostas e das diligências efetuadas para atenuar o risco identificado;
- Avaliação dos resultados das ações empreendidas para promover (I) a recuperação de créditos vencidos e/ou reconhecimento das correspondentes imparidades, e (II) a redução dos custos financeiros e operacionais;
- Análise do Acordo Quadro, celebrado em 24 de abril de 2018, com as três instituições financeiras mais relevantes, o qual (I) assegura condições de financiamento mais favoráveis, (II) estabelece um horizonte temporal adequado para a execução de um plano de alienação de ativos financeiros e imobiliários e (III) estabelece a consequente redução dos níveis de financiamento e de autonomia financeira para valores considerados adequados para a Entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no artigo 451.º, n.º 4 e 5 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que os serviços de garantia de fiabilidade, prestados para além da auditoria, foram autorizados pelo Conselho Fiscal e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2018

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

Portugal

Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120
E-mail: geral@teixeiraduarte.pt
Site: www.teixeiraduarte.com

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardia - Montijo
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Rua das Pretas, 4 - 4º Dto.
9000-049 Funchal - Madeira
Tel.: (+351) 291 206 930

Edifício Tower Plaza

Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

África do Sul

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD
2nd Floor, West Tower - Nelson Mandela Square
Maude Street - Sandton - Johannesburg, 2146
Tel.: (+27) 11 881 5963
Fax: (+27) 11 881 5611

Angola

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Baixo Morro Bento (Maxipark)
Edifício Teixeira Duarte, 387 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

Polo Operacional Teixeira Duarte

Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional
de Viana - Edifício Central
Viana - Luanda

Argélia

08 Route Ben Aknoun - El Biar
16030 Alger
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33
Fax: +213 (0) 21 92 74 36

Bélgica

TDGI, S.A.
Avenue Jean Monnet, 1
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04
Fax: (+32) 2 318 38 03

Brasil

Rua Iguatemi, 448 - 6º Andar
CEP 01451 - 010
Itaim Bibi - São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

Rua Vieira de Moraes, 1111 - 6º andar
Campo Belo - Conj. 601
CEP 04617-014 São Paulo
Tel: (+55) 113 073 13 03

EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.
Rua Paraiba, 1000 - 12º Andar-Parte
Bairro Savassi, CEP 30130-145
Belo Horizonte - MG
Tel.: (+55) 313 311 47 88
Fax: (+55) 313 221 42 56

China (Macau)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar - Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

Colômbia

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201
Edifício Centro de Negócios Manhattan
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

Emirados Árabes Unidos (Dubai)

GND Trading ME, FZE
Jafza One, Office 1503 - Jebel Ali Free Zone
PO Box 263895 - Dubai - UAE

Espanha

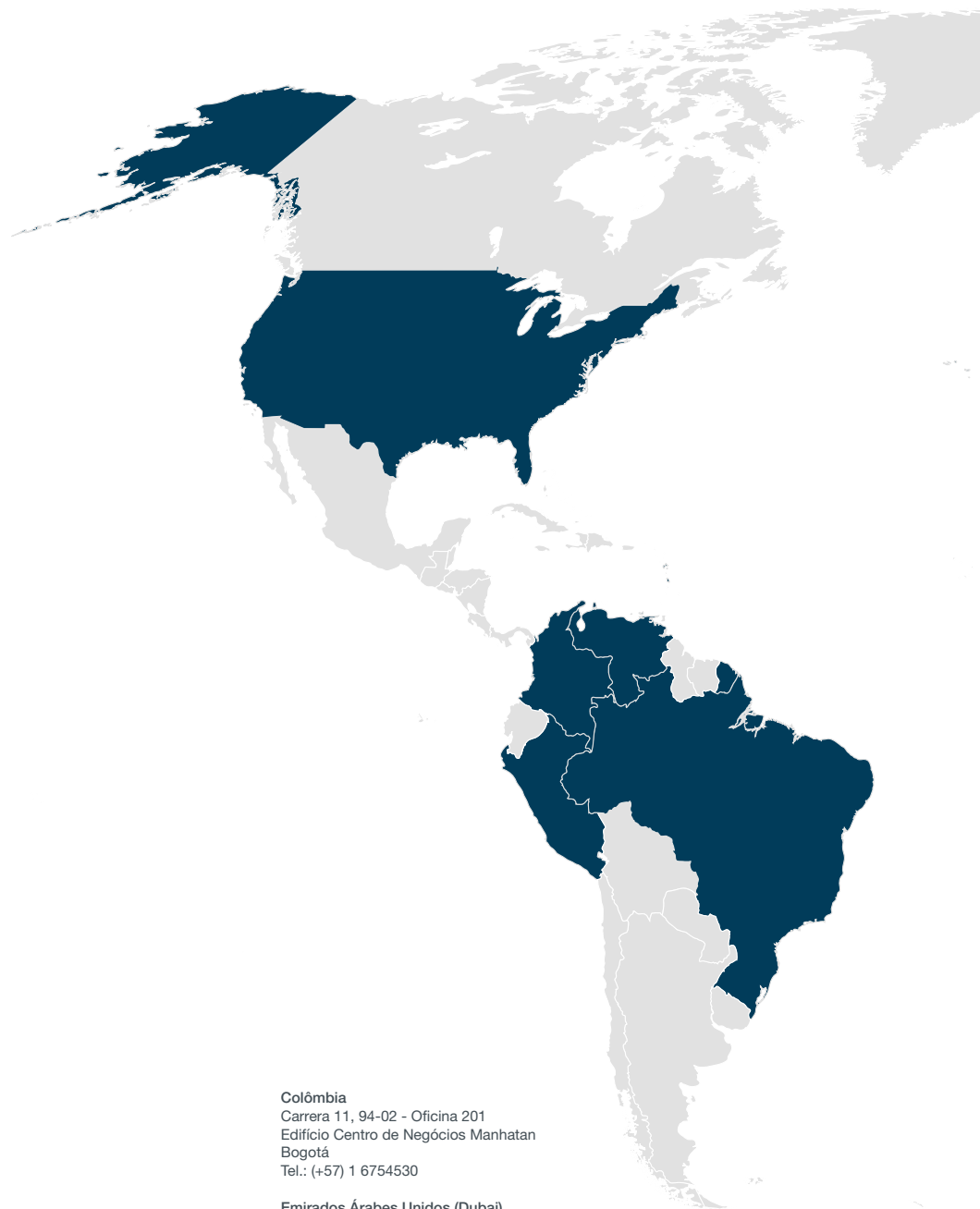
Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

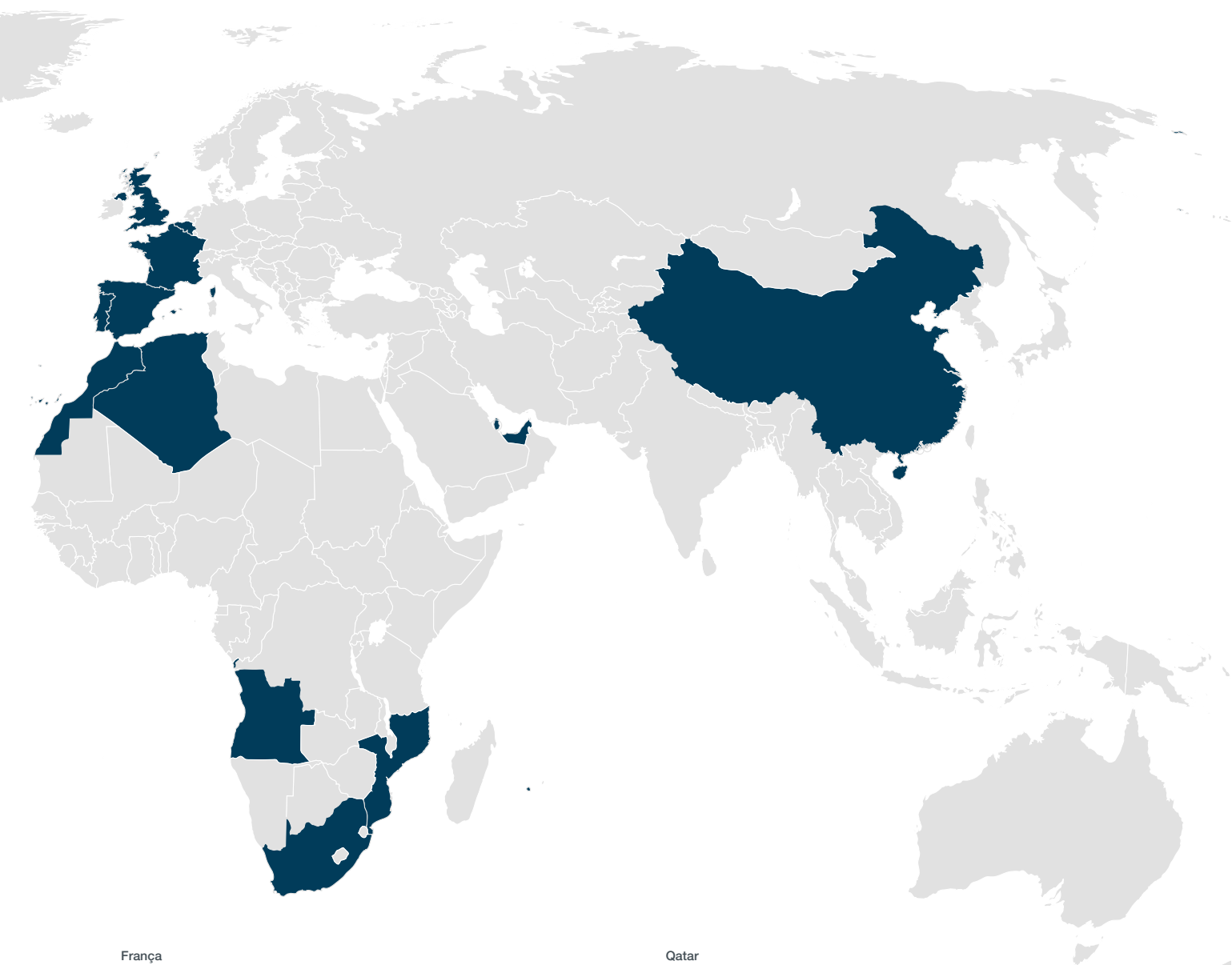
Estados Unidos da América

1030 Salem Road
Union, NJ 07083

TDRE Investments, LLC

4100 Spring Valley Rd - Suite 310
Dallas - TX 75244
Tel: (+1) 214 253 2553





França
SOMAFEL, S.A (Sucursal)
11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

Marrocos
SOMAFEL, S.A (Sucursal)
Angle BD Anfa et Rue Clos de Province,
N° 2, 6^{ème} Étage, N° 6B
20040 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

Moçambique
Avenida Julius Nyerere, 4 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

Peru
Avenida Javier Prado Este N° 560
Int.1601
San Isidro - Lima

Qatar
TDGISERV Services, LLC
Al Mana Plaza Building, 6th Floor.
Qatari Bin Fujaah St, Bin Mahmoud.
Doha. Qatar.
P.O.Box: 7098
Tel.: (+974) 705 70 219

Reino Unido
SOMAFEL - Railway Construction, S.A.
10, St Ann Street, Salisbury,
Wiltshire, SP1 2DN

Venezuela
Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

